

FRANCISCO GOMES DA SILVA

CRONOGRAFIA DE  
**ITACOATIARA**



Centro Histórico de Itacoatiara, 1950

1º Volume



Francisco Gomes da Silva

**CRONOGRRAFIA  
DE ITACOATIARA**  
1º volume

Manaus, 1997



Francisco Gomes da Silva

**CRONOGRAFIA DE ITACOATIARA**

Apontamentos para a história do município

Primeiro volume

(da Serpa colonial à adesão de Itacoatiara à República)

Manaus, 1997

Ficha Catalográfica

SILVA, Francisco Gomes da, 1945

Cronografia de Itacoatiara / Francisco Gomes da  
Silva

Manaus - Papyros, Ind. Gráfica e Com. Ltda., 1997.

204 páginas - 13 ilustrações / fotografias

1. Amazonas - História; 2. Amazônia - História

CDU 981.13 História do Amazonas

Agradecimentos:

Ao prefeito de Itacoatiara **Miron Osmário Fogaça**,  
que patrocinou a publicação desta obra.

Saudade de meus pais

Pedro e Olívia Gomes.



Dedico este trabalho  
à minha esposa Maria de Fátima  
e aos meus filhos Fábio, Frank e Fabiane.



Admiração do Autor ao trabalho  
e exemplo de bom caráter de  
Francisco Fiuza Lima,  
Heliberto Ruy de Paiva,  
Bispo Jorge Marskell,  
José Victal e  
Terezinha Peixoto.



Em memória de meus velhos amigos  
Acácio Soares de França Leite,  
Hely Ruben Barros de Paiva,  
José Tomás de Aquino e  
Luiz da Paz Serudo Martins.



## ÍNDICE

1. Esclarecimentos..... pág. 15
2. Amazônia: pródromos, invasão e ocupação européias..... 23
3. Serpa: da Colônia ao Império .....41
4. Decadência e restauração da vila: 1833/1857..... 71
5. Itacoatiara: a cidade adere à República.....149
6. Bibliografia básica..... 195



## 1. Esclarecimentos.

Obedecendo à periodização tradicional da historiografia brasileira, este despretensioso livro que poderia ser rotulado de **Efemérides itacoatiarenses** se revestiu da preocupação de seguir uma ordem cronológica, dependente de personagens e episódios marcantes da história de Itacoatiara. Para facilitar a compreensão do texto, dividimo-lo em quatro capítulos: o primeiro, servindo aos antecedentes da velha Serpa, traz um resumo dos primórdios da Amazônia brasileira. Quanto aos outros, tratam da origem, fundação, decadência, restauração e desenvolvimento deste município, com as nuances de seus principais motins políticos, atos cívicos, tragédias e datas festivas, até os dias atuais.

Não sendo um especialista, porém ombreando com os poucos que fogem à tentação de deixar nossa terra cair no vazio do esquecimento, com apaixonada curiosidade nos últimos trinta anos vimos coletando dados sobre Itacoatiara, para desenvolver trabalhos de divulgação das coisas de seu povo. Tempos atrás, em pleno verdor dos anos juvenis, tomamos a peito o lançamento de três pequenos livros\* que, atualmente, necessitam de revisão e ampliação, pois além de elaborados em desacordo com a boa técnica, reconhecidamente não indicam o fundamental de nossas raízes. Embora, agrada-nos saber que aqueles simples ins-

---

\* **Itacoatiara. Roteiro de uma cidade**, Manaus, 1965, **Itacoatiara, administrações municipais**, Manaus, 1970, e **Centenário de São José do Amatary**, Itacoatiara, 1979.

trumentos de informação subsidiária, talvez à falta de um melhor sucedâneo, continuam servindo ao público itacoatiarense, sobretudo estudantes e professores de primeiro e segundo graus.

Constatamos, após o mecenato de Arthur César Ferreira Reis (1906-1993), que na literatura escrita sobre a região tende a ser ampliada a lacuna existente no estudo e conhecimento das comunidades interioranas, aí se incluindo Itacoatiara. Aliás, parece que esse problema não terá breve solução, dado que o trabalho de defesa, ampliação e divulgação da memória coletiva não tem sido tratado, ultimamente, pela **elite** amazonense com a seriedade e o respeito devidos.

Setorialmente, o descaso com o passado histórico de Itacoatiara é flagrante e proposital: muitos monumentos de seu rico acervo imobiliário foram demolidos e tantos outros se encontram em ruínas; o que sobrou dos sítios arqueológicos de Miracangüera, Jauary e rio Urubu está à espera de tombamento; grande parte dos documentos indicativos de suas fontes primárias foi criminosamente queimada, e o que restou acha-se literalmente jogado nas prateleiras empoeiradas dos arquivos. Não há uma preocupação para melhorar o acervo da Biblioteca Municipal e a construção do Museu da cidade é sempre adiada. Na verdade, essa deliberada e gritante omissão, esse acelerado processo de desconstrução da memória itacoatiarense muito nos incomoda. Afinal, quem perde a tradição da história, acaba perdendo todas as tradições.

Segundo a assertiva de Almir Carvalho Júnior, a salvação ou tombamento de alguns monumentos não bastam "enquanto nossos referenciais de memória se perdem em velhos baús ou em restos carcomidos de papéis incômodos jogados nos porões e nas lixeiras, sejam públicos ou privados". Resulta daí que, enquanto não chega o apoio ofi-

cial, os idealistas têm que tomar a iniciativa e mergulhar fundo nas fontes, perquirindo-as exaustivamente, para que a história seja reconstruída e repassada através de seus trabalhos.

Ora, persistindo a falta de uma política de proteção do patrimônio histórico-artístico-cultural, rememorando a fábula daquela comunidade que não adotava livros, onde todo o conhecimento era preservado na memória dos locais e transmitido oralmente de uma geração a outra, o gradual desaparecimento das gerações em nossos pagos, tendendo a se multiplicar, no futuro tornar-se-á um complicador, dificultando inexoravelmente entre nós o fluxo da transmissão de experiências.

Por vir acontecendo, na marcha gradativa do tempo, a morte dos itacoatiarenses mais idosos, adicionando-se esse fato à usual destruição das fontes documentais e ao desinteresse demonstrado pelo conhecimento do processo histórico regional, seremos levados a concluir que, em alguma época, mais para a frente, entre nós ocorrerá um vácuo na transmissão de experiências passadas.

**Consumatum est**, as futuras gerações certamente se alimentarão da esperança de que algum dia aportará em Itacoatiara um estrangeiro **salvador** para repetir o que aconteceu recentemente no rio Negro: redescoberta **ao acaso** pelo historiador Vítor Leonardi, da Universidade de Brasília, a cidade fantasma de Airão reapareceu graças à insistência de alguns poucos pesquisadores **inconformados** com o seu esquecimento. Com o concurso do Museu Amazônico, em Manaus superiormente dirigido pelo professor Geraldo Sá Pinheiro, as ruínas daquela comunidade foram tombadas pelo patrimônio histórico nacional. Mas, afora a solenidade do registro que ficará guardado em arquivo como referência cultural, é certo que o tombamento da outrora animada **urbs** rionegrina não modificou a realidade de abandono vivida por uma das mais antigas comunidades da Amazônia ocidental.

É claro que estamos no terreno das hipóteses, pois a privilegiada localização de Itacoatiara, decisivamente, não permitirá que ela seja transformada em uma cidade fantasma. Porém, ainda raciocinando à base de idéias de abandono, a prosseguir a falta de amparo oficial e se continuar arrefecida a luta em favor da revitalização das coisas de ontem, a comunicação da memória coletiva local será atingida muito desfavoravelmente. Nada obstante, em sã consciência acreditamos que Itacoatiara jamais ficará enterrada na vala do esquecimento, estando todos os seus filhos - naturais e adotivos - convocados ao **puxirum** para tornar sempre viva e atuante a lembrança do nosso passado, revitalizando-o de modo permanente, mediante a reversão do quadro atual. Sucinta e objetivamente, todos devemos encarar essa luta como uma questão de honra, enfrentá-la com coragem e determinação.

Nossa terra tem se mostrado muito generosa no trato com os que lhe chegam ao regaço. Excluído o choque dos primeiros tempos entre a cultura que chegava e a tradicional, dos senhores da terra, a demografia local tem sido marcada por um interessante processo de miscigenação. O caboclo, resultante do cruzamento do "branco" com o índio, e o mestiço, surgido desse processo biológico, representam o contingente populacional mais forte. A seguir, vêm os nordestinos, centenariamente unidos com os caboclos, misturando diversos caracteres.

Os mulatos, poucos, resultaram do cruzamento do "branco" com os escravos que aqui chegaram nos meados do século XIX. Ainda para aqui vieram os nacionais paraenses, gaúchos, paulistas, paranaenses, mineiros, capixabas, goianos, etc. - todos incorporados à rotina e dinâmica da vida da velha Serpa.

Mas, Itacoatiara é marcadamente uma cidade hospedeira de imigrantes internacionais. Na ordem mais ou

menos aproximada de chegada, aqui aportaram, desenvolveram ou ainda desenvolvem um intenso labor: portugueses, franceses, alemães, chineses, africanos, norte-americanos, espanhóis, italianos, judeus, árabes ou sírio-libaneses (turcos), sul-americanos, japoneses, canadenses ...

Se ainda não está escrita, a história deste município não pode ser tratada de forma avarenta, monopolista; é questão para ser resolvida por quantos, filhos de Itacoatiara ou não, tenham interesse em revelar-lhe as peculiaridades, angústias e grandezas. Devido às nossas parcas possibilidades, não nos assalta o desejo de escrevê-la, servindo estes apontamentos apenas como uma contribuição. Através deles, iniciamos a retomada da publicação de nossos **apanhados**, que os temos em volume considerável.

Aquí, não chegamos ao conjunto ou esgotamos o assunto, porém examinamos episódios, reconstituímos períodos, prestamos informações. Fazendo ingentes esforços para não trair a isenção, dosamos o conteúdo deste livro com elevadas gotas de **conterraneidade**, movido talvez pelo sentimento **telúrico-bairrista** que é forte e nos impulsiona sempre em defesa de Itacoatiara.

Embora, por razões óbvias, aparente estar contaminado de um excessivo sentimento de **patriotismo**, este livro não pode levar, em hipótese alguma, a pecha de desonesto. Como em todo trabalho desta natureza, ele contém falhas, erros defeitos e omissões, gerados todavia inconscientemente, pois em todos esses anos temos buscado com beneditino interesse extrair a verdade das fontes a que temos recorrido. Amante das **histórias de velho**, também apelamos para a pesquisa oral, arrecadando nas entrevistas com anciões interessantes subsídios.

Esperando um tratamento compreensivo da parte dos críticos, entendemos que a todo escritor regional impõe-se uma como obrigação inadiável de servir, um desejo

de expressar os fatos como eles efetivamente aconteceram, respeitados os limites de cada um. Mas, nos antecipando às opiniões daqueles que, enaltecendo os seus próprios escritos, reputam aos dos outros referências de fraca importância; os que, formando juízo de valor com o objetivo de obscurecer os méritos de outrem, tratam os escritos alheios como informes desprovidos de originalidade, sem nenhum crédito abonatório, repetimos que estes **rascunhos** representam uma pálida contribuição no sentido de reconstituir parte do passado da velha Serpa.

Finalmente, esperamos que, entre estudantes e intelectuais, sobretudo os de Itacoatiara, esta obra venha ensinar a boa discussão e o melhor debate. Além da presente edição, planejamos trazer a lume outros títulos \*\* versando sempre a temática itacoatiarense.

Neste volume estão incluídas as principais datas do município, enfeixando particularidades da sua vida social, política, cultural, econômica, administrativa e religiosa. Em forma de verbetes, enfocamos os acontecimentos mais significativos e dirimimos até algumas dúvidas. Exemplificando: a invasão que sobressaltou os moradores da vila em 1865, erroneamente grafada como se tivesse ocorrido no dia 31 de junho, deve ser corrigida para 17 de junho. De igual modo, a revogação em 1798 do Diretório pombalino, cuja autoria centenariamente vem sendo atribuída à rainha de Portugal dona Maria I (1734-1816), na verdade deve ser creditada a seu verdadeiro autor, o rei dom João VI (1767-1826)."

Cronograficamente apresentados, os dados aqui contidos estão intercalados de notícias históricas regionais, nacionais e mundiais de alguma forma relacionados com os

\*\* A relação dos futuros títulos acha-se inserida na última página deste volume.

*Ar. 21 anos, ele se tornou herdeiro do trono. Doze anos depois, em junho de 1792, uma junta médica declarou que sua mãe, a rainha Maria I, estava "em estado de loucura"; em 10 de março, o Conselho de Estado pediu ao príncipe João que assumisse os 20 anos do reino. Ele se tornou inicialmente príncipe governante e, em 1799, príncipe regente. Em 1808, ameaçado por Napoleão (França), transferiu a sede da monarquia portuguesa para o Brasil.*

eventos de Itacoatiara.

Ilustramos as páginas deste trabalho com algumas fotografias significativas: de Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1700-1769), capitão-general-governador da Amazônia, que possibilitou a transferência em 1758 do primitivo burgo da ribeira de Abacaxis para o **sítio Itaquatiara**; da histórica **pedra pintada**, locada no pôrto do Jauary, marco de referência à passagem dos viajantes europeus que no século XVIII subiam o Amazonas em demanda do interior da região; da Igreja Matriz colonial, demolida na década de 1930; da ata de instalação da vila de Nossa Senhora do Rosário de Serpa, retirada do livro original que está em nosso poder; de uma vista aérea parcial do centro histórico; da parte frontal da vila, vista do rio em 1858/1859; de alguns prédios centenários da cidade; de uma vista do porto e da entrada da fazenda Stone, estas duas últimas de 1910. Dois **croquis** espelham o que foi o espaço urbano da vila e cidade em 1850 e 1874.

Remarcando que as informações contidas nesta **Cronografia de Itacoatiara** compreendem meros apontamentos coligidos para subsidiar a história de nosso município, este primeiro volume enfeixa datas e acontecimentos ligados cronologicamente aos pródromos da Amazônia brasileira, período colonial português (1500/1822), Império (1822-1889) e começos da vida republicana (1889). O segundo volume, a sair brevemente, tratará do período pós-proclamação da República.

Finalmente, alertamos que este trabalho visa primordialmente homenagear os construtores de nosso município, anônimos ou não, e valorizar a memória itacoatiarense, levando-a ao conhecimento da população. Alcançados esses objetivos, nos sentiremos plenamente

convencidos de que continuamos a servir nosso torrão natal.

ITACOATIARA, 1º de janeiro de 1997; 341º da primeira Missão, 238º do estabelecimento do Povoado à margem do rio Amazonas, 237º da criação da Vila, 163º da extinção do foral, 139º da restauração municipal, 122º da elevação à Cidade, e 120º da instalação da Comarca.

**Francisco Gomes da Silva.**

## 2. Amazônia: pródromos, invasão e ocupação européias.

Ganha vulto a teoria de que, não sendo autóctone, o homem americano descende de grupos asiáticos. Acerca de quarenta ou cinquenta mil anos esses agrupamentos humanos, migrando da Sibéria através do Estreito de Bering, entraram pela América do Norte e se espalharam pelas áreas centrais do continente. Parte deles foi expulsa por dificuldades de adaptação ou devido a conflitos com outros povos que os antecederam e continuaram a se espalhar até atingir, ainda em época incerta mas provavelmente anterior a trinta mil anos, os extremos da América do Sul.

Os grupos que ocuparam o atual território brasileiro criaram uma sociedade política descentralizada, ao inverso daquelas dotadas de complexa organização estatal e formação social estratificada, fincadas mais ao norte do continente americano. É provável que por volta de quinze mil anos atrás algumas dessas levas de migrantes já estivessem habitando a Amazônia, dando início à sua colonização.

Essa tese sepulta de vez as hipóteses imaginosas e as especulações religioso-filosóficas que imputam os primeiros contatos humanos na região às viagens dos fenícios, hebreus e árabes, à expedição chinesa de 499 d.C., ou às pretensas trocas de comércio com os habitantes da desaparecida Atlântida; inclusive, atribuiu-se a Jobal, descendente de Noé, a posse das terras do Brasil, segundo a crença partilhada após o dilúvio bíblico; e finalmente, supôs-se que os índios descendiam dos assírios.

Quando, no século XVI, estamentos de povos europeus invadiram a Amazônia, aqui encontraram milhares de nações indígenas constituindo uma população de milhões de pessoas.<sup>1</sup> Distribuídos entre a várzea e a terra firme, falando diferentes línguas dos grupos **Tupí, Aruak, Karib, Tukano, Pano e Jê**, esses povos desde séculos operavam em comunidades dotadas de estrutura religiosa e chefia hierarquizadas.

Sua base alimentar era constituída de bens naturais ou resultante de culturas agrícolas. Os primeiros, representados por animais e vegetais, e os segundos, pela mandioca e o milho, principalmente.

A característica-mór dos nativos era o exercício do trabalho comunitário. Esse tipo de atividade produtiva lhes permitia não somente a satisfação de necessidades humanas fundamentais com um mínimo de esforço, como, ainda, o faziam em harmonia com o restante do ecossistema: sua ocupação nunca ia além das quatro horas diárias, dedicando ao lazer o resto da jornada.

---

1 - Muitas são as suposições estatísticas a respeito da população da Amazônia nos primeiros tempos. O cronista da expedição de Pedro Teixeira avaliou os nativos encontrados na região em mais de um milhão, falando diferentes línguas, mas entendendo uma **língua geral**. O padre Antonio Vieira (1608-1697), em suas andanças pela foz do Amazonas, calculou o gentio em dois milhões. Dois milhões também foi a avaliação de Eduardo Galvão. Orlando Teixeira da Costa admitiu que os amazoníndios dos primeiros tempos deviam orçar pela casa de um milhão. Em 1654, em seu leito de morte, o cônego Manoel Teixeira jurou que até aquele momento haviam sido "extintos a ferro e fogo" mais de dois milhões de índios de mais de quatrocentas aldeias. Na mais recente estimativa (1977), lavrada pelo etnógrafo norte-americano William Denevan, somos informados que, antes do contato com o conquistador europeu, somente na área brasileira da Amazônia existiam mais de três milhões e quinhentos mil habitantes (cf. Batista, 1976, e Freire e outros, 1991).

Dominando plenamente o meio físico e adotando técnicas de plantio e armazenamento, a partir do ciclo dos rios os gentios programavam a sementeira e a colheita, daí resultando uma diversificada produção de bebidas, farinhas, grãos e tabaco. Além da apanha de peixes, caça e frutos silvestres, produziam intensivamente ferramentas, cerâmicas e tecidos de algodão.

Desinteressados em acumular riqueza, os indígenas utilizavam os produtos excedentes de suas necessidades de consumo na troca ou comércio inter-tribal, feito através de expedições. Conheciam as propriedades nutritivas e medicinais das ervas e frutos. A canoa era o seu principal meio de transporte. Suas habitações eram amplas e arejadas.

Do final do século XV para o começo do século XVI, o domínio de um considerável conhecimento geográfico-cartográfico impeliu os portugueses e espanhóis à aventura expansionista, dando ensejo à interrupção ou desvio desse processo histórico. Com a chegada do europeu, o mundo amazônico passou a sofrer rápidas e drásticas mudanças. Aquilo que fôra o paraíso da selva tropical, ocupado por sociedades tribais de formação cultural superior que povoavam a várzea e a terra firme, vivendo da fartura e na tranquilidade, passou a ser assaltado e desfigurado. Segundo Meggers, "doenças novas e mortais dizimaram a população indígena e as atitudes culturais estrangeiras substituíram aquelas que se tinham criado durante milênios de seleção natural". O desastre crescia à medida em que chegavam as sucessivas levas de invasores, todos impregnados da volúpia da riqueza fácil.

Em 1492, pensando ter encontrado as terras da Índia, Cristóvão Colombo (1451-1506) **descobriu** a América. Sete anos depois, Vicente Yáñez Pinzón (1460-1524) chegou à foz do Amazonas, seguido de Pedro Álvares Cabral (1467-1520) à

*Orellana*  
costa brasileira. Entre 1.500 e 1570 dezenas de expedições e viagens fizeram incursões na Amazônia pelo Oceano Atlântico ou através dos Andes. Duas delas desceram todo o rio Amazonas, dando uma visão dos povos que viviam ao longo de suas margens: a expedição de Francisco de Orellana (1511-1546), que saiu da atual Amazônia equatoriana, desceu o rio Napo e após oito meses chegou no Atlântico; e a de Pedro de Úrsua (1525-1561)-Lopo d'Aguires (1516-1562) que, partindo da atual Amazônia peruana, veio a dar também no Atlântico.

Segundo a crônica, Francisco de Orellana 2 figura na galeria dos criadores do Novo Mundo, cabendo-lhe a glória de ter desvendado em 1541/1542 a maior artéria fluvial do mundo. Espanhol de Trujillo, ainda adolescente viajou para as Índias em busca de riquezas, tomando posteriormente parte na epopéia da conquista do Peru. Temperamento explosivo, foi companheiro de Gonzalo Pizarro (1502-1548) na "procura" do **El Dorado**; movido pela ambição e o aventureirismo, desceu o rio Amazonas desde sua nascente até sair no oceano. No caminho, em 10.06.1542 descobriu a boca do rio Madeira, em 11.06.1542 passou defronte ao sítio da futura Itacoatiara, e a 24.06.1542 guerreou contra as **Amazonas** na confluência do rio Nhamundá. Frei Gaspar de Carvajal (1504-1584) fêz-lhe o relato da viagem.

A narrativa de frei Carvajal, revelando a Amazônia,

---

2 - Em Itacoatiara, rememorando o feito de Francisco de Orellana, desde 1897 a praça da Caixa d'água, no bairro da Colônia, levava o seu nome. Posteriormente, a conveniência político-partidária mudou essa denominação para Marechal Costa e Silva, conforme a Lei municipal nº 11, de 8.06.1978, depois revogada pela Lei nº 4, de 2.04.1985, que nominou-a de praça **Piquitinha**, apelido do falecido desportista Raimundo Nonato Marques da Silva (cf. Livros de Leis 1977/78 e 1984/86, da Câmara Municipal). Entretanto, teimosamente, o povo mantém a homenagem prestada ao desbravador espanhol, pois que continua chamando-a de **praça Orellana**.

causou grande impacto entre os europeus e aguçou-lhes a curiosidade. Entre 1600 e 1700, o choque entre índios e colonizadores ocorre paralelo à disputa pela terra contra os espanhóis, ingleses, holandeses e franceses. Essa luta, renhidamente travada, é vencida pelos portugueses que consolidam o seu domínio no território da atual Amazônia brasileira, apesar das limitações do Tratado de Tordesilhas (1494). Os tempos seguintes seriam de perplexidade, levando sofrimento e morte ao povo indígena, destruindo-se-lhe a cultura adquirida em milênios de experiência.

A organização estatal na Amazônia, marcando definitivamente a ocupação dos portugueses, começou com o estabelecimento (1616) do forte do Presépio (atual Belém-Pa), ratificada cinco anos depois com a criação do Estado do Maranhão e Grão-Pará, separado do Estado do Brasil. Segue-se em 1637/1639 a viagem de Pedro Teixeira (1587-1641), que saiu do Pará alcançando Quito, no Equador. Sertanista do vale português do Douro, vila de Cantanhede, governou a Amazônia por duas vezes, deixando o seu nome tão associado à região quanto o de Orellana, já que ele foi o primeiro a realizar a viagem pelo Amazonas de sua foz até os Andes. É provável que em março de 1638 tenha ultrapassado o local onde, cento e vinte anos após, seria erguida a vila de Serpa. O padre Christobal de Acuña (1597-1675) relatou-lhe a viagem com informações preciosas sobre os nativos ribeirinhos.

Implantado o colonialismo no território amazônico, logo é acelerado o devassamento da sua parte ocidental, levado a efeito por soldados, sertanistas e missionários. Em seguida, adequando-se aos interesses do mercantilismo europeu, a produção de alimentos, desde o início centrada na cultura de subsistência, é substituída pela de espécies plantadas intensivamente, tais como cana-de-açúcar, tabaco, algodão e café. De par com isso, expedições saqueavam a

floresta, coletando as chamadas **drogas do sertão**: cacau selvagem, cravo, canela, salsaparrilha, baunilha, urucu, anil e óleo de copaíba. Tôda essa produção agrícola e a de **drogas** eram transportadas para Portugal, que se firmava como uma grande potência econômica à custa da exploração da natureza e do homem amazônicos (cf. Acuña, 1925, Meggers, 1987, Freire e outros, 1991, Hoornaert e outros, 1992, Souza, 1994, Batista, 1976, e Reis, 1931).

Alguns fatos desse período, que constituem os antecedentes da história de Itacoatiara, serão tratados a seguir.

## 1655

\* Fundada a missão dos **Aroaquis** na Ilha de Aibi.<sup>3</sup>

---

3 - Consta que a missão foi fundada pelo padre Antonio Vieira, um dos raros missionários jesuítas a defender a causa dos índios naqueles tempos. É muito provável que a Ilha de Aibi estêve inserida junto ao furo Arauató, um pouco acima da cidade. O botânico e antropologista João Barbosa Rodrigues (1842-1909) alude que nessas proximidades, quando da passagem de Pedro Teixeira, o rio Amazonas ainda marginava terras altas desde o Amatory até a bacia dos rios Paru, Muçumini, Jaraquí, Uatá -Pucu e Ponta Grossa, ao norte, onde se agrupavam diversas ilhas, cujas terras hoje servem de baliza aos rios Amatory, Urubu, Anibá e Uatumã, que então desaguavam em pleno Amazonas. Em face da instável formação aluvial da bacia do grande rio, mutações geológicas fizeram as águas decrescer nessa parte, e as ilhas se uniram, separando o Amazonas desses tributários, que ficaram com o curso desviado e aumentado. Conseqüentemente, comprimidos os rios entre as ilhas e a terra firme e não chegando mais aí as águas, as florestas apareceram, cresceu o húmus e a topografia se modificou radicalmente. Posteriormente, limitado pela reunião das ilhas e a elevação das terras, o rio Amazonas ficou com um canal estreito entre a costa e a ilha da Trindade (popularmente chamada ilha do Cumaru), que foi continuamente se alargando, recebendo a denominação de Paraná da Trindade. Simultaneamente, a força das águas começou a cavar a parte que fôra a

a ilha de Matapi, até que a cindiu em duas, abrindo um estreito furo que se alargava e, graças a esse trabalho de erosão, construiu a ilha da Bentá. Repetia-se, assim, o fenômeno das transformações contínuas que o rio Amazonas realiza no seu sistema hidrográfico, pelo efeito da passagem de sua corrente e pouca estabilidade de suas terras, justificando o apelido "do rio trabalhador" que lhe impôs Agnello Bittencourt (1876-1985), para não dizer como Euclides da Cunha (1866-1909), que ele "é o rio mais destruidor da terra". Segundo depoimento de 1768 do padre José Monteiro de Noronha (1723-1794), na Ilha de Aibi "estêve, em outro tempo, fundada uma grande e populosa aldeia administrada pelos religiosos mercedários, e se extinguiu fugindo os índios seus habitantes depois de tirarem a vida ao seu missionário o padre João das Neves, animados de um espírito de rebelião e a impulsos de sua natural inconstância na firmeza da sua fidelidade". Quanto a seus habitantes, os Aroaquis, detentores de índice cultural muito elevado, pertenciam à grande nação Aruaque, uma das famílias linguísticas mais espalhadas e, talvez, a única que tenha habitado as três américas, e a quem coube um papel primordial na difusão e aperfeiçoamento da técnica ceramista, não só nas Antilhas como em extensa área da América do Sul. Espalhados "numa grande onda humana até as Antilhas", sua dispersão começou no século XVI e terminou no século XIX. Segundo consta, a Ilha de Aibi existiu até cerca de 1680, tendo os astrônomos portugueses lhe levantado a planta. Pela ordem dos fatos, deu lugar à primeira missão indicativa da futura Serpa, depois Itacoatiara. O historiador Antonio Loureiro, discorrendo sobre a origem das cidades amazonenses, escreve: "Para Barbosa Rodrigues, a primeira missão em território amazonense foi estabelecida em 1655 pelo padre Antonio Vieira, na Ilha de Aibi, em frente a Itacoatiara. Esta missão não prosperou, o mesmo ocorrendo com outra fundada na fôz do Tarumã-Açu, em 1658, pelos padres Francisco Veloso e Manoel Pires (...) O abandono dessas missões está ligado à expulsão dos inicianos iniciada em 1661, que culminou com a prisão de 32 jesuítas, incluindo-se, entre eles, a Vieira, fato ocorrido a 20 de julho daquele mesmo ano, sendo remetidos para Lisboa". Segundo os referenciais cartográficos relativos aos anos de 1669, 1685 e 1689, "numa ilha formada por dois braços do Amazonas, ao sul deste rio e a jusante do Madeira", habitaram "tribos ou nações indígenas dos Tupinambás". Mais esclarecedor, porém, é o "mapa geographico del rio Marañón e Amazonas", elaborado em 1691 pelo jesuíta alemão Samuel Fritz (1654-1752): nele, aparecem nitidamente os traços alusivos aos rios Matary e Urubu, desembocando direto no rio Amazonas, e da tribo dos Aroaquis (grafada Aruhaquis) locada nas imediações da atual Itacoatiara. Também, no mapa de Fritz, como que ratificando os

Maria Bentá

Euclides

Aroaquis

ilha Tupinambás

Fritz

referenciais de 1669, 1685 e 1689, consta a Ilha (de) Guayaris (posição da atual ilha do Cumaru), abaixo da boca do rio Madeira, dado igualmente repetido no mapa da "WAC carta aeronáutica mundial - 1986", em que aparece o furo Arauató saindo defronte à atual Ilha da Maria Benta. O mapa de Fritz omite o lago Canaçari, mas segundo o seu traçado o rio Urubu vai desembocar direto no Amazonas. Já nos mapas editados pela cartografia moderna, a posição atual do rio Urubu é vista passando por detrás de Itacoatiara e desembocando defronte à cidade de Itapiranga, cêrca de cem quilômetros abaixo de nossa cidade, - confirmando-se as modificações geológicas do século XVII. Nascendo nas terras altas da ex-Guiana Inglesa, o rio Urubu, após o furo Arauató, recebe os seus dois maiores afluentes, o Carú e o Anibá, além dos canais, que comunicam-se com o Amazonas: Cauá, Santo Antonio, Cainamã e Aibú, ou Uixituba, acima de Itacoatiara; seguindo-se, abaixo desta cidade, os do **Ingâipáua**, Carão, Canaçari-grande, Curuçá e Piramirin. (Em nheengatú **Ingâipáua** significa **Ingâzal** ou **área cheia de ingazeiros**, corrutela da locução **INGÁ-PÁUA**, junção de **Ingá** - árvore nativa da família das leguminosas, de casca tanífera, cujo fruto adocicado é comestível; e **Páua** - que se traduz por **todo**, ou **por completo**). Correndo por detrás dos bairros do Juary e São Jorge, o igarapé do Ingâipáua já começa a sofrer os malefícios da presença humana, se transformando em mais uma área depredada da moderna Itacoatiara. Hoje, acompanhando a subida das águas, da cidade até a boca do Madeira existem as ilhas Maqueira (ou Maquira), da Benta, do Soriano, ou ilha Grande, e do Cumaru (cf. Rodrigues, cit. em Jobim, 1948, Silva, 1965, Adonias, 1963, Cruls, 1958, Loureiro, 1978, Mapoteca do Museu Amazônico, 1996, e Bitencourt, 1925).

## 1660

\* Aceleradas as chacinas de tribos indígenas no território do atual município de Itacoatiara.<sup>4</sup>

4 - Marcadamente atingido pelas tropas genocidas, o território itacoatiarense não guardou nenhum traço daquelas populosas nações encontradas nos primeiros tempos da invasão européia que habitaram as terras marginais do Amazonas e seus tributários. Fontes documentais antigas comprovam que o extenso trecho da margem esquerda do rio Amazonas compreendido entre os rios Matary (acima de Itacoatiara) e Uatumã (próximo a Uruará), foi habi-

tado por muitos povos indígenas e, igualmente, um dos que mais sofreu com os movimentos genocidas dirigidos pelos invasores europeus. Segundo a dissertação de frei Gaspar de Carvajal, o cronista da viagem de Orellana, "logo após ultrapassar a bôca do rio Madeira (10.06.1542)" que ele chama de rio Grande, no lado oposto do rio Amazonas, "foram vistas umas povoações muito grandes sôbre uma lomba que chegava até a margem do rio (...) Eram mais de cinco mil índios com as suas armas, e começam a dar gritos e a desafiar-nos, a bater com as armas umas nas outras, fazendo um tal ruído que parecia que o rio vinha abaixo. Passamos adiante e, obra de meia légua, demos com outro povoado ainda maior, mas aqui nos fizemos ao largo do rio (...) Continuando nosso caminho, sempre entre lugares povoados, um dia, pelas oito horas da manhã, vimos num alto uma formosa aldeia, que ao parecer devia ser capital de algum grande senhor". Até antes de alcançar, às vésperas de São João, quinta feira, dia 24.06.1542, a bôca do rio Nhamundá onde se deu o combate com as **Amazonas**, frei Carvajal relacionou dezenas de tribos. De uma delas "desciam para o rio vários caminhos feitos à mão, tendo plantadas, de um e outro lado, árvores frutíferas", noutra, "após renhido combate e pôsto fogo nas casas e fugindo os índios", a equipe de Orellana, "à procura de alimentos", encontrou "muitas tartarugas, muitos perus e papagaios, e uma grande fartura, pois de pão e milho nem se fala". No percurso, ainda "foram vistas muitas povoações do lado esquerdo do rio, pois indo nós pelo meio, viamos branquear as casas" (...) Havia "um povoado no meio de um arroio pequeno, numa grande planície, de mais de quatro léguas, constituído de uma única rua, com uma praça no meio, estando as casas de um e outro lado, e aí achamos muita comida". Quase cem anos depois, o cronista da viagem de Pedro Teixeira, padre Christobal de Acuña escrevia: "Não só o rio das Amazonas está tão povoado de gente, mas também os rios que nele deságuam (...) cada rio é um reino muito povoado e o rio Grande um mundo inteiro (...) O interior da terra está tão povoado como as margens". Mas, comparando-se as narrativas de Carvajal (1542), Acuña (1637) e dos jesuítas que entraram para missionar a partir de 1650, um século e meio após a penetração de Orellana já observamos uma sensível diminuição da população indígena nas margens do rio Amazonas. Desde 1660 muitas chacinhas ribombaram no território de ou sob a influência do município de Itacoatiara. Para exemplificar: além do trucidamento dos **Muras**, atuando nas áreas do Madeira, Autazes e Amatary, os **Mundurucus** e **Torás**, no Madeira, os **Burububús**, **Guanavenas** e **Caboquenans**, no Urubu e Canaçari, os **Pariquis**, **Anibás** e, mais recentemente, os **Waimiri-Atroaris**, no Jatapu e Tatumã, tiveram seu universo cultural devassado e destruído, desmontado pela catequese e pela violência das

armas. Tirante as chacinas ocasionais, o simples contato com uma cultura estranha contribuiu para o extermínio em massa do indígena, pois deixava-o exposto à contaminação de enfermidades, além do desgaste físico a que esteve sujeito na execução de trabalhos forçados. De um total estimado em cerca de três milhões de indígenas encontrados no início da expansão portuguesa, já na segunda década do século XVIII, incluídas as nações arredias ainda não conctatadas pelos "brancos", a população amazônica algarismava-se em pouco mais de 600.000 pessoas, das quais 54.216, habitando 63 missões, estavam batizadas. No território amazonense, no segundo quartel desse mesmo século, restavam pouco mais "de cem mil almas, incluída a indiada das missões". Se entre 1900 e 1955 já haviam desaparecido 87 grupos tribais! Atualmente, segundo a FUNAI, no Estado do Amazonas existem pouco mais de 89.000 índios (Carvajal, Rojas e Acuña, 1941, Reis, 1931, Hoornaert e outros, 1992, e Batista, 1976). Das dezenas de nações indígenas que viveram no espaço geográfico municipal de Itacoatiara não sobrou sequer um remanescente para contar a história.

## 1689

\* A serviço de Espanha, o padre alemão Samuel Fritz atinge a região do rio Urubu.<sup>5</sup>

5 - Natural da Bohemia, vila de Orania, Samuel Fritz ingressou na Ordem dos Jesuítas em tenra idade, com apenas dezenove anos. A serviço de Espanha, inicialmente estabeleceu-se no Solimões, entre os **Omáguas** ou **Cambebas**, índios que vinham sendo perseguidos pelos portugueses. Ganhando a confiança desses silvícolas, estendeu seu trabalho de catequese aos **Jurimaguas, Cuchivaros, Aisuares, Ibanomas, Tarumás, Xeberos, Cocamas, Panos** e outros, reunindo-os em missões de que resultaram dezenas de vilas e povoados, delas se originando algumas das muitas cidades amazonenses, entre elas as atuais Fonte Boa, Coarí, Tefé e São Paulo de Olivença. Em janeiro de 1689 Fritz desceu o rio Amazonas e alcançou o rio Urubu. Em Saracá foi recebido pelo padre mercedário Teodósio da Veiga. Com o estado de saúde agravado, prosseguiu viagem até Belém, onde, recebido com suspeitas, foi levado à prisão. Afoito, questionou o direito de Portugal sobre as terras do alto Solimões, pois as considerava posse de Espanha. Sólto em abril de 1691, voltou às suas missões. Ali, apoiado pelas autoridades espanholas, ainda criou muitos problemas a Portugal, sendo afinal

expulso da área em outubro de 1709. Para alcançar a região do rio Urubu, Samuel Fritz provávelmente passou pelo furo Arauató, onde em 1655 o padre Antonio Vieira havia fundado a missão dos **Aroaquis**. Utilizando-se de apontamentos dos trechos que visitava e das informações colhidas com outros missionários acerca de sítios fora de sua ação, elaborou a planta do rio Amazonas, considerado o melhor levantamento da época sobre a bacia amazônica. Datado de 1691, foi gravado em Quito em 1707, impresso inicialmente em Londres em 1712 e dado ao conhecimento público em 1717. O padre Fritz escreveu ainda um curioso diário, rico de informações a respeito da etnografia indígena. Sua incursão na fronteira ocidental da Amazônia resultou em confrontos entre portugueses e espanhóis, precipitando a assinatura do Tratado de Madrid de 1750 (cf. Reis, 1931, Mapoteca do Museu Amazônico, 1996, e Souza, 1994).

## 1696

\* 19 de Março - Próximo à bocaína do rio Madeira o padre João da Silva funda a povoação de Abacaxis, uma das raízes históricas de Itacoatiara.6

6 - Consolidada a ocupação, os portugueses estabeleceram a escravidão legal dos nativos, entregando o controle total de sua captura aos colonos. Aprisionados e explorados como trabalhadores na agricultura, na coleta das drogas do mato, no transporte de mercadorias e na construção civil, os índios começaram a esboçar novos tipos de resistência e oposição armada. Mais vulneráveis, todavia, saíram em desvantagem no choque violento travado contra os portugueses, repetindo-se, então, a grande catástrofe demográfica que começou no litoral, resultando na aceleração do des povoamento da Amazônia. Com o Regimento das Missões, baixado em 1686 e que vigoraria até 1755, os missionários retomam o controle sobre a força de trabalho dos indígenas, os quais, reunidos em missões, recebem maior ênfase na sua conversão espiritual. Desse modo, é criada a missão de Abacaxis, homenageando-se ao tuxáua da tribo dos **Mundurucus**, majoritária nesse aldeamento. Originariamente estabelecida na foz do Maturá, e destruída em razão das investidas dos (**Muras**) que a incendiaram, a povoação foi transferida para a margem direita do Canumã, próximo à confluência deste com o furo Tupinambarana, ou rio Urariá; mais tarde, pelas mesmas razões, seus moradores abandonaram esse lugar, indo se colocar

junto ao Abacaxis. <sup>Padre Borroni</sup> Todavia, antes estiveram à margem direita do rio Madeira, abaixo do furo Tupinambarana. Francisco Jorge dos Santos, discorrendo sobre a "expansão européia na área Tapajós-Madeira", precisa que os jesuítas "fundaram a missão entre os índios **Iruiri** (1683) na boca do rio Maturá. No ano seguinte passaram a assistir os índios **Parapixãna**, **Aripuanã**, **Torerizes** e **Onikoré**, provavelmente a partir dessa missão-sede. Em 1691 <sup>Padre João</sup> essa missão é trasladada para a aldeia dos **Abacaxis**, na confluência Madeira-Canumã, mais tarde (1757) foi mudada para a margem esquerda do Madeira". Em 1730, engrossada com os remanescentes da nação dos **Torás** que escaparam do massacre perpetrado (1716) no Madeira pelo genocida João de Matos Guerra, o povoado já contava com uma população de 930 habitantes. A investida dos **Muras** contra a povoação tinha razões de sobra para acontecer. Em 1720, estando administrando a missão de Santo Antonio, (próximo) à de Abacaxis, o padre João de Sampaio (1680-1743) conseguiu aproximação com uma maloca **Mura**. Convencidos a deixarem a floresta e virem morar na missão, pelo que seriam premiados com ferramentas, roupas e alimentos, os índios começaram os preparativos para a mudança, quando apareceu um colono português que, se dizendo emissário do padre Sampaio, embarcou parte deles num bergantim, aprisionando-os e seguindo para Belém, onde os vendeu como escravos. Evidente que os outros **Muras**, ao tomar conhecimento do que tinha acontecido, passaram a votar ódio mortal aos portugueses. Experientes remadores e, portanto, possuidores de enorme capacidade de deslocamento, além de investirem contra a futura Itacoatiara, promoveram muitas guerras no Madeira, Autazes, Solimões e médio rio Negro, atacando e destruindo povoações portuguesas, consumindo cêrca de cinquenta anos nessa luta, em que foram mortos mais de trinta mil índios contra dez mil colonos. Sofreram grandes perdas também quando da ocorrência da Cabanagem em 1835/1840. Contudo, até hoje os **Muras** continuam nos Autazes, como a demonstrar que nunca foram derrotados. Em legítima defesa própria, resguardavam suas vidas, sua forma de organização social, econômica e religiosa; diante da ação de missionários, colonos e militares, lutavam para proteger suas terras, sua família e seus companheiros. Estereotipados como vilões, decantados como insolentes, preguiçosos e bárbaros, na verdade os **Muras** respaldavam suas **correrias** em gestos nobres, patrióticos. Havia uma declarada, covarde intenção dos colonizadores de "limpar" áreas habitadas por grupos indígenas que impediam a expansão de Portugal. Destemidos, os indígenas se destacavam na defesa do território amazonense contrapondo-se à invasão dos europeus. Acresce, por outro lado, que João de Sampaio, um dos mais experimentados catequistas da Amazônia, per-

tência à congregação dos jesuítas. "Para alguns autores foi o fundador da aldeia de Maturá. Em 1722 já missionava no Madeira". Seu nome ficou imortalizado no lago Sampaio onde atuou arrebanhando catecúmenos (cf. Leite, 1943, Freire e outros, 1991, Souza, 1994, Reis, 1931, "Tuyuka", 1993, Loureiro, 1982, e "Autos da devassa contra os índios muras no rio Madeira...", 1986). Na geografia de hoje, o rio Abacaxis está inserido no município de Nova Olinda do Norte, Canumã em (Borba,) e Maturá em Manicoré. Fincados na chamada **Mundurucânia**, o Abacaxis está à margem direita do furo Tupinambarana, ou Urariá, entre os rios Canumã e Apinquiribó, e o Canumã à margem direita do Urariá, entre o Abacaxis e o rio Madeira, comunicando-se através deste com o Maturá. Ambos pertenceram ao município de Itacoatiara até 1956, quando ocorreu o desmembramento do território de Nova Olinda do Norte. Ali remanescem ainda vivos pouquíssimos índios **Andirás** e **Mundurucus**, nada existindo dos **Torás**.

## 1709

\* 16 de Janeiro - Morre em Canumã o padre Francisco Molovetz.<sup>7</sup>

7 - De nacionalidade alemã, o jesuíta Francisco Molovetz foi incansável no pastoreio das almas cristãs em Canumã. Ao lado de João de Sampaio, destacou-se como um dos primeiros a chegar para missionar na região. Em 1755 trabalhava em Abacaxis o padre Antonio Maysterbourg, vindo a ele se juntar, em 1758, o padre Anselmo Eckart, expulso de Borba por Mendonça Furtado, acusado da exploração do braço indígena em proveito próprio. Ambos também eram alemães. Por essa época, ministravam os jesuítas o seu mister em tôda a calha do Madeira. **Pari passu**, colonos e militares cometiam as maiores atrocidades, eliminando sumariamente os índios rebeldes. Os remanescentes vivos foram arrancados à força de seu habitat natural, escravizados e conduzidos a local diverso. As conseqüências resultaram terríveis: vencedores, além de destruírem as organizações tribais, os europeus introduziram na região novos hábitos de trabalho e novas rotas de comércio, subverteram as crenças religiosas existentes e transformaram os vencidos em simples coletores de drogas, remeiros e empregados da construção civil. Iniciada no final do século anterior, a obra de despoamento da região se completava (cf. Leite, 1943, Reis, 1931, Souza, 1994, Freire e outros, 1991).

\* O jesuíta João de Sampaio, em missão de catequese, se estabelece na região do Madeira.<sup>8</sup>

8 - João de Sampaio nasceu em Abrunheira, diocese de Coimbra, em 24.12.1680. Admitido na Companhia de Jesus em 13.05.1701, veio noviço para a Amazônia em 1703. Inaugurou sua carreira missionária na aldeia de Canumã, para onde viera pouco depois de 1712, quando regressou de Portugal, "aonde se fôra ordenar". Logo no início dela "foi gravemente infamado por um índio ou ébrio malicioso. Feitas as investigações, reconheceu-se a sua inocência, e o Padre Geral, em carta de 22.09.1714, ordena ao padre superior da missão, José Vidigal, que o console e resta-beleça a sua fama". Transferindo a missão para Abacaxis, ali "ergueu casa de sobrado, cômoda, e uma famosa igreja". A crônica informa que ao redor da igreja existiam grandes malocas, morando em cada uma cem pessoas. No Madeira, o padre Sampaio gastou o melhor da sua existência. Mais tarde, da aldeia de Trocano (atual Borba) passou, já alquebrado, para o Engenho de Ibirajuba, no Pará, onde veio a falecer em 22.01.1743. Sucedeu-o nas missões o padre Manoel Fernandes (cf. Leite, cit. João Daniel, 1943, e Silva, 1965).

## 1744

\* A missão de Amatory passa a ser administrada pelos padres mercedários.<sup>9</sup>

9 - Situada acêrca de cem quilômetros de Serpa, à margem esquerda do Amazonas, a missão de Matary que a grafia portuguesa deturpou para Amatory, foi fundada pelo missionário jesuíta Francisco Veloso. Este, em companhia do padre Manuel Pires, em 22.06.1657 saiu do Maranhão para o Amazonas, logo entrando no rio Negro (1658), passando, ambos, a trabalhar entre os índios **Tarumás**. Era seu superior o padre Francisco Gonçalves (1597-1660). Manuel Pires também trabalhou entre os **Aruaqueses** e, estando inteiramente cego (1672), morreu a 4.08.1678. A missão de Amatory, depois de 1660 passou a ser dirigida pelos padres Aluizio Portel e José Maria Garzoni, o último, italiano, também missionou no rio Negro e foi dos mais destacados vultos da ordem jesuítica. Amatory é

nome tomado do rio em cujas proximidades se encontra o lugarejo. Antes de ser missão, o local sediou uma grande maloca. Reza a crônica que nas primeiras décadas do século XVIII havia muitas **razias** entre tribos indígenas. Numa dessas contendas na região do Maturá, os **Muras** capturaram, "ainda em tenra idade", um índio **Juma** batizado de Manoel João que, crescendo entre eles, passou ao Amatory, na mesma margem porém um pouco abaixo do local onde é hoje a vila, onde construiu u'a maloca de que se tornou chefe. Depois de estabelecida, em 1744 a missão passou à responsabilidade do mercedário frei José das Chagas, que construiu uma capela e residência para sediar os ~~seus~~ serviços de catequese. Em maio de 1833, a missão foi elevada a povoado, sediando a Paróquia de Sant'Ana. Seus habitantes, os **Muras**, embora muito atacados pelos cabanos nela permaneceram por mais de cinquenta anos, só se dispersando em 1876. Abrigando centenas de migrantes nordestinos, em 1879 São José do Amatory sediou a Colônia "Pedro Borges", e em virtude de sua extraordinária posição geográfica, no comêço do século XVIII chegou-se a cogitar de ser ali sediada a capital da Capitania do Alto Rio Negro. Condenando Barcelos porque, segundo eles, estava em local impróprio para capital, "por estar muito distante dos demais centros da Capitania", o ouvidor-intendente Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio (1741-1807?) e o naturalista baiano Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815) abriram discussão nesse sentido. Mais taxativo, Sampaio chegou a propor que a capital fôsse estabelecida nas Lages, perto de Manaus, ou na costa do Amatory (cf. Leite, 1943, / Reis, 1931 e 1934, Jobim, 1948, Silva, 1965 e 1979, Miranda, 1908, e Relatórios da Província do Amazonas, vols. 6 - 1858, 8 - 1860 e 11 - 1863-1864).





Francisco Xavier de Mendonça Furtado, capitão-general-governador da Amazonia em 1758 transferiu a Vila de Serpa da ribeira do Abacaxis para o sitio da atual sede de Itacoatiara.



### 3. Serpa: da Colônia ao Império.

Idos de 1680/1700: a economia colonial em expansão e as obras de construção civil das vilas estavam a exigir um aumento da força de trabalho no interior da Amazônia. A fuga contínua dos índios já capturados e a resistência armada daqueles ainda não escravizados dificultavam ainda mais o recrutamento do braço indígena, determinando uma escassêz da mão-de-obra.

Para contornar o problema, o governo português estabeleceu novas normas de recrutamento, presumivelmente não mais sob a forma de escravidão, e transferiu esse controle aos missionários. Esse sistema, baseado no Regimento das Missões, abrindo forte disputa entre missionários e colonos, perduraria até o governo de Sebastião José de Carvalho e Melo, mais tarde Marquês de Pombal (1699-1782), poderoso primeiro ministro de dom José I (1714-1777; rei em 1750-1777).

Os índios rareavam cada vez mais pelo extermínio das guerras e das doenças, ou pela sua fuga para as cabeceiras dos rios. Por outro lado, o sistema de recrutamento da força de trabalho implantado, sob a falácia de que iria por eôbro ao escravismo, só foi transferido de mãos. Os missionários, jesuítas sobretudo, na verdade constituíam uma categoria de colonos igualmente movida por interesses econômicos; ricos proprietários, disputando espaço com os colonos leigos, convertiam os índios ao catolicismo para que estes aceitassem brandamente trabalhar em suas fazendas e

casas comerciais.<sup>1</sup>

As formas de atuação dos missionários, no trato com o nativo, diferiam somente quanto ao método: enquanto os colonos leigos recrutavam-no à força através do **resgate** ou das **guerras justas**, os missionários o faziam pelos **descimentos**. Assim, sem contar com nenhuma válvula de escape, tendo como destino viver em servidão, a população indígena era tratada como um objeto de lucro da política mercantil imposta pelo governo colonialista, que andava de mãos dadas com a catequese orientada pela teologia da dominação.

Insistamos que os missionários, enquanto defendiam os índios, e por causa disso conflitaram amiúde com os colonos, eles mesmos pertenciam a esse mundo mercantil, possuíam fazendas, engenhos e escravos. É verdade que, salvo algumas excessões, a vontade dos missionários, enquanto indivíduos, pedia para a defesa dos indígenas e dos pobres em geral, enquanto a estabilidade das ordens religiosas sugeria a aliança com os poderosos do sistema dominante.

A crise de **liberdade** dos indígenas sofreria uma acomodação a partir da dura intervenção em 1757 do Marquês

---

1 - A desenvolta ação dos missionários trouxe muito lucro para a Igreja em detrimento do Estado português. Além do controle da força de trabalho indígena, os padres estavam isentos de tributos fiscais e alfandegários, fatos esses que aliados à posição estratégica das missões lhes propiciaram uma grande riqueza. É consenso entre os amazonologistas que, por ocasião de sua expulsão, na metade do século XVIII, os missionários possuíam 55 grandes fazendas com um rebanho avaliado em 500.000 cabeças de gado, além de engenhos de açúcar e outros estabelecimentos agrícolas. Resultado da decisão de Pombal que os expulsou, desde 1757 os jesuítas estavam fora do rio Madeira. Só os carmelitas ainda se mantinham na hinterlândia, não como missionários, mas cumprindo as obrigações de capelão dos aglomerados humanos (cf. Hoornaert e outros, 1992, Souza, 1994, Reis, 1931, e Freire e outros, 1991).

de Pombal, quando os missionários perderam o poder temporal sobre as missões e o controle dos índios e foram expulsos da Amazônia.

Mas a Igreja de Roma, mesmo perdendo naquele momento a influência econômica sobre os indígenas, exerceu durante todo o período colonial atribuições de ordem administrativa relevante. O nascimento, o casamento e a morte, com os respectivos registros e consequências jurídicas, estavam a seu cargo. A assistência social, o ensino e a catequese eram atribuições de seus sacerdotes, que até hoje trabalham na defesa das comunidades indígenas, desafiando, inclusive, a supremacia da autoridade civil.

Até à centralização administrativa empreendida por Pombal, o território da Amazônia era composto por capitânicas hereditárias administradas por donatários sob o regime de govêrno vitalício. Depois, dividido em capitânicas reais, passou a ser dirigido por um capitão-mór que governava pelo período que conviesse ao rei. Inicialmente sediada na cidade de São Luiz, a Capitania foi chamada Estado do Maranhão e Grão-Pará, desmembrada em 1621 do Estado do Brasil por Filipe III (1578-1625) e subordinada diretamente à metrópole. Todavia, em virtude do isolamento do extremo-norte, muito vulnerável às invasões estrangeiras, a partir de 1751 passou a ser Grão-Pará e Maranhão, com sede em Belém.

Para colocar em prática a sua política, Pombal nomeou governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão a seu meio-irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, o qual decretou a abolição da escravidão indígena, extinguiu o poder temporal dos missionários sobre os índios e os entregou a diretores civis, fomentou o comércio e a agricultura e reformulou a máquina administrativa.

Acumulando as funções de chefe da comissão de demarcação do norte, Mendonça Furtado, no firme propósito de pôr

em execução as ordens régias referentes às delimitações territoriais, deixou Belém a 2.10.1754 em direção à povoação de Mariuá, no rio Negro; mas não fez viagem direta: aproveitando a oportunidade, foi visitando os núcleos situados ao longo do caminho que devia percorrer. Neles, apanhava os mantimentos necessários à subsistência da expedição e o número de braços indígenas precisos para preencher os claros abertos com as fugas sucessivas dos remeiros. A expedição, numerosa, atingindo a 796 pessoas lotadas em 25 embarcações, apesar dessas fugas e paradas, finalmente alcançou Mariuá a 28.12.1754.

Pelas cartas régias baixadas em Lisboa a 3 de março de 1755, Mendonça Furtado devia providenciar a elevação a vila das povoações de Trocano, no Madeira, e São José do Javari, na bôca desse rio. Para essa, expediu o sargento-mór Gabriel de Souza Filgueiras (1698?-1761). Quanto a Trocano, decidiu ir em pessoa ao lugar. No final de dezembro para lá se dirigiu, e a 1º.01.1756 declarou-a graduada em vila com o nome de Borba, empossando a seguir o corpo de vereadores, escolhidos entre os índios da antiga aldeia. Voltando a Mariuá, ainda alí aguardou, por meses, a chegada dos demarcadores espanhóis. A 23.05.1756 baixou para Belém.

Uma dessas viagens do capitão-general português possibilitou a fixação em lugar mais favorável do primitivo lugarejo de Serpa. Destarte, a 15.01.1758 ele deixou novamente Belém no rumo de Mariuá. No caminho, ia criando as vilas e lugares e instalando os conselhos municipais. Entrando no rio Madeira, contactou com os habitantes da missão de Abacaxis, orientando-os a se mudarem para a margem do rio Amazonas, no **sítio Itaquatiara**. A 24 de abril desembarcou em Mariuá. Em cumprimento à carta régia de 3 de março de 1755 que criara a Capitania de São José do Rio Negro, a 7 de maio Mendonça Furtado, graduando o arraial na condição de vila com o nome de Barcelos, instalou a nova unidade político-

NÃO FOI  
NOUTRA DATA!  
(V. 99.48) 44

administrativa, empossando como governador a seu sobrinho Joaquim de Mello e Póvoas. A 10 de maio marcou os limites da Capitania, confirmando Barcelos como capital.

Chamado a Belém, lá chegou a 26 de dezembro de 1758. No ano seguinte, a 7 de maio, depois de entregar o govêrno a seu substituto legal, viajou de regresso a Portugal. No ocidente amazônico, o coronel Mello e Póvoas concluiu a obra de seu tio: instala as outras vilas e lugares que faltavam para completar a rede geo-econômica e política. Retirando-se para o Maranhão, em 25.12.1760 é substituído pelo governador Gabriel de Souza Filgueiras.

A fundação do município de Serpa em 1759 seria pautada no regime jurídico das Ordenações Filipinas (1603). Precedendo à colonização e ao núcleo urbano, o município derivava da tradição romana, mas naquele momento tinha uma particular tonalidade portuguesa. Na feição de molde administrativo que abrigará a futura sociedade, será um instrumento político para o povoamento, orientado por motivos fiscais de conservar a supremacia da autoridade real e de converter a economia natural na economia de moeda, com os tributos reduzidos a dinheiro. Na administração colonial, as vilas e cidades eram geridas por câmaras municipais eletivas, compostas de dois juizes ordinários, três vereadores e oficiais da Câmara.

Meio século depois, com a transferência da sede da Monarquia portuguesa para o Rio de Janeiro, em consequência das guerras napoleônicas de 1808, a Amazônia é reintegrada ao território do Brasil. Ao mesmo tempo, a presença da família real teve o duplo efeito de consolidar a unidade nacional e completar a separação de Portugal, sem o desmembramento do patrimônio territorial brasileiro, que permanece intacto com a fundação do Império em 1822 (cf. Hoornaert e outros, 1992, Reis, 1948, e Mirador, 1995).

Esse período histórico - da Colônia ao Império - que

atinge o povoado e depois a vila de Serpa, será tratado a seguir.

## 1755

\* Criada a Capitania de São José do Rio Negro.<sup>2</sup> *Bento*

2 - Ao tempo, o mundo cristão era governado pelo Papa <sup>Bento</sup> Benedito XIV, de Bolonha (pontificou em 1740-1758). O capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado tomou posse da Amazônia em setembro de 1751, governando até 1759. Designado presidente da comissão de demarcação de limites do norte, com essa missão deixou Belém em 12.10.1754 e subiu o Amazonas comandando uma flotilha de 25 embarcações, levando mais de setecentas pessoas, entre índios remeiros, soldados, pilotos, técnicos, confessores e escravos. Antes de chegar ao rio Negro onde passou cerca de dois anos, fez parada no sítio Itaquiara, mandando gravar em uma pedra do litoral a data de sua passagem (1754). Até 1755 só existiam vilas e lugares na parte oriental do vale. Visando a tornar mais efetiva e racional a atuação da máquina administrativa e consolidar o controle territorial no ocidente amazônico, Mendonça Furtado sugeriu ao Marquês de Pombal a divisão da Capitania. Acatada a sua sugestão, pela Carta Régia de 3.03.1755 é criada a Capitania de São José do Rio Negro subalterna à do Grão-Pará para ser sediada na vila de Mariuá, depois rebatizada Barcelos. (Além de um governador, exerceriam funções políticas na Capitania do Alto Rio Negro: o comandante militar, o ouvidor que acumularia as funções de provedor da Fazenda e de Intendente-general do comércio, agricultura e manufaturas, dois juizes ordinários, o escrivão judicial e de notas, e dois juizes de órfãos. Desde sua instalação em 7.05.1758 a 25.05.1824, a Capitania de São José do Rio Negro viria a ser administrada por 9 governadores, além de 10 juntas governativas. Com a promulgação da Carta Imperial de 1824, ela seria rebaixada à Comarca do Alto Amazonas, voltando a ser anexada à Capitania e, naquele momento, Província do Pará) Embora a instalação do governo não tivesse se efetuado imediatamente, o objetivo principal que norteava a criação da Capitania foi atingido, transformando-se as antigas missões em vilas e lugares, e com isso a administração foi levada mais ao interior, iniciando-se o "processo de lusitanização" em que todos os nomes indígenas de núcleos populacionais amazônicos foram trocados por nomes de povoações portuguesas. Ocorria, então, em plena selva, a instituciona-

lização da célula municipal, representada pela Câmara, com atribuições e estrutura próprias centradas nas Ordenações Filipinas. De conformidade com a **abertura** patrocinada por Pombal, o exercício do voto e da vereança cabia aos naturais da região (cf. Reis, 1931 e 1948, e Mirador, 1995).

## 1758

\* Em missão oficial da Corôa portuguesa, Mendonça Furtado entra no rio Madeira, e visita a povoação de Abacaxis.<sup>3</sup>

\* 18 de Abril - Transferida às margens do Amazonas, a missão de Abacaxis se localiza no **sítio Itaquatiara**.<sup>4</sup>

---

3 e 4 - Já em Belém em princípios de 1758, Mendonça Furtado voltou ao rio Negro, mas antes estêve visitando Borba, no Madeira. Em caminho, contactou com os habitantes de Abacaxis, mostrando interêsse em graduar essa povoação em vila. Porém, auscultando atentamente, anotou queixas de seus moradores sôbre a insalubridade do lugar e os constantes ataques que contra ele perpetravam os **Muras**. Ainda, diante do visível estado de insatisfação geral demonstrado pelos locais, Mendonça tomou conhecimento de que o padre alemão responsável pela missão jesuítica ali sediada os vinha tratando com grande rispidez. Sensível a esses fatos, providenciou para que o povoado "se transferisse do Madeira às margens do Amazonas, no **sítio Itaquatiara**". Consumada a transferência, Mendonça se apressa em registrá-la, elogiando a escolha do novo assento. Em carta de 4.07.1758 enviada ao ministro português Thomé Joaquim da Costa Côrte Real, dá conta do evento, nestes termos: E "...lhes nomeei uns poucos de sítios para eles escolherem o que lhes parecesse melhor a bem de sua saúde e da sua conveniência. Em observância desta ordem foram ver os sobreditos sítios e escolheram entre eles um chamado **Itaquatiara**, sobre o Amazonas (...) Na verdade escolheram bem, porque as terras são as melhores que aí há pois produzem todo o gênero de frutas, e o rio naquele sitio é abundantíssimo e sobretudo está na **estrada real** destes sertões, e com esta vila acharão os passageiros socorro, e os índios não só tirarão grande lucro dos seus trabalhos na venda dos mantimentos, mas civilizar-se-ão" (cf. inserção em Belém, 1912). A transladação do Madeira para o rio Amazonas foi orde-

iniciada!

nada no mês de março e, a partir de 18 de abril de 1758, à nova povoação vieram ter os **Abacaxis, Mundurucus, Torás, Iruris e Araras**, a que se foram juntando mais tarde os naturais das cercanias: **Aaná, Barys, Banibas, Curuaxiás, Maués, Passés, Sarás, Tururis, Anicorés, Cumaxiás, Juris, Juquís, Aponariás, Jumas, Pariquis, Urupás e Muras**. Concretizada a mudança, a 19 de abril Mendonça Furtado deixa o sítio **Itaquatiara**, e a 4 de maio alcança **Barcelos**. Em cerimônia simples, no dia 7, empossa o coronel **Joaquim de Mello e Póvoas**, seu sobrinho afim, governador da Capitania de São José do Rio Negro. Este, a 21.12.1758, comunica ao ministro Côrte Real o seu "desejo de criar as vilas de Javari, Olivença, Ega, Silves e Serpa". Como se vê, a mudança do povoado de Abacaxis para o sítio **Itaquatiara** foi atribuição de Mendonça Furtado, mas a criação e instalação da vila foram atos de exclusiva responsabilidade do governador Mello e Póvoas. Retirados de seu ambiente e arrebanhados na vila nascente, os naturais da região passaram a trabalhar mais diretamente ligados à economia extrativa colonial, dando início a um intenso, irreversível "processo de caboquização", traduzido na mistura do "branco" com a índia. Em pouco tempo, dessas nações indígenas - donde provêm os fundamentos da família itacoatiarense - não restou um só descendente (cf. Reis, 1931, Melo, 1967, Batista, 1976, e Amazonas, 1984). O sítio **Itaquatiara**, lugar calmo, muito piscoso, era parada obrigatória dos sertanistas e missionários que subiam e desciam o rio a partir dos anos 1700. A principal pedra, que ornava o atual pôrto do Juary, leva desenhos trabalhados por índios, símbolos religiosos e inscrições em português. Nela se contém a palavra **Tropa**, além de uma cruz, uma escada e as datas de **1744** e **1754**, a segunda delas gravada a mando de Mendonça Furtado, como referimos anteriormente. Numa alusão a essa pedra do Juary, a usual grafia **Itacoatiara** foi aportuguesada de **Itaquatiara**, termo indígena (do tupi **i'tá kwati'ara**) que se traduz para **pedra pintada** ou **riscada**, suscitando intensos debates a respeito. O falecido filólogo padre Raimundo Nonato Pinheiro (1922-1994) e o professor Mário Ypiranga Monteiro (1909- ) optaram por escrever o termo em sua forma original, afastando o uso do nome aportuguesado, no que acompanham os dicionaristas que grafam o topônimo de acordo com a tradição histórica secular. Dessa forma, o natural ou habitante da cidade seria **itaquatiarense**. Quando, a pedido da Mesa da Câmara, redigimos o projeto de Lei Orgânica do Município de Itacoatiara (que, aprovado, se tornou a Lei nº 5, de 5 de abril de 1990), fizemos constar no Ato das suas Disposições Transitórias a obrigatoriedade de se formar no prazo de seis meses uma comissão especial integrada por membros do Instituto Geográfico e Histó-



**Pedra Pintada, certidão de batismo, monumento-mór da cidade. Foto de 1925 tirada no seu local de origem, o porto do Jauary.**



rico, Universidade do Amazonas, INPA e mais conhecedores do assunto, para sugerir dados opcionais relativos à grafia nominal do município. Previa-se, pela via plebiscitária, o submetimento do assunto à decisão coletiva, cujo resultado regularia definitivamente a utilização do topônimo: se na forma vernacular original ou se na já consagrada pelo consenso diuturno dos itacoatiarenses. A comissão jamais foi instalada e o texto legal permanece letra morta até hoje. Quanto à pedra, apropriadamente considerada a certidão de batismo da cidade, ela foi em 1975 retirada de seu lugar original, estando exposta ao sol e à chuva, à espera das providências protetoras de alguma autoridade comprometida com a defesa da memória amazonense. Ainda nesse sentido, apesar dos reclamos de vendedores esclarecidos (cf. Livros de Atas 1982/83 e 1985/86 da Câmara) e de intelectuais locais, as autoridades municipais permanecem insensíveis e moucas. Deslocado da margem do rio, passando pelos pátios externos da Prefeitura e da ex-Maternidade e atualmente colocado ao relento na praça da Matriz, o monumento-mór de Itacoatiara - a **pedra pintada** - precisa ser exposta em pedestal apropriado e protegido das intempéries do tempo, para honra e glória da cidade.

## 1759

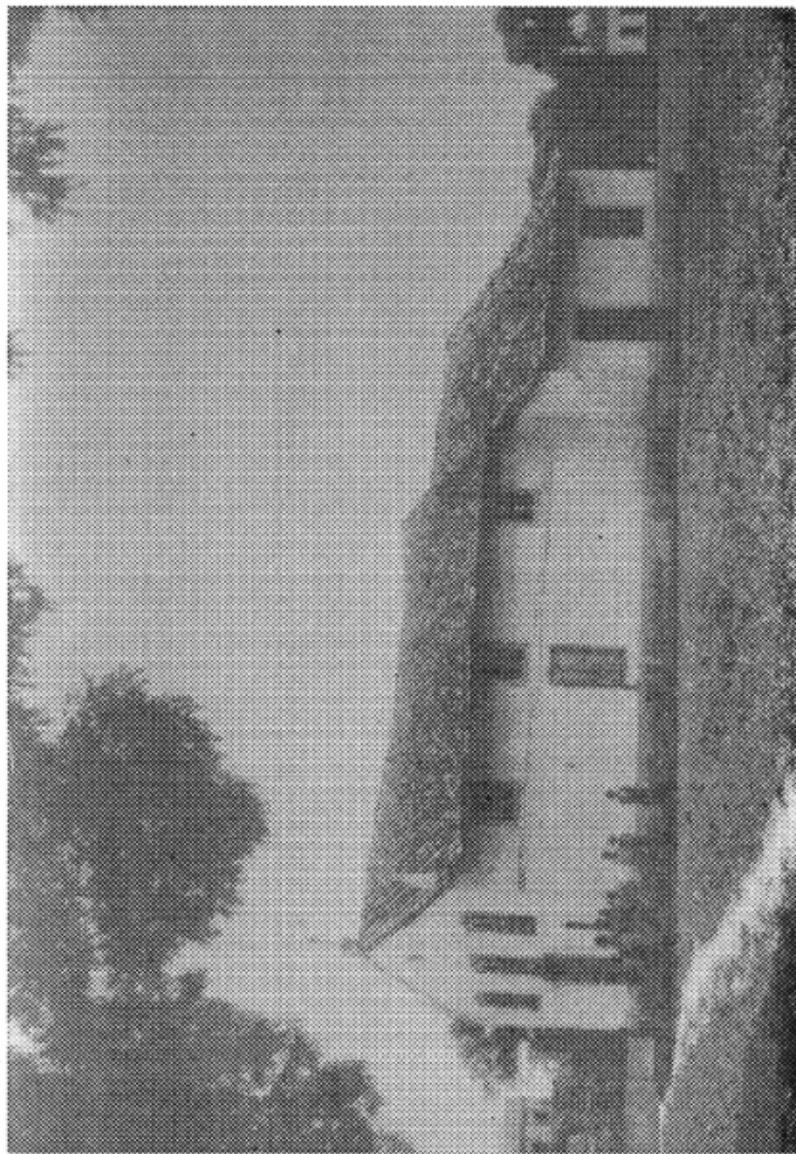
\* Elevação do povoado à categoria de vila com a denominação de Serpa.5

\* Fundada a igreja Matriz sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário de Serpa.6

---

5 - O mais forte motivo, dentre os principais que nortearam o governo português a criar, em 3.03.1755, a Capitania de São José do Rio Negro, foi o de, velando pela liberdade do índio, incentivar a realização de matrimônios entre gentios e reinóis. Essa política de miscigenação, com prêmios em terras, armas e dinheiro ao soldado ou colono português casado com mulher índia, conferiu **status** político e social ao natural da região, possibilitando-lhe o acesso à regência dos negócios públicos. Seguindo a legislação, os primeiros casamentos entre portugueses e índias realizaram-se em Borba, ainda ao tempo de Mendonça Furtado. Empossado no cargo de governador, após tomar as providências administrativas preliminares, o coronel Joaquim de Mello e Póvoas visitou o interior e, cumprindo as determinações do alvará régio de 14.09.1758, promoveu a

secularização das aldeias missionárias, que receberam o estatuto de povoados e vilas, passando a ser conhecidos por topônimos portugueses, inclusive Abacaxis - já instalado em Itacoatiara - alusitanando-lhe o nome para Serpa. Ocupando a quinta posição desde a sua expulsão em Maturá (sexta, se computarmos a missão dos Aroaquis, na ilha de Aibi), e coincidindo com a expulsão dos jesuítas, acusados pelo Marquês de Pombal de explorarem o braço indígena em proveito próprio, a vila foi inaugurada no dia 1º.01.1759. A cerimônia de instalação revestiu-se das formalidades de praxe: o Pelourinho - símbolo das franquias municipais, à feição de coluna, - foi levantado, e sob exclamações de vivas a El-Rei foram dados tiros de saudação ao soberano português, seguindo-se a missa rezada em ação de graças. Assim, cumpridas as formas protocolares tradicionais, repetia-se em Serpa as ruidosas manifestações de inauguração das vilas de Borba e Barcelos, únicas a lhe antecederem no recebimento do novo foral. Culminando a festa, foi empossada a Câmara, entidade que, além do gerenciamento do poder administrativo e do cumprimento das atribuições judiciárias, viria exercer uma grande importância política na vida comunitária, intervindo na atividade econômica, fixando os preços dos produtos e dos serviços. Com a posse dos vereadores - escolhidos dentre os mais esclarecidos, portugueses e gentios, já convivendo pacificamente, perfeitamente adaptados uns aos outros - foi dado início à vida municipal. Infelizmente, à falta de documentação desconhece-se a qualificação das pessoas designadas para reger as funções políticas - juíz ordinário, vereadores e diretor do povoado. Mas, perdendo os missionários o poder temporal sobre a vila, e estando esta já sendo administrada por autoridades leigas, Serpa passou a vivenciar outros horizontes naqueles tempos de dificuldades. A Diretoria dos Índios, entregue a diretores civís, para manter os aldeamentos e administrar o trabalho indígena, proíbe o uso da língua materna e obriga o uso da língua portuguesa nas escolas, bem como a utilização pelos índios de sobrenomes em português e a construção de suas casas no estilo das dos brancos. A partir de então começa a trabalhar na área de modo permanente o colono leigo, passando a economia indígena, inicialmente ocupada no atendimento às necessidades de subsistência interna, a ser orientada ao trabalho de suprimento de um mercado externo. A fundação do município de Serpa, além de formar na Amazônia mais uma circunscrição administrativa do Estado português com govêrno próprio e poderes suficientes para atender seus interesses e necessidades, possibilitava a agregação de grupos de famílias, facilitando o trabalho de catequese do indígena. Tanto que, superando de longe o mínimo de 150 moradores exigidos pela legislação pombalina para se firmar um



Igreja Matriz colonial, totalmente remodelada em suas características originais. Demolida em torno de 1932. Foto tirada em 1925



centro administrativo, a vila de Serpa logo em seguida passava a contar com mais de mil casas, incluídas as dos arredores, algumas coletivas, acomodando a indiana destribalizada descida das matas e rios próximos. Em adendo, importa tecer aqui algumas considerações. No século XVIII, as Ordenações Filipinas (1603) regulamentavam o regime municipal português, transplantado para a Amazônia com a chegada dos primeiros colonizadores. Os portugueses consideravam como município todo núcleo populacional com os respectivos órgãos autárquicos. O poder municipal se centrava na Câmara, exercendo seu presidente poderes de administração e atribuições judiciárias. O Pelourinho erguido na praça, em frente à Câmara, simbolizava o poder municipal. Com o estabelecimento do regime imperial brasileiro, as atribuições judiciárias cometidas aos municípios pelas Ordenações foram retiradas, passando as câmaras a ser corporações meramente administrativas. Ato contínuo, a Constituição de 1824 dispôs que às câmaras competia tratar dos bens e obras do governo econômico e policial das cidades e vilas, sendo as mesmas eletivas compostas de vereadores, assumindo a Presidência aquele que obtinha maior número de votos. Posteriormente, a Lei regulamentar de 1º.10.1828 disciplinou as funções municipais, a formação das posturas, a contratação de pessoal, a aplicação de suas rendas e as suas demais atribuições. Por essa Lei, o número de vereadores, eleitos de 4 em 4 anos, em todas as paróquias, foi fixado em nove para as cidades e sete para as vilas, incluídos, em ambas, dois juizes de paz. Comprovando a estreita comunhão entre a Monarquia e a Igreja, os vereadores, ao assumirem, prestavam juramento sobre os Santos Evangelhos, estando sujeitos à multa de 4 mil réis (nas cidades) ou 2 mil réis (nas vilas) por sessão que faltassem sem motivo justificado; se o seu impedimento ou ausência fôsse superior a 15 dias, substituíam-lhes os suplentes. Após a proclamação da República (1891) as antigas províncias e agora estados-membros passaram a dispor sobre a criação e organização dos municípios brasileiros. Nas atas das câmaras há muito da história política do Brasil; quase todos os movimentos cívicos do país se originaram nelas, que foram o depositário da opinião popular e a caixa de ressonância de todos os fatos municipais (cf. Galvão, 1966, Reis, 1931 e 1940, Freire e outros, 1991, Rocque, 1967, e PSDB, 1989).

6 - Por esse tempo, os destinos da Igreja em Roma eram dirigidos pelo Papa veneziano Clemente XIII (pontífice em 1758-1769). Inaugurada a vida municipal de Serpa, a ação do catolicismo - embora tenha sofrido um forte retraimento com a expulsão dos jesuítas - voltou a ser efetiva no lugar. Anteriormente (13.04.1755), havia sido criada a Vigararia-geral do Rio Negro (subordinada à Diocese do Pará e mais tarde confirmada pela carta régia de 18.06.1760), estando sob a direção do bispo dom

frei Miguel de Bulhões. Este, imediatamente passa a apoiar a ação dos amazonenses: em dezembro de 1755 designa vigário-geral em Barcelos ao padre José Monteiro de Noronha. Atribuindo-se-lhe a côngrua de duzentos e quarenta mil réis (240\$000) anuais, Noronha recebeu a incumbência "de tratar com o gentio, afeiçoá-lo aos europeus, conduzi-lo ao caminho da Igreja Católica"; em 1758, de Belém, seguiu para exercer suas funções no rio Negro. Simultaneamente à instalação da vila (1759) foi criada a Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Serpa, mandando-se vir de Lisboa a imagem de sua santa padroeira - moldada em gesso e papelão, como era da tradição - que começou a ser cultuada em pequeno e tóscio templo de madeira coberto de palha. Ali, "se reuniam os índios e os poucos civilizados existentes, cantando os louvores de Maria e ensinando a religião de Cristo". Ao lado da igreja foi aberto o Cemitério, e conferida sua administração à autoridade eclesiástica. De tempos em tempos, procedentes de Belém, chegavam padres para ministrar os sacramentos. A falta destes era em parte suprida pelo respectivo vigário-geral, nas desobrigas que realizava. Em 1787, a serviço do Bispado do Pará, o bispo dom Caetano Brandão (1740-1805) visitou a igreja, mandando proceder-lhe os melhoramentos. A vila de Serpa passou a ter vigários colados (efetivos) a partir da instalação da Província, em 1852, embora ainda dependentes de nomeação pelo Bispado do Pará. Mas, padres residentes teve-os somente a partir de 1894 quando foi instalada a Diocese do Amazonas. A primitiva igreja de Nossa Senhora do Rosário de Serpa foi levantada no exato local onde é hoje a quadra Herculano de Castro e Costa (cf. publicação da Diocese de Manaus, 1946, Bittencourt, 1969, Reis, 1942, e Rocque, 1970).

## 1760

\* 16 de Janeiro - O governador Mello e Póvoas comunica a Portugal o resultado de sua viagem inaugural a Serpa.<sup>7</sup>

---

7 - O estabelecimento da sede do novo govêrno nos confins ocidentais da Amazônia vinha assinalar o início de uma nova política na região. Emposado em junho de 1757, a ação governamental de Mello e Póvoas foi obnubilada durante dois anos pela presença de seu tio, Mendonça Furtado,

que ficara em Barcelos aguardando a chegada dos emissários espanhóis para estabelecer os limites fronteiriços entre os dois países. Serpa, então, passou a ser um dos pontos de apoio e referência dessa política no médio Amazonas. Quando, afinal, Mendonça Furtado se retirou para Belém, Mello e Póvoas pôde em plenitude exercer o seu mandato e o fez com decisão e responsabilidade. A 16.01.1760, após mais de um ano em desobriga pelo Madeira, rio Urubu, médio Amazonas e alto Solimões, de Barcelos leva ao conhecimento de Mendonça Furtado os resultados de sua viagem às vilas de Borba, Serpa e Silves, nestes termos: "Nesta mesma viagem fui à antiga aldeia dos Abacaxis a qual está mudada para Itacutiara (grifos nossos), situação sem dúvida a melhor desta Capitania e a erégia em nova vila de Serpa, segundo as ordens de Sua Magestade que Vossa Excelência me deixou para assim o fazer. O capitão engenheiro Fellippe Sturm fez a planta da dita vila e nela fez as demarcações precisas para se levantarem todos os edifícios que naquela vila deve haver (...) Na criação desta vila usei tôda a mesma formalidade que vi praticar em tôdas as que Vossa Excelência criou, a que eu tive a honra de assistir. Remeto as plantas de Borba, Serpa e Silves para que Vossa Excelência veja a forma que devem ter". A 20.01.1760, reiterando os termos dessa missiva, Mello e Póvoas também comunica esses fatos ao ministro Thomé Joaquim da Costa Côrte Real (cf. Reis, 1948, e "Cartas do primeiro governador da Capitania de São José do Rio Negro Joaquim de Mello e Póvoas 1758-1761", 1983). Presumimos que não houve o retorno da primeira planta topográfica de Serpa, estando a mesma possivelmente arquivada em Portugal. Quanto a Fellippe Sturm (também grafado Phelippe Strum), era o engenheiro alemão que veio para Barcelos na comissão de demarcação liderada por Mendonça Furtado. Vimos que, além da planta de Serpa, Sturm também levantou as de Barcelos, Borba e Silves. Nessas viagens, Mello e Póvoas se fez acompanhar do Vigário-geral José Monteiro de Noronha.

1768 } → Ausente + de um ano, após 1759...  
 a pretextos de visitar a mãe  
 doente, logo depois da instalação  
 de S. P. de Olivença... vide  
 cartas  
 Mello  
 e Póvoas

\* O Vigário-geral do rio Negro padre José Monteiro de Noronha, em viagem às comunidades do Amazonas, visita Serpa.8

8 - Vigorava, então, o sistema do padroado em que os párcos e seus auxiliares recebiam os rendimentos sob o nome de cõngruas. Além desses

rendimentos, tinham direito aos emolumentos recebidos em retribuição as funções religiosas, chamadas de **pé-de-altar**. Em média, a **côngrua** dos párocos no Brasil não passava, a princípio, de trinta e cinco mil réis (35\$000) anuais, e em 1608 passou a cinquenta mil réis (50\$000). No século XVIII um pároco colado (efetivo) não recebia mais de duzentos mil réis (200\$000) anuais e quarenta mil réis (40\$000) para a administração da Matriz. Além de perceberem baixos vencimentos, que atrasavam sempre, os párocos viam-se impossibilitados de exercer suas funções, em face do crescimento das paróquias. Nesse caso, recorria-se aos vigários encomendados (interinos) que não recebiam salário e eram sustentados pelos próprios paroquianos, por meio das contribuições denominadas **benesses** (espórtulas pagas por ocasião de casamentos, batizados e enterros), além das ofertas voluntárias. Mas, variando conforme as condições locais, tais contribuições pouco representavam. Alguns párocos recorriam à atividade da pesca e a outros misteres não paroquiais para cobrir as despesas suas e a da Igreja. No século XIX, com o reconhecimento do Império pela Santa Sé, as **côngruas** continuaram sendo pagas pelo tesouro do Estado, ficando este com o encargo de conservar e propagar a fé, especialmente entre os índios. Com a proclamação da República (1889), o decreto de 7.01.1890 separou a Igreja do Estado e declarou a extinção do **padroado** com tôdas as suas instituições e prerrogativas. A propósito de **mil réis**, a moeda brasileira copiada de Portugal, vigorava desde o comêço da Amazônia colonial. Era simbolicamente representado pelo cifrão (\$), e estava sempre ao par com a libra inglêsa, moeda básica do mundo, naquele tempo. Um **mil réis**, em algarismo, grafava-se 1\$000, porque era fracionado em dez centenas, chamadas réis. O **mil réis** vigorou até 1942, quando o presidente Getúlio Dornelles Vargas (1883-1954) instituiu o **Cruzeiro**. Pois bem, voltando à viagem do Vigário-geral José Monteiro de Noronha... este, subindo o rio Amazonas, faz uma definição muito esclarecedora das condições físicas e humanas da época. No território de Serpa que ele denomina "a paragem chamada das pedras pintadas", escreve: "Os seus primeiros povoadores foram os índios da nação Iruriz, aos quais se agregaram os da nação Abacaxis e de outras muitas. Da vila de Serpa se segue em distância de três léguas o quinto furo de Saracá chamado de Aybu; e na distância de mais meia légua o sexto furo, a que chamam Arauató, pelo qual deságua o rio Urubu, que desce dos montes que formam a cadeia ou cordilheira chamada Guyana. Foi antigamente habitado de muito gentio, e presentemente só se conserva nele o da nação Aroaquy. Nele esteve em outro tempo fundada uma grande e populosa aldeia administrada pelos religiosos mercedários, e se extinguiu fugindo os índios seus habitantes depois de tirarem a vida ao seu missionário o padre frei João das

↓  
= 2 milhas = 3 km.

↓  
= a 12 milhas = 18 km.

Neves, animados de um espírito de rebelião, e a impulsos da sua natural inconstância na firmeza da sua fidelidade. De Arauató até chegar defronte da barra do rio da Madeira são cinco léguas. Há no Madeira muito cacau, e muito gentio, cujas nações mais conhecidas e distintas são: **Arara, Marupá, Pama, Turá, Matanavi, Orupá, Tocumá, Manú, Cauaripuná, Yuquy, Yauaratéuara**. Nas ilhas que estão na barra do Matary, por serem grandes, e de terra alta fundaram em outro tempo os religiosos mercedários algumas aldeias de índios, que tiveram pouca duração. Neste rio (Matary) ainda habitam os índios das nações **Sapopé, Aroaqui e Perequita**". Referindo-se aos rios Abacaxis e Canumã, padre Noronha fala sobre seus habitantes: muito gentio cujas nações mais conhecidas são **Sapupé, Comany, Aitonariá, Brauará, Uarupá, Maturucá, Curitiá**. Em Silves existiam os **Anibás** (cf. Noronha, 1856, e Mirador, 1995).

esse  
país citado  
por Melles e  
Silves

→ = 20 milhas = 30 km.

## 1774

\* Provimto baixado pelo Intendente-geral do Rio Negro, regulamenta as eleições em Serpa.<sup>9</sup>

\* 21 de Setembro - O ouvidor e Intendente-geral da Capitania de São José do Rio Negro, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, inspeciona a vila de Serpa.<sup>10</sup>

<sup>9</sup> - Para cumprir as Ordenações e leis extravagantes do Reino, firmado pelo ouvidor e Intendente-geral Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, o provimento definia: Na segunda oitava do Natal (dez de janeiro) de cada ano a Câmara se reunia para escolher os juizes e oficiais da Câmara; esses nomes, inscritos em papéis avulsos guardados em cofre, eram sorteados em público: "um menino de idade até sete anos meterá a mão e tirará um pilouro, o qual se abrirá, fazendo-se um termo de como se fêz aquela abertura, e declarando-se nele quem foram as pessoas" escolhidas. "E logo a Câmara velha os mandará vir à sua presença e lhe dará juramento dos Santos Evangelhos, metendo-os de posse". Se algum vereador "vier a falecer, a Câmara procederá nova eleição", empossando-se o novo eleito, "sem precisão de darem parte ao Ouvidor". Destarte, empossados os três vereadores e os dois juizes de paz, estes ficavam responsáveis pela administração e manutenção da ordem pública, e assim iam, anualmente, se revezando (com a reforma de 1828 o mandato passaria a ser quadrienal). Na mesma data, o ouvidor baixou posturas definindo as penas dos

criminosos e as formalidades para abertura de inventários a favor de órfãos e viúvas. Essas instruções foram guardadas em cofre, "cujas chaves deverão sempre conservar-se nas mãos dos três vereadores que acabarem, indo assim passando de uns a outros; e o cofre estará depositado na mão do escrivão da Câmara". Mas, ocorrendo de estar a vila quase sem moradores "brancos", esta arrastava uma vida miserável. Similar em toda a Capitania, "os vereadores, índios também, assinavam de cruz as atas e não sabiam o papel político que representavam". Segundo Arthur C. F. Reis, o coronel Joaquim Tinoco Valente (governador em 1763/1779) não "era o homem de boas intenções" que se esperava ser, "armado de coragem para punir os desregramentos, traçar novos rumos à Capitania", cujo "maior mal era a embriaguês dos nativos". A venda de aguardentes de cana campeava solta e, mesmo proibida, já "faziam-na de pajurá e beijú de maniba" (cf. Sampaio, 1856, e Reis, 1931).

10 - O português Ribeiro de Sampaio, formado em direito pela Universidade de Coimbra, fôra o terceiro ouvidor e Intendente-geral da Capitania de São José do Rio Negro; tomando posse a 27.10.1773, permaneceu no cargo até fins de 1799. Sua visita de correição aos lugares da Capitania foi longa e produtiva. Procedente de Silves, passou dois dias em Serpa, o suficiente para levantar-lhe o mapa da população e da produção agrícola: haviam trinta e três fogos em que residiam 285 índios, sendo 142 do sexo feminino, e plantados 700 pés de café, 900 de cacau, 19.700 de tabaco e 100 de algodão. Toda essa produção pertencia aos "brancos", pois o serviço dos índios se resumia ao plantio de mandioca. Nesse ano de 1774 foram colhidas 436 arrôbas de cacau. A praga da formiga atacava os roçados e destruía as plantações. O Intendente teve boa impressão da vila, cuja "praça vistosa forma um paralelograma, a igreja e as casas do pároco e do encarregado do povoado acham-se em bom estado, mas as casas dos moradores estão sem cobertura, cadeia não há e o seu diretor Manoel Teixeira é negligente e descuidado". Ribeiro de Sampaio ficou bastante impressionado com a abundância do pescado e a grande quantidade de tartarugas encontradas no litoral e praias próximas. "Por diligência do sargento-mór Antonio da Costa de Medeiros, os índios **Pariquis** estavam sendo descidos do rio Uatumã" (cf. Sampaio, 1985, e Reis, 1931).

## 1775

\* População de Serpa nesse período: 366 pessoas.<sup>11</sup>

11 - Esse total estava assim distribuído: 285 índios (142 mulheres e 143

homens), 55 "brancos" e 22 escravos. Dos habitantes indígenas, dez "estavam ao serviço del-Rei", trinta e oito tinham entre 7 e 15 anos, cento e quarenta e sete, entre 15 e 60 anos, e dezoito, entre 60 e 90 anos. Dezenove eram escravos e trabalhavam nas canoas de regatão, além de vinte e nove que se ocupavam na pesca e em suas próprias roças (cf. Mapa apenso em "As viagens do ouvidor Sampaio", 1985). Note-se que, oscilando ora para cima, ora para baixo, a população de Serpa seguidamente sofria a investida das "expedições régias". Segundo o historiador paraense Antonio Ladislau Monteiro Baena (1782-1850), doze anos depois a população da vila alcançava aproximadamente 1.200 habitantes.

1787<sup>9</sup>

1787

\* O sexto bispo do Pará, dom Caetano Brandão, visita a Paróquia de Serpa.<sup>12</sup>

12 - O prédio da igreja, ainda malfeito, tinha melhorado em relação ao primitivo barracão de palha. Na subida do rio, o bispo achou-a em estado miserável, "estava em osso, negra e toda esburacada", determinando a sua reparação. Na sua volta, encontrou-a "caída e já com diferente aspecto". No momento, a freguesia estava desfalcada de população por causa das expedições régias. "Ainda naquele ano, afirma o religioso, tinham fugido para o interior das matas muitas famílias, que haviam escapado das expedições que iam a Mato Grosso". O govêrno da Igreja Católica em Roma era exercido pelo Papa Pio VI (pontificado em 1775-1799). Sexto bispo do Pará, Caetano Brandão tomou posse em Belém em 29.10.1783. Fêz três viagens ao interior da Província (1785, 1786 e 1787), sendo "o primeiro a ministrar pessoalmente o pasto espiritual à parte maior da sua grei espalhada pela superfície de uma vastíssima Diocese". Nessas viagens, segundo Baena, Brandão "prega, crisma, reparte esmolos e consegue melhorar os costumes dos devassos e perdidos na vida, não com rigores eclesiásticos, monitorias, excomunhões, mas com a brandura, suavidade e desvêlo santo de um Prelado que sabe praticar e explanar as doutrinas colhidas no Evangelho e nas Epístolas dos Apóstolos". A Paróquia de Serpa, remarquemos, data de 1759 e é antecedida apenas pelas de Manaus (1695), Coari (1744) e Borba (1755). Sua criação é contemporânea da das matrizes de Tefé, São Paulo de Olivença e Silves. Insista-se, por outro lado, que a santa de sua devoção é Nossa Senhora do Rosário de Serpa e assim consta da ata de instalação da

vila e de todos os relatórios da Divisão Eclesiástica da Província do Amazonas. Pretender, como muitos desavisados o têm feito, nominar a padroeira de Itacoatiara como sendo Nossa Senhora do Rosário de Fátima é, no mínimo, divulgar falta de bom senso. Segundo a crença, a 13 de maio de 1917 teria havido uma aparição de Maria, mãe de Jesus, a três pequenos pastores - Lúcia, Francisco e Jacinta - na Cova da Iria, a três quilômetros da povoação portuguesa de Fátima, localidade que passou, desse modo, a ser centro de peregrinações, tornando-se o mais famoso santuário mariano do mundo. Então, como associar o nome da padroeira de Itacoatiara a Nossa Senhora do Rosário de Fátima, se esta começou a ser cultuada somente a partir de 1917, exatamente cento e cinquenta e oito anos após a instalação da vila de Serpa? Ora, a devoção da Virgem é sempre vinculada ao lugar onde ela se entroniza. Daí a oportuna observação de Thiago de Mello, seguindo a lição de dom Marcos Barbosa: o culto à Nossa Senhora é invocado quer segundo os lugares em que é venerada (Lourdes, Aparecida ou Fátima), quer segundo um dos momentos de sua vida (N. S. das Dores ou da Glória), quer, finalmente, quanto às necessidades de seus filhos (N.S. do Amparo ou da Boa Viagem). Logo, a Igreja de nossa cidade fundou-se ao abrigo do pátio de Nossa Senhora do Rosário de Serpa e, a partir de 1874, Nossa Senhora do Rosário de Itacoatiara (cf. Jobim, 1948, Silva, 1965, Barsa, 1995, Baena, 1969, e Farias, 1993).

## 1798

\* 12 de Maio - Carta régia cria o Corpo de Trabalhadores.<sup>13</sup>

---

13 - O edito, firmado por dom João VI (regente de Portugal em 1792-1816; rei em 1816-1826), que substituiu a interdita dona Maria I (rainha em 1777-1792), abolia o sistema de Diretorias de Índios criado por Pombal. Anteriormente (1792), a sede da Capitania do Rio Negro havia sido transferida de Barcelos para o Lugar da Barra e, em 1796, como sintoma de maior centralização absolutista, as câmaras municipais passaram a ser presididas por "juizes-de-fora", nomeados pelo soberano (à falta dele, suas funções eram preenchidas por juizes ordinários). Saindo das mãos dos nativos aculturados, o exercício do voto e da vereança cabia aos "homens bons", representantes da classe proprietária. Antes, o critério seletivo excluía os comerciantes, inclusive, que somente no século XVIII tiveram acesso à

administração municipal. Portanto, as práticas das câmaras expressavam principalmente os interesses dos proprietários, servindo-lhes como elemento legal de protesto contra decisões metropolitanas. A partir do século XVIII, quando a centralização administrativa se tornou maior, as funções municipais foram limitadas, de maneira a diminuir seu poder contestatório. Em 1798 Barcelos volta a sediar a capital da Capitania. Quanto ao Corpo de Trabalhadores, mandava alistar os indígenas para prestar serviço obrigatório, garantindo braços para o serviço real, e dava total liberdade ao exercício de **negócios** diretos entre índios e colonos. Na versão de historiadores modernos, "durante os últimos vinte anos de vigência do colonialismo português no Brasil até a Independência (1822), as sutilezas desapareceram do discurso oficial, cedendo lugar a uma linguagem dura, que correspondia às declarações abertas de guerra aos índios, sobretudo a partir de 1808, com a instalação da sede da Monarquia no Brasil". Quarenta anos depois, a orientação colonial expressa na Carta Régia de 1798 foi ratificada pela Lei provincial do Pará de 25.04.1838, tendo por fim "chamar à obediência e ao trabalho todos os índios domesticados, os mestiços e pretos libertos não alistados na Guarda Nacional". Em cumprimento à Lei do Corpo de Trabalhadores, as expedições régias se disseminaram pelo interior à caça de indígenas, desfalcando as vilas e lugares do grosso de sua população. A ampliação desse sistema coercitivo foi um dos fortes motivos que levaram a população da Amazônia à explosão de uma das mais sangrentas insurreições da história brasileira - a Cabanagem (cf. Mirador, 1995, Freire e outros, 1991, Reis, 1942, e Paolo, 1986).

## 1803

\* Ocorre a visita pastoral do sétimo bispo do Pará dom Manoel de Almeida de Carvalho (1748-1818) aos rios Amazonas e Negro.<sup>14</sup>

---

14 - Tais visitas eram rotineiras e serviam tanto para animar a vida religiosa quanto para melhorar as condições físicas das igrejas ribeirinhas. A de Serpa melhorava sempre e em pouco tempo nada fazia lembrar o decadente aspecto da sua primitiva igreja Matriz. Dom Almeida de Carvalho chegou a Belém, sede do Bispado, em 17.06.1794. Deputado ao governo provisional do Pará (1810-1817), morreu de um ataque de gôta a 30.06.1818. À época de sua visita a Serpa, estava gerindo os negócios da Igreja em

Roma (pontificado em 1800-1823) o Papa Pio VII (cf. Baena, 1969, Barsa, 1995, e Rocque, 1970).

## 1820

\* 11 de Outubro - Subindo o rio Amazonas, os cientistas Johann Baptist von Spix (1781-1826) e Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) chegam a Serpa.15

15 - Spix e Martius começaram sua viagem de estudos em 1817, tendo chegado a Serpa à meia noite de 11.10.1820. Descrevem-na como se estivesse instalada em "uma ilha entre o Amazonas e as bifurcações do lago de Saracá. O gás ferruginoso, pardo-avermelhado, que a eleva aqui com camadas de tabatinga amarela, a cerca de 25 pés, altura já considerável nesta região do rio, deu motivo para o nome **Itacoatiara**, isto é **pedra pintada**, que tem esta zona na língua geral". Decepcionados com o estado "miserável da vila", os cientistas exageraram em sua definição, dizendo terem encontrado Serpa "tão pobre de indústria, como de população, constando só de 20 e poucas cabanas todo o lugarejo". E prosseguem: "Tudo aqui indicava a máxima decadência, observação que mais significado tem, visto Serpa ser um dos mais antigos povoados de toda a Província do Rio Negro e, mesmo na ocasião de nossa estada, era ainda a sede municipal da Fortaleza da Barra, situada a oeste, e que não possuía, então, o seu senado da Câmara. Os poucos moradores índios tinham perdido todo o vestígio de suas diferentes origens, e falavam a língua geral. Era gente desleixada, apática". Pareceu interessar aos naturalistas o fenômeno das terras caídas: "na sua parte ocidental as margens do rio elevavam-se, em geral, a 12 pés de altura, e a impetuosa preamar anual ali havia devastado de fresco grandes trechos. Na espessura de seis a oito pés, as barrancas são de areia misturada com algum humo e vasa, tendo por cima uma tabatinga cinzenta, amarelada ou esverdeada". Observando ser a prática da geofagia muito comum entre os habitantes do Amazonas, os viajantes não entendiam a adoção desse mal hábito - que consistia na ingestão de porções de argila misturada ao pirarucu e à mandioca - dada a fartura e variedade dos alimentos. Questionados a respeito, os naturais da região diziam "sentir um indefinido bem-estar depois de terem enchido o estômago com certas porções de barro", levando Spix e Martius a conjecturar: "A voracidade desses povos, e sobretudo, a falta de cuidadosa dosagem dos alimentos dados de uma vez às crianças mal desenvolvidas, deve,

como consequência, produzir dilatação e relaxamento do estômago, despertando com isso uma fome insaciável. Por outro lado, parece-nos provável que o clima quente e a mais forte pressão do sangue na periferia do corpo, decorrente do calor, possa despertar sensação de vazio (inanitas), para cuja satisfação o homem primitivo inconsciente recorre a tal indigesta comida. Terceiro motivo talvez seja também a grande quantidade de lombrigas que têm os índios, e que os viajantes também estão expostos a adquirir no Amazonas, por causa da água impura. Ademais, também entre nós não faltam exemplos de deturpação do apetite: a ociosidade e perversão, incitando a imitar os outros, talvez tenham concorrido para tornar tão comum a geofagia no Amazonas, como von Humbolt igualmente observou no Orenoco". No dia 14 de outubro, Spix e Martius deixaram Serpa no rumo da Barra. A caminho, no Arauató mataram alguns mutuns e, discorrendo acêrca de sua beleza, levaram alguns exemplares desses galináceos silvestres para a Europa (cf. Spix e Martius, 1962).

## 1821

\* Serpa disputa com a Barra o gerenciamento do Amazonas.16

---

16 - Insatisfeitas com a orientação política recessiva e autoritária de Belém, as câmaras municipais da Capitania em 1818 encaminharam memoriais a dom João VI, propondo a autonomia do Amazonas. Decorrentemente do abandono imposto pelo govêrno paraense, a Capitania de São José do Rio Negro caíra em decadência. As marchas e contramarchas havidas na escolha de sua capital prejudicaram enormemente a Barra que, destituída de órgão político-deliberativo próprio, não exercia nenhuma influência na área. Assim, convocada para preencher a lacuna, a Câmara de Serpa enfileira-se pelo pronunciamento autonomista, e por gozar do privilégio geopolítico de estar localizada abaixo de todos os afluentes do rio Amazonas dentro do território que se pretendia amazonense, parece disputar o direito de sediar o comando da Província. Sua preponderância sobre a Barra dava-lhe um destaque político todo particular e é muito natural que pretendesse tirar proveito disso. Na sequência, ocorrem alguns fatos interessantes. Em 1821, demitido o governador Manoel Joaquim do Paço, foi instituída uma Junta Governativa que contou com a participação de Serpa, na pessoa de

seu vereador mais velho João da Silva e Cunha. Representantes do Amazonas enviados às côrtes participam da elaboração da Constituição de Lisboa, a qual, em princípios de 1822, em reunião solene na igreja Matriz da Barra, é jurada pelas autoridades amazonenses, lideradas pela Câmara de Serpa. Nesse interim, circulavam notícias de que no sul do país se tramava a separação do Brasil de Portugal, mas o interior da Província não se contaminou por essas idéias. Consumado todavia o rompimento, o Amazonas imediatamente aderiu à Independência e, em solenidade de 22.11.1822, a Câmara de Serpa, especialmente convocada à Barra, prestou juramento de obediência a dom Pedro I (1798-1834). Em seguida, sob a presidência de Bonifácio João de Azevedo, é reorganizada a Junta Governativa, integrada novamente pelo camarista *serpense* João da Silva e Cunha. Entretanto, ocorrendo a promulgação da Constituição de 1824, mais uma vez é frustrada a expectativa dos locais ante a manutenção do estado de dependência do Amazonas à Província do Pará. Inobstante isso, o esperado protesto dos amazonenses não ocorreu sendo, em solenidade conjunta de 6.02.1825 na igreja de Nossa Senhora da Conceição da Barra, jurada a Carta Imperial pelos membros da Câmara de Serpa e da Junta Governativa. Conforme verbete de 1825, a seguir, o desfecho dessa história, contrário às suas pretensões, atingiu mortalmente Serpa (cf. Reis, 1931 e 1934, Monteiro, 1952, e Miranda, 1908).

1822

\* <sup>não!</sup> 27 de Fevereiro - O ouvidor da Capitania, Domingos Nunes Ramos Ferreira, realiza audiência de correição em Serpa.<sup>17</sup>

17 - Continuando as condições subalternas da Barra, a atuação da Câmara de Serpa extrapola para além de seu território. Recapitulemos que ela realiza na futura Manaus as sessões de 7 a 17 de março de 1821. Regressa a 4 de abril e a 22 do mesmo mês realiza em Serpa o juramento solene de obediência à Constituição portuguesa, a El-Rei D. João VI e à Junta Geral do Pará. Voltando à Barra, a 2 de de julho reúne extraordinariamente para jurar a Constituição em conjunto com a Junta Governativa. Quanto ao ouvidor, autoridade judiciária que dava seu expediente na Barra, a 12 de julho vem à Serpa onde participa da sessão ordinária da Câmara. Em seguida, preside a uma audiência geral de correição, ouve a todos e

registra as queixas e exigências dos moradores. Os prédios do Paço e da Cadeia pública reclamavam consertos, "o Pelourinho fôra retirado da praça contra o voto de todos. Devia, portanto, voltar para o lugar primitivo". Havia uma pendência entre o pároco e a Câmara sobre os direitos de domínio da casa que o primeiro ocupava. "O ouvidor determina que a casa seja entregue à Câmara e que o Pelourinho volte para a frente da igreja". O Pelourinho não foi reinstalado, o que se confirma pela leitura da ata de 12.10.1865 da Câmara (cf. verbete relativo ao ano de 1865, inserido no Capítulo 4, a seguir). A aqui mencionada data de 27 de fevereiro é citação de Arthur C. F. Reis. Já Bertino de Miranda (1864-1919), parecendo conflitar com o primeiro, escreve que "no dia 12 de julho (de 1822) vemos a Câmara em sessão plena em Serpa, onde, nesse mesmo ano, o ouvidor realiza uma audiência geral de correição". Domingos Nunes Ramos Ferreira chegou ao Amazonas em fins de 1820 e já em janeiro do ano seguinte compôs a Junta Governativa provisória que sucedeu ao deposto coronel Manoel Joaquim do Paço, último governador colonial do Amazonas. Ocupou o cargo de ouvidor desde quando aqui chegou até fins de 1827, sendo substituído por Manoel Bernardino de Souza (cf. Miranda, 1908, e Reis, 1931 e 1934).

## 1825

\* Ato do governo do Pará atinge mortalmente os poderes da Câmara de Serpa.<sup>18</sup>

---

18 - Não consumados os anseios libertários do Amazonas, em 1825 o ouvidor Ramos Ferreira e a Junta Governativa entraram em aberto conflito, disputando a supremacia do governo, o que justificou a pronta intervenção do Pará: em julho o presidente José Félix Pereira de Burgos aboliu a Junta, "fazendo conservar a autoridade judiciária no ouvidor e a municipal na Câmara de Barcelos", removendo esta "daquela vila para o Lugar da Barra". Tais atos, lavrados em Belém, mereceram a pronta aprovação da Secretaria de Negócios do Império, colocando um fim à preponderância política de Serpa sobre a futura Manaus. Com uma população de cerca de oitocentas pessoas, durante cinco anos (1821/1825) Serpa esteve numa situação invejável jamais vivida por outra comunidade, pelo menos na Amazônia: administrava a si mesma e a outra povoação. A esdrúxula posição assumida pela Barra (não era vila mas lá funcionava a

Ouvidoria com suas atribuições judiciárias plenas) levava a Câmara de Serpa a se deslocar para lá com muita freqüência, daí advindo prejuízos de tempo e financeiros. Exorbitando de suas atribuições, tendo de administrar e legislar sobre as coisas da Barra, dividia com ela suas próprias rendas: em 1824, sob pressão do ouvidor Ramos Ferreira, Serpa despendeu a soma de novecentos mil réis (900\$000) para construir o prédio da nova Cadeia da Barra, pois a atual havia sido devorada por um incêndio. Sobre o acúmulo de funções da Câmara, ao tempo a legislação era vaga a respeito. Não tratando do assunto, as Ordenações Filipinas davam margem a interpretações variadas, inclusive a de que onde não há proibição, não é lícito proibir. Então, baseado em que a Câmara de Serpa era obrigada a socorrer os apelos da Barra? Essa interrogação até hoje martela o espírito dos estudiosos da região. Segundo a lição de Arthur C. F. Reis, "distrito, subúrbio de Serpa, a futura Manaus (...) saía aos poucos da modéstia em que se escondia, com suas onze ruas, duas praças e cerca de duas dúzias de casas cobertas de telha, pois as restantes guardavam o cheiro nativo, com o teto de palha. Sem Câmara Municipal, por não ser vila, tinha de socorrer-se à de Serpa, aonde os moradores iam 'vencendo uma viagem incômoda, requerer licença para abrir casas de negócios, para pescar nas praias, para legislar, enfim, a posse de duas terras'. A Câmara de Serpa, cheia de orgulho, mantinha lá, por sua condição de superioridade sobre a capital, um juiz de julgados com atribuições para polícia urbana e sub-urbana e outras providências". Figura de destaque, o juiz de julgados "era eleito por um ano, pela própria Câmara (de Serpa), em vereação especial (...) Em 1825, o cargo estava ocupado por João Pedro Faria, que de acordo com a lei prestou juramento sobre o Evangelho perante o ouvidor". Cabotince de lado, as causas da superioridade de Serpa sobre a Barra, no período ântero-posterior à Independência do Brasil, ainda não foram devidamente esclarecidas. Referenciado de passagem por Bates, o assunto tem sido levemente tratado por historiadores do porte de Arthur C. F. Reis, Bertino de Miranda, Manoel Anísio Jobim (1877-1971) e Mário Ypiranga Monteiro, com a ressalva de que não o fizeram em profundidade por "faltar documentação", não sabendo "desde quando e porque" houvera a preponderância. O segundo deles, **comemorando** a quebra do vínculo, chega a exclamar: "A Manaus cabe um quinhão ótimo: vê-se livre da sujeição de Serpa (...), vendo seus antigos dominadores sujeitos, agora, a seu nuto". Os mais modernos, cúmplices talvez de um indisfarçável conluio, fazem vista grossa e tratam os fatos da forma mais omissiva possível, repetindo a tradição amazônica de não se levar em conta os assuntos pertinentes à elevação das comunidades interioranas. É incontestável que a vila de Serpa disputou com a atual cidade de Manaus, em 1821/1825, o gerenciamento político-

administrativo da Capitania do Rio Negro e o fato, ao invés de encarado como humilhante à capital do Amazonas, deveria ser discutido com transparência visando ao esclarecimento daquele rico período da memória amazonense. Arrastando-se no ramerrão de uma vida grosseira, moldada nas linhas gerais da legislação antiga, em 1825 Serpa pouco diferia da Barra, quer em número de ruas e na feição de suas casas, quer na forma de atividade laboral exercida por seus moradores. A capital Barcelos não lhe chegava aos pés: distante, escondida no sertão do alto rio Negro, praticamente destruída, é inexplicável porque ainda mantinha o título de vila, já que não interessava ao Pará o crescimento político da área. Conseqüentemente, pelo fato de administrar a Barra e suplantiar Barcelos, além de haver liderado a luta pela autonomia do Amazonas, Serpa ficava expremida entre o ciúme da primeira, o despeito da segunda e a ira do Pará. Certamente que tais razões justificaram plenamente a intervenção paraense de 1825, que: afastando Serpa do processo, removeu a Câmara de Barcelos para função plena na Barra, extinguiu a Junta Governativa e prestigiou a autoridade do ouvidor. Tais atos, aprovados pelo govêrno imperial, colocando um freio à desenvoltura atuação de Serpa, estancava a sua superioridade exercida durante cinco anos sôbre as demais povoações amazonenses. Oito anos mais tarde, ocorreria o pior: a vila de Serpa era extinta sem maiores justificativas (cf. Reis, 1931 e 1934, Miranda, 1908, e Jobim, 1948).

## 1828

\* 1º de Outubro - Promulgado pelo Imperador dom Pedro I o Código de Vereadores.<sup>19</sup>

---

19 - A organização municipal brasileira, herdada do direito português, entrou em vigor com a Lei regulamentar de 1º.10.1828, a qual declarou os municípios "corporações meramente administrativas", o que correspondia negar-lhes a autoridade judiciária que lhes era outorgada pela legislação colonial. O Ato Adicional que reformou a Constituição de 1824, introduziu várias modificações no regime estabelecido para os municípios pela Carta imperial (art. 10), tendentes a aumentar-lhes a autonomia. Posteriormente, a Lei nº 105, de 12.05.1840, estabeleceu o princípio da centralização do govêrno geral para com os municípios. Os diversos projetos apresentados em 1857, 1862, 1867 e 1882, visando separar as atribuições

administrativas das deliberativas das câmaras, se tornaram realidade somente na República. Assim, o Código de Vereadores de 1828 criou a forma municipal brasileira, diferindo-a do velho modelo português até então vigente. Por ela, os vereadores ganhavam absoluta garantia no exercício de suas funções, embora continuassem sem receber provento algum pelos serviços prestados. A partir daí as câmaras das vilas passaram a ser compostas de sete vereadores (antes eram três), dois dos quais compunham o juizado de paz (cf. Barsa, 1995, Mirador, 1995, Reis, 1934, Monteiro, 1952, e PSDB, 1989). Em 1832, regulando as instruções sobre a organização dos municípios, foi outorgado o Código de Processo Criminal, cuja execução, ao invés de beneficiar, prejudicou a vila de Serpa. É o que veremos a seguir.

#### 4. Decadência e restauração da vila: 1833/1857.

Em capítulo anterior foi visto que, passados dez anos da chegada da família imperial ao Brasil, as câmaras municipais do Amazonas haviam encaminhado memoriais pedindo a promoção da Capitania de São José do Rio Negro à categoria de Província. A despeito da insistência dos pedidos, dom João VI não se mostrou sensível, permanecendo a Capitania na mesma condição de subalternidade à Província do Pará.

Na Capitania, embora desde 29.03.1808 sua sede voltasse a ser ocupada pelo Lugar da Barra, esta não exercitava em plenitude o exercício dos negócios públicos. Sem ser vila, para conduzir seus negócios dependia da Câmara de Serpa, que para lá se transportava periodicamente. Essa situação, começada em 1821, perdurou até meados de 1825, quando a Barra foi elevada à categoria de vila de Manaus, credenciando-se, afinal, como a capital efetiva do Amazonas.

Acreditando que D. Pedro I a contemplaria com o título de Província, separados os laços entre Brasil e Portugal, imediatamente a Capitania aderiu à Independência e apoiou o Império. Entretanto, a manutenção do **status quo** anterior, tornando intocáveis suas condições subalternas, frustraram os amazonenses. De par com isso, Serpa recebe um duro tratamento, sendo em 1833 rebaixada a distrito, subúrbio de Manaus, perdendo o título municipal que havia adquirido nos albores da

dominação portuguesa.

No sul do país, o primeiro reinado (1822-1831) havia consolidado o regime monárquico, mediante a transição entre o estado absolutista e o liberal-parlamentar, cujas práticas se definiram e aperfeiçoaram no decurso do segundo reinado (1831-1889). Entre esses dois períodos, uma década foi tomada pelas regências (1831-1840), dominadas pela instabilidade política, a partir das quais se deu a maioridade de D. Pedro II (1825-1891).

Na Província do Pará, a maneira brusca como se efetivara a sua incorporação ao Império não satisfizera os que se opunham ao grupo português ainda aqui fortemente atuante, nos níveis econômico e político. A produção regional baseada no extrativismo entrara em declínio, agravando a exploração dos trabalhadores locais, índios ou caboclos. Essas populações marginalizadas, na tentativa de solucionar os seus problemas com certa autonomia, intervêm na luta praticando a guerra revolucionária, ocorrendo aquilo que se convencionou chamar de Cabanagem.

Ainda às vésperas dessa sedição - abrindo novas possibilidades à criação da Província do Amazonas - foi aprovado o Ato Adicional de 12.08.1834, procurando-se com ele garantir o mínimo de autonomia às províncias, através da criação das assembléias legislativas, que visavam a restringir o arbítrio dos presidentes mandados da Côrte. Em substituição aos antigos conselhos gerais, a competência das assembléias legislativas abrangia a organização civil, judiciária e eclesiástica, a instrução pública, desapropriações, polícia e economia municipal. Contudo, desvinculada dessas aspirações, a vacilante política regencial não implementaria - como não implementou - esse sagrado direito dos amazonenses. Embora teoricamente concedesse maior liberdade de ação às províncias, sendo uma monarquia federativa o Império do Brasil, na prática, não abria mão do direito de nomeação de seus presidentes pelo

soberano.

No Rio de Janeiro, o ato de declaração da maioria de D. Pedro II, o retorno dos liberais ao governo, a expedição da Lei interpretativa de 1840 e a aprovação em 1841 de um novo Código de Processo Criminal não influenciaram tão decisivamente para a criação em 1850 da Província do Amazonas quanto o dramático desfêcho da Cabanagem, sem dúvida o maior e mais forte elemento que impulsionou o parlamento imperial a tomar essa histórica decisão.

Em meados do século XIX descobriu-se que a Amazônia continha as maiores reservas mundiais de seringueira, o que trouxe à região várias expedições científicas, algumas delas aportando na futura Itacoatiara. Coincidindo com o interesse do governo em propor uma política de repovoamento da região, a demanda da borracha suscitou ondas migratórias de brasileiros e estrangeiros, que ocuparam rapidamente o rio Madeira. Em 1854, operada por francêses, alemães, chineses e índios aculturados da região, nas proximidades de Serpa foi instalada uma colônia agroindustrial.

Inaugurada a Província, dois acontecimentos significativos ajudaram a ampliar as possibilidades econômicas amazônicas: em 1852, a inauguração das linhas de navegação dos navios a vapor da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, sob a iniciativa de Irineu Evangelista de Souza, mais tarde barão e visconde de Mauá (1813-1889); e o segundo, o decreto imperial de 1867 abrindo o rio Amazonas a tôdas as nações. Ambos deram um impulso muito grande ao comércio da borracha, sepultando o silencioso passado colonial para dar lugar a um trepidante ritmo de progresso com estabilidade política (cf. Reis, 1931 e 1934, Souza, 1994, Miranda, 1908, e Mirador, 1995).

No ano de 1857, superando finalmente o estado de humilhação e decadência de 1833, quando a vila foi

suprimida, Serpa é beneficiada com a restauração de seu foral político.

## 1833

\* Serpa perde a autonomia municipal, decaindo da sua condição de vila .1

\* O vigário de Serpa, frei José dos Santos Inocentes, é transferido para Manaus.2

---

1 - Ao chefiar em 1821 a luta em favor da autonomia do Amazonas, Serpa deu provas de uma indiscutível liderança sobre as demais povoações. A importância geopolítica da vila acenava na direção de que, cedo ou tarde, ela viria a ser declarada a capital da pretendida Capitania. Certamente assim pensavam os mais expressivos líderes locais, cuja atuação, temperada por discursos de forte conteúdo emotivo, despertou nos moradores de Barra e Barcelos o ciúme, e no governo do Pará a hostilidade. Por mais de quatro anos, a Câmara de Serpa se movimentou com a maior desenvoltura, postulando, protestando, expedindo normas, deliberando, ora em seu território, ora no próprio Lugar da Barra. Defendendo os interesses de todos os amazonenses, e assim contrapondo-se às forças externas que queriam manter o domínio do Pará sobre o Amazonas, jogando uma cartada decisiva, Serpa arriscava tudo. É, pois, previsível que a vingança não tardaria a chegar e veio no formato de represália oficial. Primeiramente, ao determinar o estabelecimento da Câmara de Barcelos na Barra, em 3.12.1825, com plenos poderes administrativos, o governo eliminou a influência externa da Câmara de Serpa, ficando a competência desta restrita a seu território. Depois, cometidos pela Regência imperial aos presidentes provinciais os poderes de execução do Código de Processo Criminal de 1832, por ato de 21.05.1833, o governo paraense omitiu propositalmente o nome de Serpa na relação dos novos termos municipais. Ao contrário, dividiu a Comarca do Alto Amazonas em quatro termos: Barra, Ega (Tefé), Luzéa (Maués) e Barcelos. A Barra, depois rebatizada Manaus - cabeça de Comarca, residência de um vigário-geral, um comandante militar, um juiz de direito, um administrador da Fazenda, um juiz municipal e de órfãos e um promotor público - passou então a jurisdicionar as freguesias de Saracá, Serpa e Jaú, e as povoações de

Amatary, Jatapú e Uatumã. Desatendendo aos requisitos legais da "concentração, dispersão e necessidade dos habitantes", o gesto paraense fulminava a existência da vila de Serpa, desde logo rebaixada a simples povoado, enquanto Manaus era elevada à categoria de vila. Assim, a 11.05.1833, o presidente do Pará, José Joaquim Machado de Oliveira, comunica a Manaus, para efeito de execução, as instruções quanto à divisão da Comarca. E a 25 de junho, com maiores minúcias, à Câmara de Serpa. Mas, na divisão, o nome de Serpa é omitido. Para solucionar o caso o Conselho paraense, a 8 de outubro reuniu extraordinariamente, "deliberando então que Serpa, uma vez reduzida à freguesia, fôsse incorporada ao termo de Manaus por ser o mais próximo, de tudo dando ciência em ofício de 12 de outubro". Na visão dos entendidos, a decisão paraense foi equivocada. Sua obra foi falha, animou a fermentação do ódio, das paixões. Além de provocar a animosidade entre localidades, irritou populações, provocou protestos, violou a legislação (cf. Reis, 1931 e 1934, Baena, 1969, e Monteiro, 1952). O certo é que o rebaixamento de Serpa fêz exalar um cheiro de humilhação política, pois faltando seriedade na execução da lei, seus aplicadores faziam questão de desconhecer o óbvio: a vila, constituída em 1º.01.1759 - e portanto até ali com 74 anos de existência - inegavelmente era um dos centros mais populosos do interior e de maior movimentação econômica. Certamente, muito mais que Tefé, Maués e Barcelos. Mas, a política tem seus tentáculos. E eles são milenares. Pelo "atreimento" de haver liderado a luta em prol da autonomia amazonense, Serpa ainda iria sofrer alguns anos. Para completar sua decadência, pouco tempo depois romperia a Cabanagem, tingindo de sangue a freguesia.

2 - Frei José dos Santos Inocentes pastoreara poucos meses em Serpa, para onde viera removido de Manaus após as refregas políticas de 1832. Segundo Arthur C. F. Reis, esse missionário "antes de 1832 exerceu a vigararia do Lugar da Barra, popularizando-se rapidamente". Último vigário de Serpa, ao perder esta a condição de vila, em 1833, o carmelita paraense foi transferido com a missão de officiar, em 21 de dezembro desse ano, a missa solene de inauguração da nova vila de Manaus. E para Serpa nunca mais voltou. Assim, ao ser elevada à vila, deixando de ser distrito, subúrbio de Serpa, Manaus, além de tomar a categoria política daquela, levou-lhe o vigário. Por esse tempo, a Igreja Católica estava casada com o governo e as cerimônias oficiais não podiam prescindir da presença do sacerdote. Todavia, se não dependeu de seu próprio pedido, a presença de frei José em Serpa mais parecia originar-se de pressões superiores, talvez uma transferência, uma punição recebida das autoridades por ter

tomado parte de movimentos subversivos. Com efeito, ainda segundo Arthur C. F. Reis, "em janeiro de 1832 (...) juntando-se a outros patriotas na luta pela separação da Comarca do Alto Amazonas da Província do Pará", frei José "ralava-se de revolta com as injustiças ao Amazonas, que adotara por bêrço". Ao lado dos frades Ignácio Guilherme da Costa e Joaquim de Santa Luzia, do ex-vereador João da Silva e Cunha, de Gregório da Silva e do tenente Boaventura Ferreira Bentes, formou grupo sedicioso que, em levante sangrento contra a sede do governo, matou o coronel Joaquim Felipe dos Reis (comandante militar em 1828-1832) e depôs seu substituto coronel Francisco Ricardo Zany (idem em 1832). A 22 de junho liderou a formação de um Conselho sob a presidência de João da Silva e Cunha, que aclamou a separação do Amazonas, nomeou um Presidente temporário e um Conselho de governo sob a direção de Manoel Bernardino de Souza (ouvidor em 1828-1832). Homem de ação, movido pela propaganda incendiária, frei José dos Santos Inocentes com seus companheiros levou adiante seus propósitos secessionistas: embora derrotado pelas forças navais paraenses, que ocuparam Manaus, seguiu em busca do apôio da Côrte, "através do rio Madeira. Acompanhado de oito soldados embalados, ele próprio armado e municiado, chegou à cidade de Mato Grosso em novembro de 1832, vencendo todos os embaraços do caminho, dali regressando para Cáceres, de onde se transportou a Cuiabá". Proibido de continuar a viagem ao Rio de Janeiro, fêz, por interposta pessoa, chegar os documentos reivindicando a sonhada autonomia amazonense às autoridades imperiais. Considerado criminoso o seu gesto, frei José é forçado a retornar ao Amazonas, cuja Comarca continuou sujeita ao Pará. Também exerceu a vigararia da vila de Parintins em 1835, onde, acusado de haver apoiado os cabanos, foi prêso em plena celebração da missa pelo emissário de Belém José Parahybuna, e recambiado para Manaus com as vestes talares metido no porão do navio em que subia o Amazonas. Mas a esses gestos de bravura do corajoso sacerdote contrapõem-se outros não muito condizentes com a boa conduta. Segundo versões correntes, frei José teve um comportamento sacerdotal "não muito virtuoso", sendo considerado mesmo um sedutor barato. O naturalista inglês Alfred Russel Wallace (1823-1913), que o conheceu, conta vários episódios interessantes em que ele andou envolvido. Da mesma forma, para Djalma Batista (1916-1979) "repugna o que fêz o famoso frei José dos Santos Inocentes, figura histórica que tem nome de rua em Manaus: apesar da pureza do onomástico, iniciou, no século XIX, lançando vestes de bugres convaléscentes de variola sôbre tribos do alto Madeira, a luta bacteriológica que os grandes criminosos de guerra dos nossos tempos não tiveram coragem de utilizar" (cf. Reis, 1931 e 1934, Loureiro, 1978, Wallace, 1939,

## 1834

\* 21 de Abril - O ex-vereador de Serpa João da Silva e Cunha é nomeado juiz de órfãos da Comarca do Alto Amazonas.<sup>3</sup>

---

3 - Natural de Serpa, João da Silva e Cunha é considerado pelo historiador Arthur C. F. Reis "o patriota das agitações autonomistas de 1832". Com efeito, já em 1821 vamos encontrá-lo participando da Junta governativa que substituiu o deposto governador Manoel Joaquim do Paço. Sua presença foi atuante e temerária nas muitas reuniões realizadas antes e após a Independência. Novamente membro da Junta em 1822, bateu-se destemidamente até ver, com uma ponta de frustração, serem derrubados seus intentos autonomistas. Mesmo assim, não se abateu: na revolta de 1832, ao lado de frei José dos Santos Inocentes e outros bravos, novamente mostrou o seu destemor. Afinal, satisfeitas as aspirações do Amazonas, na composição do quadro de funcionários de categoria da nova Comarca, em 21.04.1834, atendendo à indicação da Câmara de Manaus, o presidente da Província do Pará nomeou João da Silva e Cunha juiz de órfãos da Comarca do Alto Amazonas. Ao lado do juiz municipal Henrique João Cordeiro, exerceu a função até 1836, preparando campo para um melhor futuro do Amazonas (cf. Reis, 1931 e 1934, e Loureiro, 1978).

## 1835

\* A Cabanagem, espreado-se por toda a Amazônia, atinge Serpa.<sup>4</sup>

---

4 - A Cabanagem foi um movimento nativo de guerra insurrecional que ocorreu em 1835/1840. Gerado ante a insatisfação das massas intrigadas contra a política reacionária implantada na região pelas regências imperiais pós-Independência, envolveu em levante armado tanto as cidades quanto o interior, dominando toda a Amazônia. Segundo Cário Prado Júnior (1907-1990), "foi um dos mais, se não o mais notável movimento popular

do Brasil. É o único em que as camadas mais inferiores da população conseguem ocupar o poder (...) a primeira insurreição popular que passou de simples agitação para uma tomada efetiva do poder". O território de Itacoatiara, passagem natural dos insurretos que iam e vinham pelo rio Amazonas, foi duramente atingido. Simples freguesia, sem força política para deliberar, sua segurança dependia do apoio de Manaus. Em janeiro de 1836, abandonada por Antonio Macedo Português, juiz de paz a quem competia a manutenção da ordem local, e mesmo a despeito das providências defensivas tomadas pelo capitão da Guarda Nacional Henrique João Cordeiro (juiz municipal da Comarca em 1833-1836), enviado da Barra em seu socorro, Serpa caiu em poder dos cabanos, o mesmo ocorrendo com São José do Amatary. Na região de Autazes, Ambrósio Aires, até então o mais valente defensor da "legalidade", a 6.08.1837 é massacrado e morto pelos cabanos. Finda a luta, Serpa, como toda a Amazônia, ficou na maior penúria. Sua população diminuiu consideravelmente, alcançando, entre brancos, mamelucos, mestiços e índios, pouco mais de 700 pessoas. A produção agrícola praticamente desaparecera. Saqueada a freguesia, seu arquivo foi dado por desaparecido, extraviando-se importantes documentos históricos, entre os quais a Carta Régia da Corôa portuguesa delimitando o seu patrimônio urbano. Superando as duas perspectivas predominantes de ver a Cabanagem, a de motim político e a de rebelião das massas populares, o sociólogo Pasquale Di Paolo (1939- ?) abraça a tese de que ela, na verdade, é a revolução popular mais importante da Amazônia, estando entre as mais significativas da história do Brasil. "Explodiu pela saturação da paciência cabocla diante da sistemática do governo central em negar aos mais antigos habitantes da região o direito elementar da **cidadania**". Dentro da ótica popular, na Revolução Cabana os vitoriosos são os derrotados, pois "os vencedores, de fato, ganham medalhas perecíveis. Mas o povo, como oceano que engole as piores tempestades e depois reflete luminoso o brilho do sol, resiste às derrotas e continua a transmitir, na memória das consciências, a aspiração à Igualdade e à Liberdade". Para Chiavenato, a Cabanagem não por acaso é uma guerra "esquecida". Quando é lembrada é para dizer que os cabanos eram uma rale de malfeitores e bandidos que tomaram de assalto a Amazônia. No entanto, "é a única revolução em que o povo chegou ao poder no Brasil. E, sintomaticamente, é a que mais longa repressão sofreu": terminada em 1837, a repressão se amplia até 1840. "Os cabanos são perseguidos, mortos, torturados e reduzidos à escravidão". Todos "os documentos do governo cabano foram destruídos, tribos inteiras foram chacinadas. A própria historiografia 'esqueceu-se' dessa revolução sem

heróis ou santos" (cf. Reis, 1931, Prado, 1972, Paolo, 1986, e Chiavenato, 1989).

## 1840

\* Retomado o crescimento da população de Serpa.<sup>5</sup>

---

5 - Encerrada a Cabanagem, em fins de 1840 os algarismos voltam a ser alvissareiros em Serpa: 1.017 indígenas que haviam se refugiado nas matas próximas voltaram a ocupar suas barracas espalhadas irregularmente pelo povoado. Havia ainda 469 brancos, 356 mamelucos, 410 mestiços e 70 escravos, ocupando 470 casas, a maioria delas coberta de palha. São José do Amatary, próximo à freguesia, era maloca dos **Muras**, com 300 habitantes morando em 20 fogos (cf. Amazonas, 1984).

## 1847

\* O bispo paraense dom José Afonso de Moraes Torres, em visita pastoral à Comarca do Amazonas, pára em Serpa.<sup>6</sup>

---

6 - A Vigararia-Geral do Amazonas era então dirigida pelo cônego Joaquim Gonçalves de Azevedo (1814-1879) e o Papa era Pio IX (1792-1878; pontificado em 1846-1878), responsável pela convocação (8.12.1869) do Concílio Vaticano I, que definiu a infalibilidade papal. Nesse ínterim, o vigário colado da freguesia, nomeado por provisão de 14.06.1831 passada pelo Bispado do Pará, era o padre João Antonio da Silva, "homem bom, insigne pescador, manja bem o arco e flecha, com o que dá de comer à pobreza do lugar". Espírito exaltado, padre João Antonio lutou contra os cabanos e em 1837/1838 havia sido vigário e professor no Lugar da Barra. Em 1844 o Papa Gregório XVI (1765-1846; pontificado em 1831-1846) nomeara o padre José Afonso de Moraes Torres para o cargo de Bispo Diocesano do Pará (1844-1859). Adepto de um estreito relacionamento com Roma, passou a proclamar a adesão total da Igreja do Brasil ao Papa. Ademais, pensando em dotar a Igreja da Amazônia de uma "proposta renovadora", baseada nas diretrizes do Concílio de Trento, implicava pela regeneração do clero, então envolvido em lutas políticas, relaxando-se nos

→ a época,

deveres paroquiais, e levando uma vida dissoluta. Entretanto, o isolamento dos padres da região ocorria devido à sua subordinação ao poder público. Necessitando do salário (a **côngrua** mensal) para viver, este era pago com atraso e mal dava para garantir a sua subsistência. Daí que, para suprir suas necessidades materiais, os vigários locais empregavam suas atividades além do campo pastoral, levando a viver fora da sede paroquial. Além disso, ao promover as visitas pastorais, o bispo José Afonso visava aproximar mais o "povo miúdo" da Igreja, pois esta, estando mais próxima dos **coronéis**, priorizava sempre um maior contato com os **mandões**. Foi um pastor profundamente interessado em levar a mensagem evangélica aos índios da Amazônia, cuja problemática lhe despertou a atenção. Considerado um reformador, dom José Afonso condenou a ação dos regatões, os quais, na ânsia de arrecadar maiores lucros, exploravam o trabalho das populações indígenas ribeirinhas. Vivia-se a opulência do **boom** da borracha e o bispo contrapunha-se aos métodos espúrios praticados na troca de mercadorias pelo produto da hévea. Dom José Afonso aportou em Serpa na madrugada do dia 7 e embarcou com destino a Silves no dia 18 de setembro de 1847. Encontrou a freguesia "com pouco mais de cinquenta casas ordinárias, com uma boa igreja, espaçosa e bem construída, coberta de telha". Nos dez dias que passou na povoação crismou pouco mais de trezentas pessoas e projetou construir um seminário "para poder aproveitar muitos moços, aliás talentosos mas sem meios para irem estudar na capital desta Província". Julgava assim prestar "um serviço importante à educação e instrução da mocidade" que recebia em Serpa apenas aulas de primeiras letras, além de propiciar a formação de sacerdotes. Para isso, o bispo abriu uma subscrição mas desistiu da idéia, pois só apurou cinco contos de réis. Todavia, pôde lançar em 1848 os fundamentos do Seminário São José, em Manaus. Mais tarde realizaria uma terceira visita pastoral ao interior da Amazônia, a mais longa, realizada em 21 meses. O sucessor de dom José Afonso de Moraes Torres foi o bispo dom Antonio de Macedo Costa (1830-1891), que assumiu a 11.08.1861. Interessa registrar que no Livro de Tombo da Vigararia de Serpa foi feita a transcrição da Carta Pastoral de 19.05.1857 do bispo dom José Afonso sobre o casamento dos "infiéis": título dado aos índios não batizados que proliferavam na Província. Considerando a união entre gentios "matrimônio nato e não consumado e por direito natural dissolúvel", em cumprimento às deliberações do Concílio de Trento, o edito do bispo paraense só reconhecia o enlace se o casal fôsse batizado, porque "o matrimônio dos infiéis, depois do batismo faz-se indissolúvel". Por esse tempo, obtinham registros na Paróquia de Serpa os "filhos de pai incógnito", os "filhos de índios da nação Mura", certos

*→ protestante?*  
"africanos livres", certos "adultos da nação chinesa" e alguns "adultos da nação Mura", além de batismos feitos a "adultos convertidos", como ao inglês Frederico Carlos Baker (cf. Hoornaert e outros, 1992, Mirador, 1995, Arquivos da Prelazia de Itacoatiara, 1992, e Reis, 1931 e 1942).

## 1849

\* Em viagem de estudos, os naturalistas ingleses Henry Walter Bates (1825-1892) e Alfred Russel Wallace chegam a Serpa.<sup>7</sup>

---

7 - Entre 1848 e 1859, Bates e Wallace pesquisaram a vegetação e a flora amazônicas. Iniciaram, juntos, as suas excursões de estudos, feitos a princípio nas proximidades de Belém-PA. No ano seguinte, cada um deles tomou rumo diverso, tornando a avistar-se no rio Negro, onde se reencontraram de fevereiro a março de 1850. Procedente de Parintins, Bates aporta em Serpa em 23.12.1849. Leiamos-lhe a descrição: "Serpa é uma pequena vila composta de cerca de oitenta casas, construídas no alto de um barranco que se ergue cerca de 8 metros acima do nível do rio. As camadas de tabatinga, que se alternam com um conglomerado semelhante escória, exibem belas e variadas côres em alguns trechos da encosta do barranco. O nome do lugarejo na língua tupí - **Itacoatiara** - tem aí sua origem, pois significa **pedra listrada** ou **pintada**. Trata-se de um povoado antigo, que em outros tempos foi séde do govêrno distrital, com jurisdição sobre a Barra do Rio Negro. Em 1849 o lugar tinha uma aparência miserável, mas re floresceu mais tarde quando foram instaladas ali, pela Companhia de Navegação do Amazonas, uma serraria e uma fábrica de telhas. Era véspera de Natal quando chegamos, e a vila mostrava-se cheia de animação por causa do grande número de pessoas que tinha vindo de fora para as festas. O pôrto estava cheio de embarcações, grandes e pequenas, desde as montarias, com seu tôldo em arco feito de cipó trançado e fôlhas de maranta, até os barcos de dois mastros dos mercadores, que para ali tinham ocorrido na esperança de comerciar com os agricultores vindos de distantes pontos da região para assistir às festas. Atracamos ao lado de uma igarité, cujo proprietário era um velho índio Jurí; ele tinha o rosto desfigurado por uma enorme tatuagem negra; além disso usava o cabelo cortado rente, à excessão de um chumaço no meio da testa. À tarde descemos à terra. A população parecia constituída, em sua maioria, de índios semicivilizados, que moravam, como de hábito,

em choças de barro. As ruas tinham um traçado irregular e estavam cheias de mato, onde se abrigavam miríades de micuins, um minúsculo ácaro que se agarra à roupa dos passantes para depois se grudar à sua pele, causando uma coceira muito desagradável. As poucas pessoas da raça branca residentes ali, bem como os mestiços de classe mais alta, moravam em casas mais bem construídas, caiadas e cobertas de telhas. Todos os moradores do lugar, tanto homens quanto mulheres me pareceram ao mesmo tempo mais cordiais no trato e mais rudes de hábitos do que os brasileiros que eu havia conhecido até então. Um deles, o capitão Manuel Joaquim, tornou-se meu amigo por longos anos, a partir dessa ocasião. Era um homem inteligente e cheio de vida, e coração generoso, conhecido por sua bondade em todo o interior e pela assistência e ajuda que dava aos residentes estrangeiros e a viajantes extraviados. Alguns dos moradores do lugar eram gente de pêso, sendo proprietários de navios mercantes, de escravos e de vastas plantações de cacau e fumo. Permanecemos cinco dias em Serpa. Algumas cerimônias realizadas no Natal não deixaram de ser interessantes, tanto mais quanto eram, com ligeiras modificações, as mesmas que os missionários jesuítas tinham ensinado a mais de um século às tribos indígenas induzidas por eles a se estabelecerem ali. Pela manhã, todas as senhoras e moças do lugar, trajando blusas de gaze branca e vistosas saías de chita estampada, seguiram em procissão até a igreja, depois de darem uma volta pela cidade a fim de chamar os vários 'mordomos' cuja função era ajudar o 'juiz' da festa. Cada um desses mordomos segurava uma comprida vara branca, enfeitada de fitas coloridas; inúmeras crianças participavam também da procissão, cobertas de grotescos enfeites. Três índias velhas iam na frente, levando o "sairé", que consiste num traçado de cipó semicircular, recoberto de um tecido de algodão e incrustado de pedaços de espelho e enfeites semelhantes. Elas agitavam essa peça para cima e para baixo, cantando ininterruptamente um hino monótono e plangente na língua tupí e se voltando de vez em quando para os que vinham atrás, os quais nesse momento interrompiam a sua marcha. Fui informado de que o sairé não passava de um engôdo de que se tinham servido os jesuítas para levarem os selvagens até a igreja, pois estes se sentiam atraídos pelos espelhos e os seguiam a qualquer parte, encantados por verem suas próprias imagens refletidas mágicamente neles. À noite o povo se entregou a alegres folguedos por tôda a cidade. Os negros, devotos de um santo que tinha a sua côr - São Benedito, fizeram sua festa à parte e passaram a noite toda cantando e dançando ao compasso de um tambor comprido chamado 'gambá' e do caracaxá. O tambor era feito com um pedaço de tronco ôco, fechado numa das extremidades por um couro esticado; era colocado horizontalmente no chão, e o tocador montava nele, percutindo-o com os nós

dos dedos. O caracaxá era feito de um pedaço de bambu cheio de entalhes, os quais produziam um som áspero e matraqueante quando se passava uma vareta ao longo deles. Nada se comparava, em monotonia, a esses sons, cantos e danças, que continuaram pela noite a dentro com inexaurível vigor. Os índios não executaram nenhuma dança, já que os brancos e mamelucos tinham monopolizado tôdas as morenas bonitas do lugar, atraindo-as para os seus bailes, e as índias mais velhas preferiam assistir à festa ao invés de tomar parte nela. Os maridos de algumas delas juntaram-se às danças dos negros, e dentro em pouco estavam bêbedos. Era divertido observar como se tornavam loquazes, sob a influência do álcool, os taciturnos índios. Os negros e os índios justificavam as suas bebedeiras dizendo que os brancos também se estavam embriagando do outro lado da cidade, o que era a pura verdade". Tão logo Bates deixou Serpa, Alfredo Russel Wallace alcançou a vila "em fins de dezembro", ainda a tempo de assistir a uma procissão religiosa. Ele descreve: "Algumas mulheres e moças enfeitadas de fitas e de flôres, iam dançando pelas ruas, no trajeto para a igreja. O padre ia à frente, da maneira mais burlesca possível. À noite, fomos à casa da festa, onde se estavam realizando as danças. Lá foram-nos oferecido vinhos e doces. Compramos café e um enorme cêsto de bananas. Descobrimos uma casa cujos moradores haviam pescado grande quantidade de peixes. Pretendíamos comprar alguns deles, porém não no-los quiseram vender; de boa vontade, contudo, presentearam-nos eles com um bom pedaço de peixe para o nosso jantar. Ali compramos alguns ovos. Prosseguindo, então, a viagem, parámos à tarde, para preparar com farinha o nosso pudim de Natal". Wallace achou "curiosos os desenhos esculpidos sobre os rochedos, pouco abaixo da povoação de Serpa", achando-os "parecidos com os que se encontram no Orenoco". No dia 3.01.1850, Wallace já estava na Barra (cf. Bates, 1979, e Wallace, 1939).

## 1850

\* Intenso comércio entre a Bolívia e o Amazonas é feito por Serpa, através do rio Madeira.<sup>8</sup>

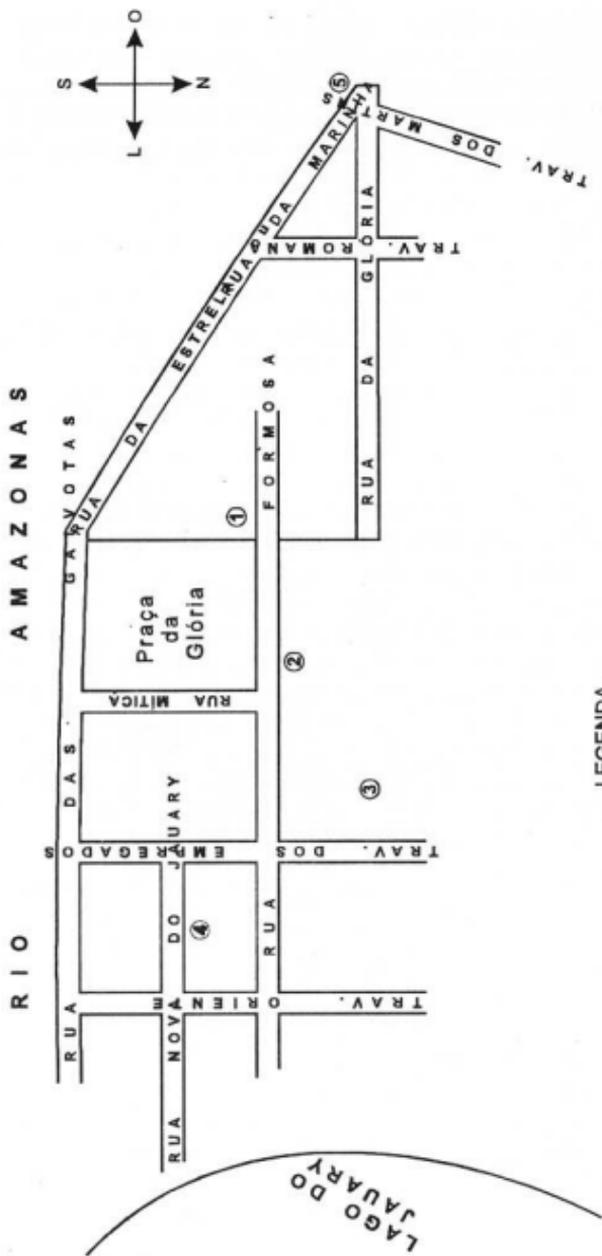
---

8 - Desfrutando de privilegiada situação geográfica, nos idos coloniais Itacoatiara manteve intensa rêde de navegação em demanda do Solimões, médio Amazonas e Madeira (até Mato Grosso). Devido ao excepcional movimento de comércio daí decorrente, na intenção de melhor arrecadar os tributos e coibir o contrabando, o governo imperial estabeleceu

1863

aqui uma Coletoria. Os cronistas contam que, logo após a criação da Província, o comércio do Amazonas com a Bolívia era feito através de Serpa, para onde convergiam navios procedentes da Europa e dos Estados Unidos, trazendo mercadorias em troca de produtos regionais. As relações com aquele país só não eram mais vultosas devido ao obstáculo criado pelo trecho encachoeirado do rio Madeira que dificultava a movimentação das canoas de regatão. Entretanto, em 1863 pelo Relatório do 7º presidente provincial Sinval Odorico de Moura (governou em 1863/1864), "os gêneros entrados na Província, provenientes da Bolívia, em geral consistiam em couro de veado, sêbo, fumo, charutos e açúcar. Pode-se avaliar o grau dessas relações pelo número de ubás, ou grandes canoas que varam as cachoeiras, e descem até a vila de Serpa, carregadas de tais gêneros. Há poucos anos não passavam de 3 ou 4; hoje, contam-se por dezenas. Cada uma delas costuma ser tripulada por onze e até vinte índios. Quase todo esse movimento procede de Santa Cruz de La Sierra, importante distrito agrícola...". Em 1865, "da Bolívia desceram 70 ubás carregadas com xarque, couro, graxa, cacáu, charutos, etc., na razão de cento e vinte contos de réis. O charuto e o açúcar da Bolívia rivalizavam respectivamente com os de Cuba e Pernambuco, no Brasil". A partir de 1866, operando diretamente com o exterior, na vila de Serpa escalavam os navios das empresas inglesas Booth Steamship Company Limited e Booth Steam S. C. Limited - dentre eles o "Hildebrant", o "Anselm", o "Hubert", o "Ortgen", o "Lanfranc" e o "Justim". Em contrato de 2.05.1877, celebrado com o govêrno amazonense, há uma cláusula afirmando expressamente: "Os vapores vindos de Liverpool farão escala por Havre, Lisboa e Itacoatiara, e voltando de Manaus tocarão nos mesmos pontos". Se estendendo esse movimento interoceânico-fluvial até o início deste século, a estada dos navios no pôrto de Itacoatiara propiciava horas agradáveis à população que a bordo desfrutava da boa comida e da boa bebida. Já a ligação com o Rio de Janeiro e portos intermediários era feita principalmente através dos vapores "Brazil", "Imperatriz Tereza", "Planêta" e "Olinda", do Loyd Brasileiro. Aqui operavam ainda os navios de médio calado da Companhia do Amazonas, sucessora da Amazon River Steam Navigation, mais tarde SNAAP e atual ENASA. As saídas e chegadas dos navios da Booth Line e da Amazon River eram publicadas no mural da sua agenciadora, a Casa Moysés, de Ezagui & Cia. Já o Loyd Brasileiro era agenciado por J. Adonias & Cia. (depois Araújo Costa & Cia.). Às margens do Amazonas e a jusante do rio Madeira, o pôrto de Itacoatiara tem facilitado o comércio de importação e exportação, gerando riquezas, principalmente em tempos passados favorecidos pela enorme aceitação dos produtos extrativos. Mesmo após a chamada fase áurea da borracha as demonstrações de fastígio

CROQUI DA VILA DE SERPA - 1850



LEGENDA

- 1 - Câmara - Cadeia Pública
- 2 - Igreja Matriz
- 3 - Cemitério
- 4 - Quartel da Guarda Nacional
- 5 - Rampa do Pôrto

existentes em Belém e Manaus, embora em menores proporções, também ocorreram em Itacoatiara. Tanto assim que o jornal "Correio de Serpa", edição de 1º.01.1912, registra que "o abastado comerciante Joaquim Francisco de Figueiredo se encontra na Europa" (cf. Relatórios da Província, vols. 11 - 1863/1864, 12 - 1865/1866 e 20 - 1876-1877, e Jobim, 1948).

## 1851

\* Criadas no distrito de Serpa a Agência Postal e a Coletorial Provincial.<sup>9</sup>

\* Os logradouros de Serpa recebem denominações tradicionais.<sup>10</sup>

---

9 - Posteriormente, foi instalado o Cartório de Registro Civil. O precário serviço de correios, feito através de barcos movidos a remos e velas, melhorou substancialmente a partir da instalação, em 1853, da navegação a vapor. Em razão da geografia, havia regularidade na remessa e recebimento de correspondência entre Serpa, Manaus e Belém, o mesmo não acontecendo com as demais povoações. Tanto que o serviço entre Borba - Silves - Manaus era intermediado por Serpa, pôrto de atracação obrigatória dos vapores. Entre 1852 e 1857, a Agência de Serpa apresentou o seguinte movimento: correspondências recebidas 1.474, e expedidas 2.236. Quanto à Coletoria, movimentada por um coletor e um escrivão, era uma das mais rendosas da Província. Entre 1855 e 1860 apresentou uma renda bruta de quarenta e dois contos, sessenta e nove mil e dezenove réis (42:069\$019), movimento superado apenas pela de Borba (cf. Monteiro, 1952, e Relatórios da Província, vols. 5 - 1857 e 9 - 1860-1861).

10 - Nas ruas e praças da vila não havia nomenclatura oficial nem placas de numeração das casas. Tanto assim que, vindo de longe, aos logradouros de Serpa se aplicavam denominações tradicionais, a saber: 1 - praça da Glória ou largo da Matriz; 2 - rua da Glória; 3 - rua das Gaivotas; 4 - rua Nova que dava ao Juary; 5 - rua recém aberta, ou continuação da rua da Estrela que segue para o Juary; 6 - rua dos terrenos de marinha, ou beira do rio, ou rua das Estrelas; 7 - rua dos Empregados; 8 - rua Formosa, ou Boa Vista; 9 - travessa do Oriente; 10. travessa Mítica; 11 - travessa da Marta, ou Romana; 12 - travessa Barrôca, ou dos Martins; 13 - estrada do Cemitério; e 14 - estrada da

**Colônia.** Tais denominações, salvo engano, ligadas a um fato, lenda ou evento curiosos, nasceram da sabedoria e tradição populares. Exemplificando, a **praça** e a **rua da Glória**, se reportavam aos possíveis eventos gloriosos que tiveram palco, na primeira as missas campais e concentrações cívicas, na segunda as recepções a religiosos e políticos chegados pelo rio; a **rua dos Empregados**, em razão do expressivo número de empregados públicos moradores dessa rua; a **rua das Gaivotas** era uma alusão às aves de coloração branco-acizentada, de dorso escuro, que aos bandos se alimentavam dos peixes do Juary, esvoaçando próximo ao litoral; a **travessa Barrôca** se reportava ao despenhadeiro formando precipícios, que a caracterizava, ao pé da rampa do pôrto; a **travessa Mítica**, talvez ligada a algum conflito, entre muitos que houveram, e mitificado pelo povo, ou graças à proximidade dessa via da igreja; a **travessa do Oriente**, aludia ao fato de situar-se do lado do nascente, a leste da vila; as **estradas do Cemitério e da Colônia**, aludindo aos caminhos que levavam ao **cemitério São Miguel** e ao nascente **bairro da Colônia**. Pesquisando, confirmamos que a **praça da Glória** é a atual da Matriz; a **rua da Glória** é a atual Quintino Bocaiuva; a **rua das Gaivotas** que era a mesma **continuação da rua das Estrelas**, marginal ao rio, saindo da praça até desembocar no igarapé do Juary, é a atual Waldemar Pedrosa; a **rua Nova que dava ao Juary**, é a atual Desembargador Meninéa; a **rua da Marinha ou das Estrelas**, a partir da rampa do pôrto, esquina com a **travessa Barrôca**, margeava o rio, ia dar na atual Saldanha Marinho; a **rua dos Empregados** é a atual Monsenhór Joaquim Pereira; a **rua Formosa ou Boa Vista** é a atual Barão do Rio Branco. Seu trecho, depois denominado Saldanha Marinho, hoje faz parte da rua Ministro Waldemar Pedrosa; a **travessa do Oriente**, partindo do rio e alcançando o cruzamento da **rua Formosa**, é a atual avenida 7 de Setembro; a **travessa Mítica**, pequena viéla próximo à igreja Matriz, depois **rua da Igualdade**, já extinta, passava ao lado do prédio que é hoje a ex-fábrica de Guaraná Rio Negro; a **travessa da Marta, ou Romana**, é o trecho da atual rua Benjamin Constant, saindo da atual Praça Luiza Valério e se estendendo até a esquina onde se situa a Secretaria Municipal de Educação (ex-Usina de Fôrça e Luz Waldir Buid); a **travessa Barrôca** é a atual travessa da Rampa, também chamada **travessa dos Martins**, porque ao longo dela moravam João da Paz Serudo Martins, Dionísio José Serudo Martins e Antonio José Serudo Martins, saía da rampa do pôrto, paralelamente à atual rua Benjamin Constant, atravessava os fundos do atual prédio que sediou a Usina de Luz Waldir Buid, indo alcançar as hoje Lojas Rosilene, próximo ao BEA; a **estrada do Cemitério** é a atual rua Cassiano Secundo; e a **estrada da Colônia** é a atual rua Alvaro França. Por

1874  
1874  
1874  
proposta do vereador João da Paz Serudo Martins, em 13.01.1874 a **travessa dos Martins** foi fechada ao trânsito, a **rua Formosa** teve sua denominação mudada para **rua da Alfândega** e a **rua da Glória** passou a ser rua Tenreiro Aranha. No primeiro caso, João da Paz legislara em causa própria. Na mesma data (1874) foi aprovada a obrigação de serem numeradas as casas da vila. Em 1875 foi reaberta a travessa na **baixa**, ao pé da rampa, antiga **dos Martins**, que em 1876 passou oficialmente a ser **travessa Magalhães**, em homenagem ao navegador português Fernão de Magalhães (1480-1521). Em fins de 1876, após a retirada das "cêrcas feitas imprópriamente nas terras do patrimônio da Câmara", foi aberta uma rua pela margem direita do lago Jauary. Projetada para ficar "a 15 metros acima do terreno inundado por enchente regular", em 1877 foi concluída com o nome de **travessa da Fumaça** (atual rua Manaus), referência ao fumaçeiro que ali era constante, proveniente da queima de roçados. Tais denominações perduraram até os idos republicanos de 1890, quando Itacoatiara já detinha o foral de cidade. Entre 1850 e 1870, dentre outros, residiram nesses logradouros: na **praça da Glória** ou **largo da Matriz** e arredores, Francisco Ferreira França, Antonio da Fonseca Dias, Rufino Francisco de Medeiros, Patricio Aureliano Ferreira, Jacinto de Carvalho de Castro, Domingos Lopes Barroso, João Antonio Rosa e Manoel Borba; na **rua da Glória**, Antonio José de Moura Júnior, José Pinto de França, Águida Angélica de Queiroz e José dos Reis Braga; na **rua Nova que dava ao Jauary**, Tereza de Jesus Farias, Constancia Januária de Amorim, João Aranha, Pedro Joaquim Ramos, Constancia Firmino de Amorim, Antonio Geremias de Aragão e José Gatto Domingues de Carvalho; na **rua recém aberta** ou **continuação da rua da Estrela**, José dos Santos Guimarães, Caetano de Souza Lira, Manoel Nogueira Borges da Fonseca, Manoel José Lopes Barroso, Domingos de Almeida Sutta e José Ferreira Filony; na **rua recém aberta**, ao lado da escola, Antonio Luiz Coelho, Stanislau Fernandes, Caetano da Silva Lira e João Pereira de Lira; na **rua da Marinha**, o comércio de Monteiro & Barroso; na esquina da **rua Estrela** com a **travessa Barrôca**, o procurador da Câmara José Alves de Couto; na **rua da Estrela**, Augusto José Rodrigues, Dionísio Antonio da Silva e Fulgêncio Corrêa da Cruz; na **travessa Mítica**, Eduardo Rolim; na **travessa da Marta**, ou **Romana**, capitão Mello, doutor Vieira, Caetana de Souza Lira, Francisco Benício de Carvalho e Benício Ferreira de Mello; na **travessa dos Martins**, ou **Barrôca**, Martinha Henrique de Souza, Firmino Heureliano da Silva, Pedro Joaquim Ramos, Rufino Francisco de Medeiros, Plácido Ferreira de Alfáia, Joaquim José de Figueiredo, Messias José d'Oliveira, Amaro Bezerra Cavalcante, Manoel de Souza, Manoel da Gama, Felinto Chaves de Brito,

João da Paz Serudo Martins, Antonio José Serudo Martins, Dionísio José Serudo Martins, herdeiros de Félix da Costa Pinheiro, João Henrique de Souza, Manoel Antonio de Carvalho e José Bernardo da Silva; na **rua Formosa**, Damaso de Souza Barriga; na **rua dos Empregados**, padre Manuel Ferreira Barreto; e na **travessa marginal do Jauary**, ou **da Fumaça**, Joaquim Gonçalves de Andrade e Luiz Fernando do Nascimento. Formalmente, a Municipalidade exigia critérios para o levantamento de construções, e aqueles que desrespeitassem as normas de alinhamento eram prontamente compelidos a reparar o êrro. Exemplificando: em 1865, ao apreciar representação formulada por diversos populares contra a tolerância manifestada pela Câmara derredor da construção do prédio de José dos Reis Braga, na rua da Glória, "o qual, na apreensão dos moradores, tapa o pôrto principal desta vila, o presidente provincial exige informações sôbre o assunto", e determina a imediata interrupção do trabalho "que contraria o plano de edificação desta vila e interrompe o trânsito e servidão pública". Ademais, observemos que na década de 1865/1875, registrados na Câmara, já operavam na vila diversos prestadores de serviço: à **rua da Glória**, a alfaiataria de Júlio Ferreira Capucho; à **rua das Estrelas**, a alfaiataria de Joaquim José d'Oliveira; à **rua Formosa** ou **Boa Vista**, as alfaiatarias de José Carneiro Filho e de Joaquim Gonçalves de Andrade, a oficina de sapataria de José Antonio do Amaral, a oficina de ferraria e funilaria de José Joaquim da Cunha Júnior e a padaria de José Antonio Pereira Leite, - todos eles portugueses. Havia uma loja de venda de tecidos e variedades na **travessa do Oriente** (cf. atas de 1858, de 11.04 e 13.07.1865, e de 1872/1876).

alfaiate

## 1852

\* Instalada a Província, Serpa permanece como simples freguesia no quadro administrativo e judiciário do Amazonas. 11

\* Manuel Joaquim da Costa Pinheiro é nomeado presidente do Conselho de Qualificação da Guarda Nacional da freguesia de Serpa. 12

11 - Superados os efeitos danosos da Cabanagem, e coroando a luta dos amazonenses que jamais se conformaram com a sujeição de sua Comarca ao Pará, em 5.09.1850 o parlamento imperial criou a Província do Amazonas. A população voltou a crescer, a agricultura ganhou uma sensível

melhora ao lado do comércio que se centrava no serviço do regatão. A indústria extrativa se mantinha cuidando dos gêneros retirados do rio e da floresta. Das vilas, além de Manaus, Tefé e Luzéa prosperavam. Dos termos, era previsível que Serpa levasse a dianteira. Araújo e Amazonas descreve: "Seus habitantes eram em número de 1.720, distribuídos em 170 fogos. Cultivavam, além do necessário à subsistência, algodão, café e tabaco. Pescavam pirarucu, tartaruga e peixe-boi. Teciam panos e rêdes de algodão. Manipulavam azeites de tartaruga, peixe-boi e de andiroba. Extraíam breu, salsa, cravo e copaíba. Criavam em reduzida escala algum gado muar". Instalada a Província, o diretor do povoado Damaso de Souza Barriga, a 22.01.1852 envia congratulações a João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha (1798-1861; governou em janeiro-junho de 1852), que, empossado na Presidência, organizou os podêres, no que foi seguido pelos seus substitutos imediatos. A organização administrativa e judiciária da nova unidade federativa constou inicialmente de apenas uma Comarca (sediada na capital), quatro municípios e vinte e oito freguesias, mantendo quase intocada a formação anterior da Comarca do Amazonas. A partir de 21.10.1852 a dependência da freguesia de Serpa foi deslocada de Manaus para Silves. Todavia, para superar o seu rebaixamento, Serpa ainda teria de empreender intensa luta junto aos fóros legais, embora com maiores possibilidades de sucesso, já que estes estavam mais próximos. Mas as tentativas desenvolvidas no plenário da Assembléia Legislativa Provincial para elevá-la ao foral de vila só seriam coroadas de êxito cinco anos depois da posse de Aranha (cf. Reis, 1931, Jobim, 1948, e Amazonas, 1984).

12 - Nomeação feita pelo presidente Tenreiro Aranha, o cargo era um dos maiores na hierarquia militar, competindo-lhe a nomeação dos praças e a indicação dos oficiais. Criada em 1831, dissolvida por ocasião da Cabanagem e reorganizada em 1852, por imposição da Lei de 19.09.1850, pelo coronel João Henrique de Mattos (1784-1857), a Guarda Nacional tinha dupla composição: corpo de infantaria e cavalaria de segunda linha, formada por cidadãos armados para conservação da ordem pública, e milícia auxiliar formada por civis com postos honoríficos. Então, a força pública estacionada em Serpa constava de 28 praças e um oficial. O capitão Manuel Joaquim da Costa Pinheiro, português de origem, se credenciava para, cinco anos depois, ser o primeiro administrador do município, porém morreria logo em seguida. Antes, em 1848/1849, foi diretor honorário da freguesia, conforme o relato de Henry Walter Bates que o confundiu como brasileiro (cf. Relatórios da Província, vol. 1 - 1851/1852, Bates, 1979, Reis, 1931, e Bittencourt, 1969).

↙  
mencional  
de Indaiá?

\* Janeiro - O vapor "Marajó", inaugurando a navegação fluvial no Amazonas, toca o porto de Serpa.<sup>13</sup>

\* Setembro - O presidente da Província cria uma escola de primeiras letras em Serpa.<sup>14</sup>

13 - Pertencente à Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, aportou em Manaus em 11.01.1853. O navio a vapor modificou radicalmente as condições de transporte, produzindo uma revolução na economia regional e mundial. Até então, a Amazônia "não tinha sentido os efeitos benéficos desse tipo de navegação", haja vista que as comunicações fluviais efetuavam-se com grande dificuldade, por meio de barcos a vela e a remo. Para implantar a novidade, Irineu Evangelista de Souza, barão e depois visconde de Mauá, obteve do governo imperial "o monopólio da navegação a vapor com subvenções elevadas e favores excepcionais". Sua Companhia de Navegação operou durante cerca de vinte anos na região em conjunto com a inglesa The Amazon Steam Navigation Company Limited, realizando uma receita de milhares de contos de réis, tanto pelo frete de mercadorias como pelo transporte de passageiros. Graças à navegação a vapor, o comércio do Amazonas não tardou a mostrar <sup>um</sup> excepcional desenvolvimento, superando em pouco tempo o movimento da receita alfandegária das províncias do sul do país. Em 14.01.1854, efetuando a segunda viagem ao Amazonas, o vapor "Rio Negro" encalhou na enseada do Arapapá, entre a foz do Madeira e a povoação de Serpa, sendo desencalhado três meses após. Nas viagens entre Belém e Manaus o vapor "Marajó" gastava dez dias de subida e seis de baixada, em linha direta. Porém, devido às paradas, era normal gastar até trinta e seis dias, creditando-se essa demora ao recebimento de lenha nos portos intermediários (cf. Nery, 1979, Reis, 1956, e Relatórios da Província, vol. 3 - 1854/1855).

14 - Na verdade, a fundação do estabelecimento, atribuída à Resolução nº 5, de 21.10.1852, foi confirmada pela Resolução nº 15, de 18.11.1853, sendo a primeira escola primária oficial destinada a alunos do sexo masculino instalada no município. Essa iniciativa partiu do 2º presidente da Província Herculano Ferreira Pena (1811-1867; governou em 1853-1855). Nela foram matriculados em 1854 vinte e quatro alunos. Em 1855 era seu professor Manoel Valente do Couto que, além do vencimento de trinta mil réis mensais, recebia um auxílio-moradia à base de um terço desse valor, e aos alunos pobres eram oferecidos materiais gratuitos. Sob a batuta

Educação

de novo professor - frei João da Santa Cruz - em 1856 o número de alunos aumentara para 38, decaindo todavia para 15 no ano seguinte, então sob a regência do padre Francisco de Paula Cavalcante Albuquerque. Segundo o relato do diretor da Instrução Pública cônego Joaquim Gonçalves de Azevedo, a rotineira ida das crianças às atividades agrícolas, na companhia de seus pais, "para grangear o alimento para si e sua família", concorria para estimular a baixa frequência às escolas. Na sua fase colonial, a educação na Amazônia passou por três períodos: o do Regimento das Missões (1616-1757), o do Diretório Pombalino (1757-1798) e o do Regimento Provisional (1798-1808). No primeiro, as ordens religiosas assumiram total responsabilidade pela catequese e educação na região. Abrindo escolas e nucleando índios, os padres não propagavam apenas a fé cristã, mas promoviam um complexo trabalho modificador de hábitos sociais, reformas de regime de trabalho, ensino de leitura e escrita e de ofícios mecânicos. No segundo período, a educação ao invés de religiosa passou a ter direção laica, pois, mediante a anulação da legislação anterior foi abolido o poder temporal dos religiosos, operando-se uma transformação radical nesse campo. Em consequência: a expulsão dos missionários, resultando no fechamento das escolas do interior, e a impossibilidade de cumprir a nova determinação de divulgar a língua portuguesa em substituição à língua geral destruíram o que vinha sendo realizado, e a educação atingiu baixíssimo nível de produtividade. No terceiro período a educação regional foi melhor sistematizada: além da declaração de igualdade de direitos entre índios e demais vassalos portugueses, foi definido oficialmente o dever do Estado de administrar e financiar os serviços de instrução pública. Entretanto, segundo Bittencourt, "as preocupações dos estadistas dos primeiros anos do Império ainda estavam voltadas para a alta cultura, com menosprezo do ensino primário". O modelo pedagógico da Corte se dirigia exclusivamente à formação de uma elite de intelectuais. Somente em 1827 foi autorizada a criação no Brasil de escolas de primeiras letras. Quando Tenreiro Aranha tomou posse, em 1852, estavam criadas na Província do Amazonas oito escolas elementares, três delas em Manaus, mas nem tôdas estavam providas. À falta de pessoas com os conhecimentos indispensáveis, para o mister de professor eram requisitados os sacerdotes. Pelo regulamento oficial, o curso de primeiras letras, além da educação física e moral, era dividido em seis classes, compreendendo as seguintes matérias: leitura, caligrafia, doutrina cristã, numerações e principais regras de aritmética, gramática da língua nacional, noções de geografia aplicada às artes, da história natural, da sagrada e do Brasil e de geografia. Para as meninas, além destas, havia aulas de prendas domésticas. Para verificar o grau de aprendizado dos alunos e aferir a competência dos

mestres, vinha de Manaus, periodicamente, o visitador escolar oficial (cf. Relatórios da Província, vols. 2 - 1852/1853 e 3 - 1854/1855, Monteiro, 1952, Reis, 1931, Bittencourt, 1981, e Lago, 1985).

## 1854

- \* Fundada a Colônia agroindustrial Itacoatiara.15
- \* Reformado o prédio da igreja Matriz.16

---

15 - Iniciativa do barão e visconde de Mauá, a Colônia, à margem do Amazonas, contigua à freguesia e próxima ao lago de Serpa, foi instalada em meados de 1854 pela Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas e dissolvida em 1860. Seu primeiro diretor foi o engenheiro civil francês Le Gendre Decluy, depois substituído por Moritz Becher, "ex-oficial de artilharia das tropas alemãs engajadas", que levantou a planta da vila de Serpa. Na serraria e olaria foram montadas duas máquinas a vapor de seis e vinte cavalos e um forno destinado a queimar diariamente dez mil telhas, quatorze mil tijolos ou sete mil ladrilhos. Na prática, porém, a produção do maquinário da olaria, operado por sete obreiros, não atingia a sua capacidade instalada, causando enorme prejuízo ao estabelecimento. Por outro lado, o terreno de 40.000 braças quadradas, destinado à cultura agrícola, apesar de roçado não foi cultivado, ficando em pouco tempo tomado pelo mato. De cultura mesmo só existia um sítio próximo com uma plantação de 180 cacauzeiros, um pequeno cafezal, mangueiras, 120 algodoeiros e mandiocais. As construções constavam de nove casas, três grandes telheiros e uma estrebaria. Além do diretor, o pessoal administrativo consistia de um médico, um escrivão, dois administradores da olaria e serraria e um engenheiro. Em 1857, dos 44 colonos, 23 eram chineses e os restantes portugueses, dos quais dois casados, exclusive os 38 escravos africanos que o ministro da Justiça mandou vir de São Matheus e Serinhaem. Alguns colonos se rebelaram contra o diretor, obrigando a que o chefe de Polícia Sebastião José da Silva Braga viesse até Serpa para apurar a ocorrência. Concluído o inquérito, os culpados foram presos e processados. Em 1858, o número de casas na Colônia se elevara a 36, aí incluídas as oficinas, e dos 23 colonos chineses, um havia sido desligado. Dois dos 38 africanos haviam morrido afogados. Em 1859, "o fabrico de tijolos e telhas e a serragem de tábuas e barrotes" continuavam. Os prédios "caídos de branco, para 20 pequenos lares", contrastavam com "os vastos edifícios

destinados à administração, para a instalação duma serraria a vapor para moldar e prensar tijolos e telhas, tôda espécie de artigos de barro para construção". Contudo, nos seus últimos dias, as benfeitorias agrícolas se resumiam a pequenas plantações de milho, feijão, mandioca e café. A insignificância de seus produtos, por não satisfazerem às necessidades de consumo da Província, mereceu em 1859 um desabafo do presidente Francisco José Furtado (1818-1870; governou em 1857-1859), que "tinha tido experiência pela dificuldade e demora em alcançar dali alguns tijolos para as obras públicas". A pedido de Gustavo Adolpho Bloem, a Câmara atestou que "os limites da vila com a Colônia se achavam marcados por uma cêrca que tem um portão junto ao pôrto, a qual segue em linha reta, para dentro". O fracasso de Itacoatiara desencorajou tôda tentativa ulterior de colonização agroindustrial. Em 1860, o estabelecimento estava arrendado a um morador de Serpa, e o cafézal, abandonado, havia sido vendido em hasta pública ao Seminário Episcopal de Manaus. Concluindo, dos mais de cem contos de réis investidos na Colônia pouco ou quase nada havia retornado. O otimismo do govêrno imperial e o plano ambicioso de Mauá, antevendo a redenção do interior da Amazônia, através da colonização agroindustrial, resultaram num verdadeiro fiasco. Serpa só tirava benefícios do movimento comercial criado pela entrada de regatões paraenses que vinham ao Autazes e ao Madeira negociar com extratores de borracha. Os chineses e os ilhéus que Mauá instalou na Colônia em breve estavam dissolvidos na vastidão de terra e absorvidos nas formas de cultura regional. A remanescente povoação da Colônia Itacoatiara deu origem ao atual bairro da Colônia e a maioria de seus descendentes negros estacionados no Lago de Serpa passou a viver da produção agrícola e do fabrico de carvão a lenha (cf. Avé-Lallemant, 1980, Reis, 1931, Relatórios da Província, vols. 3 - 1854/1855, 4 - 1856, 5 - 1857, 6 - 1858 e 7 - 1859, e Livro de Actas 1858-1865 da Câmara).

16 - A igreja era pequena, medindo exatamente onze metros de frente por oito e meio metros de fundos. Sua largura era maior devido às varandas laterais, construídas em tempos que remontam ao início da vida colonial. À época, pelo Mapa Demonstrativo das igrejas da Província, "a de Serpa estava por concluir, se encontrando seus ornamentos em mau estado". As banquetas de madeiras prateadas doadas pelo cidadão José de Carvalho Serzedelo para servir aos dois altares laterais, abandonadas, estavam se depreciando. A igreja, em parte coberta de telhas e em parte coberta de palha, carecia de urgentes reparos. Os fiéis lutavam com extrema dificuldade para conservá-la e, entre donativos e esmolos, só haviam arrecadado cêrca de trezentos mil réis, quantia insignificante para suprir as suas despesas de consêrto. A cobrança dos serviços de acompanhamento de sua cruz aos entêrros, das

V. de Lallemant.

missas cantadas, de repiques dos sinos e das sepulturas na igreja estaghára, dada a ausência do padre colado, e os interinos nem sempre eram habituais. O presidente Herculano Ferreira Pena mandou entregar à comissão responsável 1.050 telhas para completar a cobertura e duzentos mil réis em dinheiro para custear as despesas de mão-de-obra. Entretanto, dadas as dificuldades apontadas, pelo relatório do diretor de Obras da Província, João Wilkens de Mattos (1822-1889; presidente da Província em 1868-1870), a igreja teve sua recuperação concluída somente em 1858. No Mapa da Divisão Eclesiástica de 1854 aparece como pároco da freguesia o padre João Antonio da Silva, colado desde 14.06.1831, o qual, afastado por motivo de doença, em 27.05.1855 foi substituído pelo vigário Luiz Martinho de Azevedo Couto, nomeado por decreto de 27.11.1854 do Bispado do Pará (cf. Relatórios da Província, vols. 3 - 1854/1855, 5 - 1857 e 6 - 1858, Bittencourt, 1969, e Reis, 1931).

## 1855

\* A cólera-morbus ataca Serpa.17

\* Criação da Comarca Eclesiástica do Alto Amazonas.18

\* A Diretoria de Índios de São José do Amatarý entra em pleno funcionamento.19

---

17 - Doença infecciosa aguda, contagiosa, que pode manifestar-se sob forma epidêmica, caracterizada, em sua apresentação clássica, por diarreia abundante, prostração e câibras. Consequência da contaminação recebida de pessoas procedentes do Pará, a moléstia se disseminou na Província e alcançou a freguesia, tendo o govêrno imediatamente liberado o crédito de um conto de réis, mandando vir de Manaus uma Comissão de Socorros Públicos sob a direção do médico Cassiano de Mello Mattos. Foi tornado público que em 1855 sessenta e quatro pessoas foram contaminadas em Serpa, mas êsse quadro era irreal. Na verdade, a estatística oficial, também registrando quatorze óbitos, escondia um número muito maior de vítimas. Recrudescida a doença no ano seguinte, outro flagelo grave, a febre amarela, atingiu o povoado, fazendo quatorze vítimas. Acresce que o **mal da bexiga**, também mortífero, atacava esporadicamente os índios que, em quarentena, eram tratados com medicamentos homeopáticos. Essa

doença persistia porque não foi propagada a vacina que propunha a sua prevenção. Dominada pela negligência, o preconceito e a ignorância, a população impunha forte resistência à sua aplicação: Além do mais, faltavam vacinadores efetivos. **Mal da bexiga** é nome vulgar dado à variola, doença infecciosa aguda com período de incubação de cerca de doze dias, a que se segue etapa febril e erupção macular do tronco; depois, a face, mãos e pés, são atacados de erupção papular que evolui para a formação de pústulas, deixando cicatrizes despigmentadas e um tanto escavadas. A doença apresenta, ainda, manifestações pneumônicas, artríticas (cf. Ferreira, 1986, e Relatórios da Província, vols. 3 - 1854/1855 e 4 - 1856). **O hexiguento** ou **hexigoso** quase sempre era conduzido para o meio do mato, ali morrendo à míngua. As vítimas mortais eram enterradas distantes da vila. (Abrindo um parentêsis: nos idos de 1950, jogando **pelada** com outros adolescentes da minha geração no **Campo do Arranca-unha**, precisamente onde hoje é o Estádio Floro de Mendonça, encontrei cruces fincadas no mato ao redor, lembrança tétrica de cem anos passados: ali fôra seguramente um Cemitério de **hexiguentos**!) Lembremos que, afora esses surtos epidêmicos, o estado sanitário de Serpa era bom, sofrendo a população apenas de doenças triviais, aquelas causadas pela "volubilidade atmosférica, relativamente a seus fenômenos meteorológicos, grande quantidade d'água no ar devido ao calor intenso", segundo definição do médico-chefe dos Socorros Públicos. Esses males passageiros eram combatidos com fricções, benzeduras, ervas do mato

18 - Vinculada ao Bispado do Pará, criada a 13.04.1855, como forma de descentralizar as atividades religiosas na Amazônia, a Comarca Eclesiástica foi dividida em seis distritos, sob a direção do cônego Joaquim Gonçalves de Azevedo. A Paróquia de N. S. do Rosário de Serpa passou a fazer parte do 1º Distrito, sob a Vigararia do padre João de Santa Cruz que recebia a **côngrua** anual de quatrocentos mil réis. A sucessão da Comarca Eclesiástica ocorreria em 1894 com a instalação da Diocese do Amazonas, criada em 27.04.1892 pelo Papa Leão XIII (1810-1903), sendo seu primeiro bispo dom José Lourenço de Aguiar (cf. Loureiro, 1989, e Mirador, 1995).

19 - As diretorias foram regulamentadas pelo Ato imperial de 24.07.1845. A Diretoria geral estava sediada em Manaus e as diretorias parciais se disseminavam por toda a planície. Competia-lhes o poder temporal de administração dos índios e, assim: protegê-los das investidas dos "civilizados" e, principalmente, dos regatões; organizá-los em comunidades produtivas; enfim, educá-los na assimilação dos costumes dos "brancos". Na verdade, essas organizações logo se transformaram em núcleos de arregimentação de trabalhadores alugados a particulares, remetidos de seus locais de origem para os

centros urbanos onde eram empregados em obras públicas mediante a paga de míseras diárias, ou usados em proveito dos próprios diretores. São José do Amatary sediou a 20ª Diretoria que, em 1856, abrigando índios da nação **Mura**, estava sendo gerida por Paulo Pinto da Silva. Dois anos depois, sob o comando de Francisco dos Santos Guimarães, ali estavam arrebanhados 80 índios. Em 1859, já dirigida por José Casimiro do Prado, remeteu 40, e depois mais 155 índios para trabalhar nas obras públicas da capital. Por serem em grande quantidade, alguns deles, como mera mercadoria, foram cedidos a particulares, sendo ocupados nos serviços agrícolas, na pesca, navegação e extração de drogas silvestres. O regatão era seu maior inimigo, pois além de explorar os índios na compra e venda de produtos, encaminhava-os ao vício da embriaguês. Em 1864, era diretor em São José do Amatary, Bartholomeu Ferreira do Prado; lá habitavam 166 pessoas. Nas proximidades de Serpa funcionavam ainda as diretorias de Anibá (em 1856, 200 **Muras**, sob a direção de Joaquim Félix Machado, e 75 **Muras** em 1864, sob o comando de Damaso de Souza Barriga) e Autáz-Açu (399 **Mundurucus**, sob a direção de José Antonio Rodrigues). Em 1858, extinta, a Diretoria de Anibá foi anexada à de Uatumã. As diretorias do Amazonas foram extintas em 1866, a pedido do Bispo dom Antonio de Macedo Costa, "para evitar o aniquilamento da raça americana" (cf. Loureiro, 1989, e Relatórios da Província, vols. 4 - 1856, 7 - 1859 e 11 - 1863/1864).

## 1856

\* Pelo mapa estatístico, a população da freguesia apresenta 2.587 habitantes.<sup>20</sup>

\* O inglês Robert Mac-Cullock instala fábrica de aguardente no Paraná da Eva.<sup>21</sup>

---

20 - A freguesia de Serpa, então distrito do município de Silves (este criado em 21.10.1852), possuía 2.477 habitantes, dos quais 2.425 livres (1.794 adultos e 631 menores) e 52 escravos (38 adultos e 14 menores). Da população livre, 1.339 eram homens e 1.086 mulheres. Os escravos eram 29 homens e 23 mulheres. Os estrangeiros residentes eram 110, os quais adicionados aos livres e escravos elevavam a população para um total de 2.587 pessoas. O número de casas habitadas era de 370. O contingente local de estrangeiros era superado apenas pelo da capital (128 ao todo). Em população, Serpa

era superada por Manaus (9.813 hab), Maués (5.961 hab), Silves (3.462 hab) e Vila Bela (3.225 hab). No mesmo exercício de 1856, o número de casamentos em Serpa atingira a 13, os nascimentos, a 101 e os óbitos, a 30. No ano anterior tinham sido, respectivamente, 9, 82 e 23. Na economia, onze canoas estavam empregadas no comércio de regatão, equipadas por trinta e quatro homens, que conduziram sessenta e oito toneladas de produtos. Segundo registros da Coletoria, exportou-se para o Pará tabaco, café, cacau, estôpa, breu, castanha, óleos e drogas medicinais, borracha, manteiga de ovos de tartaruga, banha de peixe-boi, farinha de tapióca, mixira de tartaruga e pirarucu sêco. Além disso, Serpa vendia couros salgados, couros sêcos, madeira em tábuas e em tóras, tijolos, telhas, tartaruga, peles de animais etc.. No volume de comércio interior, embarcando 173 toneladas, o pôrto de Serpa foi suplantado apenas pelo de Manaus: 218 toneladas. Havia carência de gêneros de primeira necessidade, tanto que a carne verde e a farinha, transportadas através dos vapores da Companhia do Amazonas, procediam do Pará. No aspecto fundiário, o número de posses rurais registradas na Paróquia de Serpa, segundo o Regulamento da Lei de Terras nº 601, de 18.09.1850, era de cento e quatorze. Registre-se que, em virtude do vigário colado padre Luiz Martinho de Azevedo Couto encontrar-se ausente, a Paróquia da freguesia de Serpa foi, sucessivamente, encomendada a frei João da Santa Cruz (de novembro de 1855 a agosto de 1856), padre José Bernard Pinto e Roza (de setembro de 1856 a janeiro de 1857) e padre Francisco de Paula Cavalcante Albuquerque (de janeiro a agosto de 1857). O primeiro e o terceiro acumularam a função de professor de primeiras letras (cf. Loureiro, 1978, Relatórios da Província, vols. 4 - 1856 e 6 - 1858, e Livros de Batizados-1855/1898 e Casamentos-1855/1880, da Prelazia).

21 - Na tentativa de industrializar o interior amazonense, o govêrno provincial incentivava o ingresso de capitais e de experiências, conclamando a presença de elementos estrangeiros empregados no ramo. Aproveitando os subsídios oferecidos e numa cartada de aventureiro, Robert Mac-Culloch em 1856 fêz instalar no Paraná da Eva uma fábrica de aguardente de cana e serraria com máquina a vapor de força entre quinze e vinte cavalos. A serraria não foi avante. Quanto ao engenho, avaliado em dez contos de réis, sua maior safra, relativa ao ano de 1858, ascendeu a cerca de 40 pipas de cachaça que importaram em seis contos e quatrocentos mil réis (6:400\$000). O trabalho de colheita e moagem de cana era realizado por índios Muras, arrebanhados nas proximidades. Até próximo ao ano de 1870 o engenho ainda estava funcionando (cf. Relatórios da Província, vols. 4 - 1856 e 7 - 1859).

Ata de instalação da Vila de N. S. do Rosário de Serpa (24.06.1858). Cópia tirada do Livro de  
 Actas 1858/1865 da Câmara Municipal, original em poder do Autor.

Ata de instalação da Vila de N. S. do Rosário de Serpa (24.06.1858). Cópia tirada do Livro de Actas 1858/1865 da Câmara Municipal, original em poder do Autor.



\* A lei provincial nº 74 recria a vila de Serpa, termo-adjunto de Manaus.<sup>22</sup>

\* Cinquenta escravos negros vêm trabalhar na Colônia Itacoatiara.<sup>23</sup>

---

22 - Segundo a Divisão Judiciária e Policial, anteriormente ao ano de 1857 Serpa fôra distrito de paz e sub-delegacia subordinada ao município de Silves, pertencendo ao Primeiro Colégio Eleitoral sediado em Manaus. Rebaixada em 1833 e anexada ao município de Silves em 1852, a freguesia passou a agir em várias frentes visando à recuperação do velho predicamento. Urgia a reparação da injustiça. Abaixo-assinados pedindo a recriação da vila foram encaminhados, contatos foram estabelecidos, tudo no sentido de motivar as autoridades constituídas. O assunto foi devidamente discutido, na forma de reinvidicação, na imprensa que se editava na capital. Na Assembléia, as propostas ganhavam acalorados debates e os discursos propunham a organização do quadro administrativo da Província. Por fim, em dezembro de 1857, é promulgado um ato legislativo com a ementa seguinte: "Lei nº 74, de 10.12.1857, eleva a freguesia de Serpa à categoria de vila, com a mesma denominação que ora tem". Esse texto, registrado às fls. 94, do Livro das Leis Provinciais, foi assinado pelo 5º presidente provincial Francisco José Furtado. Excluindo-se a missão de Aibi, lembremos que Itacoatiara historicamente começou pelas simples aldeias de Maturá, Canumã, Madeira e Abacaxis, depois povoado e por fim a vila de Nossa Senhora do Rosário de Serpa, esta instalada em 1º.01.1759. Extinta em 1833, foi reinstalada em 24.06.1858, após a criação em 1850 da Província do Amazonas. Destarte, o município verdadeiramente começou a existir com a elevação da freguesia (ou povoado) à predicação de vila, através da Lei nº 74, de 10.12.1857, seguindo-se a criação, pelo decreto imperial nº 5.146, de 27.11.1871, do Têrmo Judiciário. A vila recebeu o foral de cidade, com a denominação de Itacoatiara, mediante a sanção, pelo 14º presidente provincial Domingos Monteiro Peixoto (governou em 1872-1875) da Lei nº 283, de 25.04.1874. A criação da Comarca foi tomada possível através da edição da Lei nº 341, de 26.04.1876, sancionada pelo 15º presidente do Amazonas, dr. Antonio dos Passos Miranda (governou em 1875-1876). Tudo se confirmaria mais tarde com a Lei nº 33, de 4.11.1892, editada no govêrno de Eduardo Gonçalves Ribeiro (1862-1900). A Constituição Estadual de 1891, seguindo a esteira da primeira Constituição

brasileira republicana, deu relativa autonomia aos municípios amazonenses (cf. Relatórios da Província, vol. 6 - 1858, Reis, 1931, e Loureiro, 1978).

23 - Pela Fala do 4º presidente Angelo Thomaz do Amaral (governou o Amazonas em 1857) verifica-se que esses escravos foram encomendados pelo barão de Mauá, presidente da Companhia de Comércio e Navegação do Amazonas. Esses 50 negros foram apreendidos em São Matheus e Serinhaem e por deliberação do Ministério da Justiça (Aviso imperial de 30.12.1856) vinham destinados a trabalhar na Colônia Itacoatiara, instalada por aquela empresa. Do total inicial, aqui só chegaram 37, dos quais 7 faleceram. Antonio Loureiro especula que eles seriam os últimos africanos entrados no Brasil e, ainda segundo esse escritor, faziam parte do chamado grupo de escravos estatais, fantasiados com o nome de **escravos livres**. Esse contingente de homens misturou-se aos nativos de Itacoatiara, modificando a etnia local, contribuindo eficazmente para a composição de um quadro racial heterogêneo que muito identifica (e dignifica) o nosso povo. Ainda hoje remanescentes seus vivem na região do lago de Serpa e suas vizinhanças (cf. Relatórios da Província, vol. 5 - 1857, Amazonas, 1988, e Loureiro, 1989).

## 1858

\* 24 de Junho - Instalada solenemente a vila de Nossa Senhora do Rosário de Serpa.<sup>24</sup>

\* 16 de Julho - Criada a Companhia dos Pescadores.<sup>25</sup>

\* Dezembro - Morto, o presidente da Câmara Manuel Joaquim da Costa Pinheiro é substituído pelo vereador Antonio José Serudo Martins.<sup>26</sup>

---

24 - A solenidade de instalação ocorreu no recinto do prédio velho da Guarda Nacional, na "rua nova que dava ao Jauary", atual rua Desembargador Meninéa. Na manhã desse dia, o vereador Salustino de Oliveira, presidente da Câmara Municipal de Silves, na forma do estabelecido na Lei Regulamentar das câmaras municipais, deferiu o juramento dos Santos Evangelhos "sôbre que puzeram sua mão direita" os vereadores eleitos Manuel Joaquim da Costa Pinheiro, Antonio José Serudo Martins, Damaso de Souza Barriga, Agostinho Domingues de Carvalho, Raymundo Cândido

Ferraz, João da Cruz Pinheiro e Manoel Porfírio Delgado. Empossados os eleitos e, seguindo as instruções de 26.02.1858 recebidas do dr. Francisco José Furtado, presidente da Província, Salustino deu por inaugurada a vila. Para marcar o evento, os moradores foram convidados a iluminar as janelas de suas casas por três noites seguidas. A seguir, foi proclamado presidente Manuel Joaquim da Costa Pinheiro, o qual, encerrando a sessão, convidou aos presentes para assistirem ao **Te Deum** que em ação de graças foi celebrado na igreja Matriz pelo padre Francisco Benedito da Fonseca Coutinho. Às 12 horas foi aberta uma sessão extraordinária "para tratar da nomeação dos empregados da Casa". Inicialmente, Manuel Joaquim "fêz ver que em consequência de ser cunhado do vereador Agostinho Domingues de Carvalho e pai do vereador João da Cruz Pinheiro", declarava-os impedido para exercerem a função, na forma do art. 23 da Lei de 1º.10.1828, pelo que convocou e deu posse imediata aos suplentes Evaristo Rodrigues de Lima e Joaquim da Costa Arcos. Igualmente, empossou o suplente Marçal Rodrigues Vieira, em substituição a Damaso Barriga que se achava no exercício do cargo de subdelegado de Polícia. Finalmente, baixou atos nomeando o Secretário João Nazareth da Silva, o Porteiro Antonio Manoel Affonso e o Procurador Agostinho Domingues de Carvalho, "acumulando com o cargo de fiscal até que se apresente pessoa idônea que possa ser nomeado". Apesar da Lei que a criava se reportar a **vila de Serpa**, sua ata de instalação menciona **vila de Nossa Senhora do Rosário de Serpa**, confirmando a denominação recebida em 1759. Realizada noventa dias após a criação da vila, a eleição foi feita para cobrir um mandato-tampão que findaria em 7.01.1861, coincidentemente com os dos demais municípios, cujos mandatários, escolhidos nas eleições gerais de 7.09.1856 para o quadriênio 1857/1861, haviam assumido em 7.01.1857. Tenhamos presente que a lotação da Câmara era de cinco vereadores e, dos sete empossados, dois foram designados juizes de paz. Segundo a Lei, ao presidente era cometida a dupla missão de dirigir as sessões da Câmara e chefiar a administração. Com excessão dos domingos, as sessões ocorriam diariamente e passaram, de agosto em diante, a ser realizadas na casa de Damaso Barriga, na esquina da praça da Glória (depois 13 de Maio, Boulevard Getúlio Vargas e praça da Matriz) com a rua Formosa (ex-Saldanha Marinho e atual rua Ministro Waldemar Pedrosa), cedida gratuitamente pelo prazo de um ano. Mesmo sem ter remuneração, o vereador que faltasse sem justificativa plausível seria multado. Como todos exercessem alguma atividade profissional, quase sempre estavam entrando de licença e a sucessão de suplentes assumindo era infinita. A impressão dos talonários de cobrança de impostos e mais papéis de uso no expediente foi encomendada de Manaus ao

tipógrafo Francisco José da Silva Ramos. Os móveis e outros objetos imprescindíveis ao uso do plenário foram encomendados do Pará, sob interveniência da casa comercial de Damaso Barriga. A 13.07.1858 foram promulgadas as posturas municipais, texto de quinze artigos aprovado provisoriamente pela Portaria provincial nº 67. Em agosto Manuel Joaquim Pinheiro cai gravemente enfermo, sendo a Presidência, até dezembro seguinte, interinamente ocupada por Antonio José Serudo Martins. Em consequência, reassumiu o vereador João da Cruz Pinheiro. Registremos que o Procurador Agostinho Domingues de Carvalho foi professor de primeiras letras nos exercícios de 1858 e 1859 e, no fim desse ano, deixou a Procuradoria para assumir a Coletoria de Serpa. Mais tarde, o vereador Evaristo Rodrigues de Lima também ministrou aulas (1860/1863) na escola do sexo masculino de Serpa (cf. Livro de Actas 1858/1865, e Relatórios da Província, vols. 5 - 1857, 6 - 1858, 7 - 1859, 8 - 1860 e 9 - 1860/1861).

25 - Proposição do vereador Joaquim da Silva Arcos, tratava-se de um instrumento destinado a abastecer a vila de seu principal gênero alimentício. Inicialmente foram empregados na pescaria seis índios **Muras** dos que estavam à disposição da Província na Diretoria de Índios sediada em São José do Amatory. A venda do pescado era feita na praça da Igreja, sob assistência do fiscal municipal, cujo produto era repartido entre os pescadores. Aquele que não "cumprisse com os seus deveres seria corrigido com três dias de prisão". Os preços tabelados eram os seguintes: quarenta réis por tambaqui; mil réis por tartaruga; quarenta réis por libra de pirarucu; sessenta réis por libra de peixe-boi. A Companhia foi regulamentada em 29.10.1858, passando imediatamente a funcionar com seu quadro próprio, arrebanhado do Corpo de Trabalhadores, criado pela Lei provincial do Pará de 25.04.1838, tendo por fim "chamar à obediência e ao trabalho todos os índios domesticados, os mestiços e pretos libertos não alistados na Guarda Nacional". Quanto aos **Muras** cedidos pelo govêmo provincial, dispensados a partir de outubro, deixaram de pescar e foram designados para trabalhar na limpeza da vila (cf. atas de 16.07 e 29.10.1858, e Relatórios da Província, vol. 2 - 1852/1853). Entretanto, para se adequar à Lei provincial amazonense nº 84, de 5.10.1858, a Companhia foi modificada em 1862, recebendo, nova regulamentação (cf. atas de 13 e 14.03.1862). De lembrar que, além do peixe, a população consumia carne de caça, sendo raríssima a utilização de carne de gado vacum. O baixo teor vitamínico dos alimentos tornava a população anêmica, e esse fato despertaria, um ano depois, a curiosidade do viajante e pesquisador Robert Avé-Lallemant (1812-1884),

de nacionalidade alemã.

26 - Inaugurada a vila e instalada a Câmara, efêmera foi a duração do mandato do presidente Manuel Joaquim da Costa Pinheiro. Acometido de uma grave moléstia, um mês após a sua posse é substituído e privado de ter convivido com acontecimentos políticos que marcaram fortemente o cotidiano de Serpa. A interinidade de seu substituto se prolonga até sua morte ocorrida em dezembro, sendo Antonio José Serudo Martins efetivado no posto a partir de janeiro de 1859. Seus feitos mais expressivos foram o de designar u'a comissão para oficializar a denominação dos logradouros públicos, providenciar a transferência do Cemitério Público da praça da Matriz e encomendar a elaboração da planta de situação da vila. Entretanto, também adoecendo, Serudo é substituído por dois períodos pelo vereador Damaso de Souza Barriga, respectivamente de 7.04 a 13.06.1859 e de 14.01 a 24.10.1860. Nessa quadra, outra nota triste ocorre: em 19.08.1859 o vereador João da Cruz Pinheiro é morto por envenenamento. Seu correligionário Raymundo Cândido Ferraz, acusando veementemente o vereador Joaquim da Costa Arcos de havê-lo matado, solicita providências do presidente provincial, já que o delegado local não apurou a ocorrência, "andando o criminoso à solta, em plena liberdade". A 29.08.1859 é lavrado contrato permitindo que as sessões continuassem ocorrendo na casa de Damaso de Souza Barriga, mediante o pagamento de vinte e cinco mil réis por mês de aluguel. Referido imóvel, ainda inconcluso, constando de duas salas e um corredor, serviu precariamente até 1862, quando foi desocupado para reformas. Reassumindo em fins de outubro/1860, ainda alquebrado, Antonio José Serudo Martins não pôde concorrer às eleições seguintes, mas ainda as presidiu, dando posse aos eleitos em 8.01.1861 (cf. Livro de Actas 1858-1865).

## 1859

1865

- \* A vila de Serpa tem sua população reduzida.27
- \* 25 de Junho - O viajante e pesquisador alemão Robert Avé-Lallemant chega a Serpa.28
- \* 11 de Julho - Levantada a planta da vila.29
- \* 25 de Outubro - Marcados os limites municipais de Serpa.30

---

27 - População total da Província em 1859: 46.187 habitantes. Ultrapassada

por Manaus (14.603 hab.), Borba (9.111 hab.), Parintins (3.709 hab.), Silves (3.694 hab.), Maués (2.266 hab.), Tefé (1.700 hab.) e São Gabriel (1.378 hab.). Serpa aparece com apenas 1.120 habitantes. Desses, 37 eram escravos. Curioso é que nesse período o número de casas aumentara para 408, exatamente 38 a mais que em 1856, o que nos leva objetivamente a atribuir esse decréscimo ao temor tomado pela população em face das epidemias da cólera e da varíola, ocorrentes nos anos anteriores. Em pânico, centenas de moradores abandonaram seus fogos, indo se refugiar noutras povoações. Tanto isso é verdade que Silves, no mesmo período, teve um retumbante aumento demográfico, em razão de sua proximidade de Serpa. A tese ganha mais veracidade ainda porque, continuando a decair, a população da vila em 1860 atingira 1.083 pessoas (cf. Relatórios da Província, vol. 8 - 1860).

28 - Poucos estrangeiros ilustres conheceram tão bem o Brasil como o alemão Robert Avé-Lallemant. Homem culto, visitou nosso país de um extremo a outro e, dentre os vários que escreveu, deixou o livro "No rio Amazonas (1859)", em que descreve suas impressões a respeito desta região. Seu depoimento sôbre a recém-instalada vila de Serpa é oportuno e esclarecedor. Procedente de Belém e escalas, chegou a uma hora da manhã de 25.06.1859 e depois de seu barco "ter tomado lenha" prosseguiu em direção a Manaus. Leiamos-lo: "Entre os visitantes de bordo encontrava-se o sr. Becher, ex-oficial de artilharia das últimas tropas alemães engajadas. Agora estava empregado como chefe numa grande serraria a vapor, que a Companhia do Amazonas montara perto de Serpa. Eu conhecera no Rio, muitos anos antes, um seu irmão. Ele mesmo causara-me a melhor das impressões, no nosso encontro fortuíto, e combinamos que o visitaria no regresso do rio Negro (...) Depois de termos tomado lenha, prosseguimos. No dia 26 chegamos à maloca dos índios de São José do Amatory. Uma pequena igreja de barro e casas ainda menores, também de barro, caracterizavam esse aldeamento". Decorridos mais de dois meses, no seu regresso de Manaus depois de haver viajado pelo rio Solimões e entrado erradamente no rio Madeira (pensára ter entrado no rio Autaz), alcançou novamente Serpa a 7.08.1859. "Precisamente na Colônia, noite fechada, já estava tudo quieto. O diretor do Instituto fôra para Serpa, um quarto de hora mais abaixo. Mandeí um negro lá, e meia hora depois, era recebido e hospedado o mais amavelmente possível pelo sr. Moritz Becher. Dormí profundamente, depois de minha digressão errada pelo Madeira. Às 6 horas da manhã seguinte (8 de agosto), fui despertado pelo toque de uma campainha. A vida da Colônia começara. Podia passar uma vista sobre os melhoramentos iniciados recentemente. Quando a poderosa pulsação da artéria do Amazonas - a navegação a vapor - começou no rio, fêz-se sentir

a utilidade, a necessidade mesmo de, ao lado desse largo passo para o progresso, estimular-se também a atividade industrial e cuidar igualmente dalguma agricultura. Quem me acompanhou na viagem ao longo do Amazonas, se convencerá comigo sobretudo da pobreza de tôdas as construções, desde as igrejas até a última das choças de índios. Ai tudo é miserável e triste, tão triste, como não se poderia facilmente encontrar em nenhum recanto do mundo, a que se dê o nome pomposo de vila ou cidade. O fabrico de tijolos e telhas, a serragem de tábuas e barrotes deviam ser sobretudo o primeiro trabalho, o primeiro dever. E em parte alguma se poderiam localizar melhor instalações para o preparo desse material indispensável do que em Serpa, a antiga Itacoatiara. Essa localidade e seus arredores ficam bastante altos para estar perfeitamente seguros, no caso mesmo das mais inconcebíveis enchentes. Diagonalmente defronte da vila, abre-se o vasto Madeira, de dimensões colossais, cuja riqueza em madeiras deve considerar-se inestimável. Além disso, Serpa é pôrto de escala dos vapores, o entreposto natural para o grande rio, para Borba e para Crato e até para além das últimas cachoeiras, até onde o comércio pode penetrar. Numa viagem de 12 horas, o vapor vai de Serpa a Manaus no rio Negro. Ai se encontram dois grandes rios, o Solimões e o Negro, de maneira que se pode realmente dizer que começa em Serpa a colossal ramificação do Amazonas. Por isso, a apenas um quarto de hora acima de Serpa, exatamente onde um pequeno afluente do Amazonas entra num lindo lago, foi instalada uma colônia industrial. Desbravaram uma grande área da floresta, perfeitamente enxuta e saudável, transformando-a numa vasta chã, num terreiro onde depois erigiram, com largos espaços intermediários medidos à trena, em cinco quadriláteros, bons prédios caiados de branco, para pequenos 20 lares. Havia também vastos edificios destinados à administração, para a instalação duma serraria a vapor e máquina a vapor para moldar e prensar tijolos e telhas, tôda espécie de artigos de barro para construção. Por tôda parte reinavam ordem e salutar nitidez nessa bela fundação, cujas altas chaminés se elevavam, com singular surpresa, diante da floresta virgem, como um dedo escrevendo nela: Aqui há progresso. Aqui há Europa! E quatro partes do mundo concorreram também com o seu contingente para animar o pequeno mundo de Serpa. Engenheiros ingleses e norte-americanos, alguns inspetores alemães de armazéns, 26 trabalhadores chineses, um magote de negros, muitos índios e índias, levam lá sua laboriosa existência, dum lado para outro, cada um na sua esfera, uma população que, se jamais uma localidade mereceu esse nome, deve de chamar-se muito apropriadamente um pequeno mundo. O tato seguro do barão de Mauá, esse homem realmente grande, porém modesto, a quem o Brasil no presente deve indiscutivelmente seu melhor impulso e

incitamento, deu-lhe como chefe um honrado e bem educado alemão. O sr. Moritz Becher, engenheiro e oficial alemão, que, como tal, fêz a campanha do Schleswig-Holstein, e que com o desmorronar-se da situação, lá, deixou a Europa, juntou-se ao grupo dos militares contratados pelo Brasil; e quando a maior parte das tropas engajadas se dissolveu, foi mandado para o Amazonas, a fim de assumir a direção da Colônia Industrial de Serpa. Originário duma boa e mesmo distinta família - seu tio é o muito conhecido Binzer, dos últimos tempos dos cavaleiros e trovadores alemães - revela à primeira vista o homem de educação perfeita, morigerado, como é indispensável para a direção duma fundação de elementos os mais heterogêneos. Percorri o estabelecimento com ele. Nesse momento estavam ajustando grandes tóros de cedro. Depois a máquina começou a zumbir, e as serras entraram comendo no tronco amarelo-claro, que se transformou em belas pranchas largas e perfeitamente iguais. Tôda a encosta até o rio estava cheia de tóros prontos para serem serrados em tábuas (...) Ao lado dessa serraria, fabricam-se tijolos e telhas de excelente qualidade. Os tijolos, de bela solidez, tinem como sinos e, no entanto, são extraordinariamente baratos em relação a outros produtos semelhantes. Ambos esses artefatos, tábuas e tijolos, constituem agora artigos de grande extração, da melhor qualidade. E quando chegar o tempo, em que govêrno e povo se convencerem de que as casas de Deus no Amazonas não devem ser miseráveis pocilgas cobertas de palha; de que não se tem direito de mandar funcionários morar em buracos e deixá-los morrer em consequência, como eu, por exemplo, ví em Tefé; quando o próprio povo se envergonhar de morar nessas barracas côr de barro, e de chamar sua cidade ao aglomerado das mesmas, - então se reconhecerá a alta significação da Colônia perto de Serpa, e os importantes resultados, que dela se podem esperar, compensarão as despesas e o muito trabalho, que ainda agora implica". De bordo do navio que o levaria mais tarde ao sul do país, Robert Avé-Lallemant "apreciou um pouco Serpa", sendo generoso em suas afirmativas. "A pequena localidade, uma vila, apresenta, inegavelmente, os indícios duma vida que desperta cada vez mais. Uma fila de casas bonitas, caiadas, cobertas de telhas novas, ostenta muitos armazéns bem arranjados e lojas, não se podendo compreender como podem existir tantos comerciantes ao lado uns dos outros, sem que se vejam fregueses. Esse comércio compõe-se quase todo de portugueses e brasileiros brancos, a maioria dos quais vive com uma índia, de maneira que as crianças mestiças pululam por tôda parte. Quem não vive dum **negócio** numa casa branca, coberta de telhas vermelhas, forma, em Serpa, um pequeno mundo tapúia, quieto e pouco afetado pelos tormentos e pelos prazeres da vida, que mora em casas de barro, cobertas de palha, e se alimenta exclusivamente de pirarucu e tartaruga. Muitas

raparigas e mulheres tapúias, parece que dado o maior número de homens, vão viver mesmo até na Colônia de Serpa, circunstâncias que, tratando-se duma civilização apenas iniciada são difíceis de se evitar. Numa grande praça coberta de mato alto, ergue-se uma igreja, caiada e coberta com telhas, bastante grande para Serpa, que pelo menos tem um aspecto decente e podia servir de modelo às que estão sendo construídas em Tefé e São Paulo de Olivença: Mostraram-me também uma Câmara Municipal com uma Cadeia, uma casa de segunda classe. Fiquei conhecendo igualmente um padre; não pude, porém, descobrir um médico na vila de Serpa, nem na Colônia próxima. Todos os habitantes são homeopatas e conhecem tôda a espécie de meios e modos de se curar. Mas centenas de pessoas necessitam dum bom médico, dum cirurgião e dum parteiro, embora este só raramente seja necessário". Avé-Lallemant já se habituára no trajeto, a pé, entre a vila e a Colônia. E, se permitindo a críticas, afirmava: "A situação da justiça parece não estar ainda bem definida em Serpa. Ocorrem desavenças políticas e compadrios. Há os que se odeiam, se perseguem, e não se reconciliam nunca; e Serpa não poderia acrescentar ao seu braço, se o tivera, o belo lema **Viribus unitis**. Mas alguns negociantes, até onde os pude conhecer e com eles conversar, parecem-me pessoas amáveis, decentes; com isso porém, não quero absolutamente formar um juízo definitivo sobre eles. Serpa ressenete-se em alto grau da falta de carne fresca e de gado de corte, e os sinais de clorose, que atribuo especialmente à falta de carne succulenta de animais de sangue quente, se refletem em muitos rostos na vila e mesmo na Colônia. Resta ainda muito que fazer lá e de que cuidar. Mas enquanto a administração pública não se dedicar séria e continuamente a tudo isso, não se poderá pensar em promover qualquer aumento de população nos arredores de Serpa". Visitando o lago de Serpa em uma pequena montaria, Robert ficou encantado com a floresta, os pássaros, os macacos, a vitória-régia, o trabalho da pesca do pirarucu e das tartarugas. Conversou com alguns de seus habitantes, índios **Muras** aculturados, misto de agricultores e cortadores de lenha para a Companhia do Amazonas, liderados por um português. Chamou-lhe a atenção um grupo de índias "sob uma varanda, sentadas com um bando de crianças bronzeadas, de todas as idades e na mais inocente nudez. Faziam pequenos trabalhos manuais, redes, etc., enquanto os homens gozavam do **dolce far niente** a que têm direito em todo o Amazonas. Arcos e flechas para a pesca, arpões com as pontas móveis, anzóis, remos, etc., constituem principalmente os utensílios domésticos, tudo o mais sendo inteiramente rudimentar". No lago de Serpa, provou o **tacacá** (ele o chama **cacacá**), "a bebida nacional dos **Muras**", mingáu quase líquido de goma de tapióca temperado com **tucupí**, jambu, camarão e pimenta, que

bebeu "com a maior naturalidade", achando-a "bem saborosa e nutritiva". Médico. Robert Avé-Lallemant consultou algumas pessoas em Serpa, tendo inclusive amputado parte do dedo de um chinês empregado da Colônia "que acabara de esmagar um dedo na máquina a vapor", e "tendo sido bastante singular ter encontrado um maquinista com uma pequena ferida no pé, que já tratara, 14 anos antes, no Rio de Janeiro, quando gravemente doente no hospital daquela cidade" e que o reconheceu, "assim que o viu". Fazendo o trajeto entre Serpa e a Colônia através do caminho do campo, impressionava-o muito a postura de uma "gigantesca sumaumeira", no meio do caminho; ficava encantado com as estórias que lhe contavam sobre os botos, que os via no rio dando "fortes e repetidas pancadas com suas caudas chatas na água, para se atrair". No dia 12 de agosto de 1859 o festejado viajante alemão deixou Serpa, sua "última parada no Amazonas", legando à posteridade um belo trabalho descritivo sobre a paisagem física e humana da região (cf. Avé-Lallemant, 1980).

29 - Nos logradouros públicos de Serpa não havia nomenclatura oficial nem placas de numeração de casas, adotando-se, a partir de março de 1859 com ligeiras alterações, as denominações tradicionais existentes. A planta da vila foi encomendada em 12.07.1858 ao engenheiro Moritz Becher, alemão que dirigia a Colônia agroindustrial. Seu primeiro esboço foi apresentado à Câmara em 16.07.1858 e após receber várias emendas foi concluída e pranchetada. Entregue oficialmente em 11.07.1859, seu autor nada cobrou pelo trabalho, tendo o presidente Serudo Martins feito os agradecimentos protocolares. Em 1864, a pedido do presidente Adolpho de Barros Cavalcanti (governou em 1864-1865), a planta da vila foi remetida para Manaus "para ser copiada", desconhecendo-se que a mesma tenha retornado (cf. atas de 12 e 16.07, 30.10.1858, 12.01.1859 e 16.04.1864). É lamentável que, como muitos outros documentos importantes da nossa história, a planta tenha sido extraviada. Quanto ao engenheiro Moritz Becher, aportuguesou seu nome para Maurício e após deixar a direção da Colônia ainda residiu muito tempo em Serpa, onde era conhecido e de todos estimado.

30 - Dando cumprimento à Lei nº 78, de 2.01.1858, combinada com a Lei nº 92, de 6.10.1859, o primeiro vice-presidente dr. Manoel Gomes Corrêa de Miranda (presidente interino respetivamente em 1853, 1857, 1859-1860, 1863 e 1865) baixou a Portaria nº 152, marcando os limites da freguesia, assim estabelecidos: "... limita com a de Manaus na foz do lago Arumã, a Leste limita com a freguesia de Silves na Ilha Pomaná, e onde correrá a linha à foz do rio Anibá, seguindo pelo rio Aibu até sua foz pouco acima de Serpa. Da mesma Ilha Pomaná correrá a linha até ao lago Arrozal

inclusive, limitando aí com a freguesia de Maués da Comarca de Parintins; e com Canumã na Comarca da Capital no lugar Urucurituba na margem esquerda do rio Madeira, cuja margem e lugar ficam pertencendo a Serpa". O vigário de Silves padre Daniel Pedro Marques de Oliveira, em 26.01.1860, lavra um protesto reclamando contra aquilo que alega ser uma invasão aos limites de sua Paróquia, já que "desde quando foi ereta esta vila teve por limites com a de Serpa o Paraná-miri de Serpa, ou vulgarmente o furo do Canassary (...) Também não pode, sem clamorosa injustiça, pertencer a Serpa os lugares denominados Arrozal e Tabocal por isso que ficam eles muito próximos, e ao lado, isto é, ao sul desta vila (...) Pela nova demarcação, quase dois mil habitantes foram tirados de Silves para Serpa". Afinal, o padre pede "a reintegração dêesses lugares a Silves, dos quais a cem anos tem estado pacífica e legalmente empossado". Julgados convincentes os argumentos do pároco silvense, mais tarde as divisas de Serpa com Silves passaram a ser pelo lago Canaçari. Igualmente, por julgar ter Serpa perdido alguma extensão de terras, a Câmara Municipal, acatando proposição do vereador Luiz Antonio d'Oliveira, reclamou à Assembléia Legislativa Provincial a incorporação ao município do lugar Autaz "que, pela última divisão da Província, ficou pertencendo a Manaus", sendo a postulação atendida (cf. ata de 15.04.1862, Relatórios da Província, vol. 8 - 1860, e Jobim, 1948).

## 1860

\* Janeiro - Começa a funcionar o Cemitério São Miguel.<sup>31</sup>

\* Maio - Deixa Serpa o vigário Francisco Benedito da Fonseca Coutinho.<sup>32</sup>

---

31 - Uma das primeiras providências do presidente da Câmara Antonio José Serudo Martins foi a de ordenar a área central da vila. O Cemitério, desde o nascimento da vila localizado ao redor da igreja, era elemento impeditivo da sua organização urbana. Urgia, portanto, transferi-lo mais para o interior. Assim, foi aberta a "estrada do Cemitério" e instalado o novo **campo santo** à uma distância de cerca de 330 metros da vila, justamente no perímetro hoje ocupado pela igreja de São Francisco de Assis e os terrenos onde se erguem o Sindicato da Estiva, na avenida Conselheiro Ruy Barbosa, a sede do Lions Clube (ex-Amazonas Futebol Clube), na avenida Parque, e

o ambulatório da Fundação Nacional de Saúde (ex-SESP), na esquina desta com a rua Eduardo Ribeiro. Compunha uma área aproximada de 10.000 metros quadrados. Em sessão extraordinária de 4.06.1859, deliberando sobre uma petição em que Moritz Becher requeria a compra de um terreno devoluto, a Câmara de Serpa faz menção à "estrada do Cemitério", dando a entender que ele já funcionava antes de 1860. Silva Coutinho parece concordar com esse fato, pois em 1861, ao visitar a vila, manifesta essas impressões: "A estacada, muito velha, tem caído em algumas partes; o gado entra e vai dormir na Capela, viveiro de marimbondos, e cujo pavimento parece um depósito de estrume. É preciso consertar a cêrca, limpar a capela, pôr-lhe uma porta e pregar fechadura na cancela". Em 1864, atendendo a reclamações da Câmara, o 8º presidente do Amazonas Adolpho de Barros Cavalcanti liberou quinhentos mil réis para a sua recuperação. Em 1866 o Cemitério São Miguel ainda estava inconcluso, parcialmente cercado de estacas de madeira, serviço esse que empreitado a Damaso de Souza Barriga foi concluído em dezembro de 1867. A Câmara adquiriu em 24.04.1866, ao custo de cem mil réis, os paramentos para a sua capela, que foi dotada em 1872 de um sino doado ao vigário padre Gaspar Porfírio Delgado pelo cidadão José Alves do Couto. Posteriormente, na sua parte frontal, a cêrca de madeira foi substituída por um gradeado de ferro, sendo o serviço, após vistoria do diretor de Obras José Leovegildo Coelho (1837-1893) inaugurado em 15.09.1873. O seu portão de entrada fazia frente para a estrada (hoje rua Cassiano Secundo), proximidades da atual residência do professor Francisco Nelson de Oliveira Júnior. A capela, sem condições de ser reparada, foi substituída por outra, contruída por Messias José d'Oliveira, em abril de 1897 (cf. Relatórios da Província, vols. 11 - 1863/1864, e 17 - 1873-1874, Atas da Câmara 1860/64/66/73/93/97, Reis, 1931, e Coutinho, 1861). Remarque-se que, antes de 1859, os entêrros eram realizados em parte da área hoje ocupada pela praça da Matriz, no chamado Cemitério dos índios.

32 - Largou a Paróquia para assumir a Assembléia Legislativa Provincial, deixando-a entregue ao sacristão Clementino Antonio Pinheiro. Filho de Borba, onde foi pároco de 1864 a 1869, sem a discrição que deveria marcar sua função sacerdotal, misturava religião com política e sem nenhum escrúpulo. Talvez por isso tenha podido tomar parte em importantes decisões da vida pública de sua época. Vigário-geral em Manaus, novamente em 1894 deixou a batina para ser deputado estadual por diversas vezes e vice-governador em 1903/1904, tendo a oportunidade de exercer a governança do Amazonas. Retornando à religião, foi novamente vigário em Borba, de 1906 a 1916, quando veio a falecer. No centro de Manaus há

uma rua perpetuando o seu nome. Em 27.11.1857 designado para Serpa, aí assumiu a Vigararia em 18.04.1858, tendo oficiado a missa mandada realizar em 24.06.1858 em ação de graças pela instalação da vila. Em maio de 1860, a seu pedido foi removido para a freguesia de Crato. Voltando a Serpa, novamente exerceu a chefia de sua Paróquia entre outubro de 1862 e janeiro de 1864. Algumas vezes, nesse período, foi auxiliado pelo vigário de Silves Daniel Pedro Marques de Oliveira. O substituto de Francisco Benedito Coutinho na vigararia de Serpa, a partir de 15.07.1860, foi o padre Fidélis Honório Rodrigues Guedes (cf. Relatórios da Província, vols. 6 - 1858 e 8 - 1860, Bittencourt, 1969, Livros citados da Prelazia, e ata da Câmara de 15.04.1864).

## 1861

\* 8 de Janeiro - Empossados novos vereadores.<sup>33</sup>

\* 2 de Julho - Silva Coutinho inspeciona a igreja

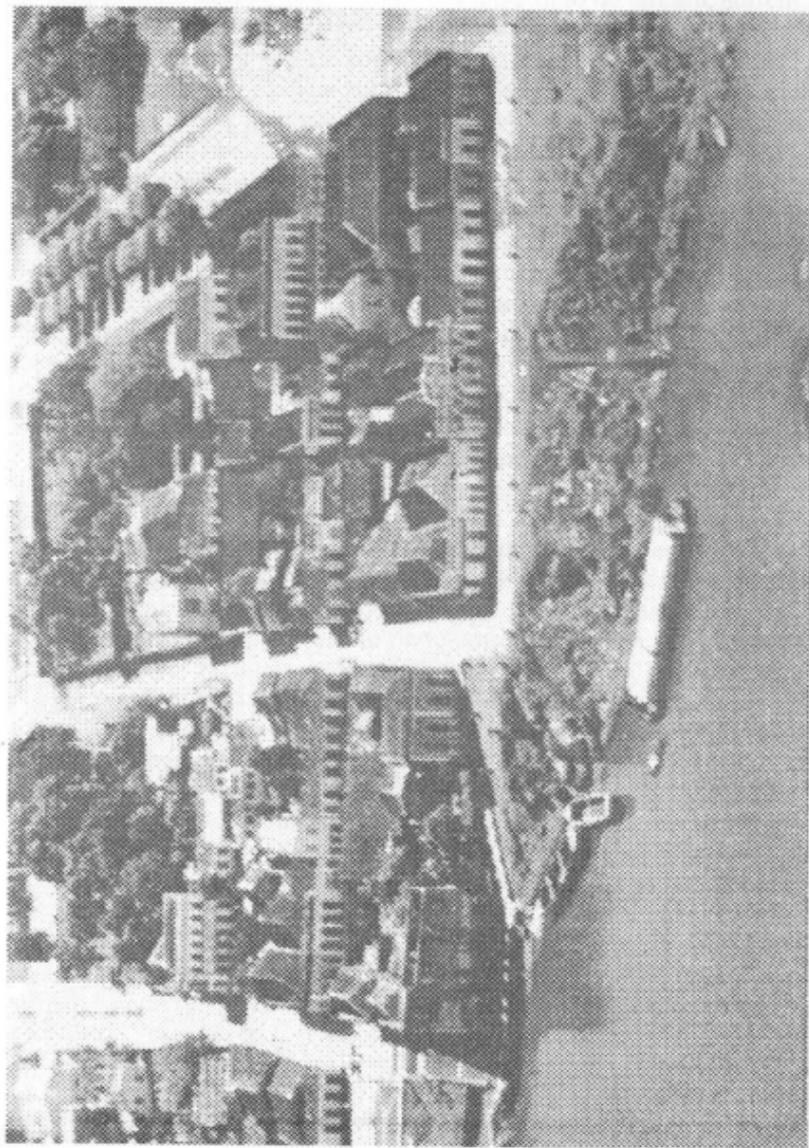
Matriz.<sup>34</sup>

---

33 - Foram empossados Damaso de Souza Barriga (presidente), Joaquim da Costa Arcos, Marçal Rodrigues Vieira, João Rodrigues Vieira e Francisco Maria Tôrres. Eventualmente, mais tarde assumiriam os suplentes Elias Pinto de França, Francisco de Assis Vieira, Máximo Pinheiro Lopes e Manoel Raimundo de Souza. As eleições foram realizadas em 30.12.1860, num clima de escândalos e vexames causados pelo capitão Manoel Pereira de Sá, o qual, abusando da sua condição de comandante de Companhia, tentou influenciar no resultado: distribuiu cédulas na igreja a votantes, mandou chamar os guardas nacionais, um por um, à sua casa, prometendo-lhes a remoção para a capital caso não votassem com ele. A Câmara representou ao presidente provincial e este requereu o envio das relações de votantes e das atas de eleição e apuração de votos, para abrir o respectivo inquérito (cf. atas de 15.02 e 1º.03.1861).

34 - A esse tempo o vigário interino era o padre Fidélis Honório Rodrigues Guedes, nomeado em 1º.05.1860. Tendo assumido a 15.07.1860, permaneceu em Serpa até novembro de 1861, quando foi substituído por frei João da Santa Cruz. Quanto à inspeção do major de engenheiros João Martins da Silva Coutinho (1830-1889), ela fôra determinada pelo 6º presidente da Província, Manoel Clementino Carneiro da Cunha (governou em 1860-1863). Descrevendo o estado precário do templo, Silva Coutinho refere:



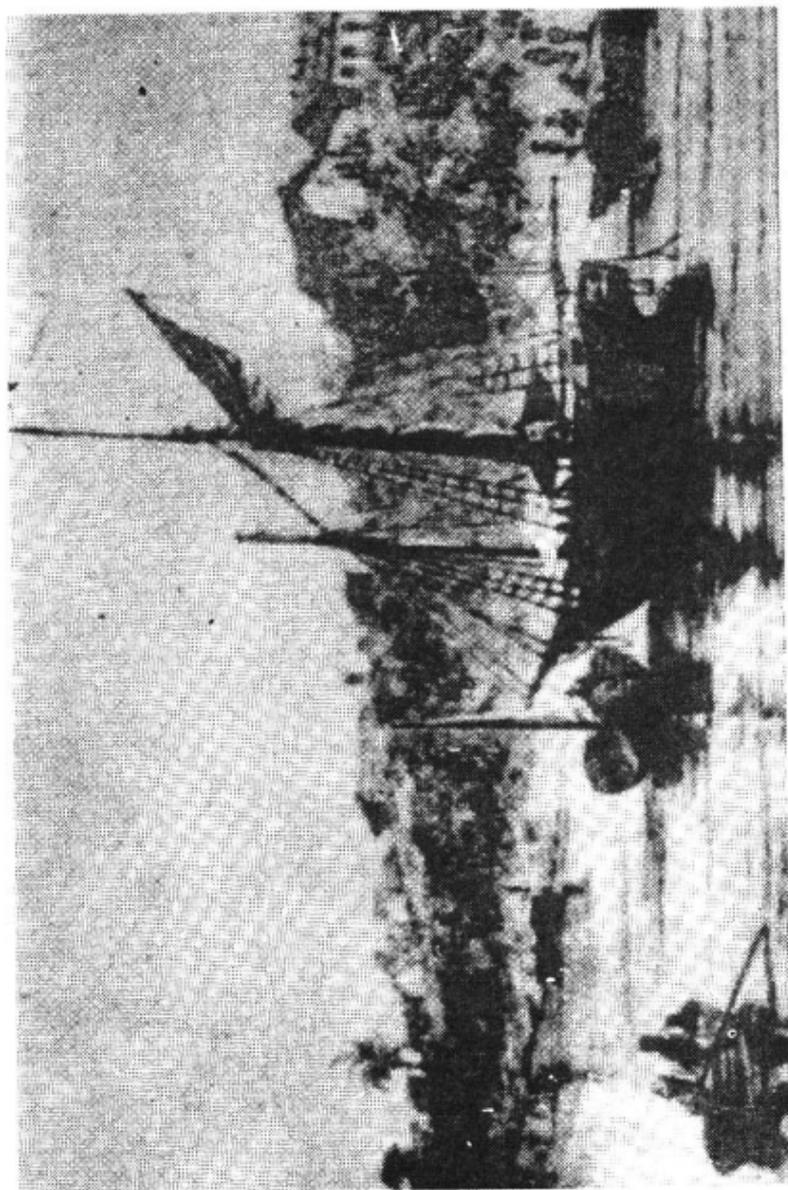


Vista aérea parcial do Centro Histórico, em primeiro plano, em primeiro plano. Alguns dos antigos prédios que aí aparecem, construídos por portugueses e judeus, foram demolidos. Ao fundo, à esquerda, o extinto Bosque Alvaro Maia. Foto tirada em 1950.

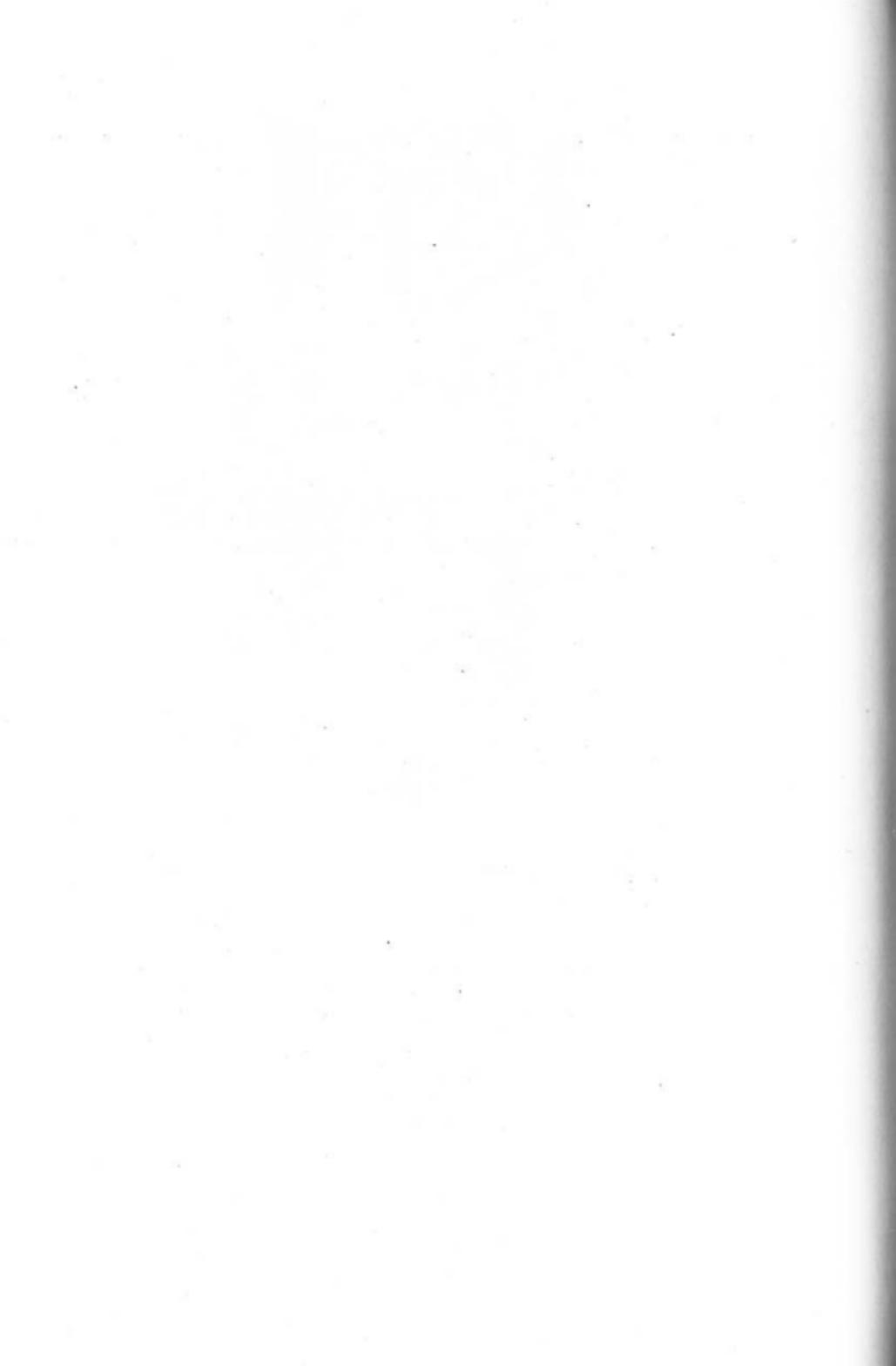


"A Matriz tem cinquenta palmos de frente e trinta e nove de fundos. As paredes construídas de estaca e argila, com um palmo de largura, sofrem com as chuvas do inverno e precisam de reparos quase sempre. A cobertura é de telha, e o seu interior está decorado mediocrementemente. Há duas varandas laterais onde se reúnem os fiéis antes das missas, e que concorrem para que o calor não seja tão forte no interior. Neste clima - aconselha - é de necessidade que os edifícios destinados às reuniões tenham varanda aos lados". E conclui, lamentando, "o estado imundo em que se encontra uma das varandas" da igreja, devido a que os fiéis "têm tirado a cancela, dando lugar a entrada de animais, que lá vão dormir". Esse trecho do Relatório de Silva Coutinho foi violentamente contestado pela Câmara: o presidente Damaso Barriga protestou junto ao presidente da Província contra "a falsidade dessa notícia" (cf. ata de 14.03.1862). No mesmo ano em que visitou Serpa (1861), Silva Coutinho explorou o rio Madeira, onde encontrou restos da tribo dos **Torás**, quase civilizada, ocupada no serviço de roçados e vendendo farinha aos regatões. Homem de ciência, escreveu monografias sobre a borracha, anil, cacau, salsa, guaraná, explorações de rios e etnografia indígena. No Amazonas foi o pioneiro propagandista do plantio racional da seringueira, mas é lamentável que sua tese não teve seguimento. Dentre as fracassadas tentativas de implantação científica de seringais no Brasil, avultam as experiências de Henry Ford (1863-1947), em Fordlândia e Belterra, no Pará, entre 1927/1945. Atacados pelo **mal-das-fôlhas**, os bosques de seringueiras desse empresário norte-americano - com mais de três milhões de árvores, produziram o insatisfatório volume de 115 toneladas de borracha, representando apenas 2% de um investimento de mais de oito milhões de dólares. Em Manaus, em 1931, Cosme Ferreira Filho iniciou uma plantação, chegando a ver crescerem 100.000 seringueiras, porém mofinas, sem resultado algum. Enquanto isso, competindo em condições de inferioridade com os seringais da Malásia, o modelo extrativista dos seringais nativos continuava até a sua derrocada final na Amazônia. Em Itacoatiara, investindo vultosos recursos e empregando centenas de trabalhadores, nos idos de 1959 o Instituto Agrônomo do Norte, em convênio de cooperação com o Governo do Estado do Amazonas, implementou outro projeto de plantio racional da hévea - o ETA-54, a 20 quilômetros da cidade, às margens da rodovia Vital de Mendonça, resultando em esparsos bosques contendo raquíticas árvores impróprias para o cultivo comercial (cf. Livros da Prelazia, Silva, 1965, Jobim, 1948, Relatórios da Província, vol. 8 - 1860, Reis, 1931, Bittencourt, 1969, Coutinho, 1861, e Batista, 1976). Mas isso é assunto para verbete próprio a ser inserido no 2º volume deste Livro.





Vista parcial da Vila de Serpa (1858/1859), Pintura feita pelo fotógrafo francês M. Biard.



\* 7 de Julho - Damaso de Souza Barriga vende o prédio de sua residência para sediar a Câmara/Cadeia Pública.<sup>35</sup>

\* Agosto - Realizando sua primeira visita geral à Diocese, pára em Serpa o bispo do Pará dom Antonio de Macêdo Costa.<sup>36</sup>

---

35 - Coberto pela Lei orçamentária provincial, o negócio foi feito à base de três contos e setecentos e setenta mil réis. Construído em adôbe de barro e coberto de telhas, o prédio localizava-se à praça da Glória, esquina com a rua Formosa. Dividia-se em duas partes: a que correspondia à prisão tinha uma sala na frente de 20 metros quadrados, destinada aos homens, e outra nos fundos, de 13 metros quadrados, onde se recolhiam as mulheres; à destinada às sessões da Câmara, se assemelhava à primeira e dela estava separada por um corredor de 2,5 metros de largura. O contrato de venda estava vazado nos seguintes termos: "Contrato celebrado entre a Câmara Municipal da Vila de Serpa e o sr. tenente Damaso de Souza Barriga, como fica mencionado na Ata acima transcrita. Aos sete dias do mês de julho do ano de nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e sessenta e dois, 40º da Independência e do Império, no Paço da Câmara Municipal da Vila de Serpa, onde a mesma se acha reunida sob a presidência do vereador Raymundo Cândido Ferraz, e os vereadores Luiz Antonio de Oliveira, Felisberto José Martins, Marçal Rodrigues Vieira e Julio dos Santos Pedrozo; aí presente o tenente Damaso, com a Câmara reunida contratou a venda da casa da sua propriedade, sita na praça da Glória, e até hoje alugada à mesma Câmara pela quantia de vinte e cinco mil réis mensais, sendo a venda feita pela quantia de quatro contos de réis, recebendo o vendedor três contos e quinhentos mil réis do respectivo Procurador da Câmara Agostinho Domingues de Carvalho no ato a passar a competente escritura, e ficando a Câmara a dever o saldo de quinhentos mil réis que pagará logo que seus fundos o permitam. E, por ter sido aceito o presente Contrato, se lavrou em seguida a ata deliberativa, assinando a Câmara e o vendedor. Eu, Antonio José de Mattos Naveca, Secretário interino que o escrevi e subscrevi". Note-se que o valor de venda fô- ra arredondado para quatro contos de réis porque nele se incluíra a sisa - de-signação antiga do imposto sôbre o valor das vendas de imóveis urbanos, taxada em dez por cento. O prédio, ao ser examinado pelo diretor de Obras

1865  
1874  
1890

Públicas, recebeu sêco parecer: "vale o que custou". Inobstante, o mesmo não foi imediatamente transferido. A 14.02.1863, sob a presidência interina de Joaquim da Costa Arcos, a Câmara pagou a Damaso Barriga o restante do contrato, mas a escritura definitiva de venda seria formalizada somente em 4.07.1865. Todavia, carecendo de adaptações, o prédio voltaria a ser ocupado pela Câmara depois de reformas sofridas em 1867, contratadas com o próprio Damaso e aprovadas pelo presidente da Província. Enquanto isso, a administração municipal voltou a funcionar na antiga Casa da Câmara/Cadeia Pública, prédio velho que serviu ao quartel da Guarda Nacional, à "rua nova que dava ao Jauary", onde residiu a família Resk Maklouf. Quanto à casa aqui mencionada (que sediou, no começo deste século, o mercado público), em 1874 foi reformada e ampliada, passando a sediar apenas a Cadeia Pública. Separada desta, a Câmara então estabeleceu-se na escola pública onde trabalhou o professor Bento Aranha, próximo à sua primitiva sede, justamente onde foi a agência do DNERu, hoje um edifício de linhas modernas que serve à empresa Litiara. Entretanto, desde junho de 1890, o Paço Municipal foi estabelecido em prédio alugado da praça 13 de Maio, onde é hoje a loja Pernambucanas, e a construção da nova Cadeia, cuja primeira planta foi elaborada em 1878 pelo engenheiro João Castor Antony, foi iniciada em fevereiro de 1885, sob supervisão do engenheiro Antonio Constantino Nery: levantada no local onde é atualmente o SAAE, foi inaugurada em 1894. Como curiosidades, informamos que em 1862 o secretário da Câmara Francisco da Costa e Fonseca, "foi sentenciado por crime de entrada na casa alheia, sendo substituído por Antonio José de Mattos"; o primeiro trimestre financeiro do ano (janeiro/março) tinha sido favorável: segundo prestação de contas do Procurador, o saldo a favor da Câmara atingiu a expressiva cifra de 3:447\$881 réis; a limpeza das ruas, praças e estradas da vila estava a cargo do empreiteiro Miguel Ignácio Tenório; em novembro, a Câmara representou ao presidente provincial "sôbre um vapor do govêrno peruano que aportou nesta vila e pretendeu forçosamente levar a lenha que no pôrto se achava, e da violência e insultos que fêz, nem só à tôda população como às autoridades locais", gerando esse fato um forte incidente diplomático com aquele país (cf. atas de 20.04, 7.07 e 1º.11.1862, 14.01 e 18.02.1863, e 4.07.1865, Coutinho, 1861, e Relatórios da Província, vol. 29 - 1885).

36 - Governou a Igreja da Amazônia em 1861-1890, sucedendo a dom José Afonso de Moraes Torres. Dom Antonio de Macedo Costa desembarcou em Serpa precisamente no dia 8.08.1862. Lembremos que em julho de 1862 havia assumido pela segunda vez a vigararia de Serpa frei João da Santa Cruz, o qual foi substituído em outubro desse ano pelo vigário inte-

rino padre Francisco Benedito da Fonseca Coutinho: este, igualmente, estava de volta à Serpa. Mas o bispo dom Antonio de Macêdo Costa ficou muito conhecido pelo forte teor e senso de oportunismo imprimidos em suas cartas pastorais: uma, a respeito do **Manifesto** comunista de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), condenava "a negra tempestade que ameaça os horizontes da Europa" e pedia que Maria preservasse o Brasil "do contágio da impiedade e do veneno de perversas doutrinas"; outra, falando da infalibilidade do Papa, do elemento de penetração do protestantismo e da venda de biblias falsificadas, transmitia conceitos emitidos no Concílio Vaticano I, convocado pelo Papa Pio IX que exerceu o mais longo papado da história (1846-1878). Dom Antonio participou ativamente da célebre "questão religiosa" de 1873 em que, ao lado do Bispo de Olinda dom Vital Maria Gonçalves (1844-1878), se insurgiu contra a Maçonaria, resultando ser prêso em Belém por ordem do Imperador D. Pedro II. O bispo Macedo voltaria duas vezes mais à Serpa, respectivamente em 28.08.1869 e 23.03.1881 (cf. Arquivos da Prelazia, Hoornaert e outros, 1992, Mirador, 1995, e Reis, 1942).

## 1863

\* Criado, nos municípios-termos reunidos de Serpa e Silves, o Foro cível e o Conselho de jurados.<sup>37</sup>

37 - Foi uma tentativa de descentralizar a Justiça, já que os julgamentos e mais atos judiciais adstritos ao Termo de Serpa e Silves dependiam de Manaus, sede da Comarca. O Ato, baixado pelo dr. Sival Odorico de Moura, 7º presidente da Província do Amazonas (governou em 1863-1864), foi comunicado à Câmara Municipal através do ofício de 21.02.1863. Em consequência, a 23.02.1863 o Juiz de Direito da Comarca da Capital, além de solicitar que a Câmara aprontasse "3 urnas para o serviço do júri (...) e adquirisse 3 dúzias de cadeiras para servir ao recém-criado conselho de jurados desta vila", cassou o direito de o juiz de paz local ter escrivão privativo, nomeando interinamente a Jesuíno da Costa Fonseca Júnior "para servir de escrivão de juiz deste termo". A cadeia pública não oferecia segurança, sendo os prêsos que nela se achavam cumprindo sentença transferidos para a cadeia da capital. Quanto ao fôro criado no Termo, obedecidas as formalidades do artigo 47 do Código Criminal do Processo, a

primeira sessão do júri em Serpa ocorreria em 25.07.1864, para julgamento do prêso pobre Gentil Amazonas, o qual "compareceu na sessão ordinária do júri (...) vestido com uma calça, uma camisa e uma seroula", adquiridas com verba da Câmara. Registremos que nessa mesma época, em carta sobres-crita à Câmara de Manaus, a Câmara de Serpa remeteu à Casa bancária Mauá, sediada na Côrte, a quantia de treze mil réis para pagamento de uma estátua de José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), a ser erigida na vila. Nesse caso, a interveniência de Manaus se justificava: estando a Assembléia Legislativa Provincial em recesso, dado que os deputados haviam se retirado para os lugares de sua residência, certas atribuições suas passavam a ser exercidas pela Câmara da capital. Todavia, a homenagem ao principal ideólogo da libertação política do Brasil, pelo que viria a ser chamado Patriarca da Independência; e que orientou as medidas que levaram ao grito do Ipiranga, organizou o Império e foi tutor dos príncipes, após a abdicação (1826) de D. Pedro I, - segundo a intenção manifestada pelos vereadores de Serpa jamais se realizou. Não se tendo notícia, por outro lado, da real destinação tomada pelos treze mil réis remetidos ao Rio de Janeiro, somos levados a conjecturar que essa quantia foi **torrada** pela moratória que envolveu o Banco Mauá quando da crise econômica brasileira de 1875 (cf. atas de 18.02, 17.04, 21.04 e 13.07.1863, e 11 e 12.07.1864, e Mirador, 1995).

## 1864

\* Para trabalhar na agricultura, diversas famílias de bolivianos se instalam em Serpa.<sup>38</sup>

\* 7 de Setembro - Ocorrem eleições municipais em Serpa.<sup>39</sup>

\* Novembro - Aplicadas pelo presidente da Província sanções contra os vereadores por desfalque nos cofres da Câmara.<sup>40</sup>

---

38 - Instaladas nas proximidades da vila, provavelmente em terrenos hoje do bairro da Colônia, realizaram uma plantação de cerca de 18.000 pés de algodão, "constatando-se que os arbustos vão se desenvolvendo maravilhosamente". Ao tempo, a Província incentivava o plantio de linho cânhamo e algodão da Geórgia, mediante farta distribuição de

sementes e orientação aos agricultores registrados nas câmaras municipais (cf. Relatórios da Província, vol. 11 - 1863/1864, e ata da Câmara de 10.2.1864).

39 - Eleições gerais realizadas em tôda a Província para dar cumprimento à legislatura de 1865/1869, em Serpa elas vieram propiciar a escolha de cinco vereadores e dois juizes de paz. Segundo o presidente provincial Adolpho Cavalcanti, a data escolhida (7 de setembro) "era para solenizar pela prática do mais importante dos direitos do cidadão o fausto aniversário da nossa Independência política". Os eleitos, diplomados a 5.01.1865, foram Damaso de Souza Barriga, Antonio José Serudo Martins, Lino de Souza Barriga, Miguel Ignácio Tenório (que optou pelo cargo de juiz municipal de órfãos suplente deste termo), Raymundo Cândido Ferraz, João Evangelista da Trindade e Luiz Fernandes do Nascimento. Porém, em face do afastamento (vide verbete a seguir) do vereador Damaso, a 7.01.1865 foram empossados Serudo Martins, os dois seguintes e os suplentes Elias Pinto de França, Manoel Rodrigues Vieira e Máximo Pinheiro Lopes. A secretaria tinha como titular Pedro Pereira da Costa Fonseca, depois substituído por Elias Pinto de França. Lembremos que Antonio José Serudo Martins, capitão, e Raimundo Cândido Ferraz, tenente da Guarda Nacional, colaboraram, ao lado de Damaso Barriga e Agostinho Domingues de Carvalho, no jornal político e literário "O catechista", editado na capital amazonense entre 1862 e 1871 (cf. Relatórios da Província, vol. 11 - 1863-1864). Antonio Serudo Martins deixou muitos descendentes envolvidos na política itacoatiarense. Proprietário de terras no lago de Serpa, morreu coronel, tendo seu nome afixado na antiga rua Amazonas. Por outro lado, Raymundo Ferraz, exercendo a função de delegado policial, em 1865 foi envolvido em motim político grave que lhe valeu o aprisionamento.

40 - Anteriormente às eleições, o presidente da Província Adolpho Cavalcanti de Albuquerque (governou em 1864-1865) havia mandado à Serpa uma comissão para examinar as contas da Municipalidade. Composta do engenheiro Luiz Martins da Silva Coutinho e de Plínio Jansen Müller, a comissão apurou em 19.11.1864 um desfalque de quatro contos e oitenta e três mil réis, "quantia avultada comparativamente à receita" e os "abusos praticados fortemente exigem a punição severa dos culpados", tendo o presidente ordenado "que esta se fizesse efetiva", e que "pelos meios competentes se promovesse a indenização dos cofres defraudados". Antes, a comissão havia passado por Silves, onde detectou "uma escrituração viciada e irregularíssima". Na segunda sessão ordinária (9.01.1865) da nova Câmara, presentes os doutores Luiz Coutinho e Plínio Müller, foi lido o officio de

23.11.1864 em que a autoridade provincial comunica haver suspenso de seu cargo o presidente da Câmara vereador Damaso de Souza Barriga. Ato contínuo, o presidente interino Serudo Martins recebe o relatório que resultou da apuração e "o dinheiro lacrado em cofre, na quantia de 872\$000 réis em cédulas, \$500 réis em prata e \$490 réis em cobre, além de dois vales, um no valor de 1:600\$000 réis da responsabilidade de Damaso, e outro, de 482\$896 réis do Procurador Agostinho Domingues de Carvalho, de tudo se lavrando auto circunstanciado". O presidente interino baixou Portaria intimando Damaso a que "imediatamente entrasse com a importância do vale, criminosamente introduzido na Arca da Câmara", e a Agostinho, para que reparasse "seu criminoso abuso cometido". Alegando doença, Damaso não compareceu, mas Agostinho, acudindo ao chamamento, fez entrega à Câmara da importância de 2:082\$896 réis, soma dos dois vales encontrados no cofre municipal pela comissão provincial, assinados por ambos. Posteriormente, comparecendo à sessão de 13.07.1865 com a intenção de tomar assento, Damaso Barriga foi impedido de fazê-lo, sendo informado pelo presidente interino Serudo Martins de que a Portaria baixada em 23.11.1864 suspendendo-o da função ainda estava vigorando: embora diplomado, por muitos meses ficou inabilitado para o cargo, enquanto Agostinho Domingues foi demitido do cargo de Procurador. Parte cômica desse período é que os vereadores reuniram extraordinariamente a 20.01.1865 para conhecer da escusa do juiz de paz Félix da Costa Pinheiro em assumir o seu cargo, "dando como motivo dessa escusa ser ele excessivamente gordo". A Câmara, ameaçando cumprir as sanções legais, e alegando que a obesidade de Pinheiro não era motivo bastante para justificar a negativa, "decidiu que ele devia assumir o cargo imediatamente", o que ocorreu a 27.02.1865 (cf. Relatórios da Província, vol. 11 - 1863/1864, e atas de 9, 10 e 20.01, 27.02, e 13.07.1865).

## 1865

\* Proliferam as canoas de regatão; a economia de Serpa é ampliada, mediante a produção e exportação de produtos extrativos.<sup>41</sup>

\* Autorizada a contratação de mulheres no serviço público.<sup>42</sup>

\* 17 de Junho - Assaltada a vila de Serpa.<sup>43</sup>

---

41 - O regatão, responsável pelo comércio a retalho em embarcações pelo interior, é de origem portuguesa e sua mobilidade na Amazônia começou no princípio da colonização. Discutido, às vezes querido, às vezes odiado, o regatão participou da paisagem econômica regional fazendo o comércio de troca de mercadorias por produtos regionais. Absoluto nessa atividade o regatão português, só no vigésimo século é que o sírio-libanês (turco) entrou na sua concorrência. Utilizando-se a princípio de uma "galeota" ou "coberta", movida a remo e a vela, singrava os rios mais longínquos, confundindo-se com o atravessador, contrabandista e sonegador de impostos. Considerado no passado um mal necessário, via de regra pagava seus impostos perante a fazenda pública que lhe era implacável. Como ocorria em tôda a Província, no período colonial a economia de Serpa estava fundamentada no serviço da extração e venda de produtos naturais. Assim, estando os habitantes locais absorvidos no serviço de coleta, a agricultura era muito decadente, levando à escassês de mantimentos. Conseqüentemente, os gêneros de primeira necessidade, entre os quais a carne e a farinha, eram adquiridos no Pará. Não havendo progredido a Companhia dos Pescadores, o peixe utilizado no consumo público continuava sendo coletado por nativos cedidos mensalmente pela Diretoria dos Índios. Vários estabelecimentos preparavam fumo de primeira qualidade para exportação. Pequeno engenho de industrialização de cachaça e açúcar operava no paraná da Eva. Não fazia muito tempo que a olaria e serraria da Colônia Itacoatiara haviam sido fechadas. As exportações de produtos extrativos eram feitas em arrôbas de seringa, sernambí, pirarucu sêco, cacau, tabaco, salsa entaniçada, de sêbo, de algodão em caroço, de goma elástica, de breu, de estôpa, de peles e couros, além de canadas de óleo de copaíba, alqueires de castanha, paneiros de mixira de tartaruga e peixe-boi e potes de manteiga de tartaruga. Principais estabelecimentos comerciais da vila em 1866/1867: Stone & Hermida, Ignácio Araújo, Augusto José Rodrigues, Manoel Martins Vidal, Damaso de Souza Barriga, Joaquim Gonçalves Marques, Angelo José Barbosa, Elias Pinto de França & Irmão, Julianna Ferreira de Moraes Cardoso, Manoel Pinto de Andrade, José Antonio Pereira Leite, Joaquim Antonio Rodrigues, Victorino dos Santos Guimarães, Francisco de Magalhães, Joaquim Pedro Ferreira, José dos Reis Braga, Antonio Soares, Sá Miranda & Cia., Francisco Augusto Xavier de Pina, Alexandre Xavier de Figueiredo, João José da Silva Mattos, Joaquim Pinheiro Barroncas, Bartolomeu Ferreira das Chagas, Antonio José Serudo Martins e Baptista & Nunes. O transporte dos produtos arrecadados no interior era feito através das seguintes canoas de regatão: "Sant'Anna", de Franco & Irmão, "Flor do Mar", de José Antonio

Pereira Leite, "Bom Amor", de Felisberto José Martins, "Espírito Santo", de Raymundo Cândido Ferraz, "Trombetas", de Antonio Francisco de Figueiredo, e "Paraguai", de Manoel Domingues de Carvalho. A receita do município proveniente dos tributos lançados sobre as vendas de produtos extrativos, prédios e serviços, e da aferição de balanças, pesos e medidas, respondia folgadoamente pelas despesas de pessoal, material de expediente, limpeza e iluminação públicas, administração e manutenção dos próprios municipais (cf. ata da sessão de 26.04.1866, Monteiro, 1958, e Livro de receita e despesa da Câmara - 1865/1867).

42 - Repetia-se em Serpa a rotina criada com a ascensão, na primeira metade do século XIX, do regime capitalista: os empregadores preferiam substituir a mão-de-obra masculina pela feminina, mais dócil e mais barata. Demais, sendo o último tipo histórico de relações de trabalho introduzidas pelo modo de produção capitalista conhecido, as relações de **assalariado** ganhavam a sua feição tupiniquim com a agravante da discriminação. Autorizadas a trabalhar na limpeza pública, mediante o recebimento de quatrocentos réis diários mais a refeição, a remuneração das mulheres **serpenses** da época fôra fixada abaixo do valor correspondente aos diaristas masculinos. Executando idêntico serviço, os homens recebiam "quinhentos réis mais a comedoria" (cf. ata da Câmara de 13.10.1865). Em maio de 1891 o papa Leão XIII iria reconhecer as tremendas injustiças sociais em que se assentava a organização da sociedade moderna e, pregando a intervenção estatal nas relações trabalhistas, baixou a encíclica **Rerum novarum**, indicando medidas urgentes para melhorar a condição da classe trabalhadora. No Brasil, somente a partir de 1917 passou-se a cuidar timidamente da situação da mulher operária. Por outro lado, é interessante registrar que, em sessão ordinária realizada no dia anterior (12.10.1865), respondendo à indagação do Ministério do Império, a Câmara informa que em Serpa "não há Pelourinho", confirmando-se que, edificado à feição de coluna no ato da instalação da vila (1º.01.1759), esse símbolo das franquias municipais, representado por um grosso esteio de madeira de lei fincado no centro da sua praça principal, havia sido extraviado, fato confirmado por Bertino de Miranda em verbete alusivo ao ano de 1822, Capítulo 3, anterior a este.

43 - Sendo equivocadamente referenciado por alguns autores em 31 de junho, o assalto a Serpa realmente ocorreu na noite do dia 17. Nesse sentido registram os documentos da época: "A Câmara, sob a presidência de Antonio José Serudo Martins, unanimemente resolveu felicitar ao dr. Chefe de Polícia pela sábia medida que tem tomado a fim de descobrir a verdadeira origem dos facinoras que assaltaram esta vila na noite de 17 do passado mês; ao Comandante interino do Batalhão capitão Clementino José Pereira Gui-

marães (1828-1906), pelas prontas providências que tomou para reunião de praças e requisição do delegado do Têrmo, e ao alferes Miguel Ignácio Tenório, pela boa vontade que se prestou para quando fôsse mister por parte dele; e nestes termos, fêz as felicitações respectivas". Os agradecimentos foram estendidos ao presidente Manoel Gomes Correa de Miranda "pelo restabelecimento da ordem pública desta vila, que se achava alterada desde a invasão de 17 de junho, e captura dos criminosos de semelhante atentado". Na verdade, elementos fortemente armados tomaram de assalto o quartel da Guarda Nacional, rendendo a guarda e levando armas e munições. Também arrombaram o cofre da Casa da Câmara, causando grande desfalque em dinheiro. Inicialmente, tomados de pânico, os moradores da vila julgaram tratar-se os assaltantes de paraguaios contra os quais o Brasil estava em guerra. Entretanto, constatando serem assaltantes comuns, um grupo de voluntários, liderados pelo alferes Antonio José Serudo Martins e o cabo Manoel José Maquiné, tomou a defensiva, enfrentou os sediciosos, derrotando-os após demorado combate. Os que não conseguiram ser aprisionados fugiram em direção aos rios Urubu e Jatapu. Os invasores ainda seviciaram André Pereira da Silva e José Fernandes e mataram a tiros de pistola o português Francisco Pereira Coelho, além de terem atirado na perna de José Maquiné. Para apurar a ocorrência, o presidente provincial Adolpho Cavalcanti mandou abrir inquérito em que foi comprovado que o desfalque nas contas da Municipalidade ascendeu a mais de quatro contos de réis, além de que o ex-delegado Raymundo Cândido Ferraz e o ex-subdelegado Evaristo Rodrigues de Lima, não se portaram bem durante o conflito: "não só não tiveram valor para reagir contra os criminosos assaltantes, mas o que é de lamentar profundamente, entregaram-lhes o armamento e munição". Estes foram exonerados, prêsos e processados. Quanto aos assaltantes, condenados uns e absolvidos outros pelo júri, os primeiros devolveram o dinheiro roubado, indo cumprir pena no presídio da capital e os segundos foram recrutados para a guerra. Antonio José Serudo Martins, por "ter mostrado sangue frio e dedicação pela ordem pública", foi condecorado pelo Imperador, recebendo a medalha de "Cavaleiro da Ordem da Rosa". Mais tarde, recorrendo à Justiça, o ex-delegado Raymundo Cândido Ferraz foi reabilitado. Na verdade, ele não tomou parte no acontecimento que tanto alarme trouxe à vila, "não se mancomunou com os assaltantes. O que se apurou foi que ele esmoreceu, não teve coragem de reagir", como autoridade policial teve comportamento covarde "ante o atentado, que encontrou resistência viril em Serudo Martins e no cabo Maquiné" (cf. atas da Câmara de 12 e 17.07.1865, Silva, 1965, Braga, 1979, Jobim, 1948, e Relatórios da Província, vol. 12 -1865/1866). Ao tempo, pouca valia se dava ao argu-

mento da palavra, ao confronto de idéias. Comumente, as pugnas político-eleitorais, cheias de lances fortes, descambavam para o insulto verbal e a agressão física. Duas facções dominavam o Partido Conservador, uma liderada pelo capitão Francisco Benício de Carvalho e Melo, e outra pelo capitão Serudo Martins, cujo núcleo de amigos e correligionários era muito maior. Isso era compreensível, pôsto que Serudo enfeixava no momento a chefia da administração municipal.

## 1866

\* É estabelecido em Itacoatiara o americano Jazon Williams Stone.<sup>44</sup>

\* 18 de Janeiro - Arrecadados, em subscrição pública, recursos para conceder uma espada de honra ao Imperador dom Pedro II.<sup>45</sup>

\* 28 de Abril - A Câmara manda celebrar missa em ação de graças pelo nascimento do príncipe herdeiro de dom Pedro II.<sup>46</sup>

---

44 - Nos Estados Unidos da América, a eleição do presidente Abraham Lincoln (1809-1865), em novembro de 1860, precipitou um processo de desarmonia interna, longamente elaborado. As disputas em torno da escravidão acentuaram as diferenças entre os estados do sul, latifundiários e oligárquicos, e os do norte, dominados por uma classe média influente composta de industriais e pequenos proprietários. A vitória da causa abolicionista, defendida por Lincoln, significava também o triunfo da orientação econômica e política dos nortistas. Desgostosos com a ascensão daquele candidato à Presidência da República, os sulistas optaram pela secessão, originando terrível guerra civil. Ao longo de quatro anos foram travados sangrentos combates entre as tropas federais e sete estados confederados, afetando profundamente a economia norte-americana. A guerra da secessão foi debelada em 9.04.1865 com a rendição dos revoltosos frente às tropas federais. O confederado Jazon Williams Stone, não aceitando a derrota da causa defendida pelos sulistas, arruinado, temendo represálias, deixou os Estados Unidos provavelmente em meados de 1866.

Estabelecendo-se em Itacoatiara, criou a fazenda Terra Preta, onde aplicou o que lhe restava de economia em negócios de criação de gado e plantações de tabaco e árvores frutíferas. O nome dado à sua propriedade era devido aos vestígios de terra provavelmente utilizada pelos índios, em passado não muito distante, e se revelavam através de manchas chamadas de **terra preta de índio**, solos de natureza fértil, ali encontrados. Segundo afirmativa de cronista que encontrou Williams Stone em Itacoatiara nos idos de 1899, "a casa construída por esse rude pioneiro é rodeada de belas árvores; o gado pasta nos campos, e plantações variadas fornecem ao proprietário uma bela fonte de renda (...) como que para demonstrar o que a energia e a atividade podem fazer nestas regiões tão pouco conhecidas, que nada mais esperam que a cultura". Para operar seus negócios em Serpa, Stone celebrou sociedade comercial com José Hermida, sob a razão de Stone & Hermida, que possuía um barco a vapor de pequena lotação, denominado "Madeira", fazendo serviço de regatão pelo interior (cf. Mirador, 1995, Balsa, 1995, Relatórios da Província, vol. 15 - 1870/1871, Batista, 1976, e Nery, 1979). Perpetuando a memória do pioneiro norte-americano, a principal via que liga o Jauary à cidade denomina-se Rua estrada Stone. Quando Williams Stone aqui chegou, encontrou outro norte-americano que havia trabalhado na Colônia Itacoatiara, residindo em Serpa, o senhor Eduard James Schimth.

45 - Solicitação do presidente da Província, com o fim de homenagear o chefe do governo imperial com uma espada de honra por ter sua majestade "marchado para o campo de batalha na agressão que está empenhado o Brasil com o Paraguai". Foram apurados vinte mil e quinhentos réis - louvando o presidente da Câmara Raymundo Cândido Ferraz, "esse negócio de tanto patriotismo" (cf. atas das sessões de 16 e 18.01.1866).

46 - Na verdade, tratava-se da comemoração do nascimento de um dos netos do Imperador. A cerimônia religiosa - **Te-Deum Laudamus** - ocorreu às 17 horas desse dia, em "ação de graças por tão agradável motivo". No dia anterior em plenário foi feita a leitura de um ofício do presidente provincial, anexando cópia de Aviso do Ministério do Império, comunicando que "Sua Alteza a sereníssima princesa dona Leopoldina" (1847-1871), filha de D. Pedro II e da Imperatriz dona Teresa Cristina (1827-1889), "no dia 19.03.1866, deu à luz a um Príncipe, para se fazer público neste município". Interessa registrar que outra festa solenemente comemorada na vila foi o 7 de setembro de 1867, tendo sido iluminado o Paço Municipal, gastando-se com azeite e fio para pavios das lamparinas cinco mil, quinhentos e noventa e oito réis. De notar que o azeite era produzido no local, de ovos de tartaruga (cf. atas da Câmara de 27 e 28.04.1866, e de 08.09.1867, e

## 1868

\* População de Serpa: 4.627 pessoas.47

\* Maio - Começados os trabalhos de construção da Rampa do porto.48

\* Julho - Ampliadas as Posturas Municipais. 49

---

47 - Era o terceiro município mais populoso da Província, suplantado apenas por Manaus (22.381 hab.) e Vila Bela (5.124 hab.). Em São José do Amatary em 20 fôgos moravam 166 índios **Muras**, sendo 78 homens e 88 mulheres; desse total 101 eram adultos e os menores eram 65. O volume de recursos arrecadados (22:452\$209 réis) através da Coletoria de Serpa no exercício financeiro de 1866-1867 representava mais de 10% do total da receita líquida apurada em tôda a Província (212:197\$536 réis). Compreensivelmente, só Manaus (69:215\$981 réis) e Borba (62:627\$027 réis) lhe ultrapassavam: a primeira, por ser a capital, e a segunda, por estar cravada no rio que era o maior celeiro de produtos extrativos da Província. Excluídas as canoas de regatão, dez estabelecimentos dirigidos exclusivamente por portugueses faziam o movimento de comércio de exportação e importação de produtos. Além do engenho de açúcar e aguardente do Paraná da Eva, pertencente ao inglês Robert Mac-Cullock, montava-se no Paraná da Trindade a olaria do capitão Antonio José Serudo Martins. Mas essa supremacia econômico-financeira de Serpa não era acompanhada pelos números de sua educação: os alunos matriculados na escola de primeiras letras do sexo masculino que em 1865 ascenderam a 27, agora eram apenas 15 (o professor Francisco da Costa e Fonseca recebia a remuneração anual de 400 mil réis mais a gratificação de 300 mil réis). Para preencher uma grave lacuna, só no ano seguinte seria criada a escola para meninas (cf. Relatórios da Província, vols. 12 - 1865-1866 e 14 - 1866-1869).

48 - Nos anos anteriores, precaríssimo era o estado do pôrto. Já em 1861 o engenheiro Silva Coutinho, autor do seu projeto e plano de orçamento, alertava: "torna-se indispensável uma escadaria de pedra para facilitar o trânsito na ladeira, incômodo e perigoso à noite. A escada de madeira, muito ordinária e arruinada, é um verdadeiro precipício. A freqüência dos vapores, a importância que vai adquirindo a vila de Serpa como entreposto de

comércio do Madeira, são motivos fortes para que se melhore o embarque". De par com isso, desde 1864 pugnava-se na Câmara pela consecução desse benefício público. As obras, a cargo do empreiteiro José Gonçalves da Costa, foram aceleradas em fevereiro de 1872. Conforme contrato, foram edificadas no pôrto principal da vila, "na embocadura das duas ruas que saem para a marinha entre as casas dos comerciantes José Pinto de França, na parte de baixo, e José dos Reis Braga, na parte de cima, na rua da Glória". Seu alicerce e a pista eram "em pedra com 140 palmos de comprimento e 30 ditos de largura, a superfície abaulada com calhas pelos dois lados para escoar água". Com os custos de mão-de-obra ascendendo a três contos de réis, a Rampa recebeu a denominação de "5 de Setembro". Mais tarde, para facilitar o embarque e desembarque, foi-lhe acrescida uma escadaria de cimento, sendo inaugurada em junho de 1873. Em 1883/1884, conforme projeto elaborado pelo dr. Lauro Baptista Bitancourt, a obra foi ampliada e melhorada, a modo de trapiche, sendo seus construtores (Paulo Cameller & Gil), após vistoria realizada em 15.01.1885 pelo engenheiro adjunto Antonio Constantino Nery, remunerados com 10:554\$348 réis. Quanto à atual amurada que protege o litoral, foi construída na gestão do prefeito Isaac Perez, no período de 1926/1930 (cf. atas de 14.04.1864, 20.05 e 20.12.1867, Coutinho, 1861, Jobim, 1948, e Relatórios da Província, vol. 17 - 1873-1874, 27 - 1884 e 29 - 1885).

49 - Na realidade, tratavam-se de mais quatro artigos, ampliando a Lei anterior de 1858. Como só era permitido acender fogos de ar na retaguarda da igreja Matriz, "de forma a não ocorrer incêndios nos prédios cobertos de palha que se acham próximos", quem os acendessem defronte ao templo, ou quem os utilizassem à noite sem licença prévia, seria punido com a pena de três dias de prisão ou seis mil réis de multa. Igual pena seria aplicada a quem abrisse curral de gado em frente ao pôrto. A abertura de padarias ficava condicionada ao pagamento prévio de uma taxa no valor de dez mil réis, punido o infrator com a multa de seis mil réis, dobrado o valor na reincidência. Pela redação dos artigos, observa-se que a Igreja Matriz ainda era rodeada de casas de palha, denotando, ainda em 1868, muita pobreza na urbanização da vila (cf. ata de 18.07.1868). Na verdade, o Código de Posturas só veio a ser concluído em meados de 1872. Revisto em 1888, seu texto foi submetido em 19.09.1889 à aprovação do 30º e último presidente provincial Manuel Francisco Machado (1841-1928; governou de julho a novembro de 1889), constituindo esse um dos derradeiros atos da Câmara no regime imperial. A propósito, os fogos de ar, fabricados na própria Serpa, eram muito utilizados nos arraiais feitos defronte à Igreja. Por outro lado, sabe-se que o costume dos arraiais remonta à Idade Média, com o le-

vantamento dos mastros, o jôgo das argolinhas, as retretas e mais movimentos característicos das festas religioso-profanas do interior.

## 1869

\* 7 de Janeiro - Damaso de Souza Barriga reassume a direção dos negócios municipais.<sup>50</sup>

\* 23 de Maio - Criada a primeira cadeira de primeiras letras destinada a alunos do sexo feminino.<sup>51</sup>

\* 28 de Agosto - Pela segunda vez, o bispo dom Antonio de Macêdo Costa visita Serpa.<sup>52</sup>

\* 4 de Outubro - Criado o Colégio Eleitoral de Serpa.<sup>53</sup>

---

50 - Damaso foi escolhido presidente da Câmara por ser o mais votado. Deferido o juramento de praxe com menção de respeito aos Santos Evangelhos, eram seus companheiros de legislatura os vereadores Elias Pinto de França, Júlio Ferreira da Motta, Daniel Francisco de Medeiros e Júlio Ferreira Capucho, todos eleitos em 7.09.1868, na forma do art. 17 da Lei Regulamentar das câmaras municipais de 1º.10.1828, para cumprir o mandato no período de 1869/1873. Eventualmente, assumiram no impedimento dos titulares, que se ausentaram da vila para comerciar no interior, os suplentes Clarindo Cordeiro dos Santos, João Antonio Rodrigues Vieira, Serafim Lopes de Souza, Luiz Fernandes do Nascimento, Félix da Costa Pinheiro, Manoel da Gama e João Domingues de Carvalho. De junho de 1869 a julho de 1871 os titulares estavam todos ausentes. Algumas vezes a Câmara, à falta de quórum, deixou de funcionar. Durante sete meses a única medida prática adotada foi uma solicitação ao presidente da Província para criar uma escola de primeiras letras do sexo feminino. Convocado, na forma do art. 7º do Ato Adicional do Império de 12.08.1834, Barriga assumiu a Assembléia Legislativa Provincial, iniciando o trabalho de reivindicação a favor da criação da cidade. Não vedando a Constituição de 1834 a acumulação de cargos eletivos, Damaso pôde voltar à Câmara a partir de 2.11.1870 e já em meados de 1872, por estar a serviço do juizado de paz, passou a presidência ao capitão Raymundo Cândido Ferraz. O secretário da Câmara era Manoel Antonio Martins de Faria. Principais realizações de Damaso Barriga no exercício de 1872: limpeza da praça da Gló-

ria, abertura da rua nova do Jauary, continuação das obras da rampa na rua da Glória e calçamento desta, construção e pintura do fôrro da capela-mór da igreja Matriz, aquisição de dezesseis lampeões para iluminação da vila, e de guisamento e alfáia para a capela do Cemitério, limpeza e gradeamento em ferro da cêrca do Cemitério, reparos na Casa da Câmara, construção de uma escola de primeiras letras para o sexo masculino, publicação do Código de Posturas e aquisição de um retrato do Imperador para ser afixado na parede da Câmara, sendo despendidos nessas obras vinte contos e quinhentos mil réis. Os reparos da Casa da Câmara foram contratados com Manoel Antonio do Rosário, a construção da rampa e calçamento da rua Formosa, o gradeamento do Cemitério e a iluminação da vila foram realizados pelo cons-trutor Manuel Luiz Fortão. O forramento da igreja foi feito por José Pinto de França. No mesmo período foram concedidos aforamentos de terras ao longo da rua nova do Jauary, na praça da Glória, na travessa Mítica (ao lado da casa de Eduardo Smith), na rua das Gaivotas e às margens do lago Jauary, no lado oposto da vila. A aprovação do pedido de aforamento dependia da comprovação de pagamento da taxa de cem réis por braça de terra; o título era passado mediante a apresentação da nota de medição feita pelo fiscal; e o aforado perderia seus direitos se não fizesse a edificação no prazo máximo de um ano. Na área urbana o limite concedido ia de seis a trinta braças. Ao Procurador da Câmara, José Alves do Couto, competia arrecadar os impostos e efetuar o pagamento das despesas municipais, prestando contas trimestralmente à comissão de tomada de contas; o parecer desta, dependia de um prévio exame aos livros de escrituração. Os contratos de obras e serviços celebrados com terceiros eram antecedidos da publicação dos respectivos editais, e a sua lavratura em livro competente era submetida à aprovação do presidente da Província. A Câmara, em sessão de 3.08.1872, requereu à capital o envio de reforço para o destacamento policial. Na mesma sessão, recebeu orientação de Manaus sôbre o procedimento da Câmara em caso de falecimento dos meninos libertos e escravos abandonados pelos seus senhores. Essas faculdades, contidas na Lei de 28.09.1871, prenunciavam uma luta a ser coroada de êxito doze anos depois, com a libertação dos escravos amazonenses (10.07.1884). A indicação dos eleitores listados para a eleição de 7.09.1872 dos vereadores e juizes de paz que serviriam no quadriênio seguinte, foi feita pela Mesa Paroquial em 18.08.1872, sendo os livros aprovados e autenticados, e encaminhados, na forma da lei, ao presidente provincial. Em 5.11.1872 a Câmara assinou os diplomas dos eleitos, cuja sessão solene de posse ocorreu a 7.01.1873 (cf. atas de 07.01 e 07.05.1869, 3.08 e 7.09.1872, e "Sinopse histórica do Poder Legislativo do Amazonas", 1980).

51 - Criada pela Lei nº 190, de 25 de maio de 1869, essa escola, à falta de professor, não funcionou imediatamente (destacada para provê-la, a professora Laura Ponce Coelho foi removida em 1870 para a vila de Conceição); somente em 1873 entrou em funcionamento, alistando 14 meninas. A partir de 1874 passou a ser provida por Thereza de Jesus Farias de Leão. Por outro lado, a escola do sexo masculino, operada pelo serventuário Henrique da Costa Cantuária (nomeado em 25.09.1868 e removido para a capital em 4.02.1874), ampliara o número de seus 23 alunos para 37, em 1873 (antes, eram 23). Apesar de ambas as escolas estarem enquadradas na 3ª entrância (só ficando abaixo das de Manaus), o pagamento (1874) dos subsídios mensais era feito de forma discriminatória: incluída a gratificação, o professor recebia 95 mil réis e a professora 66 mil réis (cf. Relatórios da Província, vols. 15 - 1870/1871, 16 - 1872, 17 - 1873-1874, 18 - 1874-1875 e 19 - 1875-1876).

52 - Visita rápida em que crismou cerca de 300 pessoas. A bordo de uma lancha a vapor fornecida pelo governo provincial, esteve também visitando Manaus e Silves, cujas populações, juntamente com a de Serpa, "deram a sua excelência reverendíssima as maiores demonstrações do seu prazer e verdadeiro apreço à visita com que as honrou esse ilustrado príncipe da igreja brasileira". Em 1869, era vigário da Paróquia o padre Gaspar Porfírio Delgado. No dia 30 de novembro desse ano, a chamado do Papa, dom Antonio chegava a Roma (cf. Arquivos da Prelazia, Relatórios da Província, vol. 15 - 1870/1871).

53 - Cf. decreto imperial nº 1.729. Ato contínuo, o 13º presidente do Amazonas José de Miranda da Silva Reis (governou em 1870/1872) baixou o Ato de 2 de novembro de 1871 designando a igreja Matriz para lugar de reunião do Colégio Eleitoral. Antes, Serpa fazia parte do Colégio Eleitoral de Manaus. Entretanto, através da Portaria nº 309, de 1º.09.1876, firmada pelo presidente Domingos Jacy Monteiro, é criado **definitivamente** o Colégio Eleitoral de Itacoatiara com jurisdição ampliada aos termos de Silves, Maués e Canumã. O processo eleitoral inspirado na legislação filipina de 1603, consagrava a eleição de dois graus. Os votantes de primeiro grau reunidos nas oitavas do Natal, indicavam ao juiz mais velho, em segredo, os eleitores de segundo grau. Estes, eram apartados em três pares de dois, incomunicáveis, para organizarem a lista de cargos eletivos: seis nomes para juízes, nove para vereadores, três para escrivães e três para outros cargos, se elegíveis. O mandato dos eleitos era de um ano, com a eleição trienal. De acordo com a Constituição de 1824, as eleições serão de dois graus, até 1881, e censitárias. O corpo eleitoral se separa em votantes e eleitores, excluídos do voto os que não tivessem renda líquida anual até cem mil réis, por bens de raiz,

indústria, comércio ou emprego. Antes de 1881, participavam nos pleitos os analfabetos, os quais ficariam excluídos do direito do voto até a vigente Constituição de 1988. Quanto ao voto feminino só veio a ser reconhecido no Brasil depois da revolução de 1930: conforme veremos no 2º volume, Itaotiara é pioneira nesse campo (cf. Relatórios da Província, vols. 16 - 1872 e 20 - 1876-1877, e Mirador, 1995).

## 1870

\* Proibida a salga de pirarucu e a fabricação de manteiga de ovos de tartaruga .54

\* Iniciada a abertura da avenida principal da futura cidade.55

\* Começam as obras de ampliação da vila em demanda do Jauary.56

\* O sábio João Barbosa Rodrigues (1842-1909) estuda o Cemitério indígena de Miracangüera.57

---

54 - Proposição do vereador Manuel Henrique da Silva Dourado, visava resguardar a vila do "grande estrago feito nas praias do município durante o período de agosto a dezembro, tempo este em que as tartaruguinhas devem ter acabado de sair da área para a água. Do mesmo modo se proíbe a salga de pirarucu desde 1º de janeiro em diante, tempo em que os peixes principiarão a ter filhos". Para a medida ter eficácia foram designados quatro guardas nacionais, remunerados com doze mil réis mensais, cada um. Essa prematura preocupação de Serpa em defesa das espécies animais, especialmente dos quelônios, contrapunha-se aos excessos praticados: pondo em média 160 ovos uma tartaruga, para se encher um pote de barro com 45 litros de manteiga era necessário utilizar os ovos de 20 unidades da espécie. Ora, aonde deveríamos chegar, sabido que anualmente a Província exportava cêrca de 15 toneladas de manteiga (ou óleo) de tartaruga?! A luta de Serpa ganharia, mais tarde, o apoio do governo: pela Lei de 1º.06.1882 ficava proibida a captura de filhotes recém-nascidos de tartaruga em todo o Amazonas, obrigando-se as municipalidades a exercer o policiamento das praias durante os quatro meses de águas baixas. Aos contraventores seriam aplicadas penas severas (cf. ata de 30.01.1870).

55 - Até os idos de 1870, a vila de Serpa constituía-se de um amontoado de

casas cobertas de palha ao redor da igreja Matriz. Uma ou outra construída em adôbe de barro e coberta de telhas sobressaía no meio do lugarejo: a igreja, a Casa da Câmara, oito ou dez residências de figuras abastadas. A única praça existente, a da Glória, na verdade era um terreirão coberto de mato baixo, um capinzal. As ruas eram estreitas, simples veredas, poucas delas iluminadas à noite. A vila estava circunscrita à seguinte área de hoje: ao norte, a rua Adamastor Figueiredo; a leste, a avenida 7 de setembro; a oeste, a travessa da Rampa; e, obviamente, ao sul, o rio Amazonas. Ao longe começava o bairro velho da Colônia, dezoito casas de taipa cobertas de telha na atual rua Moreira César, e a oficina e olaria abandonadas no terreno hoje ocupado pela fazenda Rattes. Aqui e ali, sítios e barracas ocupadas por familiares de escravos egressos do estabelecimento agroindustrial extinto em 1860. A ligação desse arremêdo de bairro à vila era feita através da "estrada da Colônia", raiz da atual rua Alvaro França - um caminho comprido no meio da mata. O Cemitério, no local onde hoje é a igreja de São Francisco de Assis, ligava-se à povoação através da "estrada do Cemitério", atual rua Cassiano Secundo. O governo municipal, tencionando abrir espaço para localizar a população crescente, mandou abrir uma estrada em direção ao centro da mata, ao norte, alinhada pela frente do prédio da Câmara, na praça da Glória. Durante seis meses, o serviço foi feito a machado e enxada, supervisionado pelo empreiteiro português Joaquim José Pinto de França, e consistiu na derruba, destocamento, queima e encoivramento da área que é hoje a nossa avenida principal. O plano inicial previa a abertura de uma estrada com sessenta palmos (cêrca de 13 metros) de largura e duas milhas (correspondendo a 3.200 metros) de extensão, mas foram abertos pouco menos de quinhentos metros, o que equivale ao percurso atual da praça da Matriz à agência do Banco do Brasil. Logo nos cinco anos seguintes, seus primeiros cem metros foram tomados por habitações; e mais para o centro foram abertos roçados e realizadas plantações. Esse primeiro trecho habitado mais tarde passou a ser chamado de **travessa da Liberdade**.

56 - Nos anos 1870, o grosso da população da vila ainda era formado por índios aculturados, os quais somados a portugueses, nordestinos e negros, alcançava pouco mais de duas mil pessoas, se tanto. Todavia, nessa pequenez urbana, faltava espaço para colocar a crescente população decorrente da mestiçagem que aumentava e dos migrantes que chegavam. Assim, além de mandar abrir a rua Nova (atual Desembargador Meninéa), a Câmara mandou dar continuação às ruas Formosa (atual Barão do Rio Branco) e Estrela (atual Waldemar Pedrosa), ligando o centro da vila ao Jauary. Esse trabalho, iniciado em junho de 1870, feito a machado e enxada,

foi realizado pelo empreiteiro Joaquim José Pinto de França. Nessas vias e ao longo de outros caminhos que demandavam ao igarapé e às cabeceiras do lago, a partir de 1871 foram se instalando casas e roçados. Os primeiros moradores localizados nas cercanias e, conseqüentemente, pioneiros do futuro bairro do Juary, foram Joaquim Gonçalves Andrade, Luiz Fernando do Nascimento, Domingos Lopes Barroso, João Antonio Rosa e Manoel Borba. Em 1871, a travessa do Oriente (atual avenida 7 de Setembro) foi ampliada e, para "prestar-se ao trânsito público" e instalar "uma serraria, depósito de lenha e mercadorias", feita a derrubação da mata compreendida no atual quadrilátero "rio Amazonas - rua Adamastor Figueiredo, avenida 7 de Setembro - lago Juary". Entre 1870/1873, à medida em que iam sendo abertas novas ruas, o volume de requerimentos de terra aumentava consideravelmente. Ao mesmo tempo em que o espaço era ampliado, cresciam as necessidades alimentares da população, exigindo medidas de impacto: em março de 1872 a Câmara promete liberar "empréstimo até o montante de quatro contos de réis ao cidadão que se propunha a fundar uma fazenda de gado, com juros de seis por cento ao ano". Também era autorizada a "compra no Pará de até 100 alqueires de farinha" para ser vendida "ao povo pelos empregados do Paço ao custo de aquisição". Outrossim, a Câmara pedia ao governo provincial para que "fosse lançado sobre Serpa suas vistas benéficas". O povoamento do atual bairro do Juary foi acelerado a partir da abertura, em 1876, da travessa da Fumaça (atual rua Manaus) e, para se juntar aos poucos já existentes, vieram os moradores Anna Raimunda da Conceição e Talisman Figueiredo de Vasconcellos. No ano seguinte, a margem oposta do lago começou a ser ocupada, sendo seu primeiro morador o posseiro João Crisóstomo de Castro. Mais para dentro, desde 1866, se destacava a fazenda Terra Preta de Jazon Williams Stone (cf. atas de 15.06.1870, 14.07.1871, 22.03 e 06.06.1872).

57 - Atualmente conhecido por Costa de Miracangüera, o lugar está localizado à margem esquerda do rio Amazonas entre Itacoatiara e São José do Amatory. Limita-se pelo furo Arauató, em frente à ilha de Maria Benta, mais ou menos na longitude do Madeira, e dilata-se, segundo os experts, por mais de cinco milhas. No local, antes das mutações geológicas que atingiram aquela área no século XVII, existiu a Ilha do Matapí, e nela um Cemitério indígena, de que resultou a denominação Miracangüera. O cerâmio de Miracangüera foi visitado primeiro pelo geólogo-etnógrafo Domingos Soares Ferreira Pena (1818-1888) e depois por Barbosa Rodrigues, que lhe dedicou memória. Barbosa Rodrigues, umas das grandes figuras nacionais em Botânica e Antropologia se dedicou ao exame do sítio em 1870. Em 1882 visitou-o o 22º presidente da Província, dr. José Lustosa da Cunha Paranaguá

(governou em 1882-1884), recolhendo objetos para o Museu Botânico de Manaus e coleções particulares no Rio de Janeiro. Mais tarde (1925), ao visitá-la, o sábio Kurt Nimuendaju (1883-1945) nada mais encontrou, talvez porque estivesse submersa, pois sendo área alagadiça, ficava cêrca de 2,50 metros abaixo das maiores enchentes. Nimuendaju ainda visitou, entre 1923 e 1928, o Amapá, o Madeira, o Urubu, Silves e Anibá, a serviço do Museu de Gotemburgo, para onde remeteu muitas peças. Conjeturando sôbre arte cerâmica, Gastão Cruls (1888-1959) afirma que as primeiras explorações, de cunho verdadeiramente científico e ricas de descobertas preciosas, realizadas no Pacoval de Arari, Camutins, Maracá, Caviana e também, mais longe, em Cunani, Santarém e Miracangüera, datam de 1870. Segundo ele, esses primeiros estudos tiveram como pioneiro o paleontologista canadense Charles Frederic Hart (1840-1878). "Supõem-se que a civilização dos marajoaras se filie aos **Aruaques**, e que das Antilhas, ou mesmo da América Central, essa gente, talvez em bandos sucessivos, tenha chegado até a foz do Amazonas, para fixar-se em Marajó (...) O percurso até essa Ilha tanto poderia ter sido feito pelo mar como pelos afluentes da margem esquerda do rio Amazonas (...) A civilização marajoara tem liames que a prenderiam a outros povos do alto Amazonas, Venezuela, Colômbia...". Em Miracangüera foram encontrados cerâmios que revelam a existência de povos a respeito dos quais pouco se sabe. Infelizmente, foram interrompidas as pesquisas que ali foram feitas por Kurt Nimuendaju, para quem a cerâmica tapajônica, entroncada nos índios **Tapajós** (extintos no século XVIII), tendo como núcleo central Santarém e arredores, e mais recente que a marajoara, tem pontos de contacto com a dos antigos **Aruaqueses**, do rio Urubu, nas proximidades de Arauató. Para Cruls, relevante é a posição de Miracangüera dentre os sítios arqueológicos da Amazônia "pela peculiaridade da sua louça, tôda feita numa argila fina e que nos vasos, antes de serem pintados, é revestida de uma camada de tinta branca, o que lhe dá aparência de porcelana. As suas urnas são antropomórficas e nelas Goeldi vê pontos de contacto com as de Marajó, Maracá e Cunani. Das primeiras teria a forma, das segundas a tampa, e das terceiras, os traços fisionômicos em relêvo. Presume-se que essas jazidas cerâmicas provenham dos ascendentes dos **Aruaqueses**, cuja dispersão começou no século XVI e terminou no século passado (XIX). Para alguns autores, os **Aruaqueses** teriam sido os êmulos e talvez mesmo os contemporâneos dos **Nheengaibas** de Marajó". Registre-se que o Museu Paraense, criado em Belém (1866) por Ferreira Pena e reorganizado (1895) pelo naturalista suíço Emil August Goeldi (1859-1917), publicou em 1978 o primeiro cadastro oficial de sítios arqueológicos, relacionando 400 sítios na Amazônia, sendo 57 deles

identificados no Estado do Amazonas, entre os quais o de Miracangüera (cf. Cruls, 1958, Loureiro, 1982, Bittencourt, 1969, e Rocque, 1970).

## 1871

\* Arrombado o cofre da Câmara Municipal.58

\* Junho - ocorre um surto de febre amarela em Serpa.59

\* Novembro - Decreto imperial cria o Têrmo Judiciário de Serpa.60

---

58 - O fato ocorreu a 30.05.1871, sendo o autor do delito José Pinto Vieira, além de obrigado a devolver o produto do furto, prêso e processado pelo Chefe de Polícia da Província. Anteriormente, à falta de segurança nas dependências do Paço Municipal, o presidente Damaso Barriga vinha guardando o dinheiro em sua própria casa. Em 1872, o cofre é reforçado, depositando-se em seu interior oito arrôbas de chumbo, tornando-o mais pesado para não ser carregado. Escaldada com esse e os desfalques de 1864 e 1865, a Câmara se resguardava, temendo novos assaltos (cf. atas de 30.01, 12.05.1871 e 16.03.1872).

59 - Com sintomas de febre hemorrágica, desenvolveu-se alguns casos em Serpa devido a fácil comunicação com a Província do Pará, onde a doença surgiu rápido e acometeu simultaneamente grande número de pessoas. Produzida por vírus, sob a forma humana (transmissão de homem a homem, através de mosquito), a doença diferia da forma silvestre habitual (transmissão de mosquito a homem). Anteriormente, havia aportado na vila um navio de bandeira norte-americana trazendo a tripulação afetada pela doença, e entre suas vítimas constava o seu comandante. O presidente da Província, ao providenciar imediatos socorros aos doentes e prevenir o isolamento dos sãos, evitou que o mal se propagasse e fizesse maiores estragos à população (cf. Relatórios da Província, vol. 16 -1872, e Ferreira, 1986).

60 - Sòmente quatorze anos após reconquistar o seu foral de vila e, consoante o decreto imperial nº 5.146, de 27.11.1871, Serpa foi elevada a Têrmo, ganhando um juiz municipal. Logo em seguida, na forma do decreto imperial nº 5.210, de 1º.02.1872, era o Têrmo de Silves anexado ao de Serpa. Às exigências legais, sòmente bacharéis em direito (os "juízes letrados") deveriam exercer a titularidade do cargo de Juiz Municipal e de Órfãos

dos termos reunidos, daí que para preencher a vaga foi nomeado o bacharel Ernesto Rodrigues Vieira (decreto de 18.12.1872), que prestou juramento a 17 e entrou em exercício a 18.05.1873. Mas a 28.08.1873 assumiu o exercício do Juizado de Direito da Capital, cargo que deixou de exercer para assumir, a 28.02.1874, a Chefia de Polícia (cf. Relatórios da Província, vol. 17 - 1873-1874). Destarte, dando a "volta por cima", a criação do Têrmo Judiciário de Serpa era mais um degráu galgado pela vila na corrida em busca do predicamento da futura Cidade e Comarca de Itacoatiara.

## 1872

\* Construído e pintado o fôrro da capela-mór da Igreja Matriz.61

\* 25 de Janeiro - Criada a Alfândega de Serpa.62

---

61 - Os serviços foram realizados pelo português Joaquim José Pinto de França, contratado pelo presidente da Câmara Damaso de Souza Barriga. Joaquim José era pai de Alvaro Botelho de Castro e França, político itacoatiarense que brilharia na vida pública nos idos de 1890. Ao tempo, estava exercendo a Vigararia-geral do Amazonas o padre dr. José Manoel dos Santos Pereira, nomeado por decreto de 12.01.1870. Graças a ele, que contou com a cooperação do 12º presidente provincial João Wilkens de Mattos, o culto divino estava sendo levantado do abatimento moral e material que o atormentava. Zeloso e dedicado, desde quando empossou-se passou a recuperar os templos católicos da capital e do interior. A igreja de Serpa, anteriormente a 1870, não estava em bom estado de conservação, e seu vigário interino, Gaspar Porfírio Delgado, velho e cansado, não estava em condições de lutar pelos recursos materiais necessários à recuperação do templo. A Diretoria de Obras da Província mandou incluir no orçamento o valor de tais despesas que montavam a um conto, cento e cinquenta e cinco mil, cento e quarenta réis (1:155\$140). Nesse ano de 1872 o padre Gaspar continuava à frente da Paróquia. Conhecido de Serpa, anteriormente - de março de 1864 a julho de 1865 - já estivera nesse posto substituindo ao padre Francisco Benedito Coutinho. Em dezembro de 1865, nomeado para outra missão fôra da vila, Gaspar Delgado desligou-se de Serpa, ficando em seu lugar até julho de 1868 o padre João Antonio Fernandes. A partir daí, padre Gaspar Porfírio retorna, mas em julho de 1872 adocece gravemente, vindo a falecer em janeiro de 1873. Desde sua prostração até vir o seu

substituto legal. deu-lhe cobertura o pároco de Silves Daniel Pedro Marques de Oliveira, o qual professava a religião na vizinha freguesia desde meados de 1854. Nomeado a 2.08.1865 professor da escola de primeiras letras de Silves, padre Daniel Marques foi aposentado em 20.05.1873. Deputado provincial algumas vezes, era indócil e muito espiritado. Dele, citamos quatro depoimentos e/ou notícias desabonadores: 1) "O padre Daniel era violento e dado à dissolução de costumes" (Antonio Loureiro); 2) indispôs-se (1858) "contra o dubdelegado de polícia de Silves, que é espancado, bem assim outro indivíduo, pelo que o sacerdote é preso e conduzido a Manaus" (Agnello Bittencourt); 3) demitido (1876) do cargo de Inspetor paroquial de instrução pública, "a bem do serviço e da moralidade públicas", porque, "vivía em mancebia notória com a professora, a qual morava debaixo do mesmo teto e foi igualmente demitida. Um homem nas condições deste padre, não pode ser inspetor paroquial, não pode ser pároco, não pode ser professor, porque em vez de moralizar, desmoraliza, em vez de cooperar para a civilização da sua freguesia, concorre poderosamente para a sua decadência moral e material" (dr. Domingos Jacy Monteiro); 4) evadiu-se (27.09.1878) da prisão da vila de Silves, onde estava prêso por haver cometido o delito constante do artigo 205 do Código Criminal. Prêso, novamente, "em Itacoatiara quando pretendia embarcar em um vapor da Companhia do Amazonas com destino a Manaus, foi logo conduzido a Silves, onde prestou fiança definitiva" (coronel Barão de Maracaju). Padre Daniel morreu em Silves, em 1881, sendo sepultado no interior de sua igreja Matriz (cf. Livros da Prelazia, citados, Livro de Atas 1872 e 1876-1879, Bittencourt, 1925, Relatórios da Província, vols. 15 - 1870/1871, 17 - 1873-1874, 18 - 1874-1875, 20 - 1876-1877 e 22 - 1879).

62 - Criada pelo decreto imperial nº 5.204, de 25.01.1872, seria instalada em 1º.01.1874. Instituição de 5ª ordem, com as atribuições conferidas às demais alfândegas do Império, guardadas as disposições do regulamento anexo ao decreto nº 3.920, de 31.07.1867, ela veio substituir a Coletoria Provincial, dirigida (1872/1873) pelo coletor Francisco Benício de Carvalho e Mello. A partir de então, as embarcações de grande calado com destino às fronteiras do Peru e Bolívia, impedidas de subir além de Serpa, poderiam, com a assistência das autoridades fiscais da alfândega, baldear os gêneros para embarcações menores. Com a ocorrência do aumento populacional e comercial do Amazonas, até 1867 o governo imperial arrecadava seus impostos nas mesas de renda de Manaus e Tabatinga. De 27.03.1869 em diante - em virtude da política nova inaugurada com a abertura do Amazonas à navegação de tôdas as bandeiras - a arrecadação passou a ser nas coletorias e depois alfândegas de Manaus e Serpa. A Alfândega de Serpa

facilitou a importação do material destinado à construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré. Funcionou à rua da Fraternidade, atual Monsenhor Joaquim Pereira, prédio em dois pisos onde morou a família do português José Simões, no trecho da ex-loja Chacrinha e casa Litiara. Demolido há cerca de dez anos atrás, esse monumento de Itacoatiara foi jogado na vala do esquecimento (cf. ata de 1º.01.1874, Reis, 1931, Silva, 1970, e Relatórios da Província, vol. 17 - 1873-1874).

## 1873

\* Reeleito, Damaso de Souza Barriga volta a chefiar o município.<sup>63</sup>

\* O padre Manuel Ferreira Barreto é nomeado vigário da Paróquia de Serpa.<sup>64</sup>

\* Iniciados os serviços públicos de iluminação a gás.<sup>65</sup>

\* Segundo dados censitários desse ano Serpa aparece com 2.569 habitantes.<sup>66</sup>

---

63 - Recuperando-se dos equívocos cometidos em 1864, Damaso de Souza Barriga foi um dos raros políticos itacoatiarenses natos que deu certo. Dedicado à causa pública, serviu à sua terra com o denôdo e a paixão de poucos. Misto de comerciante e pedreiro, devemos-lhe a construção de alguns dos prédios levantados no centro histórico da cidade. Diretor da freguesia de Serpa, entre 1850/1852, membro da Comissão Estadual de Socorros Públicos que protegeu a população em 1855 das epidemias de varíola e cólera, da Comissão de proteção aos inválidos que retornaram da guerra do Paraguai, juiz de paz e subdelegado de Polícia, exerceu a vereança desde a instalação da vila, em 1858, sendo reeleito, sucessivamente, em 1860, 1864, 1868 e 1872. Deputado à Assembléia Legislativa Provincial em 1870, 1874 e 1876, muito postulou em defesa de nosso município, sendo o autor do projeto que, convertido na Lei nº 283, de 25.04.1874, elevou a vila de Serpa à categoria de cidade com a denominação de Itacoatiara. Reconduzido, pois, para o período 1873/1877, nessa legislatura foram seus companheiros Jesuíno da Costa Fonseca (também reeleito), Joaquim José de Sant'Anna, Vicente Pinto de França, Dionísio José Serudo Martins, João Batista Vieira, João Antonio Rodrigues

Vieira, Vicente Ferreira Xavier, José Gatto Domingues de Carvalho e José dos Santos Guimarães, sendo os quatro primeiros titulares e os seguintes suplentes que assumiram eventualmente. Na mesma data (7.01.1873), foram empossados os juizes de paz José Alves do Couto e José Joaquim de Sant'Anna. Em 1873 as condições urbanas de Serpa justificavam plenamente a luta do deputado Damaso em favor da criação da cidade. O número de lotes de terras concedidos no centro e arrabaldes aumentava consideravelmente. A maioria das casas de palha ia sendo substituída por prédios residenciais e comerciais construídos em alvenaria e telha, e a abertura de novas vias aumentava progressivamente. No centro, Antonio da Fonseca Dias, Patrício Aureliano Ferreira, Monteiro & Barroso, Jacinto de Carvalho, Caetano de Souza Lira, Manoel Nogueira Borges, Manoel José Barroso, Domingos de Almeida Sutta e José Ferreira Filony eram alguns dos proprietários que acabaram de inaugurar casas de boa aparência. Na cabeceira do lago Jauary destacavam-se as plantações e casas de fômo de Jacinto de Carvalho, Luiz Fernandes do Nascimento e Joaquim José Pinto de França. A arrecadação municipal que, nos dois primeiros trimestres do exercício tinha sido inferior às despesas, melhorara consideravelmente em julho/agosto/setembro, prenunciando um saldo favorável. O montante de dinheiro em cofre era tranquilizador, alcançando exatos dezesseis contos, seiscentos e vinte e cinco mil, setecentos e quarenta réis. Ampliava-se o comércio, especialmente as atividades dos regatões que iam e vinham do Pará, vendendo mercadorias em troca de produtos regionais. A Câmara cobrava de cada um a respectiva licença anual e aquele que fôsse pego irregular era severamente multado, sendo sua canoa apreendida. Por se negar a aplicar multa ao regatão Miguel Pinto de França, o fiscal José Gatto Domingues de Carvalho, denunciado pelo capitão Antonio José Serudo Martins, foi suspenso de suas funções. Após exame e aprovação do engenheiro da Província, em julho foram inaugurados a escola de primeiras letras do sexo masculino, na nova estrada do Jauary, e a rampa na embocadura da rua da Glória, obras começadas em 1868. As relações com o govêmo provincial eram amistosas, dado o prestígio que gozava o deputado Damaso. A nota triste do período foi o falecimento, em janeiro de 1873, do vigário interino Gaspar Porfirio Delgado, tendo a Câmara solicitado ao Bispado do Pará a designação de um padre para substituí-lo. Em julho é aberta concorrência para contratar os serviços de limpeza do lago Jauary, das ruas centrais, praça e Cemitério. O distrito de São José do Amatory também se desenvolvia, designando-se para arrecadar os tributos municipais naquela área o alferes Manoel Rodrigues Vieira (cf. Livro de Atas 1865-1879).

64 - Morto o padre Gaspar Porfirio Delgado, em 7.07.1873 é designado

para chefiar a Vigararia de Serpa o padre Manuel Ferreira Barreto. Paraense de Cameté, nasceu em 13.04.1819 e faleceu nesta cidade em 14.06.1881. Seus restos mortais, transferidos em 1930 do Cemitério São Miguel, estão depositados no Cemitério Divino Espírito Santo. Pelo que se lê das atas da Câmara, o caráter do novo vigário destoava do comportamento discreto que caracterizou as ações de seu antecessor. Não vamos ser leviano ao ponto de compará-lo a frei José dos Santos Inocentes, vigário de Serpa e Manaus em 1832/1834, e ao padre Daniel Pedro Marques de Oliveira, vigário e professor de Silves por mais de 25 anos (1854/1881), contra os quais a crônica emite versões a respeito de sua conduta não muito virtuosa. Tendo trabalhado anteriormente em São Paulo de Olivença, onde, além da Vigararia, exercera a Diretoria local dos índios, o Vigário encomendado de Serpa, padre Manuel Ferreira Barreto, foi contratado pela Câmara para acumular as funções de capelão do Cemitério. Por isso, passou a constar da fôlha de pagamento dos servidores públicos, vencendo a gratificação de quatrocentos mil réis anuais. Ao mesmo tempo conseguiu a nomeação de um parente que o acompanhava - Manuel Antonio Barreto - para coveiro do Cemitério, remunerado à base de quinhentos réis diários. Padre Barreto, também contemplado com um lote de terras sito à rua dos Empregados, requerido à Câmara, ainda era dado à cobrança de **serviços extras**: trinta e nove mil réis por uma missa celebrada em homenagem ao aniversário do Imperador e mil réis por um discurso proferido perante o Colégio Eleitoral. Em sua sepultura, inscrita em lápide, lê-se uma inusitada homenagem em que uma "sua estremecida filha de caridade manda gravar este em sinal de gratidão e amizade". Em 1873/1874 a gratificação do sacristão da Paróquia fôra fixada em cento e vinte mil réis anuais (cf. atas de 10.01 e 7.07.1873, 12.01.1874 e 17.01.1876, e Relatórios da Província, vol. 18 - 1874-1875).

65 - Mediante autorização do presidente provincial, dr. Domingos Monteiro Peixoto, a cargo do construtor Manoel Luiz Fontão, que na mesma época concluiu os serviços de gradeamento do Cemitério São Miguel, o plano visava a instalação de 16 lampeões a gás carbônico, experiência que também vinha sendo adotada em Manaus. Beneficiando as ruas da frente, os lampeões a gás - para cuja manutenção anual os cofres públicos iriam despender um conto de réis - eram novidade no interior amazonense e vinham substituir os antigos iluminados a azeite de ovos de tartaruga. Em junho de 1874, segundo o parecer de Leovegildo Coelho, já "estavam fincadas 15 colunas para iluminação da vila, prontas as armações dos lampeões e cortados todos os vidros, faltando apenas fincar uma coluna, colocar os vidros e sentar os lampeões em seus lugares". Segundo as normas,

os lampeões eram colocados sobre colunas (postes) de madeira de 12 palmos (dois metros e meio) de altura, pelo menos. Mais tarde o abastecimento da iluminação pública passaria a ser a querosene. Como que traduzindo a marca desse período histórico, em fotografias tiradas na década de 1920 ainda aparecem alguns postes de iluminação pública a lampeão, fincados: defronte à antiga Intendência, na esquina da **ex-rua da Glória** com a **ex-praça 13 de Maio**; próximo à Casa Moisés e ao antigo prédio onde foi a Casa da Câmara, na **ex-rua Formosa**; e em frente à Enfermaria Lafaiete de Freitas (ex-Hotel Municipal), esquina da **ex-travessa da Marta**, ou **Romana** (cf. Livro de Ata 1873, Relatórios da Província, vol. 17 - 1873-1874), Mesquita, 1992, e fotografias antigas em poder do Autor).

66 - Cf. censo mandado fazer pelo presidente Domingos Monteiro Peixoto. Estando às vésperas de ser elevada à cidade, Serpa aparece com a população residente de 2.487 pessoas livres e 82 escravos, distribuídas em 144 fogos. Dessa população, 285 já sabiam ler e 52 estavam freqüentando escola. Em população, Serpa perdia para Manaus (16.535 hab), Maués (2.995 hab), Vila Bela (3.303 hab) e Silves (3.149 hab). Acrescente-se a esse número, 81 estrangeiros. Em outubro desse ano (1873), a casa destinada à escola pública do sexo masculino já estava concluída e em pleno funcionamento. Nela trabalhava o professor Henrique da Costa Cantuária (a 4.02.1874 seria removido para a capital, tendo como substituto José Martins Cardoso). Segundo o balanço financeiro do exercício de 1872/1873, a Câmara de Serpa movimentou uma receita da ordem de 20:931\$606 réis. Deduzidas as despesas de 4:809\$682 réis, resultou um saldo de 16:121\$924 (cf. Lourciro, 1978 e 1982, e Relatórios da Província, vols. 16 - 1872 e 17 - 1873-1874).



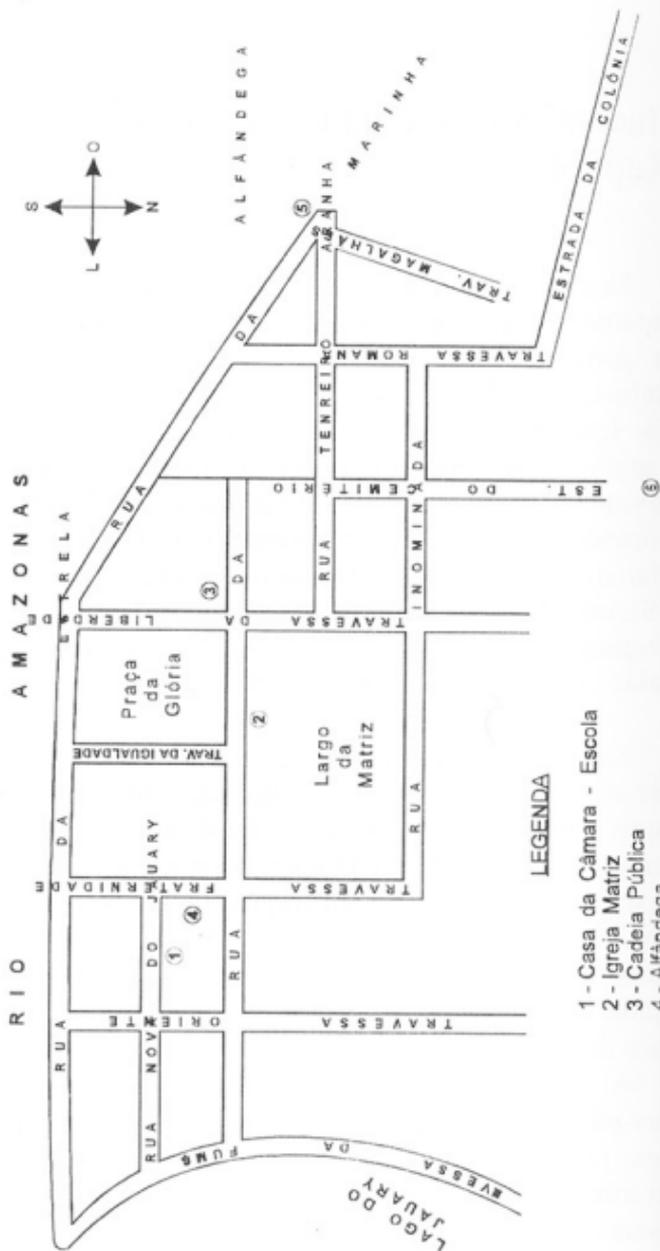
## 5. Itacoatiara: a cidade adere à República.

Nos anos anteriores vinha sendo intensificada a movimentação política e popular em prol da criação da cidade. Serpa, progredindo a olhos vistos, contribuía eficazmente para o fortalecimento da Província, e já reclamava a efetivação desse direito. Inicialmente assunto de conversa de rua, a discussão do tema ganhou logo maiores proporções, a todos contaminando. Os movimentos vinham ganhando projeção desde 1863 quando, colaborando no jornal político-literário "O Catechista", editado em Manaus em 1862/1874, Damaso de Souza Barriga, Antonio José Serudo Martins, Raymundo Cândido Ferraz e Agostinho Domingues Carvalho, reivindicaram para que o governo reparasse a injustiça de estar Serpa ainda na condição de vila.

Na Câmara, os debates aumentavam e a população, através de abaixo-assinados, postulava junto às autoridades estaduais pela decretação do novo foral. Da gráfica do capitão Felisardo Joaquim da Silva Moraes, onde seria em breve editado o jornal "O Itacoatiara", saíam impressos em forma de panfleto reclamando o alcance desse nobre objetivo. Passando finalmente a ser preocupação do parlamento provincial, a luta foi reforçada, coroando-se de grande êxito com a chegada de Damaso de Souza Barriga à Assembléia Legislativa.

A política na Província era disputada entre liberais e conservadores, embora não houvesse diferenças profundas entre eles, já que ambas as correntes concordavam em manter a ordem monárquica e o regime servil. Grande parte da população era escrava e, conseqüentemente, marginalizada no processo

CROQUI DA CIDADE DE ITACOATIARA - 1874



político e social. Esse **modus vivendi** era repetido integralmente em Serpa. As eleições municipais nunca foram limpas, nelas prevalecendo o suborno e a violência, hábitos aliás adquiridos desde o começo do regime imperial.

A vida cultural não tinha brilho. Separadas por sexo, poucas escolas de primeiras letras **desemburravam** as crianças locais. Motivados por interesses partidários ou de negócios, alguns idealistas iniciaram uma efêmera vida jornalística: primeiro lançaram o jornal "O Itacoatiara", depois o "A foz do Madeira". Ambos tiveram existência efêmera.

Com a elevação da vila à categoria de cidade, reais são as perspectivas desenvolvimentistas do município de Itacoatiara. Com vistas a incentivar e ampliar a política de repovoamento do interior, em 1879 o governo federal instala em São José do Amatary uma colônia para imigrantes nordestinos. Em seguida, inicia-se o estabelecimento espontâneo de uma expressiva colônia estrangeira integrada por judeus sefaraditas, centrando suas atividades no comércio de importação e exportação e construindo parte do centro histórico da cidade. Na hinterlândia são ampliadas as atividades dos regatões.

No sul do país aceleram-se os movimentos de insatisfação contra o regime imperial, ampliando-se essa luta no território da Província. Com a decretação da Lei áurea de 1888, a campanha republicana ganha vulto, descambando o assunto para a chamada questão militar, resultando na articulação entre militares descontentes e civis republicanos. Em 15.11.1889, sob a chefia do marechal Manuel Deodoro da Fonseca (1827-1892), em nome do Exército, da Armada e do povo, é proclamada a República. Em Itacoatiara, reunida solenemente, a Câmara Municipal em 23.11.1889 adere ao novo regime.

Os episódios referentes a Itacoatiara, intercalados no período acima mencionado, serão tratados a seguir.

\* Janeiro - Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha (1840-1919) é nomeado professor de primeiras letras em Serpa.1

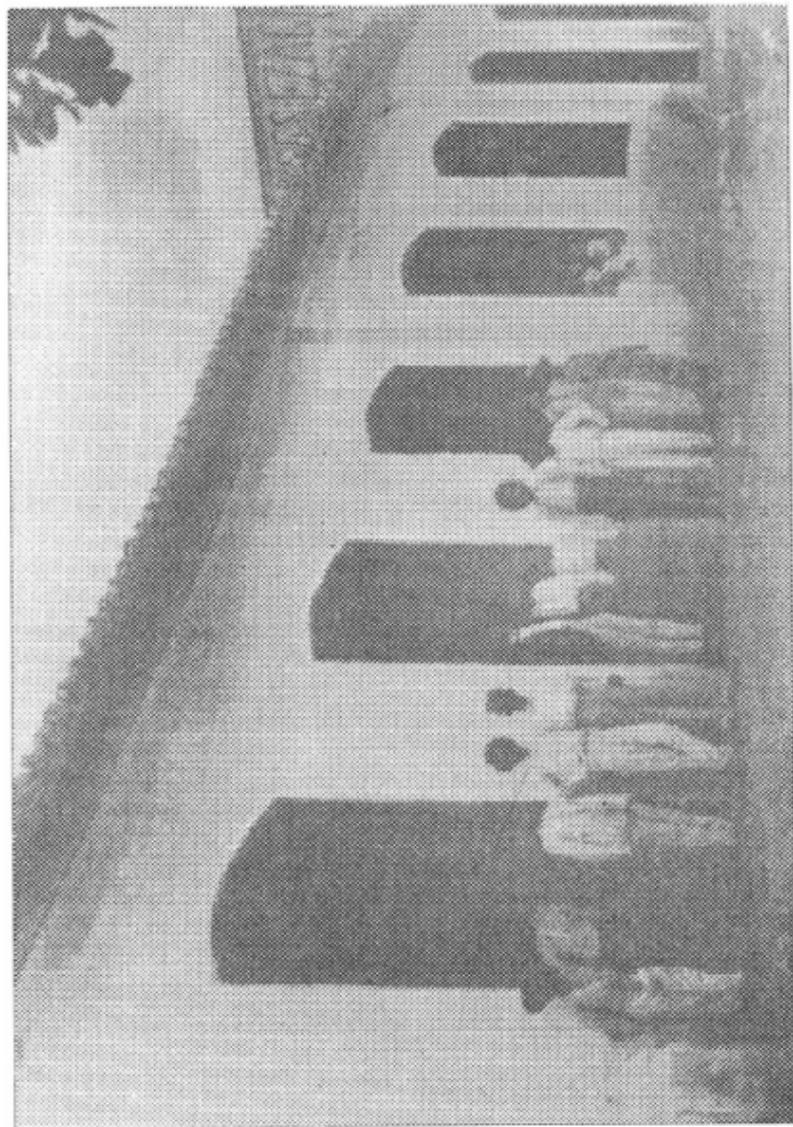
\* 1º de Janeiro - Instalada a Alfândega de Serpa.2

\* Abril - Projeto do deputado Damaso de Souza Barriga eleva a vila de Serpa à categoria de cidade.3

\* Maio - Surge o jornal "O Itacoatiara", o pioneiro do interior do Amazonas, editado na vila de Serpa.4

---

1 - Filho do fundador da Província do Amazonas, o professor Bento Aranha foi nomeado pela Câmara de Serpa em 8.01.1874. Empossado às 18 horas do dia 12, em cerimônia concorrida, a seu pedido passou a ensinar gratuitamente à noite na casa da escola do sexo masculino construída à rua nova que dava ao Jauary (durante o dia a escola sediava as sessões da Câmara). Abolicionista, Bento Aranha foi um dos líderes da Sociedade Emancipadora Amazonense, movimento que em 1870 lutou para garantir a libertação dos escravos do Amazonas. Nomeado para o cargo de 1º escrivão da Alfândega de Serpa, por decreto imperial de 27.08.1873, chegou a vila no final desse ano, em companhia de sua mulher, professora Josefina de Freitas Tenreiro Aranha, e de seu filho João Aranha. No ano seguinte, seguramente com a ajuda dos votos dos eleitores locais, foi eleito e empossado deputado provincial, aprovando a verba de trinta e dois contos, quatrocentos e trinta e três mil, novecentos e oitenta e um réis destinada ao fundo de emancipação dos escravos, daí destinando-se uma parcela de dois contos, trezentos e oitenta e cinco mil réis a Itacoatiara. Tendo sido um dos autores da lei que em 10.07.1884 aboliu a escravatura no Amazonas, republicano convicto, foi prêso por dar vivas ao regime antes de sua proclamação; como deputado subscreveu em 22.11.1889 a declaração de adesão do Amazonas à República. Jornalista, Bento Aranha, segundo Mário Ypiranga, atacou o regime monárquico "em todas as frentes, no jornal e na tribuna. Nada conseguiu com a implantação da República, enquanto os oportunistas, os republicanos de última hora (monárquicos ontem), faziam-se nos cargos públicos (...) morreu quase esquecido, pelo menos esquecido de seus antigos correligionários". Erudito professor de primeiras letras, além da biografia de seu pai, Bento Aranha escreveu um trabalho sobre a exploração do alto rio Negro. Sua



Prédio colonial sito à rua Formosa (depois Saldanha Marinho), atual rua Waldemar Pedrosa. Foto tirada em 1925.



mulher - professora de primeiras letras da escola do sexo feminino de Serpa em 1874/1875, - e seu filho foram proprietários de lotes de terras no centro de Serpa (cf. atas de 8, 10 e 12.01.1874, Relatórios da Província, vols. 17 - 1873-1874 e 20 - 1876-1877, "Sinopse Histórica do Poder Legislativo", 1980, Reis, 1931, e Monteiro, 1990).

2 - Nesse ano haviam começados os trabalhos da estrada de ferro Madeira-Mamdré e uma das finalidades da instalação da Alfândega era a de facilitar a importação de materiais para as respectivas obras. Todavia, em 1879 a ferrovia suspendia seus trabalhos em consequência de complicações surgidas em Londres com o empreiteiro T. Collins. Centenas de contos de réis em materiais, inclusive um navio carregado, que naufragara perto de Santo Antonio do Madeira, perderam-se, ficando o Amazonas, ainda por muitos anos, privado desse grande melhoramento do seu comércio, naquele rio. Mais tarde, os trabalhos foram retomados em decorrência da celebração, entre Brasil e Bolívia, do Tratado de Petrópolis de 1903, mas já sob concessão à empresa The Madeira and Mamoré Railway Company, dirigida pelo engenheiro Percival Farquhar. Os materiais para construção da ferrovia provenientes da Europa e dos Estados Unidos e as mercadorias vindas do sul do país para manutenção do pessoal empregado na Bolívia eram depositados no porto de Itacoatiara, onde estacionavam os pontões da Empresa. Posteriormente (início deste século), destinado a escritório, depósito e hospedagem do pessoal especializado, em Itacoatiara foi levantado um edifício de grandes dimensões: é o atual prédio dos Ramos, construído sob orientação de engenheiros alemães. Então, quando não ocorria de serem baldeadas para barcos de menor calado para seguirem ao seu destino, as mercadorias descarregadas dos vapores ingleses e alemães ficavam depositadas em Itacoatiara. A Alfândega foi suprimida em 1876, para dar lugar à Mesa de Rendas Provincial. A receita alusiva ao exercício 1872/1873, arrecadada pela Província do Amazonas, atingiu a vultosos 575:744\$433 réis. Mais de trinta por cento (30%) desse grande volume de dinheiro foram arrecadados pela então Coletoria de Serpa - exatos 179:518\$115 réis! (cf. Bittencourt, 1925, Jobim, 1948, Loureiro, 1978, e Relatórios da Província, vol. 18 - 1874-1875).

3 - Cf. Lei nº 283, de 25.04.1874, que "eleva à categoria de cidade, com a denominação de Itacoatiara, a vila de Serpa". Firmada pelo presidente provincial Domingos Monteiro Peixoto, a lei nasceu de um projeto apresentado à Assembléia Legislativa Provincial pelo deputado itacoatiarense Damaso de Souza Barriga. A criação da cidade passou despercebida, tanto que a data do evento não consta do Livro de Atas: conforme registro, a última sessão da Câmara ocorrera em 4.03.1874. Dado o estado precário de sua sede, desde 1º.06.1874 a Câmara voltou a funcionar na

casa da escola pública recém-inaugurada, na rua nova que dava ao Jauary. A instalação do novo foral deu-se a 5.06.1874, ocorrendo a seguir a primeira sessão ordinária da cidade. De acordo com a lei vigorante, o número de vereadores foi elevado para sete, convocando-se dois camaristas suplentes para completar o número legal. À sessão solene, além de Damaso que a presidiu em nome do governo, compareceram os vereadores Dionisio José Serudo Martins, Júlio Ferreira Capucho, Máximo Pinheiro Lopes, Raimundo Luiz da Fonseca, João Pereira de Lira e Manoel Custódio Cavalcante. Continuava secretário o senhor Manoel Antonio Martins de Faria. A partir daí foram suspensas as concessões de terrenos nas áreas urbana e suburbana, em virtude de se estar aguardando a remessa, pelo governo imperial, do comprovante da Carta Régia confirmando as terras do patrimônio municipal, documento esse desaparecido desde a invasão da Cabanagem, em 1835. A instalação da cidade apressou algumas providências necessárias "à sua economia e formoseamento": as construções, precedidas de licença e planta de situação, passaram a ser fiscalizadas de molde "a ficar no alinhamento correto"; os quarteirões tiveram sua dimensão fixada em 50 braças; o fiscal passou a demarcar apenas o terreno compatível à construção, "acabando-se com os abusos dos excedentes" para especulação; os lotes do centro deveriam ser cercados; foi proibida a colocação de materiais defronte das casas, para "deixar o trânsito livre"; e, afinal, atendida à higiene, o curral de gado destinado ao abatedouro público foi deslocado mais para o interior. Além da severa aplicação das posturas aos transgressores, os novos tempos exigiam civilidade e respeito ao império da lei: em 13.07.1874, a Câmara representou ao presidente da Província contra o juiz municipal Antonio Ferreira Franco, por "ter atentado contra o guarda nacional destacado de nome Calisto Antonio Santareno, que foi prêso e metido na prisão dos criminosos com malho de ferro aos pés". Houve uma tentativa de pilhagem, levando as autoridades provinciais a intervirem policialmente na cidade. Em sessão extraordinária de 31.07.1874, foi lido ofício do presidente da Província com inclusa cópia de Aviso expedido pelo ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, de 5 de junho último, declarando que sua majestade o Imperador "há por bem conceder a essa Câmara duas léguas de terra para seu patrimônio nesta cidade", preenchendo lacuna aberta desde 1835 quando o documento original firmado pela Coroa portuguesa fôra extraviado. Voltaram, a partir daí, a serem regularizados os processos de concessão de terras municipais. Antecedida por Tefé e Manaus, Itacoatiara foi a terceira localidade amazonense a receber o título de cidade. Como sempre atenta aos acontecimentos políticos nacionais, em 11.12.1874 a Câmara aderiu ao

projeto da nova Lei Eleitoral elaborada pelo visconde do Rio Branco (1819-1880), apresentada em 7.03.1874 "pelo Gabinete imperial à Assembléa Geral Legislativa, que satisfaz a uma momentosa necessidade pública, sem ferir a Constituição do Império, a nossa Carta de Emancipação". Para prestar serviço gratuito à pobreza, com subsídios oficiais em 12.06.1875 é instalada a Drograria de Agostinho de Almeida Lopes Godinho (cf. atas de 4.03, 5.06, 11.06, 13.7, 31.07 e 11.12.1874, Barsa, 1995, e Lourcero, 1989).

4 - Editado semanalmente, seu primeiro número é de maio de 1874. Propriedade do capitão Felisardo Joaquim da Silva Moraes, esse jornal desapareceu em abril de 1875. A tipografia de "O Itacoatiara", instalada em 4.03.1874 na administração do presidente da Câmara Damaso de Souza Barriga, além da edição do veículo informativo, passou a publicar, mediante contrato, o expediente oficial e os talões de receita e despesa da Municipalidade. O jornal reapareceu em 1928-1929, ainda semanário, mas independente, noticioso e de propaganda, sob a direção de Júlio Martins, tendo como redatores Misael Guerreiro e Isaac Pérez (cf. Santos e outros, 1990, Braga, 1979, pesquisa no Setor de periódicos - microfilme nº 2 do Museu Amazônico, 1996, e Livro de Atas de 1874, da Câmara).

## 1876

\* Nasce em Itacoatiara o matutino "A Foz do Madeira".<sup>5</sup>

\* 13 de Janeiro - Municipalizada a ponte sobre o igarapé do Jauary.<sup>6</sup>

\* 26 de Abril - Por força da lei nº 341, desta data, é criada a Comarca de Itacoatiara.<sup>7</sup>

\* 14 de Junho - Falecimento de Damaso de Souza Barriga.<sup>8</sup>

\* 26 de Junho - A fim de debelar crise aberta na Câmara, o presidente da Província intervém em Itacoatiara.<sup>9</sup>

---

5 - Representativo do comércio, lavoura e indústria, era editado semanalmente em Itacoatiara. Sua primeira edição é de 1º.01.1876. Circulou até janeiro do ano seguinte. Acresce, por outro lado, que nesse

ano de 1876 o súdito português Manuel Lourenço Catharino, aproveitando o incentivo que se processava, instalou em Itacoatiara uma escola particular de ensino misto. Saudando a empreitada, o presidente provincial Nuno Alves de Mello Cardoso (1º vice-presidente, governou em 1876) não deixava de lamentar que "a iniciativa do ensino particular é assaz frouxa; do sexo masculino há apenas, hoje, em tôda Província 4 escolas, sendo 3 na capital; a iniciativa de Itacoatiara trará muito proveito à mocidade". Enquanto isso, a professora da escola oficial do sexo feminino, Josefina de Freitas Tenreiro Aranha, era removida para Manaus (cf. Santos e outros, 1990, Braga, 1979, e Relatórios da Província, vols. 19 - 1875-1876 e 20 - 1876-1877).

6 - Após sua chegada, em 1866, o norte-americano Jazon Williams Stone, em sociedade com José Hermida, instalou uma fazenda de criação de gado e de plantações diversas na área hoje ocupada pela indústria madeireira Gethal. Dessa época até o início do povoamento do Jauary, nos idos de 1872, a comunicação da fazenda, denominada Terra-Preta, com a vila era feita através do rio. Todavia, a criação da cidade, em 1874, estimulou a expansão urbana, levando o pioneiro Stone a abrir uma estrada ligando sua propriedade ao centro e, para transpor o igarapé que ligava o Amazonas ao lago Jauary, mandou construir uma ponte em madeira de lei. Ao longo da estrada e às margens do lago foram se instalando casas e roçados, aumentando as possibilidades de desenvolvimento do então nascente bairro. Em 13.01.1876, a empresa de Stone (Stone & Hermida), em petição fundamentada, ofereceu por doação à Municipalidade a estrada e a ponte, "retirando de si todo o direito de propriedade que tinham, com a única condição de a Câmara conservar limpa e reparar as ruínas na ponte que liga esta cidade com diversos estabelecimentos". Transcrevemos, pela sua importância histórica e documental, o inteiro teor desse expediente, vazado nos seguintes termos: "Ilustríssimo senhor presidente e mais membros deste município. Stone edecetra Hermida, tendo de Vossas Senhorias a concessão do terreno necessário para a estrada que comunica esta cidade com as propriedades sitas além do lago do Jauary, e tendo já concluído a dita estrada, bem assim a ponte que atravessa o igarapé, vem por este meio oferecer ao município esta sua obra, retirando todo o direito de propriedade que na mesma estrada e ponte tem, com a única condição de que a Ilustríssima Câmara se obrigue as limpezas e reparação da obra feita, até ao portão da Terra-Preta; ficando por este meio o município no direito de aumentar este trabalho começado, conforme as urgencias públicas. Pedem, pois, que esta resolução seja lançada por termo na ata de suas sessões, no caso de aceitarem os Ilustres Membros o oferecimento. Itacoatiara, treze de janeiro de mil oitocentos e setenta e seis. Stone edecetra

Hermida" (cf. ata e respectivo termo de doação de 13.01.1876). Grande lição de despreendimento e espírito público que falta nos tempos presentes!

7 - Anteriormente, várias tentativas se fizeram para elevar o Têrmo Judiciário de Itacoatiara à categoria de Comarca. Em 1872 o deputado estadual José Joaquim da Silva Meirelles propôs a criação da Comarca com a denominação de Paurá, abrangendo os termos municipais de Serpa, Silves e Borba. Desaprovado, foi pôsto em discussão outro projeto de autoria do deputado Delfim Flávio Portugal e um terceiro, firmado pelos deputados Damaso de Souza Barriga, Padre Daniel Pedro Marques de Oliveira, João José de Freitas Guimarães, Padre Torquato Antonio de Souza, Filintro Elízio de Moraes, José Paulino e João Paiva da Silva, estabelecendo a Comarca com a junção dos têrmos de Serpa, Silves e Maués. Após longas discussões, ambos foram desaprovados, recebendo substitutivo que resultou na aprovação da Lei nº 341, de 26.04.1876. A proposição vitoriosa, criando a Comarca foi firmada pelos deputados João Carlos Antony, João Evangelista Nery da Fonseca, José Justiniano Braulio Pinto, Francisco Antonio Monteiro Tapajós, Estevão Ferraz e João Carlos Pinheiro. Sua instalação ocorreu quatro meses após: o edital, de 9.09.1876, marcando a cerimônia para a sede da Câmara às 11 horas do dia 11.09.1876, convidava a todos os "comerciantes, operários, lavradores e mais moradores", para que "se dignem honrar com suas presenças o ato solene da instalação da Comarca criada neste Têrmo, que marca uma nova era de progresso moral aos habitantes desta cidade". Em seguida, coroando à cerimônia de instalação, foi empossado o primeiro Juíz de Direito de Itacoatiara, doutor Felipe Honorato da Cunha Meninéa (1828-1919), que residiu muitos anos na casa da rua que leva o seu nome - prédio levantado em 1870 e hoje ocupado pela família de Osvaldo Paiva. Paraense de nascimento, versado em canto gregoriano, em Belém compôs o coral da Catedral de Nazaré e prestou assessoria à Intendência Municipal. Transferido para o Amazonas, em Manaus foi Chefe de Polícia (1873), diretor da Instrução Pública (1873/1874), além de juiz de direito da Comarca do Rio Negro (1874/1876). Logo no início de sua carreira judicante em Itacoatiara o dr. Felipe envolveu-se em lamentável incidente, merecendo a pronta punição do presidente da Província. Eis os fatos, narrados pelo 16º presidente Domingos Jacy Monteiro (governou em 1876/1877): "No dia 1º.11.1876 procedeu à eleição secundária o colégio eleitoral de Itacoatiara. Interviu no pleito, mais ou menos ostensivamente, mais ou menos direta ou indiretamente o juiz de direito, bacharel Felipe Honorato da Cunha Meninéa. Este, quando se me apresentou, antes de ir inaugurar a nova Comarca, para a qual fôra nomeado, declarou-me

solenemente que não mancharia a sua toga de magistrado, ingerindo-se no pleito eleitoral: depois, porém, de lá estar suas idéias tomaram outro rumo, e para melhor atingir seu alvo, hospedou em sua casa muitos dos eleitores que deviam compor o respectivo corpo eleitoral, e que ali estiveram bem guardados". Em vista disso, Meninéa foi exonerado do cargo, e a 22.12.1876 foi nomeado para substituí-lo o bacharel Domingos José Alves da Silva. Dias antes, a 8.12.1876, havia sido nomeado para a promotoria de Itacoatiara o cidadão Collatino Cidrônio Tavares da Silva, "provisionado para o exercício da advocacia pela Relação do Distrito", o qual assumiu no dia 10. A Comarca da capital era a única que tinha promotor formado. Nomeado Chefe de Polícia a 22.11.1876, Meninéa "não foi exercer o novo cargo em que foi provido", permanecendo em Itacoatiara, esperando **baixar a poeira**. Tendo a sorte de ser o presidente provincial Jacy Monteiro substituído em 26.05.1877 pelo dr. Agésilau Pereira da Silva (governou em 1877/1878), Meninéa pôde voltar a presidir a Comarca de Itacoatiara, aqui exercendo um longo período de trabalho até ser removido, por promoção, para a Comarca da capital, sendo, em 25.02.1896, aposentado como desembargador do Supremo Tribunal de Justiça do Amazonas. Alguns dos mais próximos substitutos de Meninéa à frente da Comarca de Itacoatiara foram os juizes Olívio Marcílio Dias Carvalho, Francisco Gonçalves Campos e Paulino João de Souza Mello. De acordo com o Ato provincial de 2.01.1877, "o Juiz de Direito da Comarca de Itacoatiara, nas suas faltas e impedimentos" deveria ser substituído "pelo juiz municipal e de órfãos do Têrmo de Itacoatiara, no impedimento deste pelos suplentes do mesmo Têrmo e na falta deste pelos do de Silves" (cf. ata de 8.09.1876, Diário Oficial de 26.02.1896, Relatórios da Província, vols. 17 - 1873-1874, 18 - 1874-1875, 19 - 1875-1876 e 20 - 1876-1877, e Rocque, 1967).

8 - O presidente interino da Câmara João Antonio Rodrigues Vieira comunicou o infausto acontecimento ao presidente da Província. Em 17.06.1876 é consignado um voto de gratidão e louvor ao "probo e honrado cidadão major Damaso de Souza Barriga, que por longos anos presidiu esta ilustre corporação, mostrando sentir zêlo, dedicação e maior solicitude a prol de seus munícipes". A seguir, a direção da Câmara passa a ser exercida pelo segundo vereador mais votado Júlio Ferreira Capucho, o qual, como será visto a seguir, por razões de natureza ética e falta de decôro, em agosto de 1876 é afastado do cargo, tomando posse como chefe efetivo da Casa o vereador Dionisio José Serudo Martins. A Assembléia Legislativa Provincial, em sessão específica, também prestou sua homenagem póstuma, tendo o vice-presidente provincial, Nuno Alves Pereira de Mello (eventualmente no lugar do presidente dr. Domingos Jacy Monteiro)

baixado a Portaria nº 242, de 30.06.1876, mandando realizar, nos termos do decreto nº 1.082, de 18.08.1860, a eleição de um deputado para preencher a vaga deixada pelo finado major e deputado Damaso de Souza Barriga. Referida eleição ocorreu em 1º.09.1876, dela deixando de participar o Colégio Eleitoral de Itacoatiara, "por não ter reunido número suficiente de eleitores". Apurados os votos perante a Câmara da capital, foi proclamado eleito e diplomado o tenente-coronel José Clarindo de Queirós (cf. atas de 14 e 17.06.1876, e Relatórios da Província, vol. 20 - 1876-1877).

9 - Exigindo a aplicação de maiores investimentos, especialmente na montagem da máquina administrativa e na construção de prédios públicos, a criação da cidade de Itacoatiara trouxe algumas consequências geradoras de crise financeira: a queda da arrecadação e o aumento das despesas. Ademais, Felisardo Joaquim da Silva Moraes, fiscal eficiente, responsável pela arrecadação de tributos, estava se tratando de beribéri em Belém, e seu substituto não estava correspondendo. Já em janeiro de 1876, lutando para superar o déficit no tesouro, o presidente Damaso Barriga defrontara-se com graves problemas. Os funcionários, com três trimestres de vencimentos do exercício findo atrasados, pediam autorização à Câmara para negociar seus ordenados vencidos com qualquer comerciante da praça. Zerado, o cofre não estava permitindo quitar compromissos com fornecedores. Damaso ainda tentou nomear seu filho Gabriel de Souza Barriga para cumprir uma interinidade na fiscalização, mas teve de renunciar em 13.03.1876 para assumir definitivamente a cadeira de deputado. Em consequência, o exercício da Presidência da Câmara foi, a partir de 14.03.1876, praticado interinamente pelos vereadores João Antonio Rodrigues Vieira, Dionísio Serudo Martins e Júlio Ferreira Capucho. Nesse ínterim, acometido de uma grave enfermidade, Damaso morre. À frente do governo municipal desde 6.04.1876, tramando para ser efetivado no posto, o vereador Júlio Ferreira Capucho é guiado pela ambição e a falta de tato. Os problemas cresciam, exigindo da autoridade um comportamento equilibrado. Mas, não possuindo essas qualidades, mostrando indisposição para enfrentar a realidade, Capucho, ao invés de apresentar soluções, complica as coisas. Inábil, dá autorização aos funcionários para que negociem seus créditos junto à Câmara diretamente com comerciantes da praça. Ainda, num gesto de extrema insensatez e de quebra de hierarquia, encaminha diretamente ao Imperador pedido de liberação de recursos para fazer face aos compromissos da Câmara, sendo, por isso, admoestado em 10.07.1876 pelo presidente da Província. Paralelamente a isso, Dionísio Serudo Martins e outros vereadores, não aceitando a liderança de Capucho, rompem o estado de legalidade e instalam "outra" Câmara, obrigando à intervenção provincial.

Ora, é preciso considerar que os novos interesses despertados após a instalação da cidade, o estado falimentar das finanças municipais, a renúncia e morte do presidente Damaso Barriga e a subida à direção interina da Câmara do vereador Júlio Ferreira Capucho eram elementos fomentadores de crise política. Este, sendo uma personalidade movida por interesses vis, despreparado para tratar da coisa pública, ambicionava ser efetivado a qualquer custo no posto de presidente, mas guiava suas atitudes por uma inabilidade sem tamanho, o que impossibilitava quaisquer formas de entendimento. Daí que o número de seus desafetos ampliava-se cada vez mais. Irritado com o curso dos acontecimentos, liderando expressiva parcela de vereadores titulares e suplentes e contando com o apoio do juiz municipal Antonio Ferreira Franco, o vereador Dionísio Serudo Martins resolveu "abrir outra" Câmara, quebrando destarte a normalidade constitucional. Ocorreram então diversos conflitos, justificando a pronta intervenção da autoridade superior. O vice-presidente Nuno Alves de Mello Cardoso, então no exercício da presidência da Província, esclarece os fatos: "Havendo chegado ao meu conhecimento que a Câmara Municipal de Itacoatiara funcionara em duas sessões seguidas com diferentes turmas de vereadores, procedendo tumultuariamente em sentido contrário uma da outra, e parecendo-me que desta colisão e da intervenção indébita do Juiz Municipal do Termo, agravada pelo arrombamento da porta do edificio da Municipalidade, poderiam provir conflitos que alterassem a ordem pública, determinei, em 16 do mês passado (junho 1876) que ali fôsse o dr. Chefe de Polícia interino com o fim de proceder às averiguações e inquéritos policiais, para conhecer a verdade dos acontecimentos e tomar as providências contidas na órbita de suas atribuições (...) Puz à disposição da referida autoridade uma fôrça de 12 praças do 3º Batalhão de Artilharia a Pé, comandada pelo tenente Aristides Augusto Cesar Pires, a quem dei nomeação de Delegado de Polícia daquele Termo. No dia 26, de regresso, participou-me o dr. Chefe de Polícia (...) como medida preventiva que deixara ali a fôrça, até que a autoridade judiciária exercesse a sua ação contra os promotores das ilegalidades havidas na questão da Câmara (...) Mandei anular por ato de 3 do corrente (julho) todos os feitos das duas referidas câmaras constituídas ilegalmente (...) e proceder a novos trabalhos, tanto na convocação dos vereadores como no serviço das sessões, de acordo com a legislação que rege a matéria". As arbitrariedades e os gestos destemperados antes praticados levaram o presidente Provincial a prestigiar os contendores do vereador Capucho. Após admoestar os vereadores, para que a Câmara volte a proceder "com as formalidades legais em todos os seus trabalhos com circunspecção e imparcialidade que sempre deve caracterizar os feitos de corporação desta ordem, a fim de se

não reproduzirem fatos que deram causa aos conflitos e nulidades das últimas reuniões", simultaneamente, no início de agosto, levanta a intervenção que vinha sendo exercida de fato pelo tenente e delegado pró-tempore Aristides Cesar Pires, afasta Júlio Capucho e empossa Dionísio Serudo Martins na Presidência. Este, tomando imediatas providências em defesa da moralidade e economia públicas: manda vender em hasta pública os materiais do prédio em ruínas do antigo Paço; suspende os contratos de limpeza e iluminação da cidade; "proíbe o abusivo costume" das transações ilegais entre funcionários com vencimentos atrasados e casas comerciais"; solicita crédito especial no valor acima de dois contos de réis para pagar as dívidas passivas; e afinal, pede a nomeação de uma comissão para examinar a escrituração da Câmara que se achava toda irregular. A comissão designada pelo presidente da Província, comprovando que os ex-tesoureiros da Câmara haviam agido de má-fé e que o ex-presidente Júlio Capucho fora desidioso, sugeriu a punição dos culpados, no que foi prontamente atendida (cf. atas de 13 e 14.03, 6.04.1876, e 11.07.1876, e Relatórios da Província, vol. 20 - 1876-1877).

## 1877

\* Reempossado o presidente da Câmara Dionísio José Serudo Martins.<sup>10</sup>

---

10 - As eleições do ano anterior (1876) foram tumultuadas, cometendo-se atentados principalmente contra súditos portugueses. Em 7.01.1877, Dionísio deu posse à Câmara eleita composta de Antonio Luiz Coelho, Antonio José de Moura Júnior, Manoel Antonio Martins de Farias, Máximo Pinheiro Lopes, João Antonio Rodrigues Vieira e Ambrósio dos Santos Pedroso. Em relação aos anteriores, o mandato que estavam assumindo (triênio 1877/1880) era, por determinação legal, diminuído em um ano. Prosseguindo com as providências saneadoras do ano anterior, à vista do estado deplorável das finanças públicas, o presidente mandou dispensar o capelão do Cemitério padre Manuel Ferreira Barreto e exonerar o Procurador da Câmara José Alves do Couto, designando-lhe substituto a José Gatto Domingues de Carvalho. O exonerado vinha se portando negligentemente e, em conlúio com o ex-presidente Júlio Ferreira Capucho, desfalcou os cofres da Câmara, fazendo pagamentos indevidos, não orçados, descurando dos

interesses da fazenda municipal, sendo ele "obrigado a entrar com os rendimentos que tiver arrecadado até hoje (18.01.1877) e mais objetos em seu poder pertencentes à Câmara". Para aumentar a arrecadação, o município foi dividido em onze quarteirões, designando-se um fiscal para cada um, incumbidos de recolher os tributos. Nem os parentes escaparam da sanha moralizadora de Dionísio: por faltarem seguidamente às sessões, os vereadores Antonio José Serudo Martins e Damaso José Serudo Martins (suplentes, haviam assumido em lugar de Antonio Luiz Coelho e Manoel Antonio Farias, licenciados para ocupar o juizado de paz) foram multados em quatro mil réis por sessão, cada um. Mais tarde, Antonio Luiz Coelho foi cassado por incompatibilidades, ficando efetivo Antonio José Serudo Martins. No final da apuração do desfalque na Câmara, comprovada também a sua co-autoria no delito, o novo Procurador José Gatto foi exonerado a bem do serviço público. Exercia, então, a Promotoria de Justiça da Comarca, nomeado em 27.05.1877, o senhor Francisco Caetano de Mattos Piranha. Adoecendo, em 14.06.1877 o presidente Dionísio Serudo Martins passou a Presidência ao capitão Antonio José Serudo Martins, por sua vez substituído em 25.04.1878 por Máximo Pinheiro Lopes. Restabelecido, em 11.07.1878 Dionísio voltou a ocupar o cargo, mas piorando seu estado de saúde, em 13.01.1879 afastou-se em definitivo, substituindo-o novamente Máximo Pinheiro Lopes. Afinal, a partir de 7.04.1879 assume a Presidência da Câmara o vereador Antonio José de Moura Júnior, que governou até findar o período legislativo, em 7.01.1880. Curioso é que, apesar da punição acima referenciada, exemplarmente recebida, José Gatto Domingues manobrou e conseguiu ser nomeado delegado de Polícia, voltando, porém, a cometer outro deslize: como demorasse a liberação da verba orçada de um conto, oito mil e quinhentos réis destinada ao conserto da Cadeia Pública - parte do prédio do antigo Paço, na rua Formosa, cujos materiais haviam sido vendidos em hasta pública - alegando falta de segurança o delegado abandonou o próprio, instalando o presídio por conta própria na casa de José Francisco Monteiro. Por essa atitude precipitada foi pedida a sua punição ao presidente da Província, acusando-se-lhe ainda de haver permitido o extravio dos livros de atas da Mesa Paroquial e de qualificação de votantes da Junta Eleitoral que estiveram guardados no cofre da Cadeia. Feita a comprovação de que tais documentos na verdade haviam sido destruídos no último pleito, o delegado Gatto foi absolvido, porém censurado por haver transferido a Cadeia Pública para próprio particular, sem autorização superior. O prédio da Cadeia, estando deteriorado, não oferecia a menor segurança, tanto que na noite de 17 para 18.08.1878 o réu pronunciado Manoel José Tangará arrombou um dos xadrezes e fugiu, tomando rumo ignorado. Havia suspeitas

sobre o comprometimento do destacamento policial, pois alguns de seus membros "não mereciam confiança alguma" desde que, "vivendo as praças sempre em estado de embriaguês, são elas as promotoras das desordens e barulhos que ultimamente têm aparecido". Por outro lado, estando próximas as eleições municipais de 1878, os ânimos começaram a ficar mais exaltados, surgindo ameaças de distúrbios principalmente partidas de elementos da oposição inconformados com os rumos da administração, pelo que o delegado de Polícia se apressava em pedir providências ao Chefe de Polícia. As notícias correntes cada vez mais intranquilizavam: os desocupados Domingos Alves Pereira de Queirós e Caetano Feliciano Pinto Guimarães haviam sido contratados para insuflar o povo; um tal de Mesquita havia chegado ao que consta para dirigir seus conterrâneos cearenses; os chefes da oposição convidavam sem reserva o povo a se armar a fim de repelir os contrários, e para arredá-los "já têm uma casa preparada na frente da Matriz, onde aquartelará" a capangada "com o fim único de perturbar a eleição se não ocorrer a seu gosto; a animação tem sido proveitosa porquanto os cearenses", imigrantes recém-chegados à cidade, "que de propósito foram qualificados eleitores nos últimos dias declaram nos círculos que fazem que estão armados para decidirem a eleição". O govêrno provincial, a fim de "manter inabaláveis a segurança e tranqüilidade públicas", mandou para Ita-coatiara um destacamento de praças de primeira linha, sob o comando de um oficial (cf. atas de 1877 e Relatórios da Província, vols. 20 - 1876-1877 e 21 - 1877-1878).

## 1879

\* Criação da Colônia "Pedro Borges", em São José do Amatary.<sup>11</sup>

\* Membros da colônia cearense recém-chegada causam tumultos na cidade.<sup>12</sup>

---

11 - No Império, resultaram frustradas as tentativas de ser implantada uma política de repovoamento, cujo problema apresentava-se como dos mais sérios a serem encarados no Amazonas. O agrupamento dos povoados e vilas era de pouca monta. Ainda representando o maior contingente de sua população, os índios viviam dispersos ao longo das margens dos rios; distantes, sua indiferença vingava os maus tratos infligidos contra seus

ancestrais. Os diretores de povoados não tiveram força para dominá-los. A catequese, cometida novamente aos religiosos, pouco cuidada, malogrou. A colonização estrangeira fôra um fiasco: as duas colônias que a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, do visconde de Mauá, instalara em Manaus e Itacoatiara não chegaram a produzir resultados apreciáveis. Assim, o lento movimento de ocupação do interior era todo espontâneo, a princípio vagarosamente feito pelos exploradores dos altos rios, depois aumentado com o ingresso dos regatões procurando os produtos naturais. Posteriormente, a notícia da valorização da borracha e a navegação a vapor deram vulto à avançada, se estendendo o devassamento a todos os rios. A grande ocupação seria contudo realizada pelo nordestino, cearenses principalmente, cuja primeira leva chegou em outubro de 1869. A partir daí as entradas de imigrantes não cessaram mais. Sofrendo bárbaramente com a inclemência das sêcas, os nordestinos em sucessivas levadas foram compelidos a deixar sua terra natal. Enxotados pela violência do meio que se lhes tirou os recursos vitais, como um paliativo para sua tristeza e miséria, tiveram de procurar a Amazônia. Segundo dados oficiais, já em 1877 tinham entrado no Amazonas mais de seis mil retirantes. Para localizar o grosso desses imigrantes e dar-lhes trabalho, o governo criou uma comissão de colonização para administrar os núcleos agrícolas instalados em vários pontos do interior, dois dos quais nas cercanias de Manaus e Itacoatiara. Desde 1860 planejara-se a instalação de colônias no Estado, para ocupar o braço indígena. Sede de uma Diretoria de índios, por ser um "lugar propício, piscoso e fértil", optára-se por São José do Amatary para sediar um desses núcleos. Todavia, irrealizado o plano e baldadas tôdas as iniciativas posteriores nesse sentido, sômente com o ingresso do imigrante nordestino foi possível materializar a tão sonhada ocupação interiorana. E as colônias "Oliveira Machado", nos arredores de Manaus, e "Pedro Borges", nas cercanias de São José do Amatary, custeadas pelo governo amazonense, foram uma demonstração inequívoca dessa afirmativa. Na administração Silvério Nery (1901) maior foi a entrada dos "retirantes" nordestinos, acossados pela sêca e já atraídos pelos vantajosos preços da borracha; com esse elemento demográfico, desenvolve-se a Colônia "Pedro Borges". Para localizar as casas dos colonos, na vila foram distribuídos lotes "urbanos" medindo 2.625 m<sup>2</sup> (35 m x 75 m) de área. No interior da mata, à distância de dois mil metros da margem do rio, foram instalados os "roçados" que se estendiam ao longo do "Pic do Balbino" - alusão ao engenheiro que abriu a picada de 14.017 metros de extensão - até alcançar as terras do rio Urubu. Além de ocuparem a imensa terra firme que se estendia por detrás da vila, os posseiros se instalaram nas vizinhas ilhas do Pinto e do Janary, repletas

de castanhais nativos. Em 1903, a Diretoria Estadual de Terras e Obras Públicas concedeu mais de quinhentos títulos definitivos de terras aos colonos, seguindo-se a instalação na vila-sede da Colônia de grupo escolar, pôsto médico, usina de luz a vapor e mercado público, além de serviço telegráfico. No começo deste século foi acelerado o movimento migratório dos "retirantes" nordestinos em demanda de São José do Amatary. Todavia, este assunto será tratado com mais propriedade no segundo volume deste livro (cf. Reis, 1931, Bittencourt, 1925, Relatórios da Província, citados, vol. 8 - 1860, e Silva, 1965 e 1979).

12 - Alguns dos "retirantes" cearenses - os **arigós** - que ficaram estacionados na sede municipal, abandonados à sua própria sorte, foram contratados como capangas pelos "coronéis" locais. Outros, guiados pelo temperamento forte e rústico característico da raça ou influenciados pela cachaça, passaram a constituir bandos de arruaceiros, valentões. Resultado: a cidade, antes tão pacata, viu multiplicarem-se os crimes de lesões, resistência, ofensas físicas e as fugas de presos. No dia 1º.01.1879, com o intuito de soltar o prêso Bernardo Maciel de Oliveira, um grupo de cearenses entrou em luta corporal com diversos guardas de polícia, resultando saírem feridos elementos de ambas as partes. No dia 8.02.1879, o guarda policial Manoel Custódio Pinheiro espancou o empregado de Miguel Pinto de França, dentro de sua própria casa. Na noite desse mesmo dia, o delegado de Polícia mandou intimar os indivíduos Augusto Lopes de Oliveira, José Moldes e outros para que não dessem bailes de máscaras (era carnaval), como pretendiam, a fim de evitar desordens. Tais indivíduos, armados de revólveres e cacetes, resistiram à intimação e não obedeceram à ordem de prisão que lhes foi dada pela própria autoridade. No dia 3.03.1879 foi prêso e encaminhado à autoridade superior em Manaus o desertor da Armada José Bernardo de Lima. No dia 19.02.1879, sob a presidência do Juiz de Direito da Capital Francisco de Paula Lins dos Guimarães, em face do impedimento do Juiz local, foi realizada a sessão de julgamento pelo júri do réu Gabriel Antonio Barriga (cf. Relatórios da Província, vol. 22 - 1879).

Carnaval

## 1880

\* Instalada em Itacoatiara a comunidade dos judeus sefarditas.<sup>13</sup>

\* As eleições municipais transcorrem com turbulência.<sup>14</sup>

---

13 - O estabelecimento dos imigrantes judeus na Amazônia, através de Belém, provavelmente teve início em 1850. Provinham em sua maioria do norte da África, do Marrocos francês e espanhol, e Argélia, além de Portugal, onde se haviam estabelecido após a Diáspora. Ao contrário da maioria dos imigrantes estrangeiros, os judeus vinham acompanhados da mulher e dos filhos, a confirmar o caráter gregário e doméstico da vida judaica, milenarmente prêsa aos valores religiosos e culturais centralizados em torno da família e da comunidade. Aliás, essa é a superior razão do progresso do povo hebreu, o qual, onde quer que chegue prestigia os seus comunitários, assegurando a sobrevivência de sua própria cultura e tradição. Espalhando-se inicialmente em pequenos contingentes pelas cidades marginais do Amazonas e do Madeira, foram empregados em escritórios e estabelecimentos de comércio, ou atuaram em atividades do aviamento e regatão. Voluntariosos, haja vista que sua corrente migratória nada custou aos cofres nacionais, "os anseios de promoção econômica fomentavam a vinda de homens jovens dispostos a realizar um proveitoso futuro, em terras distantes. Parte deles trouxe dinheiro que haviam podido reunir em seus trabalhos iniciais no Brasil ou trazidos de seus países de origem. Os de menores posses vinham providos de emprêgos nas casas de seus correligionários ou mesmo como agentes de grandes casas comerciais". Mais tarde, já no **boom** da borracha, tornaram-se arrendatários e proprietários de seringais e compradores de produtos regionais, negociando nas praças de Manaus e Belém. Avultam entre as causas motivadoras da vinda dos judeus para nossa região: o desemprego sobretudo dos mais jovens; a falta de liberdade para professarem sua religião; a insegurança em face da permanente situação de conflitos internacionais na sua área de origem; e as más condições sanitárias em Tânger e Tetuán, principais cidades de sua residência. Acrescente-se a estas as notícias de enriquecimento favoráveis recebidas dos que os haviam antecedido na região, além das facilidades de transporte entre o norte do Brasil, a Europa e a África, advindas da inauguração, a partir de 1866, das linhas de navegação da Booth Line, realizando um serviço regular de cargas e passageiros. Com a entrada do século XX foram acelerados os surtos migratórios, creditados não só à crescente prosperidade de seus conterrâneos, mas aos perigos impostos pela primeira guerra mundial de 1914/1918. Os hebreus contribuíram eficazmente para a colonização e o desenvolvimento de Itacoatiara. Não encontrando em sua terra natal as condições favoráveis de sobrevivência e de prática da religião que professavam, vieram ter a este pedaço do Amazonas, provavelmente a partir de 1880. Isaac José Perez e Moysés Ezagui foram alguns desses

pioneiros. Cunhados (a esposa de Moysés era irmã de Isaac), construíram casa de aviamento e exportação, inicialmente sob a razão social de Isaac Perez & Cia., depois Ezagui, Irmão & Cia., motivando a chegada, mais tarde, de dezenas de outros israelitas, entre eles: Ananias Cohen, David Kados, Abraham Kados, Ledícia Malca, Amabtyr Symi Carlos, David Benaion Sabá e Elias Alves. Segundo registros inseridos em Diários Oficiais do governo de Eduardo Ribeiro, Isaac José Perez, instalado na **Casa Moysés** - prédio levantado em 1890 pelos judeus - em meados de 1897 já realizava negócios comerciais no circuito Manaus-Itacoatiara. Principais famílias judias instaladas nesta cidade, entre 1880/1920: Isaac José Perez e Rachel Benchimol Perez, Moysés Ezagui e Esther Perez Ezagui, José Leão Ezagui e Orovida Ezagui. Descendiam de Moysés Ezagui, os filhos Jacob (o Jacobito), Ambrósio (advogado, depois Juiz de Direito), Leão, Fortunato e Cotinha; de Isaac Perez, Leon (engenheiro industrial); e de José Leão Ezagui, os filhos Luna, Raquel, Abrahão, Rubens (o Chunito), Estrela (a Sarapó) e Augusto (o Capitão), os três últimos nascidos em Itacoatiara. Além destes, residiram na cidade: Pacífico Ezagui, Marcos Ezagui, Jacob Benchimol, Leão Ezagui, Samuel Ezagui, Salomão Ezagui, Isaac Bencháya, Azulay Bencháya, Fortunata Cohen Alves, Rica Bensemana, Dinar Ohana, Moysés Azulay, etc.. Na década de 1920 a colônia judia em Itacoatiara atingiu a cêrca de 300 membros; moravam principalmente no bairro da Colônia, exatamente "nas 18" (alusão a dezoito casas de táipa situadas na rua Moreira César). Todos comerciavam. A sinagoga onde professavam seu culto funcionava na rua Deodoro, residência de dona Esther, viúva de Moysés Ezagui - pertencente hoje à família de José Victal. O casario do centro, vindo da rua Quintino Bocayuva (Casas Pernambucanas) ao canto da rua Adamastor Figueiredo (ex-agência do BASA) e daí seguindo até a rua Cassiano Secundo, pertenceu aos Ezagui e por eles foi construído, entre o final do último e o começo deste século. No Cemitério Israelita construído no final dos anos 1920, situado à avenida 15 de Novembro ao lado do Cemitério Divino Espírito Santo, há 32 sepulturas de judeus: somente 14 possuem inscrições legíveis. Construído em terreno de 300 m<sup>2</sup> (20 m. x 15 m.) de área, acha-se abandonado, à espera de tombamento. Muito peor é a situação da Usina de Beneficiamento de Borracha da rua Alvaro França, no bairro da Colônia: instalada por Isaac Perez, vendida a Jacobito e, depois (1950), transferida a Chibly Calil Abraham (prefeito de Itacoatiara em 1977-1983), acha-se sob escombros. Apesar da diferença religiosa, os judeus contribuíram enormemente na construção do prédio da nossa igreja Matriz (cf. Benchimol, 1966, Rosenweig, citado em Bentes, 1987, e entrevistas com Ezagui, 1987, Dias, 1987, Ignês, 1987, e Israel, 1988). Em

verbetes do 2º volume deste Livro trataremos mais profundamente do assunto relacionado às famílias judias.

14 - O ano de 1880 foi repleto de eventos criminosos, especialmente praticados por bandos. O 20º presidente do Amazonas Satyro de Oliveira Dias (1844-1913; governou em 1880/1881), reconhecendo que os ânimos estavam muito exaltados, para não ver turvada a limpidez do pleito, exigiu "a mais completa neutralidade e abstenção" das autoridades responsáveis. Em Itacoatiara aconteceram alguns distúrbios, sendo necessário o envio de uma força policial composta de quinze praças sob o comando do tenente Barbosa. "Um grupo de desordeiros trouxe por muitos dias sobressaltada a população, percorrendo as ruas em celeuma e atacando casas, como por exemplo a da Coletoria. Esse estado de coisas permanecia levantado por paixões partidárias, não trazendo felizmente graves conseqüências". O oficial-chefe da segurança agiu com prudência e moderação, conseguindo restabelecer a ordem e acalmar os ânimos exaltados. Em 9 de janeiro do ano seguinte (1881) seria reformada a legislação eleitoral, mediante a implantação do sistema de voto direto (cf. Relatórios da Província, vols. 23 - 1880 e 24 - 1881).

## 1881

\* 23 de Março - O Bispo Diocesano do Pará dom Antonio de Macedo Costa, realizando sua terceira visita pastoral ao Amazonas, desembarca em Itacoatiara.<sup>15</sup>

---

15 - No momento, estava exercendo interinamente a chefia da Paróquia de Itacoatiara o padre José Henrique Félix da Cruz Dácia, em 1885 nomeado para visitador escolar das comarcas de Itacoatiara e Parintins. O Vigário-geral do Amazonas era o cônego Raimundo Amâncio de Miranda. As igrejas do interior, salvo raríssimas excessões, careciam de paramentos decentes, para celebração dos cultos. A viagem do bispo paraense influenciou positivamente a favor de Itacoatiara, tanto que o govêrno da Província mandou constar no seu orçamento a verba de trinta contos (30:000\$000) de réis para construção da sua nova igreja (Lei nº 532, de 27.05.1881). À sua partida para Belém, Dom Antonio deixou, para distribuição às escolas públicas, diversos exemplares das obras de sua autoria: "História bíblica", "Compêndio de civilidade cristã" e "Catecismo da Diocese". Mais tarde, segundo a narrativa de Loureiro, estando o presidente da Província (1889) Joaquim de Oliveira Machado empenhado na "política

de moralização do serviço público e de controle do déficit. encontrou oposição nos partidários do cônego Raimundo Amâncio de Miranda, demitido por atos arbitrários na Instrução Pública e no exercício da vice-presidência. Teve de enfrentar manifestações pseudo-populares, em março/abril de 1889, e em jornais, comandadas pelos cônegos Amâncio e José Henrique Félix da Cruz Dácia, que apupavam o presidente nas ruas, e chegaram a editar um jornal dito pomográfico" (cf. Arquivos da Prelazia, Relatórios da Província, vols. 24 - 1881, 25 - 1881-1882 e 30 - 1885, e Loureiro, 1989).

## 1882

\* Em companhia do escritor José Veríssimo (1857-1916), o presidente da Província dr. José Lustosa Paranaguá visita Itacoatiara.<sup>16</sup>

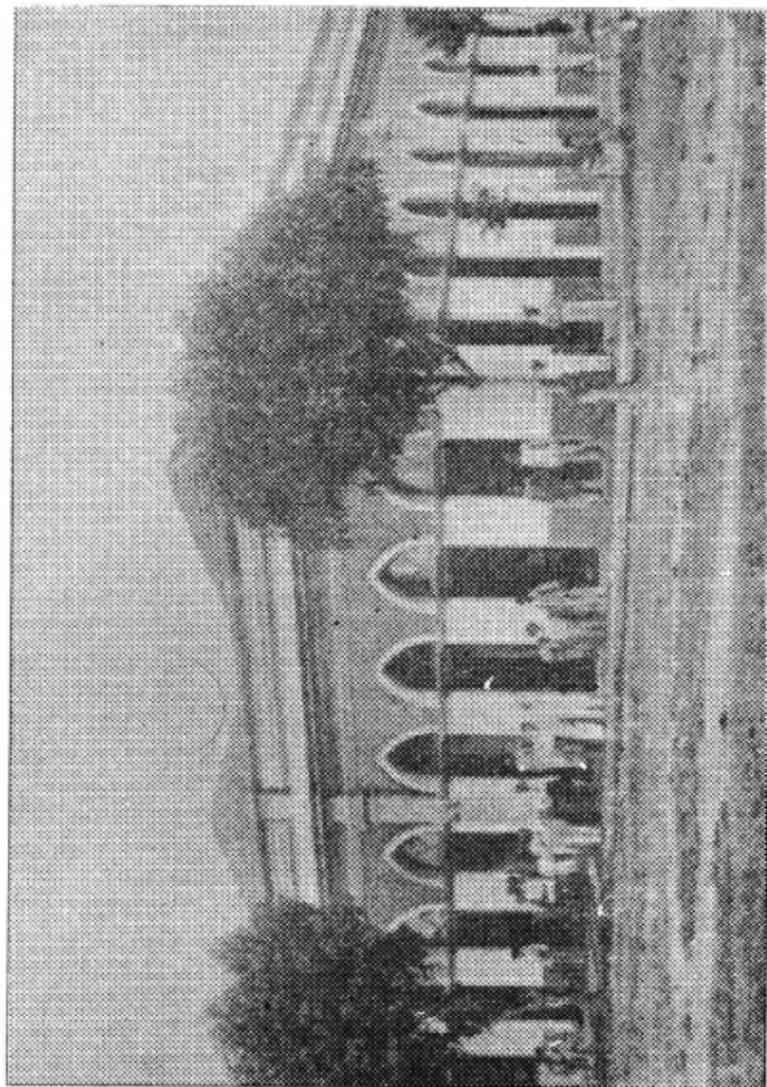
\* 10 de Junho - O capitão Vítor da Fonseca Coutinho (1812-1900) é nomeado comandante superior da Guarda Nacional das comarcas de Itacoatiara e rio Madeira.<sup>17</sup>

---

16 - José Paranaguá assumiu o govêrno da Província do Amazonas em 28 de janeiro de 1882. No dia 28 de maio, em companhia do engenheiro militar Gregório Thaumaturgo de Azevedo (1851-1948; governador do Estado em 1891-1892) e do engenheiro civil João Carlos Antony (1833-1918), viajou ao interior, tendo primeiro saltado em São José do Amatary, em cujas proximidades realizou exumações no velho Cemitério indígena de Miracangüera, estudado em 1870 por Barbosa Rodrigues. Sendo homem de cultura, Paranaguá estava empenhado em que o Amazonas comparecesse à Exposição Antropológica Nacional, programada para o mês de julho daquele ano, no Rio de Janeiro. Após a colheita de materiais necrológicos, regressou à capital; e a 12 de setembro, em companhia de luzida comitiva integrada pelo escritor José Veríssimo, visitou Itacoatiara (cf. Bittencourt, 1969, e Reis, 1931).

17 - As comarcas de Itacoatiara e rio Madeira eram abrangidas pelo 2º Comando Superior da Guarda Nacional (o 1º abrangia as comarcas de Manaus e rio Negro), formado de um batalhão de artilharia com seis companhias, sendo que a 4ª Companhia ficava sediada nesta cidade. O





Casa Importadora e Exportadora de Ezagui & Irmão, prédio construído no final do século XIX. Foto tirada em 1910.



tenente coronel comandante Victor da Fonseca Coutinho era originário de Borba e genitor do padre Francisco Benedito da Fonseca Coutinho, este duas vezes (1858/1860 e 1862/1864) vigário de Serpa (cf. Relatórios da Província, vol. 26 - 1882-1883, e Bittencourt, 1925).

## 1883

\* Aumentado o número de escolas públicas em Itacoatiara.18

\* Acelerado o serviço de alistamento para o serviço do Exército e da Armada.19

\* Em viagem de estudos, o conde Ermanno Stradelli (1852-1926) chega a Itacoatiara.20

\* 5 de Setembro - Fiel à luta do povo amazonense que antecipou de quatro anos ao Brasil na abolição da escravatura, Itacoatiara concede liberdade a seus escravos.21

---

18 - Segundo o relatório oficial, nesse ano o número de escolas do ensino primário havia subido para 7, das quais 4 do sexo masculino e 3 do sexo feminino. Uma das professoras: Eduarda Plácida Guimarães de Lucena. Um dos professores: Ulysses de Mello e Albuquerque (cf. Relatórios da Província, vol. 27 - 1884).

19 - O serviço de alistamento dos cidadãos aptos ao serviço militar funcionava desde 1865 e era determinado pelo governo imperial, tendo a Província do Amazonas contribuído com enorme contingente que seguiu à guerra do Paraguai (1865-1870). Ao tempo, o presidente Adolpho Cavalcanti de Albuquerque recebera instruções do Rio de Janeiro para ter pronta a força de linha, a fim de, no momento oportuno, fazê-la seguir ao teatro de operações de guerra. Manaus determinou que as câmaras municipais procedessem ao chamamento dos jovens em idade de servir, montando-se mutirões de inscrição dos chamados "voluntários da Pátria". Em consequência, foram criados destacamentos no interior, "recompensando-se os serviços prestados com aquisição de voluntários e recrutas". Para abrigar os sobreviventes de guerra, criou-se o Asilo dos Inválidos da Pátria, de que participava, como representante da então Serpa, o vereador e tenente da Guarda Nacional Damaso de Souza Barriga. A guerra do Paraguai, envolvendo em aliança o Brasil, o Uruguai e a Argentina, além de provocar uma

crise financeira sem precedentes em nosso país, retardou uma série de reformas urgentes, dentre elas, justamente a que feria os maiores interesses econômicos, a emancipação do escravo. Terminada a guerra em 1870, e inobstante o período de paz que se seguiu, em Itacoatiara continuou funcionando a Junta Paroquial de Alistamento Militar, presidida em 1883 pelo juiz de paz Leopoldino Pereira de Lira, sendo seu secretário Miguel Francisco Cruz Júnior. Compunha-a, ainda, o subdelegado João Ferreira Pinto Brebe. Pelos dados constantes da relação dos alistados, verifica-se que a população da cidade era engrossada por migrantes procedentes do Pará, Ceará, Maranhão, Paraíba e Pernambuco. A colônia portuguesa era a mais expressiva. Entre os alistados de 1883 aparecem os futuros dirigentes municipais Alvaro França e João Pereira Barbosa. Era tradição registrar-se a pessoa puxando o sobrenome dos padrinhos acompanhado do termo "Afilhado". Exemplo: Damaso de Souza Barriga Afilhado, filho de dona Leopoldina da Conceição e, portanto, irmão de João Barbosa, levava o sobrenome de seu padrinho Damaso de Souza Barriga. Manoel Pereira Barbosa Afilhado, outro exemplo, foi subdelegado em 1888 (cf. atas da Câmara de 8.04, 17.07 e 12.10.1865, Livro da Junta Paroquial de Alistamento Militar - 1883/1891, Reis, 1931, e Mirador, 1995).

20 - O italiano Ermanno Stradelli dedicou quase cinquenta anos de sua vida ao trabalho de observação e pesquisa da natureza amazônica. Autor do "Vocabulário português-nheengatu e nheengatu-português", verdadeira enciclopédia amazônica com mais de um milhão de palavras portuguesas com sua correspondência em nheengatu. Em sua passagem pela velha Serpa estudou as umas funerárias da necrópole de Miracangüera e interpretou as inscrições das pedras de Itacoatiara, significando para ele **pedra pintada** ou **esculpida**, mas não lhe parecendo serem de origem indígena. Da sua passagem por Itacoatiara, ficou registrado: "1883 é ano de moléstia, de tratamento e de estudo. Stradelli segue para o rio Madeira, para Itacoatiara, acolhedora e generosa. Põe em ordem as notas e inicia caça aos verbetes para o entressenhado 'Vocabulário' que sairá três anos depois de sua morte" (cf. Cascudo, 1967).

21 - Na história do mundo, cabe aos ingleses a glória da iniciativa na abolição dos escravos, em 1834. Seguiram-lhes: Suécia (1846), Dinamarca e França (1848), Portugal (1856), Holanda (1862) e Estados Unidos (1863). Enquanto isso, maculado o solo pátrio com a adoção do tráfico africano desde meados do século XVIII, lideranças expressivas do Brasil lutavam para erradicar a escravidão negra de seu território. Contudo, sem embargo de alguns avanços nesse sentido na capital federal, a iniciativa pioneira de libertar os escravos, no Brasil, coube às capitanias do Ceará e Amazonas,

em 1884. No território amazonense, a partir de 1868 o govêrno passou a consignar milhares de contos de réis para manumissões, com o que foi acelerado o número de libertações anuais. A par disso, promovendo reuniões e atos públicos, a Sociedade Emancipadora Amazonense, criada em 1870, conquistava adeptos; o sentimento anti-escravista tomava corpo e a todos contaminava. Em pouco tempo, o movimento abolicionista alastrava-se por todo o interior. A lei do ventre livre de 1871 foi imediatamente aplicada e em 1873 o número de menores alforriados alcançava a 344. Segundo levantamento estatístico, em janeiro de 1884 em tôda a Província haviam 1.501 escravos. Mediante a integração entre govêrno e sociedade civil, a 23.05.1884 é declarada extinta a escravidão em Manaus. Finalmente, a 10.07.1884, em praça pública, o presidente Theodureto Carlos de Farias Souto (1841-1893; governou em 1884) declara solenemente estar extinta a escravidão no Amazonas. Itacoatiara, desde o primeiro momento, estêve solidária à luta libertadora. A 5.09.1883, para marcar os festejos alusivos ao aniversário da Lei que restituiu ao Amazonas a sua categoria de Província, em Manaus e nesta cidade foram realizadas cerimônias concedendo a alforria a escravos. Na capital, foram manumitidos 15. E em Itacoatiara, o presidente da Câmara vereador Dionísio Serudo Martins e sua espôsa dona Quitéria Maria Martins concederam liberdade a seus dois escravos de nomes Cyrilo e Raymunda. Depois, repetindo o gesto manauára de 23.05.1884, em que estava realizada a libertação de todos os escravizados existentes na capital do Amazonas, Itacoatiara outra vez dá uma prova de estar comprometida com a causa: em manifestações de contentamento e de regozijos públicos, os dois filhos do dr. Felipe Meninéa, juiz de direito da Comarca, Luiz e Alípio, deram liberdade, sem ônus algum, a seus escravos Rufino e Tibúrcio. Seis anos antes (1877), Itacoatiara possuía exatamente 100 escravos, sendo liberados ao município pelo fundo de emancipação (decreto nº 6.341, de 20.09.1876) a quantia de 481\$686 réis. Em 1883, talvez em face de ter sido aumentado substancialmente o valor da quota atribuída a Itacoatiara (2:381\$000 réis), o número de escravos caíra para 82. Na cidade, filhos livres de mulher escrava existiam 11, sendo 6 homens e 5 mulheres (cf. Amazonas, 1988, Relatórios da Província, vols. 20 - 1876-1877, 26 - 1882-1883 e 27 - 1884, e Faria, 1922).

## 1884

\* Em Paris, o barão Frederico José de Santa-Anna Nery (1848-1901) vaticina um grande porvir para o municí-

---

22 - O vaticínio está lavrado no livro "O país das Amazonas", primeira edição, Paris, 1884, nos seguintes termos: "Itacoatiara deve se tornar sítio comercial de primeira grandeza", por estar "em frente à embocadura do Madeira, e a pouca distância da confluência do rio Negro com o Amazonas. No dia em que a estrada de ferro Madeira-Mamoré, há tanto tempo sonhada, for finalmente construída, Itacoatiara será escala obrigatória de todos os navios provenientes do ponto de partida dessa estrada". Planejada em 1861, para dar uma saída para o Atlântico, através do rio Amazonas, à produção da borracha boliviana, vencendo os obstáculos encachoeirados do rio Madeira, essa ferrovia teve sua obra acelerada a partir de 1907, em decorrência do Tratado de Petrópolis de 1903. Na sua construção foram sacrificadas milhares de vidas humanas. Mais tarde, em consequência da **débâcle** da borracha, a área de influência da Madeira-Mamoré sofreu enorme esvaziamento, à falta de outras opções econômicas, não se realizando a profecia do barão de Santa-Anna Nery. Mas, neste momento, cento e doze anos depois de sua premonição, verificamos que a economia nacional está mudando a sua geografia. Itacoatiara deverá ocupar em breve papel fundamental, muito decisivo nas decisões econômicas que, há séculos, pertencem ao centro-sul do país. E o rio Madeira é uma opção fundamental nessa mudança de zoneamento econômico. Para diminuir os custos de transporte e armazenamento dos grãos produzidos no norte de Mato Grosso, Rondônia e sul do Amazonas, a política de globalização da economia apela para a estratégica localização de Itacoatiara, instalando em local situado um pouco acima da cidade um complexo portuário, que inclui desde o pôrto em si, para onde será transportada a produção de grãos, através do rio Madeira, com destino aos mercados europeu e norte-americano, até a indústria de beneficiamento de soja para comercialização de óleo de soja, ração animal e fertilizantes. Investimento orçado em mais de cem milhões de dólares, o complexo portuário de Itacoatiara está sendo construído pelo govêmo do Amazonas em parceria com o grupo empresarial André Maggi. O pôrto graneleiro de Itacoatiara - cujas obras em vias de conclusão foram visitadas em 10.05.1996 pelo ministro do Planejamento José Serra - pretende se tornar referência nacional ao lado dos portos de Paranaguá-PR e Santos-SP (cf. jornal "Amazonas em Tempo", 11 e 12.05.1996). Todavia, este é um assunto para ser discutido em verbete próprio, inserido no segundo volume deste trabalho.

## 1885

\* Surto de varíola preocupa a população de Itacoatiara.<sup>23</sup>

---

23 - Antes, a doença havia atacado Parintins. Em Itacoatiara, não sendo observados os cuidados para evitar-se o contágio, diversas pessoas foram acometidas do mal, aterrorizando a população que começou a abandonar a cidade. Avisado, o 24º presidente do Amazonas José Jansen Ferreira Júnior (governou em 1884/1885) mandou vir de Manaus pessoa habilitada para cuidar dos doentes, além de camas, roupas e medicamentos. Em seguida nomeou uma "comissão humanitária composta do Juiz de Direito, presidente da Câmara, vigário da Paróquia, médico Pedro Ayres Marinho e capitão Antonio José de Moura Júnior para encarregar-se do tratamento dos indigentes acometidos, separá-los do centro populoso a fim de evitar a propagação do mal e distribuir em larga escala a vacina". Posteriormente, chegaram o inspetor de saúde e dois enfermeiros. Em março de 1885 a doença estava debelada. Os médicos, os enfermeiros e dois auxiliares encarregados do tratamento dos variolosos e da propagação da vacina recebiam a gratificação diária de trinta mil réis, vinte mil réis e quinze mil réis, respectivamente. Ao todo, as despesas atingiram a cifra de 472 mil réis (cf. Relatórios da Província, vol. 29 - 1885).

## 1886

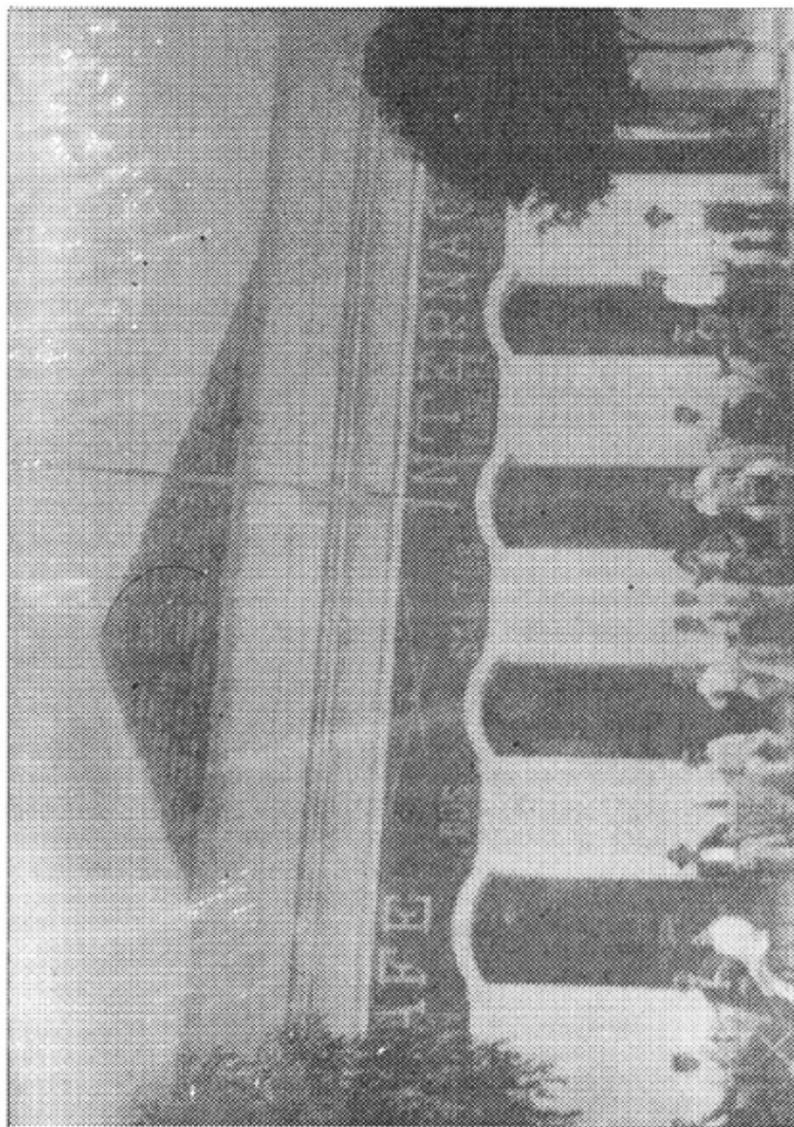
\* 15 de Janeiro - Sob a presidência do vereador João Pereira Barbosa, assumem os componentes da Câmara Municipal.<sup>24</sup>

\* 26 de Agosto - Alterada a divisão dos distritos judiciários de Serpa e Silves.<sup>25</sup>

---

24 - Além do presidente João Barbosa, assumiram Pedro Rozo Pereira Gatto, Jerônimo Victoriano de Menezes, Francisco do Espírito Santo Rolim, João Caetano das Neves Barreto e Boaventura José de Figueiredo. As eleições ocorreram em 1º.12.1885 e os votos foram apurados em 16.12.1885. A duração do mandato era de três anos (1886/1889). Mais tarde Boaventura





Predio construido no final do século XIX, na esquina da rua Formosa com a praça 13 de Maio (neste século nele funcionou a sede dos Correios). Foto tirada em 1910.



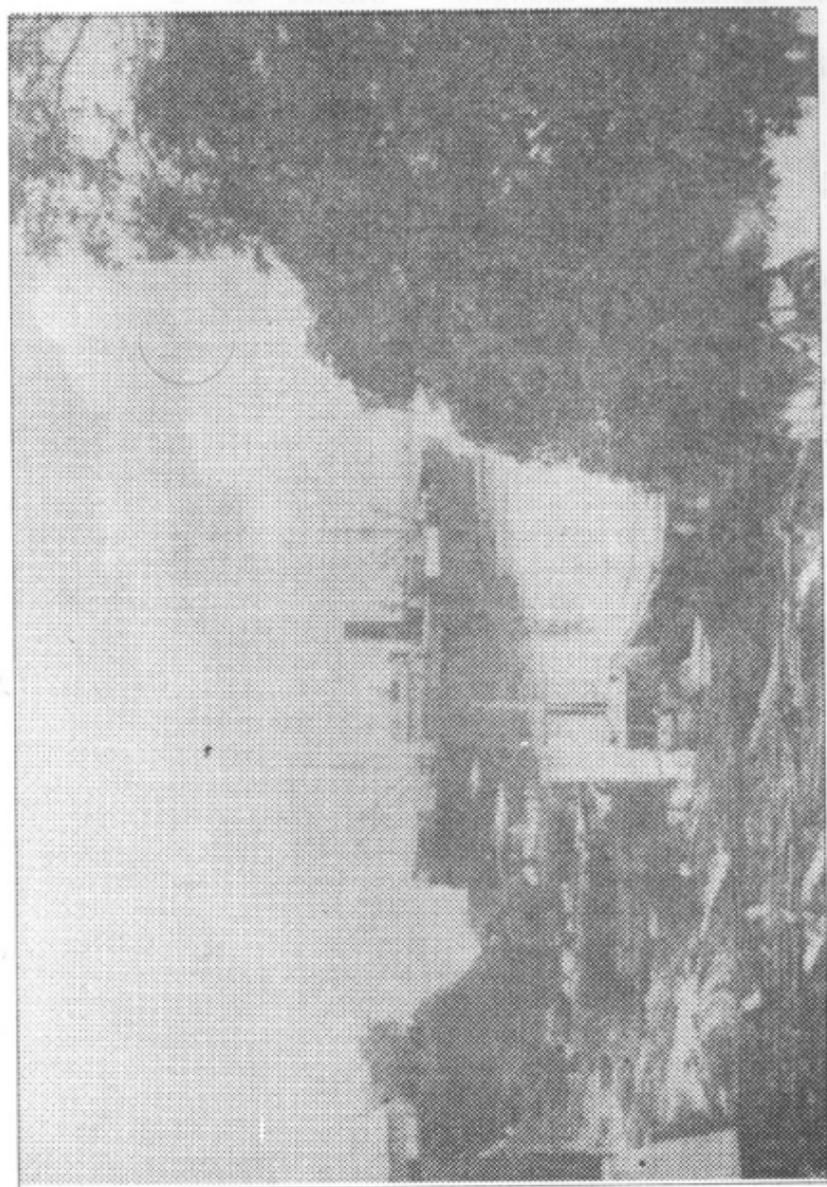
foi substituído pelo suplente Antonio Joaquim de Souza. Natural desta cidade, filho de Manoel Pereira Barbosa e Leopoldina da Conceição, João Pereira Barbosa nasceu em 1861. Do Partido Conservador, foi um dos primeiros a aderir à República. Manteve intensa atividade social e política em Itacoatiara, morrendo na década de 1940 com a patente de coronel da Guarda Nacional. Tem o seu nome afixado em uma das ruas do centro da cidade, onde morou. À época, o conceito das câmaras municipais não era lá muito lisonjeiro. O 25º presidente do Amazonas Ernesto Adolpho de Vasconcellos Chaves (governou em 1885/1887) noticiava que "a maior parte delas reúnem-se raramente e com dificuldade, não podendo por isso adotar um sistema regular de escrituração e fiscalização, superintender a arrecadação dos impostos, chamar à conta os seus procuradores e zelar sobre o dispêndio dos dinheiros" públicos, "que aliás afluem abundantemente para os seus cofres". A de Itacoatiara estava incluída nesse rol, nem sede própria possuía, e a maioria de seus membros, descurando dos deveres do mandato, não pugnava em defesa de seus municípios, mantendo desatualizada a escrituração dos balancetes da Municipalidade. A Comarca continuava sendo gerida pelo Juiz de Direito Felliipe Honorato da Cunha Meninéa e o Promotor Público João Antonio Onety havia assumido recentemente (19.10.1885) em substituição ao bacharel Bernardo da Gama de Souza Franco que havia sido removido para Parintins. A pouco tempo havia assumido o Coletor Miguel Francisco Cruz Júnior (o famoso Coronel Cruz), que se destacaria mais tarde como chefe político, arbitrário e temido (cf. atas do período e Relatórios da Província, vol. 31 - 1886).

25 - Cf. Ato nº 243, baixado pelo presidente da Província, para acompanhar a alteração decorrente da criação de novas comarcas e estender a atuação da Justiça a todo o seu território. Com relação à Comarca de Itacoatiara, o termo da sede ficou assim dividido: 1º distrito, constará da cidade e terrenos adjacentes a Leste até encontrar o paraná de Silves; 2º distrito, começará a Oeste da cidade e se estender até o rio Matary, que o limitar com o 1º distrito da Capital; 3º distrito, se compor dos terrenos que ficam à margem direita do rio Amazonas, limitados a Oeste pelo Purupur e a Leste pelo rio Madeira. Ainda incluía o termo de Silves, também dividido em três distritos (cf. Relatórios da Província, vol. 32 - 1887).

## 1888

\* Instalada a Mesa de Rendas de Itacoatiara, em subs-





Vista parcial do porto de Itacoatiara, 1910.



tituição à antiga Alfândega.<sup>26</sup>

\* 2 de Janeiro - Cogitada a mudança do Cemitério.<sup>27</sup>

\* 1º de Maio - Comissão sanitária provincial chega a Itacoatiara para prestar socorros a grande número de pessoas infectadas pela malária.<sup>28</sup>

\* 1º de Dezembro - Ocorrem eleições municipais em Itacoatiara.<sup>29</sup>

---

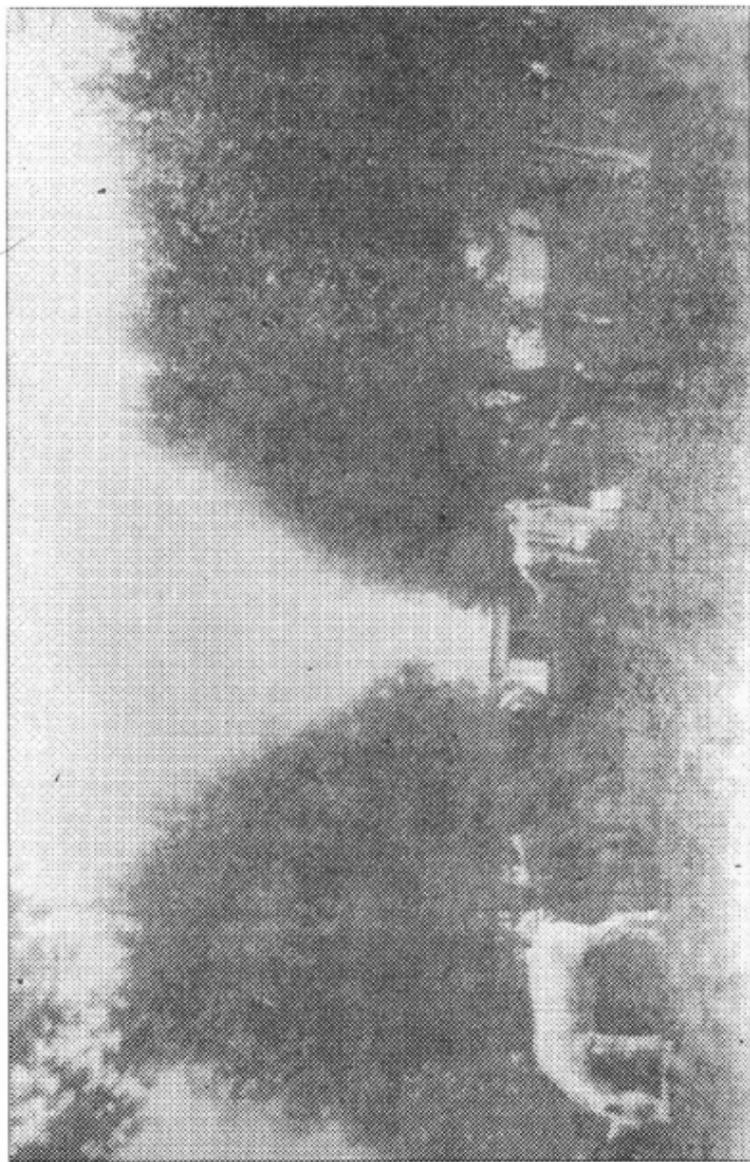
26 - O decreto nº 6.272, de 2.08.1876, suprimira a Alfândega de Serpa e criou a Mesa de Rendas Provincial, considerada de 1ª ordem. Entretanto, nos relatórios provinciais seus dirigentes continuaram sendo nominados como coletores até que em meados de 1888, por Ato de 12.06.1888, em cumprimento à Lei nº 755, de 1º.06.1887, "é instalada a Mesa de Rendas de Itacoatiara", e nomeado para seu "Administrador e Tesoureiro o cidadão Miguel Francisco Cruz Júnior". Com a proclamação da República, a Mesa de Rendas foi extinta e o governo do Amazonas criou a Coletoria Estadual, instalando-a, a partir de 1892, em uma casa de meia água da travessa (atual avenida) 7 de Setembro (cf. Relatórios da Província, vols. 20 - 1876-1877 e 33 - 1888).

27 - Cf. Relatório do diretor de Obras Lauro Baptista Bitancourt, apresentado ao 27º presidente Francisco Antonio Pimenta Bueno (governou em 1888). Além de sugerir "a mudança do Cemitério para lugar mais conveniente", o diretor de Obras apresentou orçamento de despesa "para os reparos de que precisa a igreja Matriz de Itacoatiara, para o conserto da parte superior da rampa de desembarque e o seu prolongamento até o nível das maiores vazantes e para a instalação de um farolete para assinalar a atracação de navios no pôrto". Para o conserto da igreja foram destacados dois mil e quinhentos contos de réis (as obras seriam iniciadas em meados de 1889). Ainda, foram entregues ao cônego José Henrique Félix da Cruz Dácia (exvigário de Itacoatiara) a quantia de dois contos de réis para a compra de alfaias destinadas à Matriz. Por Ato de 6 de junho de 1888, a fim de apurar denúncias e freiar abusos praticados nas contas municipais, foi nomeada uma comissão, presidida por Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt (1853-1926), para examinar a escrituração da Câmara de Itacoatiara. Quanto às providências iniciais para a mudança do Cemitério, elas foram efetivadas algum tempo depois. Com a secularização dos cemitérios, medida tomada com o advento do regime republicano, o Poder Público oficializou a prática dos enterramentos em locais previamente determinados, colocando ponto final

aos sepultamentos em locais variados. Na verdade, com a supressão em 1889 do juramento de fidelidade à religião católica, a secularização representou os primeiros passos no sentido da separação entre a Igreja e o Estado. Depoimentos de pessoas antigas certificam que, ante a ampliação do trecho urbano da cidade, o Cemitério São Miguel começou a ser desativado no início deste século, quando começou a funcionar o atual Cemitério Divino Espírito Santo, na avenida 15 de Novembro, o qual oficialmente passou a atender à população no início da década de 1910. Um dos últimos sepultamentos levados a efeito no Cemitério da praça de São Francisco, em 1901, foi o de Manoel Martins, tio da veneranda senhora Ana Ehm Barros, avó materna do ex-deputado estadual Cleuter Mendonça, segundo depoimento dela própria ao Autor destas linhas, em 20.06.1989, antes de seu falecimento. Contrariando alguns desavisados que pensam que a atual Capela de São Francisco de Assis seja construção remanescente do Cemitério São Miguel, informamos que ela foi construída provavelmente em 1919, como paga de promessa feita por um ex-superintendente municipal. Mas essa história será contada no 2º volume desta obra (cf. Relatórios da Província, vols. 33 - 1888 e 35 - 1889, Magalhães, 1979, e Ana Ehm, 1989).

28 - A comissão era presidida pelo médico João Machado de Aguiar Mello. O impaludismo (malária), caracterizado por febres intermitentes causando tremedeiras, atacou em larga escala. Reinando grande pânico entre a população, foram prestados serviços médicos a 293 doentes, da cidade e do interior. Empregando sais de quinina no tratamento de seus pacientes, a equipe do dr. Machado conseguiu ótimos resultados, perdendo apenas dois doentes que sucumbiram. De par com a malária, o sarampo também atacou em larga escala, registrando-se 94 casos. Graças às providências da Câmara - que fretou uma lancha - foi possível levar o tratamento até o interior, cujos doentes foram medicados em suas próprias casas (cf. Relatórios da Província, vol. 34 - 1888).

29 - Valendo para o triênio 1889/1892, nelas votaram 489 eleitores, sendo os votos apurados em 16.12.1888, ocorrendo a posse em 15.01.1889. Derrotada a facção liderada por João Pereira Barbosa, a Câmara Municipal, secretariada por Francisco Domingos do Lago, passou a ter a seguinte composição: Alvaro Botelho de Castro e França (presidente), Joaquim Alves de Lima Verde, Abel Pereira Barbosa, Manoel Plácido de Souza, Pedro Jorge da Silva Ramos e José Joaquim de Sant'Anna. O liberal Alvaro França, filho do português Joaquim José Pinto de França e Raquel Cândida de França, caixeiro da casa comercial de seu pai, nasceu em Itacoatiara em 1860. Acomodado, temendo represálias, Alvaro França à testa da Câmara mantinha-se quieto em face das manifestações que se faziam, em 1889, em



Entrada da Fazenda "Terra Preta", do norte-americano Jazon Williams Stone (onde hoje funciona a Gethal). Em primeiro plano, à direita, seu proprietário. Foto de 1910.



favor dos ideais republicanos. Ao contrário de seu contemporâneo e adversário político João Pereira Barbosa que acompanhava atentamente a movimentação, mostrando interesse pelas notícias procedentes de Manaus, buscando tirar proveito delas. Os informes demoravam a chegar dado que não havia telégrafo pondo o Amazonas em comunicação com o sul. Ademais, naqueles tempos de instituições políticas instáveis, Alvaro França não tinha a quem recorrer. Na capital, apeados do poder, os liberais assistiam os conservadores, majoritários e oportunistas, se fortalecerem. O próprio presidente da Província, Manuel Francisco Machado, não conseguiu impor a sua autoridade contra os manifestantes pró-República. Registre-se que, à época, através do Ato de 18.07.1888, o governo nomeou a profesora Maria José de Menezes para preencher a vaga da escola do sexo feminino (cf. atas do período e Relatórios da Província, vol. 34 - 1888).

## 1889

\* 23 de Novembro - Em reunião pública aberta na Câmara Municipal, Itacoatiara festeja a proclamação da República.<sup>30</sup>

---

30 - A propaganda republicana começou no Amazonas em meados de 1889, quando um grupo de idealistas criou em Manaus o Clube Republicano. Expondo suas idéias em reuniões e através da imprensa, o movimento contaminou alguns políticos do interior. Em Itacoatiara, sintonizado com os manauáras e contando com a complacência e covardice do presidente Alvaro França, João Pereira Barbosa, num ato de grande ousadia, quebrando a normalidade jurídico-institucional, em setembro de 1889 se autoproclama presidente da Câmara. Audacioso, arbitrário, **compôs** novo govêmo, ao lado dos "novos" vereadores Júlio Ferreira da Motta, José Antonio Cruz, Antonio Manoel Martins de Faria e Eustáquio Raymundo de Souza, tendo como secretário Raimundo da Costa Fonseca. Pelas atas, verifica-se que, à frente da "nova" Câmara, deu expediente em 16, 19 e 28 de setembro, para o que contou com o escancarado apoio do juiz municipal bacharel Victório do Nascimento Acioly Lino. Deu, inclusive, conhecimento de seus atos ao presidente provincial Manuel Francisco Machado. Seu gesto mais sensacional foi o de ter proclamado - no dia 23.11.1889 - a adesão de Itacoatiara ao novo regime. A reunião solene, por ele presidida, contou com diversos oradores "manifestando o seu respeito à nova forma de govêmo".

No dia 27, a Câmara leva ao conhecimento da Junta do Governo Provisório do Amazonas a realização do evento que foi "coroadado do mais brilhante feito em favor da grande idéia democrática que acaba de surgir risonha nos horizontes deste abençoado solo americano". E ainda "presta sua solidariedade ao governo do generalíssimo Deodoro da Fonseca" (cf. Livro de Atas 1888-1890). Os itacoatiarenses, liderados por João Barbosa, no momento estavam dando vazão ao costume enraizado na classe política de se mudar de lado de acordo com as conveniências. Não fazia muito tempo e a mesma Câmara fizera muitas mesuras em favor da Monarquia, prestando seguidas manifestações de solidariedade ao Imperador. Acresce que, desta feita, ao **organizar** nova Câmara, além de desmoralizar seus adversários políticos, quebrando a normalidade institucional, João Barbosa contou com o fator sorte: a decretação do novo regime viera ao encontro de seus desígnios. E se a República não tivesse sido decretada, o que teria acontecido? Registremos, como curiosidade, que após a proclamação da República o fêcho das correspondências oficiais passou a levar os dizeres profanos de "Saúde e fraternidade", em lugar do "Deus guarde V. Excia.", confirmando ser a Monarquia uma variante política de um pensamento religioso.



Após a proclamação da República, o governo provisório, liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca, estabelecendo a federação, baixou o decreto nº 1 determinando que os estados-membros decretassem a sua Constituição, elegendo corpos deliberativos e governos locais. Em consequência, o Amazonas compôs sua junta governativa sob o comando do capitão-engenheiro Augusto Ximenes Villeroy (governou de 4.01 a 2.11.1890), que imediatamente dissolveu o Congresso Legislativo e as câmaras municipais. Segundo o ex-deputado Ruy Araújo (1900-1969), as **instruções** passadas pelo generalíssimo Deodoro a Villeroy "deviam ter sido verbais e reservadas, visto como a história não no-las revela".

No que concerne à organização municipal, o primeiro estatuto político amazonense, outorgado em 13.03.1891 pelo governador Eduardo Ribeiro, deliberou que: os municípios se dividirão em comarcas e estas em termos; os orçamentos municipais serão aprovados pelo Congresso estadual; em cada município haverá um Conselho Municipal, com funções deliberativas, composto de sete vereadores; a administração será exercida por um Comissário Executivo que executará as resoluções do Conselho Municipal; os vereadores, eleitos trienalmente por sufrágio direto e escrutínio de listas, exercerão o mandato gratuitamente; o Comissário Executivo será eleito e/ou destituído pelo Conselho Municipal, podendo ser remunerado; os vereadores e o Comissário Executivo, pelas faltas e crimes praticados no exercício de suas funções, serão julgados pelo juiz de Direito da Comarca; o presidente do Conselho Municipal será escolhido entre seus membros; as decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples de votos.

Como se vê, contaminada pela influência centralizadora do estatuto federal, a primeira Constituição amazonense não ressalva nem dá segurança à autonomia municipal. Conferiu capacidade eleitoral aos munícipes, mas essa aspiração não foi mantida em sua totalidade, haja vista que somente os vereadores continuavam sendo escolhidos em sufrágio direto, passando o Comissário Executivo a ser nomeado pelo Conselho Municipal.

A competência residual do município, compreendendo tudo aquilo que fôsse do seu peculiar interesse, caracterizando-se pela decretação e arrecadação dos seus tributos e aplicação dessas rendas, sem prejuízo da respectiva prestação de contas, e também pela organização dos serviços públicos locais, era sufocada pela intervenção do legislativo estadual, que lhe aprovava os orçamentos anuais.

Subdivisão territorial de Estado-membro de uma federação, o município é dotado de autonomia administrativa e, até certo ponto, política. Não sendo uma

criação legal, ele preexiste ao Estado como verdadeiro organismo social. Teoricamente, o seu controle deve ser somente pelo povo, localizadamente próximo, mediante eleições democráticas freqüentes (cf. "Constituições do Estado do Amazonas", 1968, D'Ávila, 1993, e Mirador, 1995). No entanto, Itacoatiara como de resto todos os municípios amazonenses, a partir dessa falta de respeito à sua autoafirmação e autonomia, nos anos republicanos que se seguiriam, na prática iria viver toda uma situação de luta sufocada pela tutela do Estado-membro, comandado por políticos quase sempre descompromissados com os sentimentos populares.

\*\*\*\*\*

## 6. Bibliografia Básica (1º volume)

ACUÑA, Christobal de - **Introducción a Descubrimiento de las Amazonas por el padre...**, Barcelona, 1925.

ADONIAS, Isa - **A cartografia da região amazônica - 1500/1961**, Rio, 1963.

AMAZONAS - **Constituições do Estado do** - edição da Assembléia Legislativa, Manaus, 1968.

AMAZONAS - **Diário Oficial do**, edição de 26.02.1896.

AMAZONAS - **Diário Oficial do**, edição especial, de maio 1988.

AMAZONAS - **Sinopse histórica do poder legislativo do** - edição da Assembléia Legislativa, Manaus, 1980.

AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo e - **Dicionário topográfico, histórico e descritivo da Comarca do Alto Amazonas**, reedição da ACA, Manaus, 1984.

AMAZONAS - **Relatórios dos Presidentes da Província do**, 35 volumes (de 1851 a 1889).

AVÉ-LALLEMANT, Robert - **No rio Amazonas**, tradução, São Paulo, 1980.

BAENA, Antonio Ladislau Monteiro - **Compêndio das eras da província do Pará**, Belém, 1969.

BATES, Henry Walter - **Um naturalista no rio Amazonas**, tradução, São Paulo, 1979.

BATISTA, Djalma - **O complexo da Amazônia**, Rio, 1976.

**BELÉM, Furtado - Limites orientais do Estado do Amazonas, Manaus, 1912.**

**BENCHIMOL, Samuel - Estrutura geo-social e econômica da Amazônia, Manaus, 1966.**

**BENTES, Abraham Ramiro - Das ruínas de Jerusalém à verdejante Amazônia, Rio, 1987.**

**BITTENCOURT, Agnello - Dicionário amazonense de biografias (vultos do passado), Rio, 1969.**

**BITTENCOURT, Agnello - Pródromos educacionais do Amazonas, Manaus, 1981.**

**BITTENCOURT, Agnello - Chorographia do Amazonas, Manaus, 1925.**

**BRAGA, Robério - Itacoatiara, Manaus, 1979.**

**CARVAJAL, Rojas e Acuña - Descobrimento do rio das Amazonas, tradução de C. Melo-Leitão, São Paulo, 1941.**

**CASCUDO, Luiz da Câmara - Em memória de Stradelli, Manaus, 1967.**

**CHIAVENATO, Júlio José - As lutas do povo brasileiro. Do 'descobrimento' a Canudos, São Paulo, 1989.**

**COUTINHO, João Martins da Silva Coutinho - Relatório sôbre alguns lugares da Província do Amazonas, especialmente o rio Madeira, Manaus, 1861.**

**CRULS, Gastão - Hiléia amazônica, Rio, 1958.**

**D'ÁVILA, Luiz Felipe, e outros - As Constituições brasileiras, São Paulo, 1993.**

**DIOCESE de Manaus - Visão histórica da Diocese de Manaus nas festas jubilares de 1946, Manaus, 1946.**

**ENCICLOPÉDIA Barsa, São Paulo, 1995.**

**ENCICLOPÉDIA Mirador Internacional, São Paulo, 1995.**

FARIA e Souza, J.B. de - **Ao Amazonas cabe a glória dos primeiros movimentos abolicionistas**, in Diário Oficial, 7.09.1922.

FARIAS, Elson - **Cem anos de fé na floresta**, Manaus, 1993.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda - **Novo dicionário Aurélio**, Rio, 1986.

FREIRE, José Ribamar Bessa, e outros - **Amazônia colonial (1616 - 1798)**, Manaus, 1991.

FRITZ, Samuel - **Mapa geographico del rio maranón e Amazonas**, elaborado em 1691 - Mapoteca do Museu Amazônico, Manaus, 1996.

GALVÃO, Eduardo - **Encontro de sociedades tribal e nacional**, Manaus, 1966.

HOORNAERT, Eduardo, e outros - **História da Igreja na Amazônia**, Petrópolis, 1992.

ITACOATIARA - **Câmara Municipal** - Livro de Atas 1872/1876.

ITACOATIARA - **Câmara Municipal** - Livro de Atas 1876/1879.

ITACOATIARA - **Câmara Municipal** - Livro de Atas 1888/1890.

ITACOATIARA - **Camara Municipal** - Livro de Atas 1982/83.

ITACOATIARA - **Câmara Municipal** - Livro de Atas 1985/86.

ITACOATIARA - **Câmara Municipal** - Livro da Junta paroquial de alistamento militar 1883/1891.

ITACOATIARA - **Câmara Municipal** - Livro de Leis 1977/78.

ITACOATIARA - **Câmara Municipal** - Livro de Leis 1984/1986.

ITACOATIARA - **Câmara Municipal** - Lei orgânica do município (Lei nº 5, de 5.04.1990).

ITACOATIARA - **Cemitério do Divino Espírito Santo** - anotações tiradas do túmulo do padre Manuel Ferreira Barreto (1819-1881).

ITACOATIARA - **Cemitério Israelita** - anotações tiradas de seus túmulos em 25.06.1996.

ITACOATIARA - **Prelazia Nulius de** - Arquivos.

ITACOATIARA - **Prelazia** - Livro de Batizados 1855/1898.

ITACOATIARA - **Prelazia** - Livro de Casamentos 1855/1880.

JOBIM, Anísio - **Itacoatiara, estudo social, político, geográfico e descritivo**, Manaus, 1948.

JORNAL **Amazonas em tempo**, Manaus, 11 e 12.02.1996.

JORNAL **Correio de Serpa**, Itacoatiara, 1º.01.1912.

LAGO Silva, Garcilenil do - **A educação na Amazônia colonial**, Manaus, 1985.

LEITE, Serafim - **História da Companhia de Jesus no Brasil**, Rio, 1943.

LOUREIRO, Antonio - **Síntese da história do Amazonas**, Manaus, 1978.

LOUREIRO, Antonio - **Amazônia, 10.000 anos**, Manaus, 1982.

LOUREIRO, Antonio - **O Amazonas na época imperial**, Manaus, 1989.

MAGALHÃES Júnior, R. - **Rui o homem e o mito**, Rio, 1979.

MEGGERS, Betty J. - **Amazônia, a ilusão de um paraíso**, tradução, São Paulo, 1987.

MELO, Octaviano - **Topônimos Amazonenses**, Manaus, 1967.

MESQUITA, Otoni Moreira de - **A belle époque manauara e sua arquitetura eclética: 1892-1910**, Tese, Rio, 1992.

MIRANDA, Bertino de - **A cidade de Manaus, sua história e seus motins políticos**, Manaus, 1908.

MONTEIRO, Mário Ypiranga - **Fundação de Manaus**, Manaus, 1952.

MONTEIRO, Mário Ypiranga - **Negritude & modernidade. A trajetória de Eduardo Gonçalves Ribeiro**, Manaus, 1990.

MONTEIRO, Mário Ypiranga - **O regatão**, Manaus, 1958.

MUSEU AMAZÔNICO - **Setor de periódicos - microfilme nº 2**, Manaus, 1996.

MUSEU AMAZÔNICO - **Mapoteca**, pesquisas em 16 e 17.09.1996.

NORONHA, José Monteiro de - **"Roteiro da viagem da cidade do Pará até às últimas colônias dos domínios portugueses em os rios Amazonas e Negro"**, Lisboa, 1856.

PESQUISA ORAL - **entrevista com Ignês de Vasconcellos Dias**, Manaus, 8.11.1987.

PESQUISA ORAL - **entrevista com Moisés Israel**, Manaus, 12.05.1988.

PESQUISA ORAL - **entrevista com Rubens José Ezagui**, Manaus, 19.03.1987.

PESQUISA ORAL - **entrevista com Sebastião Higino de Vasconcellos Dias**, Manaus, 26.10.1987.

PESQUISA ORAL - **entrevista com Ana Ehm Barros**, Itacoatiara, 20.06.1989.

PAOLO, Pasquale Di - **Cabanagem, a revolução popular da Amazônia**, Belém, 1986.

PRADO Júnior, Cáo - **A evolução política do Brasil**, São Paulo, 1972.

PSDB, Comissão Executiva Nacional do, - **O município, democracia e participação**, Brasília, 1989.

REIS, Arthur Cézár Ferreira - **História do Amazonas**, Manaus, 1931.

REIS, Arthur Cézár Ferreira - **A política de Portugal no vale amazônico**, Belém, 1940.

REIS, Arthur Cézár Ferreira - **Limites e demarcações na Amazônia brasileira**, Rio, 1948.

REIS, Arthur Cézár Ferreira - **Manaus e outras vilas**, Manaus, 1934.

REIS, Arthur Cézár Ferreira - **A conquista espiritual da Amazônia**, São Paulo, 1942.

REIS, Arthur Cézár Ferreira - **A Amazônia que os portugueses revelaram**, Rio, 1958.

ROCQUE, Carlos - **Grande enciclopédia da Amazônia**, Belém, 1967.

ROCQUE, Carlos - **Antologia da cultura amazônica**, Belém, 1970.

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de - **As viagens do ouvidor Sampaio**, Manaus, 1985.

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de - **"Apêndice ao Diário da viagem que, em visita de correição às povoações da Capitania de São José do Rio Negro, fêz o ouvidor, em 1774/1775"**, Lisboa, 1856.

SANTA-ANNA Nery, Barão de - **No país das Amazonas**, São Paulo, 1979.

SANTOS, Francisco Jorge dos, e outros - **Cem anos de imprensa no Amazonas - 1851/1850**, Manaus, 1990.

SERPA - **Câmara Municipal - Livro de Actas 1858/1865**.

**ŞERPA - Câmara Municipal** - Livro de Lançamento da receita e despesa 1865/1867.

**SILVA, Francisco Gomes da - Itacoatiara. Roteiro de uma cidade**, Manaus, 1965.

**SILVA, Francisco Gomes da - Itacoatiara, administrações municipais**, Manaus, 1970.

**SILVA, Francisco Gomes da - Centenário de São José do Amatory**, Itacoatiara, 1979.

**SOUZA, Márcio - Breve História da Amazônia**, São Paulo, 1994.

**SPIX, Johan e MARTIUS, Karl - Viagem pelo Brasil (1817-1820)**, tradução, São Paulo, 1962.

**UNIVERSIDADE do Amazonas - Tuyuka**, edição do Museu Amazônico, Manaus, 1993.

**UNIVERSIDADE do Amazonas - Autos da devassa contra os índios muras do rio Madeira e nações do rio Tocantins (1738 - 1739)**, Manaus, 1986.

**UNIVERSIDADE do Amazonas - Cartas do primeiro governador da Capitania de São José do Rio Negro Joaquim de Mello e Póvoas 1758-1761**, Manaus, 1983.

**WALLACE, Alfred Russel - Viagens pelo Amazonas e rio Negro**, tradução, Rio, 1939.

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*



A sair brevemente:

**Cronografia de Itacoatiara - Segundo volume**

**Arrabaldes, fachadas e logradouros de Itacoatiara**

**Homens e coisas de Itacoatiara**

**Itacoatiara. Administrações municipais - 2ª edição revista e ampliada**

**Itacoatiara. Roteiro de uma cidade - 2ª edição revista e ampliada**

**Motins itacoatiarenses**

**São José do Amatory**

**Memorial fotográfico de Itacoatiara**





## AS EFEMÉRIDES DE ITACOATIARA

Seguindo uma ordem cronológica, este livro, do historiador **Francisco Gomes da Silva**, é a história de flagrantes significativos do mais importante município do Amazonas. Itacoatiarense legítimo, o Autor, com paciência beneditina e apaixonada curiosidade, enfrentou os arquivos e deles extraiu o documentário que lhe permitiu redigir estes apontamentos que muito contribuirão para elucidar datas e acontecimentos de sua terra natal. Em quatro capítulos bem elaborados, **Cronografia de Itacoatiara** espelha os momentos marcantes da vida social, política, cultural, econômica, religiosa e administrativa da velha Serpa. É um resumo de quase três séculos de história repassados às gerações atuais, que saberão copiar o exemplo de seu erudito conferente, sempre preocupado em valorizar a memória de Itacoatiara e as tradições de seu povo. Este primeiro volume - tratando da vida dessa comunidade desde os primórdios da Amazônia à proclamação da República - vem a lume sob o patrocínio do prefeito **Miron Osmário Fogaça**.